

HISTORIOGRAFIA

*Rastros e vestígios documentais
de trabalhadoras e trabalhadores*

HISTORIOGRAFIA

*Rastros e vestígios documentais
de trabalhadoras e trabalhadores*

Antonio Torres Montenegro
Karlene Sayanne Ferreira Araújo
ORGANIZAÇÃO



RECIFE
2022

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

EDITORA ASSOCIADA À



Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes

Carlos Newton Júnior

Eleta de Carvalho Freire

Margarida de Castro Antunes

Marília de Azambuja Machel

Editoração

Revisão de texto: Ronald Polito de Oliveira

Projeto gráfico: Adele Pereira

Diagramação: Pedro Henrique Gomes

Imagens da capa: Processos trabalhistas (acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e do TRT da 6ª Região); Trabalhador rural (Cícero R. C. Omena); Operário (Lamb, via Unsplash)

Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

H673 Historiografia [recurso eletrônico]: rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores / organizadores : Antonio Torres Montenegro, Karlene Sayanne Ferreira Araújo. – Recife : Ed. UFPE, 2022. (Série Ars Historica)

Vários autores.

Inclui referências bibliográficas.

ISBN 978-65-5962-157-6 (online)

1. Historiografia – Brasil. 2. Trabalho – Aspectos sociais – Brasil – História. 3. Trabalhadoras – Brasil. 4. Trabalhadores – Brasil. 5. História – Estudo e ensino. I. Montenegro, Antonio Torres, 1952- (Org.). II. Araújo, Karlene Sayanne Ferreira (Org.). III. Título da série.

907.2

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2022-090)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



Série *Ars Historica*

A Série *Ars Historica* foi concebida com o intuito de promover uma mais ampla divulgação da produção científica na área da História junto à sociedade, ao disponibilizar para estudantes, professores e pesquisadores obras de consistente valor acadêmico, resultado de recentes pesquisas realizadas no campo historiográfico, e textos clássicos já esgotados repropostos em edições revisadas e atualizadas. Todos os volumes da Série são produzidos em formato digital e disponibilizados gratuitamente.

Marília de Azambuja Ribeiro Machel

Diretora da Série *Ars Historica*

Obras publicadas

O desconforto da governabilidade

Rômulo Luiz Xavier do Nascimento

Os Escravos do Santo

Robson Pedrosa Costa

Tratos & mofatras

George F. Cabral de Souza

Política e sociedade no Brasil oitocentista

Cristiano Luís Christillino

Movimentos sociais negros em Pernambuco

Ivaldo Marciano de França Lima

Isabel Cristina Martins Guillen

A lenda do ouro verde

Regina Beatriz Guimarães Neto

Entre sobrados e mucambos

Wellington Barbosa da Silva

Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil

José Marcelo Marques Ferreira Filho

Cultura letrada no espaço euro-atlântico

Luís Filipe Silvério Lima

Marília de Azambuja Ribeiro Machel

A narrativa como combate

Kleber Clementino

Fora do(s) eixo(s)

Flávio Weinstein Teixeira

Paulo Marcondes Ferreira Soares

Saúde e sociedade no Brasil

Carlos Miranda

Serioja Mariano

A palavra e a imagem

Luísa Ximenes Santos

Sumário

Apresentação 9

Antonio Torres Montenegro e Karlene Sayanne Ferreira Araújo

CAPÍTULO I

Considerações sobre conflitos em torno dos direitos do trabalho na cidade das chaminés 20

José Sergio Leite Lopes

CAPÍTULO II

A Justiça do Trabalho e o “ajudante de caminhão” 45

Antonio Torres Montenegro

CAPÍTULO III

O lugar do ensino de História: desafios para as licenciaturas 63

Marieta de Moraes Ferreira

CAPÍTULO IV

Como ressignificar o ensino de História na sala de aula? Algumas questões sobre História, tempo e narrativa 80

Erinaldo Vicente Cavalcanti

CAPÍTULO V

Mover os fragmentos: as oficinas de História do Laboratório História e Memória da UFPE 105

Pablo Francisco de Andrade Porfírio

CAPÍTULO VI

Classe trabalhadora, lutas por direitos e os imperativos do capital: diálogos e inflexões a partir de E. P. Thompson 125

Tiago Bernardon de Oliveira

CAPÍTULO VII

Rastros, vestígios e resistências de trabalhadores(as) rurais: por que os arquivos não podem morrer? 161

Regina Coelly Fernandes Saraiva

CAPÍTULO VIII

Dos vestígios documentais às histórias do trabalho: tessituras narrativas e experiências de operários têxteis em Alagoas (anos 1950) 184

Marcelo Góes Tavares

CAPÍTULO IX

Opacidade, invisibilidade e exclusão: um longo caminho de luta por direitos da classe trabalhadora rural 216

Marcília Gama da Silva

CAPÍTULO X

Crítica histórica: o documento como aprendizagem no debate historiográfico 243

Regina Beatriz Guimarães Neto

CAPÍTULO XI

Entre a cruz e a enxada: a participação de protestantes na Liga Camponesa em Goiana, Pernambuco 261

Márcio Ananias Ferreira Vilela e Arthur Victor Barros

CAPÍTULO XII

Luta por terra em Pernambuco entre memórias e redemocratização (1986) 291

Samuel Carvalheira de Maupeou

CAPÍTULO XIII

Os operários da indústria automobilística na Justiça do Trabalho em Pernambuco 306

Karlene Sayanne Ferreira Araújo

CAPÍTULO XIV

A Universidade Federal de Pernambuco chega ao Sertão 332

*Antônio Jorge Siqueira, Edvânia Torres de Aguiar Gomes,
João Henrique Lúcio de Sousa*

Autoras e autores 352

Apresentação

Antonio Torres Montenegro

Karlene Sayanne Ferreira Araújo

Ao longo de quase duas décadas de existência, o Laboratório História e Memória da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região (Lahm) tem sido palco de muitas aprendizagens. Rememorar essa caminhada coletiva é uma forma de dar visibilidade às múltiplas e desafiadoras aprendizagens realizadas por diferentes grupos de pesquisa no Brasil, constituídos por professores e estudantes que as universidades públicas propiciam.

Do gesto e da mobilização de um grupo de professoras e professores do Departamento de História da UFPE – professora Christine Rufino Dabat, professor Marc Jay Hoffnagel (*in memoriam*) e professora Socorro Ferraz –, ao interditarem a venda como papel velho de mais de 60 mil processos trabalhistas, é possível pontuar o gradual trabalho coletivo que possibilitou transformar em laboratório um arquivo de documentos da Justiça do Trabalho da 6ª Região alocados no 4º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) do *Campus Recife* da UFPE.

O presente livro que vem a público dá sequência a duas publicações anteriores – *História: cultura e sentimento. Outras histórias do*

Brasil (MONTENEGRO, 2008), e *História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade* (MONTENEGRO; GUIMARÃES NETO; ACIOLI, 2011) – e inova ao registrar as pesquisas e os escritos das novas gerações que contribuíram para construir o Lahm.

A dimensão de formação profissional, em que dezenas de estudantes receberam bolsas para estagiar nesse laboratório e realizar o trabalho de higienizar, catalogar, escanear e escrever pequenas ementas-sínteses dos processos, constituiu-se numa caminhada de mão dupla. Ao aprenderem a ler, analisar e escrever ementas sobre os processos trabalhistas, também socializavam com pesquisadores de todo o Brasil e do exterior o acesso dessa documentação, atualmente disponibilizados no portal do Lahm, hospedados no Centro de Dados da Superintendência de Tecnologia da Informação da UFPE.

Assim, com seu dedicado e minucioso trabalho de salvamento e estudo dos processos, concorriam para operar a passagem de arquivo a laboratório. Esse processo formativo teve nos seus começos a valiosa contribuição da professora Vera Lúcia Costa Acioli.

Os recursos recebidos em bolsas para estudantes de graduação, assim como para graduados, mestres e doutores – da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), por meio do Edital Multiusuários (2008, 2010, 2015 e 2019); do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital Universal (2013 e 2021); do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) (2009); da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) da UFPE (2018, 2019, 2020 e 2021) –, significaram mais de 70 estudantes realizando estágios de estudo, pesquisa e ensino nesse laboratório.

Essa participação dos estudantes é que garantiu que 20 mil processos trabalhistas estejam disponibilizados no portal do Lahm, hospedados no Centro de Dados da Superintendência de Tecnologia da Informação da UFPE.

O trabalho geral de catalogação realizado pelos(as) bolsistas permitiu estabelecer novos caminhos de pesquisa e de acesso às informações contidas nessa documentação.

Vale destacar que os recursos de custeio e capital alocados por parte das agências citadas (sobretudo pela Facepe) permitiram equipar o laboratório e renová-lo periodicamente.

Nessa caminhada, o Lahm tornou-se uma referência fundamental como lócus documental das Linhas de Pesquisa Cultura e Memória & Relações de Poder, Sociedade e Meio Ambiente, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFPE.

O apoio e a participação de diversas(os) pesquisadoras(es) de universidades e centros de pesquisa do Brasil e de outros países, realizando palestras nos seminários anuais do Lahm, participando de equipes técnicas de diversos projetos, debatendo seus textos em eventuais visitas acadêmicas, constituíram interlocuções fundamentais.

Destacamos nesse breve histórico o projeto de extensão *Oficinas de História*, em que são organizadas aulas em forma de módulos para estudantes de escolas públicas e particulares, bem como turmas da graduação. A utilização dos processos trabalhistas como recurso didático e pedagógico para o ensino da História, com turmas dos Ensinos Básico e Fundamental, foi iniciada pelos historiadores Pablo Francisco de Andrade Porfírio e Márcio Ananias Ferreira Vilela, ao trazerem alunos(as) do Colégio de Aplicação (CAp) para lerem e debaterem os processos trabalhistas.¹ Essa experiência, que passou a ocorrer periodicamente, motivou o professor Antonio Torres Montenegro, como coordenador da equipe do Lahm, a apresentar em 2018 à Proexc da UFPE o projeto *Processos trabalhistas, memória e história: a voz dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas nos municípios de Nazaré da Mata e Paulista – 1964 a 1980*.

1 O professor Pablo Francisco de Andrade Porfírio, em 2013, e o professor Márcio Ananias Ferreira Vilela, em 2015, realizaram estágio pós-doutoral sob supervisão do professor Antonio Torres Montenegro com projetos associados ao Lahm e bolsas do CNPq.

Desde então, o Lahm tem anualmente submetido projetos de *Oficinas de História* aos editais da Proexc. Essa atividade de extensão consolidou-se como mais uma linha de atuação do laboratório. Dessa maneira, estamos sintonizados com o objetivo maior das universidades públicas do Brasil, ou seja, atuar no ensino, na pesquisa e na extensão.

O presente livro, constituído de 14 capítulos, tem nas pesquisas relacionadas com os processos trabalhistas assim como nas questões relacionadas com o ensino da História seu eixo dominante.

O texto de abertura deste livro, *Considerações sobre conflitos em torno dos direitos do trabalho na cidade das chaminés*, do professor e antropólogo José Sergio Leite Lopes, constitui-se numa importante contribuição para estudiosos e pesquisadores da indústria têxtil no Brasil e em Pernambuco. Há várias décadas, esse pesquisador tem escrito livros e artigos sobre a pernambucana Companhia de Tecidos Paulista (CTP) e sobre trabalhadores rurais em Pernambuco, muitos em parceria com a pesquisadora Rosilene Alvim.

O autor realiza inicialmente uma densa descrição do passo a passo da pesquisa que iniciou ainda em 1976. Comenta, com muitos detalhes de informações e análises, a diversificada documentação que pesquisou. Também realizou diversas entrevistas com operários e operárias que possibilitaram ampliar a compreensão do cotidiano de vida e trabalho na CTP.

Narra a história das lutas operárias em diferentes momentos históricos, revelando conhecer as recentes pesquisas sobre a CTP bem como sobre a Fábrica Têxtil da Macaxeira em Recife. A riqueza de análises, de referências teóricas e de documentos que constituíram o percurso ao longo de quase cinco décadas do professor José Sergio Leite Lopes torna esse texto uma referência fundamental a todos que estudam e pesquisam a classe trabalhadora no Brasil e em Pernambuco.

No texto, *A Justiça do Trabalho e o “ajudante de caminhão”*, de Antonio Torres Montenegro, é realizada uma reflexão das três primeiras sessões de julgamento da reclamação trabalhista de João

Gomes contra o patrão Joaquim Pinto, proprietário da serraria onde o reclamante trabalhava.

Um dos focos da análise na escrita do texto é o comportamento do patrão ao tratar dos seus débitos trabalhistas com João Gomes na primeira sessão, quando compareceu. Nomeia o trabalhador de biscateiro (trabalhador eventual) como estratégia de intimidar e desqualificar o ajudante de caminhão. No entanto, a estratégia é frontalmente rechaçada pela juíza que promulga a sentença.

O texto também analisa a relação que Joaquim Pinto estabelece com a Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ), ao tentar burlar os procedimentos processuais. Lê seu comportamento como uma forma de não reconhecer a autoridade legal desse órgão que se posiciona como intermediador do direito reclamado pelo trabalhador.

No texto, *O lugar do ensino de História: desafios para as licenciaturas*, a professora e historiadora Marieta de Moraes Ferreira analisa o Ensino de História e os desafios que cercam o estudo sobre esse tema nos cursos de graduação em História.

A autora historiciza o percurso de expansão dos programas de pós-graduação acadêmicos no Brasil e como foi instituída uma separação entre a pesquisa e o ensino de História. A partir da análise de documentos oficiais e da historiografia, apresenta como ocorreu a valorização da pesquisa em detrimento do ensino.

Conclui oferecendo alternativas para pensar a indissociabilidade da pesquisa e do ensino, destacando a importância dos programas de mestrado profissional. E reforça a necessidade de a historiografia refletir sobre a relação entre histórias acadêmica e escolar e os desafios da transmissão do conhecimento produzido nas universidades.

O professor e historiador Erinaldo Vicente Cavalcanti narra, no texto *Como ressignificar o ensino de História na sala de aula? Algumas questões sobre História, tempo e narrativa*, que, ao elaborar o livro didático *Pernambuco de muitas histórias: história do estado de Pernambuco*, percebeu a necessidade de aprender a escrever para crianças e para

professores sem formação em História. O desafio colocado e as aprendizagens que advieram são o tema desse texto.

O autor, a partir dos impasses vivenciados, desenvolve uma ampla reflexão recuperando as contribuições de autores como Flávia Caimi, Margarida Oliveira, Mauro Coelho, Wilma Baia bem como as reflexões do historiador Jörn Rüsen e de Paul Ricœur. Aponta como tais autores ampliam e contribuem para refletir sobre o ensino de História na Educação Básica em diferentes perspectivas, e dessa forma constroem alternativas para o ensino da narrativa histórica na Educação Básica.

No texto *Mover os fragmentos: as Oficinas de História do Laboratório História e Memória da UFPE*, o professor e historiador Pablo Francisco de Andrade Porfírio realiza uma reflexão sobre a experiência de ministrar aulas de História para turmas dos Ensinos Fundamental e Médio do CAP da UFPE no Lahm. Os estudantes têm a oportunidade de ler e debater a história narrada nos processos trabalhistas e são tomados de indignação em face dos registros documentais dos direitos reclamados por diversas categorias de trabalhadores(as).

A análise do autor é ampliada com uma densa reflexão sobre as novas tecnologias e a experiência vivenciada pelos estudantes ao conhecerem a história do processo de Luiz Henrique e as fotos da sua casa, dos seus filhos e das árvores frutíferas derrubadas ao redor da residência.

O professor e historiador Tiago Bernardon de Oliveira, no texto intitulado *Classe trabalhadora, lutas por direitos e os imperativos do capital: diálogos e inflexões a partir de E. P. Thompson*, apresenta um amplo estudo da historiografia social do trabalho construída a partir das lutas e organizações da classe trabalhadora na década de 1970 no Brasil.

O autor reflete, a partir da leitura de E. P. Thompson, sobre os direitos dos trabalhadores, operando com o conceito de “história vista de baixo”. Privilegia uma historiografia que investiga as formas de resistência, os conflitos sociais, as mobilizações e as relações de forças. Dessa forma, o diálogo com diversos autores amplia e

reforça a importância do debate que coloca em cena os trabalhadores e apresenta as “lutas da classe trabalhadora como agente de sua própria história”.

A professora e historiadora Regina Coelly Fernandes Saraiva, no texto *Rastros, vestígios e resistências de trabalhadores(as) rurais: por que os arquivos não podem morrer?*, apresenta uma reflexão sobre os arquivos de memória camponesa.

Analisa a importância de três arquivos que preservam a memória camponesa e o significado político, social e cultural desse trabalho de preservação. Registra que um dos acervos pesquisados e de grande importância para a escrita da história da luta e resistência dos(as) trabalhadores(as) rurais de Pernambuco, o Fundo Lygia Sigaud (FLS), do Museu Nacional, foi perdido em um incêndio em 2018.

Para a autora, a manutenção e a divulgação desses acervos são um ato político. A sua preservação ou queima dizem sobre as histórias que poderão ou não ser contadas sobre trabalhadores e trabalhadoras rurais, suas ações e resistências. Nesse sentido, a sobrevivência dessas memórias concorre para o fortalecimento da democracia.

No texto *Dos vestígios documentais às histórias do trabalho: tessituras narrativas e experiências de operários têxteis em Alagoas (anos 1950)*, o professor e historiador Marcelo Góes Tavares desenvolve reflexões sobre o fazer historiográfico e analisa notícias publicadas na imprensa e registros em processos trabalhistas na década de 1950 em Alagoas.

O autor narra as múltiplas e desafiadoras experiências de estudo e análise de diferentes conjuntos documentais para a realização da sua tese de doutorado.² Uma das temáticas analisadas é a do salário mínimo regional e a relação com o valor dos produtos da cesta básica do trabalhador, sobretudo, dos(as) operários(as) do setor têxtil em

2 O professor Marcelo Góes Tavares defendeu, em 2016, no PPGH da UFPE, a tese doutoral *Do tecer da memória ao tecido da História: operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho (Maceió, AL, 1943-1961)*.

Maceió. Analisa a mobilização dos sindicatos e o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A professora e historiadora Marcília Gama da Silva, no texto *Opacidade, invisibilidade e exclusão: um longo caminho de luta por direitos da classe trabalhadora rural*, narra a história das relações trabalhistas rurais e urbanas e o embate com as classes proprietárias a partir do golpe de 1930. Analisa como foi urdido o projeto de modernização do aparato do Estado, sobretudo no período do governo de Getúlio Vargas, e como este criou mecanismos policiais de repressão e vigilância das forças políticas contrárias, sobretudo os líderes comunistas.

A historiadora também destaca a existência de um “perfil” golpista da República que é possível estudar no acervo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de Pernambuco (PE), bem como no Memorial da Justiça do TRT6 e no Lahm. A autora conclui seu texto refletindo sobre a relação entre o poder de algumas famílias e a política.

No texto *Crítica histórica: o documento como aprendizagem no debate historiográfico*, a professora e historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto elabora um percurso teórico-analítico por meio de estreito diálogo com Paul Ricœur, Michel de Certeau, Michel Foucault, Walter Benjamin e os processos trabalhistas. Problematisa os conceitos de documento, verdade, evidência e memória histórica para, dessa maneira, introduzir o tema do testemunho e a análise do processo trabalhista como documento e suas possibilidades em sala de aula.

Realiza reflexões sobre o tema permanente da confiabilidade que atesta a legitimidade do documento, em que destaca a importância fundamental do diálogo competente entre os pares. Todo o caminho teórico construído dialoga com alguns processos trabalhistas e reafirma o valor e a atualidade do debate em sala de aula.

Os professores e historiadores Márcio Ananias Ferreira Vilela e Arthur Victor Barros apresentam o texto *Entre a cruz e a enxada*:

a participação de protestantes na Liga Camponesa em Goiana, Pernambuco. Os autores pesquisaram nos arquivos do Dops-PE e localizaram no Prontuário Funcional das Ligas Camponesas de Goiana informações que permitiram construir uma narrativa que é apresentada em três níveis. Iniciam por situar economicamente o município de Goiana e os primórdios das Ligas Camponesas em Pernambuco. Apresentam o alfaiate Alderico Alves de Vasconcelos e o pescador Eulálio Ribeiro, que no relato da polícia seriam membros das Ligas Camponesas. Entretanto, a pesquisa irá trazer um religioso presbiteriano, João Bezerra Chaves, presidente da Câmara dos Vereadores de Goiana. O texto apresenta a articulação política de religiosos presbiterianos defensores do Evangelho Social em Goiana. Temática também estudada pelo historiador Márcio Ananias Ferreira Vilela (2015) em seu livro sobre a Igreja Presbiteriana do Brasil nas décadas de 1960 e 1970.

O texto do professor Samuel Carvalheira de Maupeou, *Luta por terra em Pernambuco entre memórias e redemocratização* (1986), projeta o leitor nas tramas da ocupação do Engenho Pitanga por trabalhadores e trabalhadoras rurais. Para o autor, significa um dos primeiros movimentos de luta pela reforma agrária após a Ditadura Militar.

O autor lança a seguinte questão: o movimento naquelas terras consistiu na formação de uma nova cultura política, caracterizada pelo compartilhamento do território e fortalecida pela agitação e debates políticos do processo de redemocratização do país? Para fundamentar a resposta a tal questão, apresenta documentos da imprensa, entrevistas orais e imagens.

A análise desse evento é uma significativa contribuição para o estudo dos movimentos de trabalhadores por reforma agrária na década de 1980, quando foi lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Os operários da indústria automobilística na Justiça do Trabalho em Pernambuco é o título do texto de Karlene Sayanne Ferreira Araújo. O

capítulo tem como referência as pesquisas realizadas para sua tese de doutorado, ao estudar as dimensões sociais, políticas e econômicas quando da instalação e funcionamento da fábrica da Willys Overland em Pernambuco no período de 1966 a 1973 (ARAÚJO, 2020).

Nesse texto, são analisados os processos trabalhistas que a empresa ajuizou na JcJ de Jaboatão, sobretudo ao homologar demissões de seus operários.³ O estudo e a análise dos processos trabalhistas e de outros documentos possibilitaram descobrir que essas homologações não eram negociadas com a participação do sindicato da categoria. Dessa maneira, foi possível perceber mais uma forma de controle dos operários, ao não terem reconhecido o seu sindicato como representativo dos trabalhadores da Willys.

Vale destacar a atuação dessa fábrica em Pernambuco em relação à produção automobilística no Brasil e no plano internacional. Por outro lado, a pesquisa nos jornais de Pernambuco possibilitou compreender como a empresa constrói um discurso de modernização e transformação econômica da economia regional. No entanto, o estudo das demissões individuais e coletivas nos anos de 1967 a 1970 registra como a modernização anunciada não se efetivou para significativa parcela dos operários da empresa em Pernambuco.

Para concluir este livro, avaliamos ser importante publicar o texto *A Universidade Federal de Pernambuco chega ao Sertão*, escrito pela professora Edvânia Torres de Aguiar Gomes e pelos professores Antônio Jorge Siqueira e João Henrique Lúcio de Sousa. Esse texto narra a história da articulação e criação no Sertão de Pernambuco do Núcleo de Extensão do Moxotó, Ipanema e Pajeú (Nemip).

Um projeto pioneiro e arrojado, sobretudo, quando se tem conhecimento de que apenas a partir de 2006, no reitorado do professor

3 Na pesquisa para a tese *Fábrica Willys Overland em Jaboatão – PE: discursos, embates e cotidiano fabril (1966-1973)*, de Karlene Sayanne Ferreira Araújo, foram localizados no Lahm 92 processos trabalhistas relacionados com a Willys Overland instalada no município de Jaboatão (PE).

Amaro Lins, a UFPE rompeu as fronteiras de Recife e criou novos *campi* localizados nas cidades de Vitória de Santo Antão e de Caruaru.

Vale registrar que a equipe do Lahm foi convidada para colaborar com o Nemip, na gestão de importantes documentos que aguardam tratamento arquivístico adequado, e também para realizar *Oficinas de História* para as escolas municipais e os cursos de formação de professores. Dessa forma, esse é mais um projeto de extensão em que o Lahm atuará como parceiro.

Referências

ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira. *Fábrica Willys Overland em Jaboatão – PE: discursos, embates e cotidiano fabril (1966-1973)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

MONTENEGRO, Antonio Torres (org.). *História: cultura e sentimento. Outras histórias do Brasil*. Recife: Editora UFPE; Cuiabá: EDUFMT, 2008. 510 p.

MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (org.). *História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife: Editora UFPE, 2011. 327 p.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Recife: Editora UFPE, 2015

CAPÍTULO I

Considerações sobre conflitos em torno dos direitos do trabalho na cidade das chaminés

José Sergio Leite Lopes¹

Foi com muita honra que eu recebi o convite para falar no início deste IX Seminário – Historiografia: rastros e vestígios documentais dos(as) trabalhadores(as), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Entendo que o arquivamento dos processos trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) da 6ª Região da Justiça do Trabalho (JT) assim como o Memorial do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que abriga os dissídios coletivos e as pesquisas, dissertações e teses que essa guarda propicia, são de importância estratégica para a história do trabalho no Brasil.

O convite também era atraente por possibilitar revisitar as pesquisas sobre os trabalhadores de Paulista, Pernambuco, de que participei ao longo dos anos, desde 1976, junto com a colega pesquisadora

¹ Antropólogo, professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), autor de *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*.

Rosilene Alvim. Elas resultaram em dois livros, *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, publicado em 1988, e *A sedução da cidade*, publicado em 1997, alguns artigos escritos em conjunto ou separadamente e um documentário, *Tecido memória*, que foi realizado quando estivemos como professores visitantes da UFPE.²

De início, gostaria de dizer que pesquisei na documentação envolvendo o uso do direito sobre dois conjuntos de trabalhadores de grande importância na história da industrialização brasileira. Os operários do açúcar e os do ramo têxtil, trabalhadoras e trabalhadores, ambos localizados em Pernambuco, estado que havia se tornado um centro destacado nesses dois setores de produção na primeira metade do século xx.

Esses dois grupos de trabalhadores têm como característica comum o fato de estarem submetidos a uma forma de dominação patronal que se estende da esfera do trabalho para a da moradia e do território.

É como se essa forma de dominação no que concerne à indústria têxtil (como no caso da Companhia de Tecidos Paulista, com sua vila operária e seu domínio sobre o território) fosse uma *plantation* estendida, termo usado por Sidney Mintz desde os anos 1950. O termo está hoje atualizado, ao denominar de plantationceno a nova era geológica desde a Revolução Industrial (o antropoceno). O grande dano à natureza e à vida social seria feito não por um homem genérico (antropo), mas mais direcionadamente pela *plantation* (industrialização indiscriminada da agricultura e da extração).

2 Os livros estão disponíveis, no formato de arquivos em PDF, nos seguintes links: *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés* (<http://memov.com.br/site/index.php/livros-e-textos/lista-de-sugestoes/218-a-tecelagem-dos-conflitos-de-classe>); *A sedução da cidade* (<http://memov.com.br/site/index.php/livros-e-textos/lista-de-sugestoes/217-a-seducao-da-cidade>). O documentário *Tecido memória* está disponível no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=MRsQU4Pt-QI>.

É uma sensação gratificante a de ter trabalhado com uma série de fontes disponíveis na época da minha pesquisa e ver agora outras fontes acessíveis para os pesquisadores. E são fontes fundamentais, como essas dos processos trabalhistas. Nos anos 1970 e 1980, realizamos entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras, com observação direta das casas e dos bairros em que moravam. Fizemos duas visitas à fábrica; uma, conduzida por um operário aposentado, que trabalhou na pré-fiação, chamado Militão José da Silva. Ele fez questão de nos levar às dependências da fábrica. Outra visita foi aos escritórios, onde fui buscar uma amostra do registro de empregados. Também, a frequência do sindicato dos trabalhadores; e a frequência da sede da Ação Católica Operária (ACO), hoje Movimento dos Trabalhadores Cristãos (MTC). Essa sede da ACO deve existir na Rua Gervásio Pires, no Centro de Recife. Também visitamos o bairro do Nobre, e os em torno da Fábrica Aurora, bem como o distrito industrial, nos distritos de Paratibe e Mirueira, e no município de Abreu e Lima.

Iniciei a pesquisa com um instrumental para um trabalho etnográfico, como na minha dissertação de mestrado *O vapor do diabo*. Eu pretendia fazer uma etnografia do mundo da fábrica e da vila operária e uma observação do tempo presente. Mas as entrevistas dos trabalhadores e das trabalhadoras permitiram perceber que um trabalho historiográfico seria também possível. O trabalho de campo de três meses em 1976 e outro de três meses em 1977 foram feitos em conjunto com a colega Rosilene Alvim. Ela pesquisou as famílias operárias, enquanto eu tinha interesse nos conflitos trabalhistas. Nos anos seguintes, dos anos 1970 para os anos 1980, no âmbito dos debates com os colegas nos Grupos de Trabalho (GTs) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), conheci o levantamento histórico realizado pela socióloga Maria Célia Paoli para a sua tese de doutorado. Ela pesquisou a indústria têxtil dos anos 1930 e 1940, e apresentava a

possibilidade de um trabalho historiográfico focado na Companhia de Tecidos Paulista (CTP).

Esse trabalho foi feito no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje), em Recife, na Biblioteca Nacional (BN), em jornais, nos relatórios anuais da CTP, de 1918 a 1975, publicados na imprensa, no *Boletim do Ministério do Trabalho*, nos *Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco* (Alepe) e em outras referências. Um parêntese: o acesso aos relatórios da CTP na imprensa se deu por acaso, porque fazendo pesquisa na Biblioteca Nacional, achamos um relatório que estava lá depositado, o de 1944, e que deu margem a uma polêmica na imprensa, na *Folha da Manhã*. O então presidente do Sindicato dos Tecelões de Paulista, Abreu e Lima e Igarassu, Antônio Torres Galvão, discutiu um trecho desse relatório que considerou difamatório aos operários da fábrica. Então nós pegamos a data da publicação do relatório na imprensa e, felizmente, nos outros anos se repetia a data (dia e mês) e nós pudemos reconstituir a série histórica dos relatórios na imprensa de grande divulgação. Trabalhamos também com os jornais *Folha do Povo*, *Folha da Manhã* (depositados no Apeje de Pernambuco), *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Comércio* etc. Tive acesso às atas do sindicato dos tecelões e acesso a alguns processos trabalhistas nos arquivos da sede do sindicato. Também trabalhamos com material do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, que era o principal sindicato patronal têxtil na primeira metade do século xx, e nós fomos atrás das indicações de Stanley Stein, em seu livro sobre a indústria têxtil no Brasil.

Posteriormente, pesquisamos a documentação do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de Pernambuco, já no início dos anos 2000, no Apeje, com o auxílio da professora Marcília Gama. Depois, mais recentemente, no acervo do Memorial do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região, também com o apoio da professora Marcília Gama, que na época coordenava o programa de

preservação documental e memória da JT em Pernambuco do TRT da 6ª Região. A pesquisa nos processos das Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) é um grande avanço para a história tanto do cotidiano quanto dos momentos decisivos, por ocasião dos conflitos do trabalho. É possível analisar o cotidiano dos processos trabalhistas das JCJ assim como os dissídios coletivos que se encontram arquivados no Memorial do TRT da 6ª Região.

Dos anos 1930 até os dias de hoje, a CTP e sua outra sede na Paraíba, a fábrica da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT), sua administração e seus trabalhadores, assim como trabalhadores e trabalhadoras em outras partes do Brasil, recorrem crescentemente à JT na defesa dos seus direitos legais.

Recentemente, houve a reforma trabalhista de 2017 tentando diminuir a influência da JT, no seu tamanho, na sua importância. Esse combate à JT sempre esteve na intenção de muitos empresários, como as pesquisas que realizamos apontam.

No início do século XX, as leis do trabalho eram as leis da empresa. Estavam entranhadas no modo de dominação das empresas sobre seus empregados e operários. As práticas de dominação ocorriam por meio de leis não escritas.

Nos livros e artigos que escrevemos sobre a CTP, uma das dimensões que destacamos foi a utilização do trabalho feminino e infantil, principalmente entre os anos 1930 e 1950. A Companhia aliciava famílias numerosas, com muitos filhos e filhas, para incorporar ao trabalho fabril em decorrência da necessidade de grandes contingentes de força de trabalho.

Outra dimensão que está relacionada com essa forma de exploração é justamente a ideia de que era um “tempo de trabalho para todos”, como dizem os trabalhadores desse período. Na memória dos trabalhadores, era um tempo de abundância de trabalho. E um aspecto que caracterizava essa forma de exploração, de uma maneira simbólica, era o chamado ritual na varanda da casa-grande, que era

descrito de forma recorrente pelos operários que foram contratados nos anos 1940 até o início dos anos 1950.

Esse ritual consistia em organizar as famílias recém-recrutadas no interior de Pernambuco, colocar numa fila, que se dirigia para a casa-grande. Ao chegar na varanda, onde estava o patrão, sentado, certamente ladeado por alguns empregados qualificados, e também alguns vigilantes por perto, ele recebia os indivíduos, ou pelo menos os pais de família, e trocava algumas palavras. No desenrolar desse ritual, o patrão perguntava o nome e pedia para examinar as mãos do pai de família e dos membros trabalhadores da família, para avaliar se eles tinham calos na mão. Havia uma moral do trabalho imprimida por meio desse ritual (ALVIM, 1997, p. 64-70; LOPES, 1988, p. 52-56).

Essa é uma descrição idealizada do ritual, que poderia ocorrer sem a presença do patrão, mas com o chefe de pessoal, pois os patrões, também denominados de coronéis, o Frederico Lundgren, ou o Arthur Lundgren, viajavam muito para o Rio de Janeiro ou para a Europa. Eram de origem sueca e muito ligados à Alemanha, à Inglaterra, viajavam bastante. Esse ritual ficou gravado na memória dos trabalhadores.

Tivemos a oportunidade de comparar com o ritual de contratação do morador no engenho, que se passa mais na esfera individual do chefe da família com o senhor de engenho (PALMEIRA, 1977). No caso dos Lundgren, criaram uma forma industrial de fazer essa apresentação, de uma maneira coletiva, de forma que as demais famílias assistem ao que está se passando com aquelas que estão à sua frente, e vão sendo sucessivamente apresentadas ao patrão. Há uma teatralização da dominação, personalizada numa escala industrial.

Há que se considerar também uma série de concessões extramonetárias, como o oferecimento de moradia na vila operária, onde havia uma infraestrutura compondo o domínio da vida social. Mas o que é mais destacado pelos trabalhadores é a própria vila operária

que dá moradia, e os chamados roçados operários, que eram alocados a quem solicitava.

Alguns trabalhadores mais idosos, chefes de família que não seriam contratados para o trabalho na fábrica, se dedicavam aos roçados. Eles estavam trazendo seus filhos, especialmente suas filhas, que eram demandadas para o trabalho na tecelagem, na fiação etc. Esses roçados abasteciam uma grande feira que oferecia bens alimentícios a baixo preço.

A CTP dominava o território municipal e transformava os trabalhadores de usinas e engenhos em produtores de agricultura familiar para abastecer obrigatoriamente a feira a preços tabelados. As famílias de trabalhadores estavam inseridas em um sistema autárquico: salários baixos, mas que eram contrabalançados por bens alimentares a preços mais baixos. Assim vivenciavam uma experiência contrária à política do barracão nas usinas e nos engenhos – que também era uma forma de exploração pelos altos preços com que eram vendidos os alimentos. Dessa forma, a feira concorria para legitimar a dominação da CTP.

Isto constituía a prática do governo local da CTP, que dominava a vida social, política e religiosa. Essa dominação específica, que é transmitida pela memória oral e nas entrevistas dos trabalhadores desse período, era um modelo ideal de narrativa. Por esse modelo se vê que é uma forma de dominação não escrita, e tem sua eficácia tanto pela oferta de bens de subsistência quanto de rituais que ressaltam o exercício do poder patronal.

Esse modelo transparecia nas entrevistas de História Oral que realizamos. Mas quando se pesquisava a documentação escrita, nos arquivos, no Apeje, por exemplo, notava-se a importância da mediação com outras fontes documentais.

Nos anos 1910 e 1920, havia um pequeno jornal local chamado *Gazeta de Paulista*, com alguns exemplares preservados. A pesquisa nesse jornal permite perceber que havia uma pequena sociedade

civil local centrada nos empregados de escritório e operários mais qualificados, que participavam na vida social local. Era um jornal com o estilo da época, meio literário, que tinha notícias, mas também crônicas, poemas etc. A Igreja Católica local tinha uma Associação dos Filhos de São José, que vai ter uma importância local nos desdobramentos da Revolução de 1930.

Quando houve a Revolução de outubro de 1930, a CTP estava do outro lado político da Revolução, apoiava Júlio Prestes, o presidente eleito que foi impedido de tomar posse. Os operários mais velhos nos falavam desses acontecimentos. Como a CTP estava do lado dos perdedores, e como eles tinham colocado seu numeroso corpo de vigias armado de um dos lados do conflito, conseqüentemente, eles foram investigados. Forças policiais entraram na casa-grande e recolheram muitos armamentos do corpo de vigias. Esse documento encontra-se na pasta da CTP no Arquivo do Dops, e tem a relação dos rifles, dos armamentos apreendidos. Esse fato provocou uma polêmica na imprensa.

O *Diario de Pernambuco* defendia os interesses da CTP e afirmava em seus editoriais que isso era uma violação tácita a um tipo de dominação política em que o território era concedido a senhores locais, que colaboravam na manutenção da ordem. Então a investigação proposta seria uma ruptura com esse princípio. Por outro lado, o jornal *Diário da Manhã*, que defendia o governo provisório da Revolução de 1930, era a favor dessa investigação. Finalmente se chegou a um acordo formulado por José Américo de Almeida (um dos líderes da Revolução na Paraíba), que consistia em permitir o armamento que servia ao domínio do território da empresa, mas que não podia ser usado para fins políticos. A milícia patronal não poderia participar das disputas políticas. Isso é o que ficou sendo o saldo dessa disputa. E os vigilantes continuaram a fazer seu trabalho na Companhia e no seu território (LOPES, 1988, cap. 6).

Logo a seguir, houve o episódio da greve de 1932, que nos impressionou quando na época da pesquisa consultamos a documentação, pois teve uma importância política nacional. Há a criação do Ministério do Trabalho (MT) em 1931, há o decreto de sindicalização estimulando um novo tipo de associação sindical. E no município de Paulista, naquela sociedade civil local, houve condições de se formar um sindicato, o dos tecelões, apoiado, inclusive, pela Associação dos Filhos de São José e pelo padre local. Ele mantinha relação com setores do catolicismo social e tinha relação com a Fábrica de Tecidos de Camaragibe, que era uma fábrica dirigida por católicos sociais que acompanhavam tais movimentos na França. Tal associação católica acabou favorecendo o sindicato dos têxteis em Paulista, inclusive forneceu meios para ele funcionar no salão paroquial, fazer suas assembleias etc.

A empresa achava aquilo uma afronta à dominação que ela estava acostumada a fazer, não queria nenhuma resistência na aplicação das leis tácitas do poder local. Eles eram contra as leis do trabalho, que não deveriam existir. Para a empresa, a lei é a lei do mercado, adicionado ao poder tradicional dos patrões. Houve o reconhecimento do sindicato pelo Estado, inclusive pelas forças políticas estaduais então no poder, e tal sindicato começou a atuar. Houve uma Lei Federal em 12 de maio de 1932, que estabeleceu o regime de oito horas de trabalho, e o sindicato reivindicou junto à CTP a transformação das 12 horas de trabalho, chamada de *diária*, em oito horas mais as horas extras. Essa reivindicação pelo cumprimento da legislação gerou um conflito forte, um impasse, que levou a uma greve. Esse padrão de descumprimento da CTP das leis do trabalho vai marcar posteriormente sua história ao longo dos anos. Ela vai repetir certas táticas de descumprimento da legislação trabalhista em relação aos conflitos do trabalho e à própria JT que depois vai ser implementada (LOPES, 1988, cap. 7).

O episódio é anterior à JT, mas é interessante de ser levado em conta como uma relação mais geral do direito sindical e do direito

nesse contexto do capitalismo autoritário (esse termo foi utilizado por Otávio Velho (1976), no livro *Capitalismo autoritário e campesinato*, é um termo interessante; essa relação muito forte da economia com a política). Nessa conjuntura, o governo estadual auxilia os sindicatos, e o Sindicato dos Têxteis do Paulista, em particular, teve condições de existência lá onde essas associações estavam impedidas pela dominação patronal autoritária.

Havia sindicatos em Recife e em outras capitais, inclusive com correntes anarco-sindicalistas, socialistas, trabalhistas etc., mas não nas cidades do interior. O que esse decreto de sindicalização proporcionou foi justamente que a sindicalização pudesse se estabelecer legalmente em todo o território nacional, um sindicato que não estava mais submetido ao poder da empresa. Em outubro de 1931, um ano depois da Revolução de 1930, poucos meses depois que saiu o decreto do governo federal de março de 1931, incentivando a sindicalização, foi fundado o primeiro sindicato dos têxteis de Paulista. No caso dos trabalhadores de usina de açúcar, isso não aconteceu nesse momento, foi acontecer só no contexto dos anos 1940 (quando então foi também fundado o segundo sindicato de Paulista – que nós vamos chegar lá, porque o primeiro dos anos 1930 foi logo fechado).³ Mas antes disso, em junho de 1932, quando o decreto federal das oito horas de trabalho estava em vigência, a CTP reagiu tanto à existência do sindicato, que contava com o apoio das autoridades, quanto ao conteúdo do decreto. A fábrica recorreu a um artifício de interpretação da lei fazendo reduzir o pagamento dos operários que trabalhavam as 10 ou 12 horas anteriores,

3 Em 5 de outubro de 1941, foi criada a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Indústria Têxtil do Paulista a Igarassu, que teve como presidente Genuíno Fialho de Azeredo, cujo mandato foi até 1943. Posteriormente, o pedido de registro para transformar a Associação em Sindicato foi formulado junto ao Ministério do Trabalho. Disponível em: www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=6599&tipoprop=r. Acesso em: 2 ago. 2022.

habituais, para oito horas com uma redução proporcional do pagamento, e depois, inclusive, praticando um *lockout* parcial, fechando os portões dois ou três dias por semana. Em razão dessa diminuição do salário semanal, os operários se colocaram em greve.

As notícias sobre a mobilização dos operários de Paulista publicadas na imprensa de Recife nesse momento, na conjuntura mais próxima à revolução de 1930, não são desfavoráveis aos trabalhadores. Nelas pode-se perceber que os operários atuaram politicamente, com moderação e capacidade de articulação com o governo local. Foi realizada pelo sindicato uma consulta ao MT, ao ministro, e no acordo provisório a que chegaram os operários e a empresa, sobre a interpretação da lei, enviaram um telegrama ao MT no dia 7 de junho. Ele só foi respondido no dia 16 de junho, numa denotação de cautela do Ministério quanto à possível generalização da questão. Enquanto isso, a CTP enviou uma carta à organização patronal Centro Industrial de Fiação e Tecidos de Algodão (Cifta), na cidade do Rio de Janeiro, para interceder junto ao ministro e pedia a essa entidade para assessorar a empresa, explicitando sua argumentação. A empresa aplicou o decreto reduzindo a jornada de trabalho e diminuiu o salário na proporção direta. Aplicou a antiga diária, que era fixada livremente pelo patrão, o que de fato diminuiu o salário dos trabalhadores. Os operários, no entanto, adequaram a nova lei no sentido de alterar o cálculo do salário-hora. Reivindicavam um salário-hora maior, a redução de 12 horas para oito horas implicava uma valorização do salário-hora para assim fazer jus ao mesmo salário trabalhando menos horas. Era a partir desse novo valor do salário-hora que o sindicato entendia a negociação e também o valor das horas extraordinárias para além das oito horas normais. A empresa argumentava que a redução da jornada era para trabalhar menos, para respeitar a saúde, mas o salário-hora era o mesmo do das 12 horas, e era para reduzir o salário na mesma proporção que a jornada.

No dia 16 de junho de 1932, o ministro do Trabalho enviou um telegrama favorável ao pleito dos operários, mesmo que tivesse sido por meio de um texto jurídico sintético e enigmático. Os operários consideraram então a greve vitoriosa e a comemoraram. No entanto, a reação da CTP foi alegar uma crise financeira e a fábrica passou a operar apenas três vezes por semana, diminuindo o salário de forma correspondente. Então ela aplicou um *lockout* parcial, que era justificado pela crise econômica.

No entanto, os operários continuaram em greve, havendo ali um impasse. Em 9 de julho de 1932, os operários organizaram uma marcha de 20 quilômetros, do município de Paulista ao palácio do governo estadual em Recife. Mas 9 de julho foi o levante de São Paulo, e foi decretado estado de sítio nacional, então essa manifestação foi suspensa e foi interrompida no meio do caminho. Então, de 9 de julho até outubro, os operários se veem acudados nesse *lockout* parcial da CTP. Ao mesmo tempo, ela apoia um sindicato concorrente, de inspiração patronal, cuja sede se instala num armazém de algodão da empresa. O sindicato – sem apoio patronal – se reunia e fazia assembleia na casa paroquial, ou na rua. E muitas vezes, quando tinha assembleia, a CTP apagava a luz, já que detinha o controle da luz na cidade.

No dia 9 de outubro de 1932, com a vitória das forças federais em São Paulo, houve uma interrupção do trabalho em comemoração a esse fato político em que a empresa já estava se recolocando politicamente.

A CTP liberou os operários do trabalho de forma a ser reconhecida como apoiadora do governo; mas isso deu margem a que os operários, acudados e reprimidos durante esse período, ao serem liberados do trabalho, se deslocassem para o sindicato concorrente de inspiração patronal e o destruíssem.

Esse fato, provocado ou não por pessoas infiltradas a mando da fábrica, acabou redundando na intervenção do governo estadual nos

dois sindicatos. O sindicato pró-patronal, que era só para fazer contra-posição ao primeiro, desapareceu. O presidente do sindicato operário, chamado Roberto Marques – e que foi denominado de Roberto do Diabo pelo coronel Frederico, segundo o livreto de cordel e a História Medieval –, foi expulso da cidade e saiu do noticiário. Talvez tenha sido realocado ou tido algum prêmio de compensação, o que é improvável, mas o fato é que ele sumiu, e nós não temos mais notícias desse personagem silenciado. Depois, vão se repetir situações semelhantes de direção sindical em alguns casos posteriores, nos anos 1940, como o de Antônio Torres Galvão e o de Diógenes Wanderley. Este último será o presidente dos operários de usinas de açúcar. Todos os três empregados graduados e não operários da base.

A CTP se fortaleceu depois desse episódio de 1932 em decorrência de um novo período de expansão industrial e torna o aliciamento de famílias um modelo de recrutamento de novos operários. Em 1935, o município de Paulista se separa de Olinda, tendo seu território moldado pelas propriedades da companhia têxtil. Em 1940, a fábrica se sente muito forte para não aplicar o decreto de salário mínimo, instituído em 1940. Então o próprio patrão, Frederico Lundgren, reuniu os operários no pátio da fábrica, em massa, e fez um discurso dizendo que o salário pago pela fábrica era um salário-família, a família era recrutada e era aquele montante que fazia sobreviver a família, e não o salário mínimo individual. Os relatos dos operários mais antigos indicam que ele então disse: “Aqueles que são a favor, deem um passo à direita”. Diz o relato que eles obedeceram para não serem demitidos, embora sendo contrários. Há relatos de outros discursos patronais semelhantes, no passado, como o de Jorge Street, em São Paulo, desse tipo de comunicação patronal com os trabalhadores.

O fato é que o salário mínimo foi sendo implantado. O interventor na governança do estado de Pernambuco nesse período, Agamenon Magalhães, que foi ministro da Justiça e ministro do Trabalho do

governo Vargas, começou a fortalecer o pessoal dos sindicatos anteriores. Então a turma de tecelões de Paulista que procurava se associar ao sindicato dos têxteis de Recife, que estava situado no bairro da Várzea, procurou se organizar localmente, apoiada por Agamenon Magalhães.

O contramestre de tecelagem Genuíno Fialho e um grupo, entre os quais o escriturário Antônio Torres Galvão, organizaram um novo sindicato. Este último assumiu a presidência, era pastor protestante, genro de outro empregado do escritório da CTP que havia participado do sindicato patrocinado pela fábrica e que era oposição ao primeiro sindicato. Depois de uma pequena intervenção por problemas contábeis, Galvão substituiu Genuíno Fialho, e o sindicato é reconhecido em junho de 1942, com apoio de Agamenon.

Antônio Torres Galvão, durante o Estado Novo, tem uma atuação pautada pelas vias administrativas, em diálogo com o governo. Posteriormente, se tornou um quadro do Partido Social Democrático (PSD), partido de Agamenon Magalhães, e escrevia uma coluna trabalhista no jornal *Folha da Manhã* que pertencia ao interventor.

Durante o estado de guerra, na década de 1940, quando há a mobilização industrial de guerra, há um aumento da jornada de trabalho e da produção. Nesse cenário, há uma promessa do pagamento de um salário complementar, como se fosse uma hora extra de 20%, pelo esforço de guerra.

E aí há um conflito da CTP com o sindicato durante todo o Estado Novo. Torres Galvão faz uma campanha, junto com sua Diretoria, para erguer um sindicato no território da Companhia. Agamenon Magalhães desapropria um armazém da empresa para o prédio do sindicato a ser construído.

Em face do conflito com a CTP pelo pagamento do salário do esforço de guerra, Torres Galvão é preso pelo Exército e, no entanto, é solto logo depois pela Polícia Estadual por ordem de Agamenon. Há um conflito público entre o Exército, que apoiava a CTP, e a Polícia Estadual, que apoiava o sindicato.

Há uma dimensão a ser pesquisada, que é o lugar de escriturários na formação desses primeiros sindicatos. Diógenes Wanderley, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Pernambuco, também fundado em 1942, era originário de uma família de Triunfo, que tem uma briga política local e migra para Juazeiro, no Ceará, e depois volta para Pernambuco.

Só que nessa migração, nessa briga política de Triunfo, eles são proletarizados, a família empobrece. Então Diógenes começa a trabalhar nos engenhos, *cassaco*, fazendo obra. Finalmente, entra como operário de usina de açúcar e tem uma carreira ascendente, chegando a gerente de uma usina. Mas ele participa também da criação do sindicato em 1940 e torna-se presidente do sindicato durante muito tempo. Então é o caso de se perguntar sobre a trajetória de pessoas que ocupavam posições intermediárias e estavam capacitadas para ocupar tais cargos naquele momento (LOPES, 2013, p. 55-76).

A influência de Antônio Torres Galvão junto ao governo estadual e sua atuação na *Folha da Manhã* (onde tinha uma coluna de assuntos trabalhistas) torna interessante esse personagem de que se tem pouca informação sobre sua trajetória. O que se tem são informações por meio dos artigos que escreveu nos jornais e sobre sua atuação como presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, mas não sobre sua trajetória anterior. O fato é que ele era pastor presbiteriano e o protestantismo era reprimido em Paulista. Apesar da origem luterana dos Lundgren, no entanto, fizeram um acordo com a Igreja Católica e localmente os protestantes eram reprimidos.

Entre 1944 e 1945, Torres Galvão tem grande importância na transformação das varas de justiça de Paulista, que passam a também receber reclamações trabalhistas. Nesses anos, foi produzida uma quantidade enorme de reclamações, sobretudo, a partir de 1945, com a redemocratização (LOPES, 1988, caps. 8, 9 e 10, item 1). Em outubro de 1945, ainda com Torres Galvão presidente do sindicato, há a instauração de um dissídio coletivo reclamando os

pagamentos não efetuados no período da guerra. Porém, essa reclamação trabalhista não é imediatamente atendida porque, embora houvesse ocorrido a redemocratização, logo houve uma regressão com o Governo Dutra. Intensificou-se uma perseguição grande aos sindicatos, principalmente depois de 1947 com a repressão ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os sindicatos também são alvo desta repressão, inclusive o de Paulista.

Os sindicalistas em Pernambuco são ligados a Agamenon e se filiam ao PSD. O trabalhismo de Pernambuco está localizado no PSD e não no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): em outros estados o PTB representa trabalhadores, mas nesse caso é o PSD, ligado a Agamenon, quem apoia os sindicalistas.

Uma fonte de pesquisa a partir de 1945, para acompanhar a atuação do PCB que é legalizado, é o jornal *Folha do Povo*. É uma documentação importante que está sendo usada nas teses e nas dissertações que tenho lido e que têm trabalhado sobre Paulista. Ou sobre outras fábricas têxteis, como Emanuel dos Santos, que pesquisou a fábrica da Macaxeira, de 1930 a 1960; Ana Litwak Neves, que pesquisou os anos 1950 a 1952 com os processos da JT em Paulista; e Luiz Gustavo Bezerra de Melo, que pesquisou os anos 1963 a 1965. Esses pesquisadores usaram, além dos processos trabalhistas, outras fontes complementares, como jornais, *A Folha do Povo* inclusive.

Com base na sua atuação no interior do sindicalismo nesse período, o PCB disputa eleições no final dos anos 1940. São eleitos vereadores comunistas, mas em seguida ocorre uma grande repressão. A sede do PCB em Paulista tem que ser no distrito de Maricota, que possui algumas áreas que não são propriedade dos Lundgren, e é ali que pode se localizar a sede daquele partido, que em 1947 é fechado. Nesse período, são desenvolvidos outros trabalhos militantes em locais que não dentro da fábrica, como o das ligas camponesas. Houve também um trabalho eleitoral dos movimentos populares, quando então ocorre uma repressão grande por vigilantes da CTP a

um comício do PCB. Paulista é uma cidade muito vigiada de difícil implantação de um trabalho de reivindicação social. Muitas atividades de mobilização têm que ser clandestinas.

O fato é que então são criadas essas juntas e, depois, com a influência de Torres Galvão junto à Assembleia Legislativa, aumentam as duas comarcas em 1948 e, posteriormente, em 1954, isso ainda vai aumentar localmente. A CTP pressiona as autoridades para que os processos trabalhistas, com as juntas, fossem deslocados para Recife; fez pressão nesse sentido, mas não obteve sucesso.

Como de hábito, há grandes ciclos políticos. Depois desse período de intervenções sindicais e retrocessos, entre 1947 e 1951, com a posse de Getúlio Vargas em seu segundo mandato, em 1952, houve uma redução das intervenções e uma retomada do movimento sindical. Há então uma luta interna no sindicato de Paulista que coincide com lutas pelo dissídio de 1945, que nunca foi cumprido, pelo pagamento dos 20% de horas adicionais. Acontece toda uma luta em 1952, que se repete depois em 1954, com greves e um ascenso importante do sindicato. Em 1952, há uma greve geral dos têxteis, em Recife e em outros municípios de Pernambuco.⁴

Em 1954, 1956 e 1957, há greves dos operários de Paulista para fazer cumprir direitos trabalhistas que já deviam estar sendo cumpridos. Conhece-se o estudo do ciclo de greves muitos anos depois – a dos canavieiros de 1979 em diante –, que Lygia Sigaud mostrou ter um caráter de luta de Sísifo. A convenção coletiva construía direitos importantes, como a tabela de tarefas, mas era descumprida em seguida e havia que fazer nova greve no ano seguinte para que fosse cumprido aquilo que fora acordado na justiça do trabalho (SIGAUD, 1980). Em Paulista, houve um ciclo de greves idêntico ao dos canavieiros de 1979 a 1985 em Pernambuco. A CTP se utilizava de vários artifícios para não cumprir o que a legislação trabalhista determinava.

4 Ver Lopes (1988, cap. 10), para análise dos conflitos entre 1947-1964.

Existia também o problema dos setores que são pagos pelo salário por produção, tecelagem, fiação, pré-fiação. Quando em 1954 houve um aumento do salário mínimo (o famoso aumento de quando João Goulart foi ministro do Trabalho), tal acréscimo tinha que ser convertido do salário-hora trabalhado para o salário por produção, e passar pelo cálculo dos fios, dos tecidos, do tipo de algodão etc.

Tratava-se de um cálculo complexo, uma trama de preços que era quase que uma prerrogativa da Companhia que domina os meios de produção, a matéria-prima etc. Há trapaças na conversão do salário mínimo por tempo para salário por produção. E existia o segredo do preço desses fios, do trabalho realizado com esse material. Quando havia aumentos de salário, ocorriam convenções coletivas e determinações da JT, com base no salário mínimo, ou na média da produção dos operários dos últimos meses. Assim, sempre no período anterior ao aumento do salário mínimo, a CTP se antecipa e desvaloriza a produção colocando algodão de péssima qualidade de forma a diminuir o valor do cálculo futuro do salário mínimo. Havia essa estratégia permanente do salário por produção. É uma coisa que se repete na cana-de-açúcar depois, nesse ciclo de greves mais adiante dos anos 1970 para 1980, do salário por produção, como é o corte de cana, o cálculo do pagamento da tarefa etc., em que a trapaça patronal é muito grande.

Houve um momento de auge da atividade sindical e das greves de 1952 até 1958. Nesse ano, havia grande desemprego em Paulista, por demissões em decorrência dessas greves, e crise da indústria têxtil também. Em 1958, houve uma grande greve em Recife, e os operários de Paulista não participam desse momento, devido ao forte desemprego local. Mas as mobilizações são retomadas em 1962 e 1963 pelo sindicato. Ocorrem, assim, esses ciclos de lutas sindicais, que partem de uma intervenção, como no Governo Dutra. Depois, uma liderança que surge, apoiada pelos trabalhadores, em razão da mobilização de base. Há todos esses conflitos e embates, e

depois se seguia uma burocratização do dirigente sindical em que a anterior combatividade se enfraquecia, e a retroalimentação entre a base e a liderança acabava aparecendo em outro momento, dependendo de outro ascenso.

Esse período todo pode ser estudado por meio de uma leitura crítica da *Folha do Povo*, que apesar de sua linguagem partidária, parcial, “baluartista”, é ao mesmo tempo a possibilidade de acompanhamento da vida cotidiana, por meio da coluna sindical, das informações dos trabalhadores que passavam por ali; é um elemento de inteligibilidade. Então havia a presença do PCB clandestino, e o surgimento em 1962 e 1963 de correntes sindicais católicas de esquerda. A Ação Católica Brasileira (ACB), desde os anos 1950, acompanha o movimento operário, e a Juventude Operária Católica (JOC) aparece já apoiando a greve de 1952. Pelo fato de essas entidades estarem presentes num conflito de classe permanente, isso acabava favorecendo esse apoio. Houve, por exemplo um prefeito, originário da Liga Operária Católica (LOC), cuja candidatura vencedora se opôs ao filho do patrão em 1955. Havia assim uma tendência católica social que tem importância na diretoria sindical em 1962 e 1963. O presidente do sindicato, Antônio Pereira, é preso e destituído, com uma intervenção sindical, procedimento comum logo depois do Golpe de 1964.

No entanto, as questões na justiça são permanentes, independentemente da conjuntura política, social ou econômica. Seja por meio do advogado sindical, quando o sindicato é atuante, seja por advogados particulares; as teses e dissertações já realizadas com a documentação do Lahm da UFPE/TRT da 6ª Região mostram essa permanência no fluxo de questões trabalhistas.

Em 1963, a greve atingiu a casa-grande patronal com o corte de luz. Algo que ocorria em greves anteriores desde os anos 1950, como se fosse uma vingança pelas práticas patronais de corte de luz nas assembleias do primeiro sindicato na casa paroquial dos anos 1930 e nas greves dos anos 1950. Os operários cortavam a luz da

cidade, cujos beneficiários contemplados eram só os empregados graduados e o próprio patronato, e não os operários que viviam com a lamparina e o candeeiro. Na grande greve de 1963, o patrão Arthur Lundgren saiu de Paulista e foi para Recife.

Em 1964, houve a intervenção no sindicato e, em 1966, ocorreu uma retomada da direção sindical pela corrente de esquerda católica numa chapa encabeçada por José Rodrigues, que era um militante da Ação Católica Operária (ACO) e que fez uma gestão importante no sindicato a partir de 1966. Vai enfrentar todo o conflito que atinge os operários estáveis, que vão ser acossados pela nova legislação implantada com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no final de 1966.

Por sinal, uma lei inteligentemente concebida, que criava um fundo público para indenizar os trabalhadores. Antes, a indenização era arcada pelas empresas individualmente, e por isso grande parte dos delegados sindicais era de operários estáveis, porque sua repressão e demissão tinham altos custos. Por conseguinte, a estabilidade era algo a ser atacada pelo novo regime político-militar oriundo do Golpe de 64. A concepção de um fundo público, com contribuições empresariais, e que na época financiava a construção civil, e existe até hoje, com o tempo virou bandeira do movimento operário. Naquela época, foi aprovado para destruir os operários estáveis, que eram a coluna mestra do movimento sindical.

Nesse período de intervenção sindical, em 1964, houve ainda muita ação na justiça ainda através de advogados particulares, e depois, a partir de 1966, o sindicato levou adiante essa luta. Seria importante uma futura dissertação ou tese sobre esse período. Já houve um trabalho sobre o período 1952-1953, houve outro sobre 1963-1965.

Uma pesquisa a partir da lei do FGTS e da campanha contra os operários estáveis, quando houve uma resistência por parte dos trabalhadores, na justiça principalmente, porque estava vigente toda a situação de repressão da Ditadura. José Rodrigues, presidente do

sindicato, foi preso nessa época, assim como foram presos vários ativistas católicos, ao lado de outros ativistas de outras organizações. Ele continuou com a luta e depois, nos anos seguintes, arrefeceu um pouco.

Depois de 1966 até meados dos anos 1970, os trabalhadores estáveis promovem uma intensa luta na justiça. Existe o processo n. 105 de 1967, encabeçado por Josefa Maria da Conceição, uma tecelã. São processos coletivos: nesse havia 100 pessoas, que depois viraram 70, porque as pessoas vão desistindo na medida em que a CTP vai protelando e vai fazendo recurso para instância superior, até chegar no Tribunal Superior do Trabalho (TST). E o processo 106, de 1967, é o processo no qual o Juiz da 1ª CJ dá o seu despacho e que vai servir de parâmetro para todos os processos.

Depois de 1964, a CTP começou a demitir os estáveis, se vingar dos sindicalistas e dos seus aliados, e, quando foi aprovado o FGTS, aumentaram as demissões. E a empresa cometeu o equívoco de demitir grupos de 300 operários simultaneamente, o que deu processos coletivos muito grandes. E a reivindicação dos operários era a reintegração ao trabalho, segundo a *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT). Ou então uma indenização de alto valor. E a sentença do juiz foi pela indenização integral, mas não pela reintegração ao trabalho.

Esta decisão da JT teve consequências sobre a vila operária porque os processos foram sendo ganhos pelos trabalhadores; essa onda trabalhista passou dos estáveis para os não estáveis, pois havia operários estáveis que encabeçavam processos com não estáveis. E, depois, passou desses não estáveis para os trabalhadores da chamada “folha amarela”, que eram aqueles não regidos pela legislação trabalhista. Eram denominados “da Gerência Externa”, porque trabalhavam na parte rural, ou na casa-grande, ou na coudelaria, no haras que eles tinham, ou na usina, ou na construção civil, e que passaram também a reivindicar seus direitos. Nessa época, esses trabalhadores estavam para se aposentar, então era um período crucial

dessa geração de trabalhadores recrutados nos anos 1930, 1940 e 1950, e cujas carreiras estavam terminando. Havia também muitas demissões de pessoas que completavam nove anos de trabalho – para não completar os 10, eram demitidas. Esses tipos de processos eram muito importantes para a sobrevivência desses trabalhadores. Ainda mais porque a CTP que queria se modernizar com um financiamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) teve que ir protelando tal modernização. Usavam o argumento de que se podia jogar fora os operários porque com a modernização a atividade produtiva iria ser outra. No entanto, aquilo levou a que o passivo trabalhista da empresa fosse muito grande. E ela começou então a negociar o valor das casas com os operários. De forma que grande parte da vila operária passou para as mãos das famílias de operários estáveis.⁵

Essa foi uma conquista importante para que no período seguinte a vida social da cidade se transformasse, passando do âmbito de uma empresa monopólica para uma comunidade de pequenos proprietários de casa. Além do bairro livre resultante de um movimento anterior dos anos 1950, isso se generalizou com essas conquistas por meio daquelas ações trabalhistas.

Quando nós terminamos o trabalho de pesquisa, no início dos anos 1980, avaliamos que havia condições sociais locais para ser construída uma memória a ser transmitida através das gerações.

Os operários estavam de posse de grande parte das casas da vila operária. Isso se deu, de fato, durante um certo tempo, mas depois houve grandes transformações, a empresa faliu, a própria industrialização local, com o distrito industrial de empresas de filiais do Sul do país, também regrediu. Então a cidade industrial passou a ser outra coisa e a memória passou a ser mais difícil de ser transmitida. A não ser pelas dissertações, pelas teses, pelos alunos que vêm nos

5 Esse processo social e histórico pode ser acompanhado no cap. 12 de Lopes (1988).

últimos anos de uma procedência popular e ingressam na universidade. Eles se apropriam dos instrumentos acadêmicos, inclusive para estudar suas origens ou para estudar bairros que viram de passagem e que podem contribuir para essa memória.

Como foi o caso do documentário *Tecido memória* (2008) que nós realizamos e que foi feito a pedido dos sindicalistas daquele momento (eleitos a partir da chapa de oposição sindical Papa-Pelo do final dos anos 1980). Sindicalistas que eram de uma geração proveniente do trabalho nas fábricas do distrito industrial e não da antiga fábrica, mas que queriam a reconstituição da história dos operários da antiga fábrica. Então a memória vai sendo construída por meio de um trabalho historiográfico para que possa ser transmitida para as novas gerações em condições mais difíceis de permanência. Houve alguns movimentos de patrimonialização de objetos reivindicados, como a casa-grande e seu jardim, como as chaminés, mas a cidade foi se transformando, com os terrenos das fábricas se tornando conjuntos habitacionais e edifícios. A composição social vai se transformando.

Queria dizer, para concluir, que esse trabalho de pesquisa com os processos da JCJ, analisando as reclamações, é um trabalho que propicia uma descrição da vida social muito importante, porque aquilo transparece nos processos, como estão mostrando as dissertações e teses que vêm sendo feitas. Eu mesmo, relendo ontem de noite o último capítulo do livro que fiz, para me lembrar, vi que eu recorri ao sindicato para ter acesso aos processos daquele momento e ver a riqueza que aqueles processos propiciavam para o conhecimento dos conflitos locais. E ver ali até pessoas que estávamos entrevistando, que eram nossos pesquisados e amigos, como eles reaparecem naqueles processos. Assim como são importantes os dissídios coletivos, que muitas vezes vão até o nível federal e retornam.

Uma das grandes fontes da história do trabalho é essa da pesquisa que vocês desenvolvem, de uma maneira institucional, com

alunos, com a disseminação da possibilidade de pesquisa, da iniciação científica até o doutorado. É uma prática muito importante que os pesquisadores do trabalho, de várias origens disciplinares, têm que seguir e acompanhar. Eu então, que sou pernambuco-dependente, de muito tempo, vou seguir de perto os trabalhos que vocês têm feito e vão fazer, nessa batalha pela autonomia universitária, pela autonomia da pesquisa, pela continuação do exercício universitário, com a ampliação (ameaçada) da recente expansão de uma base maior de acesso das classes sociais à universidade. Todo esse trabalho historiográfico essencial tem que prosseguir e cada vez mais propiciar continuamente pesquisas importantes.

Referências

ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. (Temas e reflexões; 5).

LOPES, José Sergio Leite. Trajetórias de fundadores de sindicatos operários em situação de dominação produtiva e territorial. In: LOPES, José Sergio Leite; CIOCCARI, Marta (org.). *Narrativas da desigualdade: memórias, trajetórias e conflitos*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. v. 1, p. 55-76.

LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora UnB, 1988. (Pensamento Antropológico).

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 103-114, 1977. v. I. Republicado em: <https://pt.scribd.com/doc/227471467/Camponeses-Brasileiros-Vol-I-NEAD>.

SIGAUD, Lygia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Estudos sobre o Nordeste; v. 10). Disponível em: <http://memov.com.br/site/index.php/livros-e-textos/lista-de-sugestoes/253-greve-nos-engenhos>.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo: Difel, 1976. Republicado em: <https://static.scielo.org/scielobooks/p8pr7/pdf/velho-9788599662922.pdf>.

CAPÍTULO II

A Justiça do Trabalho e o “ajudante de caminhão”¹

Antonio Torres Montenegro²

Primeiros passos

A descoberta do processo³ movido por João Gomes dos Santos, na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) do município de Nazaré da Mata no ano de 1979, num primeiro momento me fez imaginar que estava diante de uma questão trabalhista de um trabalhador rural de algum engenho de açúcar da região.⁴

1 Este texto constitui uma análise da parte inicial do Processo N. 359/79. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata (PE).

2 Professor titular do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordenador do Laboratório de História e Memória da UFPE e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região (Lahm).

3 Processo N. 359/79. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata (PE).

4 Nazaré da Mata é um município brasileiro do estado de Pernambuco, que se estende por uma área de 141,3km², com uma altitude média de 89 metros acima do nível do mar. Sua população é de 30.647 habitantes, sendo 24.704 residentes na zona urbana e 5.943 na zona rural. Localizado na Zona da Mata do Nordeste,

O município, além de ter como atividade econômica predominante a agroindústria açucareira até a presente data, foi em 1979 um dos palcos da mobilização dos trabalhadores rurais desse setor, período em que ocorreu ainda na Ditadura Militar a retomada das greves dos trabalhadores rurais (SIGAUD, 2019, p. 503).

Porém, ao adentrar as páginas do processo e ler o “termo de reclamação” apresentado pelo advogado do trabalhador João Gomes dos Santos, é que descobri sua profissão, *ajudante de caminhão*. Cobrava do patrão, dono da serraria em que era empregado, idêntica pauta de direitos reivindicada por muitos trabalhadores rurais da agroindústria açucareira da região, quando não tinham suas carteiras de trabalho assinadas e eram pagos por produção: João Gomes afirmava que recebia, em média, Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros por semana), portanto, 2/3 do salário mínimo regional do período, que era de Cr\$ 3.186,60 (três mil, cento e oitenta e seis cruzeiros e sessenta centavos); reclamava as férias a que nunca teve direito; também o 13º salário; afirmava que sua jornada de trabalho era de 5h até às 18h, com uma hora para almoço; trabalhava de segunda a sábado e não recebia o repouso remunerado; sua carteira de trabalho nunca foi assinada; não era cadastrado no Programa de Integração Social (PIS); trabalhava nos dias-santos e feriados. Portanto, reivindicava que todos os itens anteriormente relacionados lhe fossem pagos e o registro na carteira de trabalho e no PIS.⁵

faixa litorânea que se estende do Rio Grande do Norte até a Bahia. Nazaré da Mata tem como atividade econômica dominante a produção açucareira. Também esse município foi escolhido para ser a sede de uma das cinco juntas de conciliação e julgamento fora da cidade de Recife, em 1962. A JcJ de Nazaré da Mata atendia 11 municípios: Paudalho, Carpina, Aliança, Timbaúba, Vicência, Macaparana, São Vicente Férrer, Limoeiro, Bom Jardim, João Alfredo e Orobó.

5 Processo N. 359/79. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata – PE. p. 2.

Trilhas paralelas. Trilhas conexas

Escolhi construir esta narrativa histórica recuperando algumas reflexões da “operação historiográfica” como inspiração. Início pelos desafios que são colocados sobre o fazer historiográfico, ou seja, “o que fabrica o historiador quando faz história” (CERTEAU, 2000, p. 65).

Os leitores de Certeau conhecem a análise e a proposta da operação historiográfica, que significa a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). No entanto, essa formulação programática geral é elaborada a partir da relação indissociável entre a sociedade e o significado da história para as diferentes formações sociais, ou como afirma: “Da reunião dos documentos à redação do livro, a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade” (CERTEAU, 2000, p. 74). Logo, esse é o primeiro tópico que irá operar como sinal na história a ser narrada neste texto, tendo como referente o processo trabalhista movido por João Gomes contra o patrão, proprietário da serraria em que trabalhava. Agrego a essa reflexão a recomendação de Certeau para o historiador não adotar uma postura de consumidor, ou seja, receber “passivamente os objetos distribuídos pelos produtores” (CERTEAU, 2000, p. 80).

Reporto-me a Paul Ricoeur quando distingue entre o fato e a narrativa (RICŒUR, 2007, p. 189-190). Leio o presente processo como um registro de um acontecido, um fato, uma reclamação trabalhista. No entanto, distinguir “o fato” da narrativa que o modela, ou a urdida em que é tecido o acontecido ao apresentar-se publicamente, significa ter em mente que a equipe da JcJ da Justiça do Trabalho (JT) no município de Nazaré da Mata em Pernambuco narra uma história da perspectiva daquele órgão do estado.

O historiador, ao estabelecer o desvio, o deslocamento analítico, construirá outra narrativa. Opera de outro tempo histórico e de

outro espaço, em que diferentes documentos são confrontados e novas perguntas são formuladas àquele litígio trabalhista que, como resto do passado, alcança o tempo presente como documento arquivado no Lahm.⁶

Dessa maneira, a trilha teórico-metodológica que opero representa o processo trabalhista como documento institucional, que se configura em narrativa no passado e atende a certo ordenamento político, social, cultural e econômico de uma determinada formação social em um tempo e lugar. Ou nas palavras de Certeau:

[...] a história se define inteiramente por uma relação da linguagem com o corpo (social) e, portanto, também pela sua relação com os limites que o corpo impõe, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto outro (passado, morto) do qual se fala (CERTEAU, 2000, p. 77).

Logo, ao estudar/analisar historiograficamente esse processo, estou atento a não assumir o lugar de ventríloquo do registro documental, ou pontuar, realçar e repetir resumidamente o que já está relatado. O desafio projetado é o de construir outra leitura/escrita a partir das questões formuladas do tempo presente, em estreito diálogo com a narrativa oficial instituída no processo trabalhista.

O registro documental

Ao percorrer os registros nas páginas do processo, realizo uma leitura que apreende positivamente o passo a passo dos conceitos e palavras que “no passado” apresentam de forma organizada e disciplinada o confronto legal entre o trabalhador e o patrão diante do juiz togado e dos dois juízes classistas.

6 O Lahm encontra-se localizado no 4o andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE. Além da pesquisa presencial, é possível acessar mais de 20 mil processos trabalhistas pelo *site*: <http://memoriaehistoria.ufpe.br/>.

A escrita não fala do passado senão para enterrá-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto, ela honra e elimina. Aqui a linguagem tem como função introduzir no dizer aquilo que não se faz mais. Ela exorciza a morte e a coloca no relato, que substitui pedagogicamente alguma coisa que o leitor deve crer e fazer (CERTEAU, 2000, p. 108).

Nas páginas transcritas e datilografadas pelo diretor de secretaria das sessões na JCT, denominadas “Ata da sessão”, realizadas para julgar o “Termo de reclamação” do trabalhador João Gomes dos Santos contra o patrão, Joaquim Pinto, o texto apresenta um fato que passou, que não mais existe. Ou seja, o enfrentamento legal das partes em litígio.

As sessões de julgamento com a presença das partes tiveram início em 29 de janeiro de 1980. Essa primeira sessão de julgamento, iniciada às 10h20, foi presidida pelo juiz doutor Francisco Osani de Lavor, acompanhado pelo juiz vogal dos trabalhadores, Benedito Arcanjo da Silva, e pelo juiz vogal dos patrões, Alberto Jorge de Oliveira.⁷

Consta que estavam presentes João Gomes dos Santos – declarado ajudante de caminhão –, seu advogado Severino de Souza Silva e o patrão Joaquim Pinto, que não estava acompanhado de advogado.

O patrão realiza a fala inicial e desqualifica diversos itens do “Termo de reclamação” apresentada por João Gomes. Pelo ordenamento que se encontra registrado no processo, o patrão Joaquim Pinto afirmou: que João Gomes não foi despedido; que trabalhava por produção, sem horário fixo, e que não realizava horas extras; que o trabalhador não era efetivo, fazia biscates; que nunca trabalhou nos dias-santos e feriados; que o tempo de serviço era de

7 A Emenda Constitucional no 24, de 9/12/1999, extinguiu o juiz vogal na JT. As reclamações trabalhistas, julgadas em 1ª instância pelas juntas de conciliação e julgamento (formadas por um juiz togado, um vogal representante dos empregados e um vogal representante dos empregadores), passaram a ser julgadas nas varas do trabalho, compostas de juiz singular (togado).

aproximadamente cinco anos; que não registrou a carteira de trabalho porque João Gomes não solicitou; e que tinha condições de provar tudo o que acabava de afirmar. Porém, em caso de condenação – no que afirma não acreditar –, solicita a compensação do aviso prévio por não ter despedido João Gomes, e aguarda que o pedido seja julgado como improcedente. E nada mais consta registrado sobre essa sessão no processo.⁸

A sessão seguinte foi designada para a data de 6 de fevereiro de 1980, às 9h (portanto, no prazo de uma semana), quando ocorrerá o interrogatório das partes, o depoimento das testemunhas e a apresentação das demais provas da parte do trabalhador, assim como da parte do patrão. É também informado que devem comparecer independentemente de notificações.

Como previsto, na semana seguinte é realizada a segunda sessão, que é registrada nos autos como “Ata de instrução e julgamento da reclamação nº 359/79”. Algumas mudanças são observadas em relação aos juízes: o juiz presidente da sessão anterior é substituído pela dra. Ana Liba Pitman – juíza em exercício –, o juiz classista dos trabalhadores é substituído pelo suplente vogal Nativo Almeida do Nascimento⁹ e também o vogal dos patrões passa a ser o suplente José Cavalcanti do Rego Barros.

Nessa sessão “de instrução e julgamento” o patrão não comparece, porém envia por um portador de nome José Bernardo da Silva um atestado médico para justificar sua ausência.¹⁰ Iniciada a sessão, o atestado é contestado pela juíza, por não apresentar reconhecimento de firma. A juíza também afirma que poderia ter enviado um preposto, não sendo imprescindível a presença do patrão Joaquim Pinto. Na continuidade da sessão, o trabalhador João Gomes é

8 Processo N. 359/79. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata (PE). p. 14.

9 Nativo Almeida do Nascimento foi presidente da Fetape no período de 1972 a 1978. Ramos (2011, p. 256).

10 Processo N. 359/79. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata (PE). p. 17.

dispensado do interrogatório e passam a ser ouvidas as testemunhas por ele arroladas.

A primeira testemunha foi o funcionário público Manoel Lourenço da Silva, de 46 anos, casado, alfabetizado, residente na vila Dr. Domingos de Abreu, em Nazaré da Mata. Afirmou nunca ter trabalhado para o patrão de João Gomes; disse conhecer o trabalhador desde criança e que prestaram serviço militar juntos. Por essa razão está autorizado para ratificar que João Gomes começou a trabalhar na serraria em 1970. Confirmou que o trabalhador iniciava a jornada por volta das 5 ou 5h30 da manhã, pois passava necessariamente pela sua porta; também observava que ele trabalhava nos dias-santos e feriados, e que soube da demissão do colega pelo vigia de uma mata que reside próximo a sua casa.

Em seguida, é ouvida a segunda testemunha da parte de João Gomes. Declara-se José João da Silva, também exerce a profissão de ajudante de caminhão, reside em Nazaré da Mata à Rua Eugênio Pimenta, nº 411, tem 32 anos, casado, analfabeto. Afirma que já trabalhou para Joaquim Pinto, durante dois anos e dois meses, e que, no período em que começou a trabalhar, João Gomes já era empregado na serraria. Destaca que o trabalhador em pauta começava a trabalhar por volta das 6h e às vezes só largava o trabalho por volta das 21h, inclusive nos feriados e dias-santos. E conclui afirmando que tem conhecimento de que João Gomes foi demitido.

Encerrado esse segundo depoimento, a terceira testemunha é dispensada a pedido do próprio João Gomes.

São registradas ainda nessa sessão as razões finais apresentadas pelo advogado Severino de Souza Silva, que defende o trabalhador. Reafirma a pauta de reivindicações trabalhistas, que constam na inicial, ou seja: horas extras; indenização por tempo de serviço; férias de 1970 a 1979; pagamento de feriados e dias-santos; repouso remunerado; anotação da carteira profissional; cadastramento no PIS; aviso prévio; horas extras. Também contesta os argumentos que

o patrão arrolou pessoalmente em sua defesa, na sessão do dia 29 de janeiro de 1980, quando disse que João Gomes não tinha direito a horas extras, que não havia sido despedido, que trabalhava por produção, que o horário de trabalho era incerto, que não prestava serviço em dias-santos e feriados, e que fazia biscates.

O advogado ainda observou que o patrão, em sua fala na primeira sessão, quando foi o emissário da sua própria defesa, não contestou o pedido de férias, de 13º salário, de indenização, o que significava o reconhecimento tácito de que João Gomes fazia jus a esses direitos trabalhistas.

E acrescenta que o trabalho realizado por João Gomes não pode ser considerado biscate, como alegado pelo patrão, pois ele próprio reconheceu que João Gomes trabalhava na serraria há cinco anos. E para reforçar o argumento de que João Gomes não fazia biscate, o advogado cita a doutrina jurídica: para haver “trabalho efetivo requer-se unicamente que o serviço desempenhado constitua uma necessidade permanente da empresa”¹¹ e não um serviço acidental, ou que o serviço não faça parte das atividades normais e constantes da empresa. Também destaca o advogado que as testemunhas ouvidas confirmaram a pauta de direitos trabalhistas pedidos na inicial. Em face do exposto, o advogado requer a procedência do pedido e a condenação do patrão para que pague o que foi pedido, acrescido de juros e correção monetária.

Consta ainda na ata de registro dessa sessão que a proposta de conciliação estava prejudicada em face da ausência do patrão ou do seu representante legal.¹²

11 Processo N. 359/79. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata (PE). p. 16.

12 Processo N. 359/79. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata (PE). p. 15-16.

Literatura e processo trabalhista

No processo em que João Gomes dos Santos reivindica direitos trabalhistas não cumpridos pelo patrão Joaquim dos Santos, há alguns tópicos que considero não serem alvo de controvérsias. Será a partir deles que dou sequência ao desvio analítico, proposto nesta narrativa historiográfica, de forma a construir outra leitura dos documentos que não mimetize as palavras e a narrativa da história que é possível ler no processo.

O trabalhador afirma que esteve empregado na serraria de Joaquim Pinto, que recebia em torno de c\$ 500,00 semanais e nunca recebeu 13^o salário, férias, nem teve a carteira assinada e tampouco aviso prévio quando foi demitido.

Destaco, nessa passagem, reivindicações de direitos trabalhistas que foram apresentadas e não foram alvo de contestação por parte do patrão Joaquim Pinto. Esse, ao fazer sua própria defesa perante o juiz presidente e os juízes classistas, disse que João Gomes era um trabalhador eventual, realizava biscate, porém afirmou que ele trabalhava há cinco anos e não desde 1970. E que não assinou a Carteira de Trabalho e Previdência social (CTPS) por ele não a ter trazido para colher sua assinatura. Também não contestou que o ajudante de caminhão recebia em torno de 2/3 do salário mínimo e que não pagara férias, nem 13^o salário.

Logo, é possível ler nos registros documentais oficiais desse termo de reclamação que o não pagamento de direitos trabalhistas regulamentados por lei é relatado como um fato natural. Ou seja, João Gomes não ter a carteira de trabalho assinada, receber 2/3 do salário mínimo e, durante cinco anos, segundo o patrão, ter estado a sua disposição para o que ele, patrão, denomina trabalhos eventuais, e ainda ser desqualificado como trabalhador “biscateiro”, tudo isso é narrado como um fato regular e normal perante a Justiça.

A própria fala do patrão registrada no processo é atestado da naturalização de práticas abusivas das condições de trabalho. Ou seja, não existe qualquer constrangimento da parte do patrão diante da JCJ da JT ao “confirmar” prática de contratar trabalho que precariza a vida e “fere” a dignidade do trabalhador. Ao mesmo tempo, a JT, ao acolher o discurso do patrão, reconhece que tal prática não incorre, *a priori*, em nenhum crime legalmente previsto.

Ao trilhar nosso desvio, é possível retomar a reflexão de Certeau, quando observa que “a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade” (CERTEAU, 2000, p. 74). Ou seja, uma sociedade que manteve o trabalho escravo até o final do século XIX, e após o fim desse regime de trabalho e de vida não implementou políticas efetivas de educação escolar e de distribuição de terras, possibilita instituir os níveis de exploração praticados na forma que se encontra registrada no processo.

É com a memória da exploração descrita nesse processo que estabeleço uma relação com o livro *Os supridores*. Tenho também como referência a relação entre literatura e realidade que diversos escritores vêm contemporaneamente reafirmando, ao serem indagados se sua escrita tem relação com acontecimentos ou com fatos vivenciados.¹³

13 O escritor e tradutor Eric Nepomuceno, no texto “Gabriel García Márquez: duas anotações para um perfil”, no livro *Cem anos de solidão*, que traduziu para a Editora Record, escreve: “Assim, foi fácil confirmar a verdade de uma de suas frases mais conhecidas: ‘Não há uma única linha do que escrevo que não tenha como base a realidade’”. In: Márquez (2009, p. 32). A escritora Conceição Evaristo, no livro *Becos da memória*, afirma: “Nesse sentido venho afirmando: nada que está narrado em Becos da memória é verdade, nada que está narrado em Becos da memória é mentira. Ali busquei escrever a ficção como se estivesse escrevendo a realidade vivida, a verdade. Na base, no fundamento da narrativa de Becos está uma vivência, que foi minha e dos meus”. In: Evaristo (2017, p. 11). E o escritor Aharon Appelfeld, em entrevista para Philip Roth, ao comentar sobre seus livros, aponta para a experiência da escrita que, na minha leitura, se avizinha do que afirma Conceição Evaristo: “A realidade do Holocausto transcendeu qualquer imaginação. Se eu permanecesse fiel aos fatos, ninguém me acreditaria. Mas

José Falero, por meio da trilha literária, narra no livro *Os supridores* as vivências cotidianas de trabalhadores(as), o conformismo de alguns e a revolta de outros, em razão das condições de trabalho e de vida a que são submetidos pelo regime legal do salário mínimo. Para o personagem Pedro, empregado de supermercado, “[...] é melhor morrer do que ter uma vida que nem a minha. Eu, na real, nem posso dizer que eu vivo; eu sobrevivo” (FALERO, 2020, p. 24). Em outra passagem, esse personagem se indigna com a resignação da mãe que trabalha de faxineira, e comenta: “Desculpa, mas eu não entendo como tu consegue te conformar com o jeito que a gente vive. Pra que a gente, trabalha, então? Olha bem, mãe: a gente trabalha só pra não morrer de fome! Isso não te chateia?” (FALERO, 2020, p. 125).

Ao ler o que se encontra documentado na reclamação trabalhista do ajudante de caminhão João Gomes, constata-se que ele sequer recebe um salário mínimo, ou tem sua carteira de trabalho assinada, e o patrão desqualifica seu trabalho ao nomeá-lo de biscate.

Consta ainda no processo que, enquanto João Gomes assinou uma procuração para dois advogados realizarem sua defesa, o patrão compareceu à primeira sessão de julgamento dessa reclamação trabalhista desacompanhado de representante legal.

A sentença da juíza Ana Liba Pitman

Ao ler o processo da perspectiva do tempo que o trabalhador aguarda pela decisão da JT, entre a data do início do processo, em 17/12/1979, e a audiência em que é apresentada a sentença da juíza, em 14/2/1980, se passaram quase dois meses. Ao refletir sobre as

a partir do momento em que escolho uma menina, um pouco mais velha do que eu era naquela época, retiro ‘a história da minha vida’ das garras poderosas da memória e entrego-a ao laboratório criativo”. Conversa em Jerusalém com Aharon Appelfeld. *In*: Roth (2008, p. 37).

condições de vida das duas partes em litígio, é possível concluir que para o patrão nada se alterou, a serraria não dependia do trabalho de João Gomes para continuar a funcionar. Porém, para o trabalhador – sem a carteira de trabalho assinada, até àquela altura não teria direito ao seguro-desemprego – não há registro sobre se conseguiu novo trabalho após ser demitido.

Na sessão de 14 de fevereiro de 1980, em que a juíza propala a sentença, não há registro da presença das partes ou dos seus representantes, apenas estão presentes os dois vogais e o representante da secretaria. A reclamação é julgada procedente e, após ser proferida, os dois juízes classistas apoiam na íntegra a decisão.

Na sentença, a juíza Ana Liba, após reapresentar todos os itens da reclamação trabalhista reivindicada por João Gomes dos Santos, também registra e contesta os argumentos da defesa apresentados oralmente pelo patrão na audiência do dia 29 de janeiro de 1979. Em seguida, assinala que não houve proposta de conciliação e que não foi dado valor à causa.

Historia que na audiência para apresentação das provas o patrão não compareceu e enviou uma pessoa com um atestado médico para justificar a ausência. A sessão prosseguiu com instrução dos autos ouvindo duas testemunhas da parte do trabalhador.

Para finalizar, a juíza repete o relato do defensor do trabalhador que reafirmou e justificou a pauta de reivindicações de João Gomes e contestou os argumentos aventados pelo patrão, ainda na primeira audiência.

Após essa breve síntese do histórico da reclamação, da contestação realizada por Joaquim Pinto e da audiência de instrução, Ana Liba Pitman discorre sobre os preliminares processuais.¹⁴ Fundamenta juridicamente sua sentença e antecipa com diversos

14 Preliminares processuais são objeções que poderão modificar ou até extinguir os pedidos do autor na ação, a exemplo da prescrição.

argumentos possíveis as contestações por parte do patrão. Os argumentos jurídicos estão organizados em quatro tópicos: da proposta de conciliação; do valor da causa; da ausência do patrão na audiência de instrução; do atestado médico.

Comenta a juíza, baseada no jurista Coqueijo Costa, que o fato de não ter havido proposta de conciliação não configura nulidade, “porquanto era ônus do demandado comparecer, não havendo omissão, apenas impossibilidade de sua efetivação”.¹⁵ No tópico sobre o valor da causa, diz a juíza que a ausência do patrão também não gera nulidade e fundamenta seu argumento em sentença do jurista João Antonio Pereira Leite. Em relação ao tópico que trata do não comparecimento de Joaquim Pinto na audiência de instrução das provas, primeiro afirma Ana Liba que o processo não operou à revelia do patrão, pois ele se defendeu na audiência de 14 de janeiro de 1980. E, por fim, analisa a juíza o atestado médico apresentado por um portador do patrão, em que justifica as razões pelas quais ele *não prosperou*. São diversos aspectos assinalados para a não aceitação do referido documento: primeiro, não há reconhecimento de firma; segundo, é datado do dia da audiência, sem especificar a hora e o local do atendimento; terceiro, no atestado consta que Joaquim Pinto não poderia ausentar-se por 24 horas do seu domicílio, embora residisse no bairro da Torre, distante da residência do médico – Olinda – ou mesmo do consultório na Ilha do Leite.

Dessa maneira, segundo a juíza, era impossível o atestado com data do mesmo dia da audiência ser apresentado na 1ª J de Nazaré da Mata às 9h da manhã, além do fato de a especialidade do médico ser pediatria e puericultura.

E conclui as “preliminares” com a seguinte recomendação ao patrão: “poderia e deveria o ajuizado, em prova de boa-fé, ter-se feito representar por preposto que trouxesse, inclusive, as suas

15 Processo N. 359/79. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata (PE). p. 18.

testemunhas. Há que se acatar o organismo judiciário evitando embaraços a sua atividade”.¹⁶

A etapa seguinte da exposição da juíza contempla o mérito da reclamação trabalhista. Ela encontra-se dividida em três tópicos: a contestação da reclamação proclamada pelo patrão, a prova testemunhal e a decisão.

A juíza Ana Liba inicia sua análise jurídica da contestação apresentada oralmente por Joaquim Pinto recorrendo ao tropo linguístico da ironia,¹⁷ ao afirmar que o contraditório do patrão “é uma joia em matéria de contradição. Taxa o reclamante de biscateiro e lhe reconhece um tempo aproximado de cinco anos”.¹⁸ E que, apesar de afirmar que não havia vínculo empregatício entre ele e o ajudante de caminhão João Gomes, declarou oralmente que não assinou sua carteira de trabalho porque não lhe foi apresentada, ou seja, vínculo empregatício reconhecido. E aponta a juíza que o empregador não cumpre com os artigos 41 e 48 da *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT). Também informa a magistrada que não foram apresentados argumentos suficientes para negar as horas extras reivindicadas, já que é dito apenas que o horário do trabalhador não era certo. E assinala que não houve contestação ao fato de o trabalhador reivindicar o não pagamento de férias, repouso semanal e apenas 2/3 do salário mínimo.

E para concluir quanto ao mérito da reclamação, no tópico “da prova testemunhal”, assinala a juíza que ela foi realizada por João Gomes, autor da ação, que “corroborou tempo de serviço, jornada

16 Processo N. 359/79. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata (PE). p. 18.

17 Tropo linguístico da ironia. A retórica clássica, segundo Lausberg, somente classifica como tropos a sinédoque, a antonomásia, a ênfase, a lítotes, a hipérbole, a metonímia, a metáfora, a perífrase, a ironia e a metalepse. Lausberg (1980).

18 Processo N. 359/79. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata (PE). p. 18.

extraordinária, trabalhos aos feriados e dias-santos e ocorrência de demissão. E que em face do exposto defere ‘*in totum do pleiteado*’¹⁹

Em face do exposto nos preliminares e no mérito, a juíza condena o patrão a pagar ao trabalhador o total de Cr\$ 141,289.40 (cento e quarenta e um mil, duzentos e oitenta e nove cruzeiros e quarenta centavos) e mais o valor de Cr\$ 3.325,00 de custas e Cr\$ 4,00 de emolumentos. Ou seja, João Gomes, segundo a juíza, deixou de receber no período de quase uma década de trabalho o correspondente a 46 salários mínimos, aproximadamente.

E assim a presente decisão foi proposta, votada e prolatada em audiência, sendo então lavrada a ata devidamente assinada.

Considerações finais: desvio analítico possível

Após a leitura pontual dos registros documentais das três audiências da reclamação trabalhista, apresento uma análise, com os referenciais teórico-metodológicos formulados ao longo deste texto, a partir dos rastros que vêm do passado neste documento.

O discurso e o comportamento do patrão na primeira audiência, quando realizou sua própria defesa oral, e na segunda audiência, quando enviou um atestado médico para justificar a ausência, dão a ver que na relação patrão empregado Joaquim Pinto não reconhece deveres ou obrigações legais. Não admite o trabalhador como um cidadão de direitos. E o fato de defender-se sem assessoria de um advogado e realizar afirmações consideradas contraditórias pelo advogado do trabalhador e pela juíza são indiciários de um comportamento patronal que acredita poder pautar as próprias decisões da JcJ de Nazaré da Mata. Dessa maneira, em minha leitura, não se trata de contradição, mas de um patrão que se pensa com poder capaz de decidir como a JcJ deve julgar.

19 Processo N. 359/79. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata (PE). p. 18.

Conclui Joaquim Pinto sua defesa oral com a seguinte afirmação: “Requer, ainda, em caso de condenação no que não acredita o reclamado, a compensação do aviso prévio, por não ter despedido o reclamante e espera finalmente a improcedência do pedido”.²⁰

No entanto, não é apenas na relação com o trabalhador que o patrão age para anular, ou apagar o trabalhador como cidadão de direitos. Também a própria JT é alvo da sua ação no sentido de desconstruir a JT como instância de poder do estado com poderes para atuar nesses tipos de conflito.

Em outros termos, leio a prática do patrão com o trabalhador nas dependências da JCJ como similar à maneira como pensa e age em relação à JT. Afinal, esse órgão do estado acolhe o trabalhador João Gomes como cidadão pleno de direitos, enquanto o patrão se encontra na condição de réu. Logo, resiste em reconhecer “o poder” da JT como mediadora desse conflito.

E essa resistência a reconhecer o lugar institucional da JT encontro também registrada pela juíza Ana Liba, sobretudo em dois trechos da sua sentença. Primeiro, quando dos preliminares, aponta a inconsistência jurídica do atestado médico: “Tudo indica tenha sido pré-datado. Principalmente, poderia e deveria o ajuizado, em prova de boa-fé, ter-se feito representar por preposto que trouxesse, inclusive, as suas testemunhas”.²¹

E destaca a juíza ao final: “Há que se acatar o organismo judiciário evitando embaraços a sua atividade”.²²

Assim, podemos compreender que, da mesma maneira com que o patrão desqualifica o ajudante de caminhão que durante 10 anos

20 Processo N. 359/79. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata (PE). p. 14.

21 Processo N. 359/79. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata (PE). p. 18.

22 Processo N. 359/79. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata (PE). p. 18.

trabalhou para a serraria, a JT também não é reconhecida como instância que exige das partes comportamentos protocolares adequados.

E a juíza apresentar o mérito da reclamação, e comentar a defesa realizada pelo patrão, sinaliza que ele, ao proferir sua defesa sem qualificar-se previamente, revela que não reconhece na JT uma instância de poder do estado que requer atendimento aos procedimentos legais.

Assim, afirmo que esse comportamento é capaz de demover a magistrada do seu lugar de imparcialidade ao pronunciar-se sobre o mérito da sentença:

[...] é uma joia em matéria de contradição. Taxa o reclamante de biscateiro e lhe reconhece um tempo aproximado de cinco anos. Revela, ainda, que teria assinado a Carteira de Trabalho do mesmo se lhe tivesse sido apresentada. Vínculo empregatício, pois reconhecido.²³

Em face dos fatos relatados, por meio do estudo das primeiras sessões da ação trabalhista movida por João Gomes, ajudante de caminhão, contra o patrão dono da serraria, é possível refletir historicamente sobre como esse segmento da sociedade resiste em reconhecer o trabalhador como cidadão de direitos. E também a própria JT como fórum adequado para restabelecer as condições dignas de vida e trabalho para esse amplo segmento da sociedade no Brasil.

Referências

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FALERO, José. *Os supridores*. São Paulo: Todavia, 2020.

23 Processo N. 359/79. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata (PE). p. 18.

LAUSBERG, Heinrich. *Linguística românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de solidão*. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2009.

RAMOS, Carolina. Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a Contag (1964-1985). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROTH, Philip. *Entre nós: um escritor e seus colegas falam de trabalho*. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SIGAUD, Lygia. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. In: LOPES, José Sergio Leite; HEREDIA, Beatriz (org.). *Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

O lugar do ensino de História Desafios para as licenciaturas¹

Marieta de Moraes Ferreira²

A proposta deste artigo é discutir os desafios para a afirmação do Ensino de História nas graduações de História. Ainda que nos últimos tempos essa área venha conquistando maior relevância, muitos desafios ainda estão em pauta para serem enfrentados.

Para atingir esses objetivos, pretendemos acompanhar o percurso da expansão dos programas de pós-graduação acadêmicos e seu impacto nas licenciaturas, os debates e embates acerca da indissociabilidade do ensino e pesquisa para a formação dos professores e a urgência de rever o lugar do Ensino de História, considerando os saberes históricos escolares.

1 Este artigo incorporou informações e análises de textos de minha autoria já publicados (FERREIRA, 2013; 2016).

2 Doutora em História, professora emérita do Instituto de História (IH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenadora nacional do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) (2012-2018) e pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Publicou inúmeros trabalhos, merecendo destaque *A história como ofício* (2013), da Ed. FGV.



A partir dos anos 1970, o crescimento do sistema de pós-graduação se expandiu de forma significativa. Nesse contexto, começou a se delinear um novo modelo de curso de História, em que a pós-graduação e as atividades de pesquisa passavam a ocupar um lugar-chave, com investimentos expressivos para estruturar os mestrados em detrimento da graduação (FERREIRA, 2016). Até essa década, as mudanças, inovações ou permanências dos cursos de graduação estavam direcionadas para a formação de professores da Educação Básica. Esses cursos, que ficavam a cargo das faculdades de filosofia, ciências e letras, tiveram como preocupação básica a formação dos professores apenas como transmissores de conhecimento. Os graduados obtinham os títulos de bacharel e licenciado, mas, na prática, o destino da grande maioria era o magistério.

Por outro lado, a instauração do regime militar alterou significativamente o sistema universitário e, com a consolidação dos programas de pós-graduação tornando-se crescente, ocorreu uma tendência a se valorizar a pesquisa em detrimento da docência, com alguns professores, inclusive, oferecendo resistência a realizar o trabalho com a graduação. Ao longo do tempo, a atividade de orientação e as possibilidades de articulação entre ensino e pesquisa, mais facilitadas na pós-graduação, foram ganhando dimensões e prioridades. Ao mesmo tempo, as graduações começaram a se adaptar aos novos tempos, buscando ampliar as atividades de pesquisa por meio do desenvolvimento das monografias de final de curso e da introdução das bolsas de iniciação científica. Com essas iniciativas, o foco das graduações passou a ser formar pesquisadores para ingressar nos programas de pós-graduação, não oferecendo ferramentas para sua atuação como professores, destino maior dos cursos de licenciatura.

Simultaneamente, a instauração do regime militar alterou significativamente não somente o sistema universitário, mas também a

organização do sistema educacional na Educação Básica, por meio da legislação aprovada em 1971 (Lei nº 5.692/71) que instituiu as licenciaturas curtas e, no caso das graduações de História, o curso de Estudos Sociais (SAVIANI, 1997).

O debate sobre o formato ideal para as licenciaturas, sobretudo no que diz respeito à distribuição entre as disciplinas de formação pedagógica e as de conteúdo, foi uma constante na trajetória para esse tipo de formação e voltou à cena com intensidade com o processo de abertura política e a redemocratização.

Em 1986, foi publicado o *Diagnóstico e avaliação dos cursos de História no Brasil*, documento resultante dos trabalhos de um grupo de consultores convocados pela Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério de Educação e Cultura (MEC). O documento, elaborado após ampla consulta a diversas instituições, questionava a existência dos Estudos Sociais e recomendava a supressão dos cursos de licenciatura curta recém-criados em todo o Brasil.

O processo de redemocratização no país marcou a reformulação das licenciaturas plenas de História com a definição de um perfil de curso como um lugar em que se pensava e se produzia conhecimento histórico (SILVA, 2019). Essa tendência estava sintonizada com o crescimento dos programas de pós-graduação e o desenvolvimento das pesquisas no campo da História. Era um momento importante de consolidação científica do campo. A formação de um historiador pesquisador era a tônica desse processo. A legitimidade e o reconhecimento dos cursos passavam pelo estabelecimento de laços, cada vez mais próximos, com a pesquisa.

Essas discussões que se estenderam pela década de 1980 apontavam para uma demanda de educação voltada para a formação de cidadãos, o que deveria ser refletido em todos os níveis de ensino

e, especialmente, na formação de professores. A aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), em 1996, a partir do projeto apresentado ao Senado por Darcy Ribeiro, foi o auge desse processo de amplo debate social sobre a educação.

Paralelamente a essas transformações no Ensino Básico, a expansão de programas de pós-graduação explicitava de forma mais clara a oposição entre a formação de professores e a de pesquisadores, entre a licenciatura e o bacharelado. Na área de História, seria exatamente ao longo dos anos 1970 que surgiriam os primeiros cursos de mestrado de acordo com as novas diretrizes, o que gerava fortes impactos nas graduações.

A defesa da indissociabilidade entre ensino e pesquisa

Nas décadas de 1980 e 1990, os programas de pós-graduação de História se expandiram de forma ainda mais expressiva no país e as atividades de pesquisa ganharam um novo impulso, graças ao apoio das agências de financiamento governamentais.

De outro lado, a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) trouxe uma preocupação maior com a formação dos professores, e um de seus maiores impactos se deu com a determinação de um mínimo de 300 horas de duração para a disciplina Prática de Ensino na formação docente, uma expressão da relevância atribuída pela Lei à experiência em sala de aula. Como resultado, alguns cursos de História buscaram apropriar-se da responsabilidade sobre esse novo contingente de horas, procurando integrar-se ao processo de formação de professores ao invés de delegá-lo somente aos Departamentos de Educação.³ Mas isso não implicou a constituição de consensos no

3 Posteriormente, foi homologado o Parecer CNE/CP 28/2001, do Conselho Nacional de Educação, fixando diretrizes para a formação de professores da

que se refere ao formato das licenciaturas e, conseqüentemente, ao perfil do professor de História. Ainda permaneceu nas discussões pós-LDB, de 1996, a dicotomia entre ensino e pesquisa; mais especificamente, entre licenciaturas e bacharelados. A necessidade de superação do dilema entre ensino e pesquisa e a busca pela formação de um professor-pesquisador aparecem largamente tanto nos documentos governamentais quanto nas propostas curriculares dos cursos e das entidades docentes.

No caso dos cursos de História, o que se verifica é uma constante preocupação com a integração entre as duas formações: a do pesquisador e a do professor por meio da tese da indissociabilidade do ensino e da pesquisa para a formação docente. Essa preocupação, contudo, nem sempre se reflete na organização curricular dos diferentes cursos, em que, frequentemente, as disciplinas de bacharelado são somadas às disciplinas pedagógicas, oferecidas e geridas pelas faculdades de educação para compor o currículo da licenciatura.

De uma maneira geral, apesar da profusão de debates e da discussão pedagógica produzida a partir de 1996, na enorme maioria dos cursos de licenciatura em História persistia a valorização do pesquisador em detrimento do professor e a separação entre academia e ensino, que desconsiderava as especificidades das pesquisas para a História escolar. Nas universidades de maior prestígio, espaços em que deveríamos encontrar professores qualificados para exercer o magistério, frequentemente nos deparamos com a resistência dos docentes às discussões sobre o ensino da disciplina. Postulava-se a necessidade de iniciativas que apontassem para a integração entre os dois mundos, que reconhecessem a importância de uma real aproximação, porém ainda não se encontravam os caminhos efetivos para tal.

Educação Básica em que a carga horária mínima para a prática como componente curricular foi elevada para um total de 400 horas. Brasil (2002b).

O artigo de Júlia Silveira Matos e Adriana Kivanski de Senna, “Mestrado Profissional de História e a formação docente para a pesquisa” (MATOS; SENNA, 2013), apresenta um quadro importante das tensões existentes no interior das graduações em História e mesmo dos conflitos entre o bacharelado e a licenciatura, chamando a atenção para as inconsistências do discurso sobre a união entre ensino e pesquisa, já que os meios de avaliação da atuação docente são definidos em termos de sua produção na qualidade de pesquisador. Como desdobramento de seus argumentos, as autoras criticam a visão de que o docente seria apenas um executor das pesquisas realizadas pelos “historiadores” bacharéis em História e defendem que a docência é o principal espaço de colocação profissional do historiador. Assim, sejam bacharéis ou licenciados, ambos acabam por se inserir no mercado de trabalho como docentes.

Esses debates e divergências ganhariam novas cores com a aprovação das Diretrizes Nacionais Curriculares de História (DNCH) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores (DCNFP), a partir do início dos anos 2000, que estabeleciam que as universidades brasileiras estariam obrigadas a seguir as novas orientações estabelecidas. De acordo com os documentos oficiais, os cursos de formação de professores para a Educação Básica em funcionamento deverão se adaptar à Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, do DCNFP, no prazo de dois anos (BRASIL, 2002a).

Ainda, segundo as avaliações de Renata Augusta dos Santos Silva (SILVA, 2019, p 174), as novas diretrizes estabeleciam como exigência uma redefinição das licenciaturas em História e em outras áreas do conhecimento, em que o ensino em âmbito escolar deveria receber uma atenção especial, isto é, fazer com que o aluno da graduação fosse capaz de dominar os conteúdos básicos que seriam ensinados na Educação Básica bem como métodos e técnicas pedagógicas para sua transmissão. Assim, a partir do texto da DNCH, os colegiados dos cursos de licenciatura em História deveriam estruturar sua grade

de disciplinas, programas e áreas de acordo com as orientações DCNFP. As questões do ensino de História e da prática pedagógica eram colocadas no centro das atenções. Em consonância com esses objetivos, ficou estabelecido o aumento das horas de atividades práticas, num total de 400 horas de prática como componente curricular que deveriam estar inseridas na estrutura curricular dos cursos de História. Isso significava dizer que a formação para a docência deveria estar distribuída ao longo de todo o curso e articulada com as disciplinas específicas dedicadas aos saberes disciplinares, e não apenas as disciplinas pedagógicas.⁴

Uma questão que emergia dessas novas orientações era a separação obrigatória dos cursos de licenciatura e bacharelado, buscando extinguir o modelo tradicional, em que os alunos interessados em terem formação docente cursavam as disciplinas específicas e, no último ano, as pedagógicas, obtendo ao mesmo tempo os dois diplomas.

Diante dessas novas exigências, qual seria o perfil do novo curso de licenciatura? Que estratégias adotar para conciliar o professor/pesquisador/historiador? As respostas a essas perguntas têm sido objeto de muitas discussões e de elaboração de respostas distintas dependentes das trajetórias de cada curso (FERREIRA, 2020).

4 Como definido nas Diretrizes Nacionais Curriculares para a Formação de Professores (DCNFP): “§ 20 A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor. § 30 No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática. Art. 13. Em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar. § 10 A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema. [...] Art. 14. Nestas Diretrizes, é enfatizada a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados”. O § 30 expõe claramente que a prática deverá estar presente “no interior dos cursos” (BRASIL, 2002a).

Mas, de toda forma, a despeito dessa nova legislação, muitas graduações de História se mantiveram distantes da incorporação das novas diretrizes por acreditarem que as novas normas rompiam com a desejada indissociabilidade entre ensino e pesquisa, ou seja, a premissa de que a formação do professor de História não pode estar separada da formação do pesquisador em História.

Essa percepção, se, por um lado, colocava em evidência pontos relacionados com a própria identidade dos cursos, por outro, provocava uma forte resistência no interior dos departamentos/institutos de História ao enfrentar as questões relacionadas com o ensino de História.

Esse quadro de desafios a serem enfrentados para a análise do afastamento dos cursos de História da discussão do ensino de História para a Educação Básica tem recebido atenção de alguns autores. O livro de Erinaldo Cavalcanti, *A história encastelada e o ensino encurralado* (CAVALCANTI, 2021), é um caso exemplar desse tipo de preocupação. Nesse trabalho, o autor procura demonstrar como os historiadores que praticam a História como disciplina científica não conseguem estabelecer vínculos com as demandas sociais e os problemas da vida concreta do cidadão. Um desdobramento desse argumento é a afirmação do encastelamento da História como atividade de pesquisa e a marginalização do ensino de História da Educação Básica. Renata Augusto dos Santos Silva, em sua tese de doutorado (SILVA, 2019), apresenta uma detalhada discussão sobre as resistências para tratar da natureza distinta da pesquisa na esfera escolar e da urgência de reformulação das licenciaturas. Igualmente, as pesquisas de Flávia Caimi (2001) já chamavam a atenção para o fato de que, até o final do século xx, um número expressivo de trabalhos que focavam o ensino de História estava localizado nas faculdades de educação, indicando a falta de interesse pelo tema nos cursos de História.

A permanência desse quadro de desprestígio da formação docente e o formato das licenciaturas mesmo após as reformulações do início do século XXI (BRASIL, 2002b) se constituem em indicadores das dificuldades a serem enfrentadas.

Contudo, novas iniciativas passaram a ser implementadas por meio da criação da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DFPEB) na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a partir de 2009, cujo objetivo era estimular o desenvolvimento de pesquisas na área de Ensino, passando a lançar editais como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Observatório da Educação, duas iniciativas para revalorizar a Educação Básica. Assim, além de medidas direcionadas para as licenciaturas nas graduações, pode-se perceber um movimento focalizado na expansão de programas de pós-graduação com ênfase no ensino.

No caso específico da área de História, um artigo de Helenice Rocha e Ricardo Pimenta (ROCHA; PIMENTA, 2016) apresenta uma interessante análise da expansão de pesquisas da área de Ensino de História por meio de um levantamento dos programas de pós-graduação e das dissertações produzidas. Nesse artigo, fica evidenciado como, ao longo dos anos 2010, são reestruturados antigos programas de pós-graduação e criados novos tendo como área de concentração ou linha de pesquisa o Ensino de História. Essas iniciativas possibilitaram o desenvolvimento de estudos sobre os saberes históricos escolares e a formação de professores. Ainda assim, Caroline Pacievitch, em artigo publicado em 2018, apresenta um balanço dos estudos sobre formação de professores que destaca que esse tema continua concentrado nos cursos de Educação e raramente é realizado nas pós-graduações de História. Essa constatação nos indica que a temática ainda enfrenta dificuldades na área de História e no redesenho das licenciaturas, evidenciando que os debates e as

disputas sobre o formato das licenciaturas, e como deve se efetivar a formação dos professores de História, continuam em pauta.

Esse contexto de debates demonstrados nesses trabalhos sofrerá um impacto significativo com novas reformas educacionais implementadas pelo Ministério da Educação (MEC) no intuito de promover uma reformulação da Educação Básica mediante a aprovação da Base Nacional Curricular (BNCC), a Lei de Reformulação do Ensino Médio, em 2017, e da Base Nacional Curricular para Formação de Professores, de 2019, que colocam em tela a questão da formação dos professores e o próprio formato das licenciaturas de maneira geral e das de História em particular.

Em decorrência dessa nova legislação, os cursos de licenciatura no interior das instituições de ensino superior tornaram-se objeto de debates intensos e reformulações para além da comunidade acadêmica, “visando superar as dicotomias referentes aos binômios bacharelado-licenciatura” (FERNANDES; FERREIRA; NOGUEIRA, 2020, p. 18).

Diante disso, produzir uma reflexão acerca das licenciaturas com o objetivo de repensar e valorizar a formação dos professores torna-se uma questão urgente. O diagnóstico dominante consiste numa crítica ao perfil atual das licenciaturas, que não estimula uma reflexão sobre a prática docente, mas, ao contrário, concentra todas as atenções nas atividades de pesquisa e na preparação para uma pós-graduação acadêmica, indo na contramão do que de fato a maioria dos discentes fará após a conclusão de seus estudos: lecionar em escolas, públicas e privadas, do Ensino Básico.

Por outro lado, os licenciandos em geral se sentem pouco preparados para as tarefas que serão as suas no futuro: deslocar o que aprenderam na graduação para a complexa sala de aula de colégios, lidar com crianças e adolescentes, e dialogar e se expressar diante desse público específico.

No caso particular das graduações de História, as questões em torno do formato do curso têm provocado acirrados debates e

resistência à implementação da separação das entradas para o bacharelado e para a licenciatura, ao aumento da carga horária e à criação de disciplinas voltadas para o ensino de História (CARVALHO, 2021).

Contudo, se a importância de se pensar a licenciatura como o foco central da graduação em história está na ordem do dia, e uma maior atenção na preparação dos licenciandos para a atividade docente tem se mostrado mais frequente, os professores de ensino superior que estão à frente das reformas associadas aos cursos da área parecem ignorar os debates que correm por fora do âmbito universitário.

Assim, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as discussões relativas à reestruturação do ensino médio estão distantes das preocupações que norteiam as tentativas de reformulação das licenciaturas nas universidades, ficando as decisões concentradas nos gestores municipais e estaduais, e representantes da rede pública de Ensino Básico.

Alternativas para revalorizar o ensino de História

Não podemos, no entanto, deixar de registrar o significado do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), cujo trabalho pode trazer contribuições para esses embates.

A experiência com mestrados profissionais, ao iniciar-se o século XXI, já não era uma novidade nas comunidades acadêmicas. Embora fosse alvo de resistência de alguns segmentos universitários, havia alguns anos essa modalidade de curso vinha se constituindo em diferentes áreas de conhecimento. Esse foco na aplicabilidade do conhecimento, na equação entre teoria e prática, e na exigência de intervenção e impacto social para os resultados obtidos, se por um lado tornou os mestrados atraentes, por outro suscitou muitas resistências.

A preocupação com a formação continuada de professores acabou estimulando a criação dos mestrados profissionais em ensino em rede, que levou ao surgimento do Mestrado Profissional em Matemática

(ProfMat) (2011), do Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras) (2011) e do Mestrado Profissional em Artes (ProfArtes) (2013).

As iniciativas de organização dessa modalidade de curso também se fizeram sentir na área de História. Em 2012, por estímulo da própria Capes e da coordenação da área de História, o projeto do ProfHistória em rede nacional, tendo como âncora a UFRJ e reunindo 12 universidades de diferentes localidades, foi apresentado à Capes para avaliação e aprovado em agosto de 2013. Em junho de 2014, o processo seletivo foi realizado com sucesso e a primeira turma foi iniciada em agosto seguinte com 148 alunos, sendo 128 bolsistas. De acordo com os últimos dados disponíveis, o ProfHistória contabiliza 39 núcleos distribuídos em todos os estados da Federação, que contam com 524 docentes credenciados, 1.145 alunos matriculados e 771 egressos.

As avaliações positivas sobre a performance do ProfHistória têm demonstrado seu impacto na atuação dos egressos. As propostas de inovação, cuja meta é melhor preparar os docentes para atuar no Ensino Básico, têm sido reflexo dos debates acerca do papel da educação na luta contra a desigualdade e na conscientização de setores sociais, assuntos que encontravam eco nas universidades. É importante destacar, ainda, o estímulo engendrado no âmbito do ProfHistória no que tange às atuações nas graduações de História, no processo de reestruturação das licenciaturas e na formação dos professores.

Mas além de iniciativas voltadas para o campo da pós-graduação – não só por meio do ProfHistória, mas também de novas linhas de pesquisas dedicadas ao tema –, é preciso repensar a questão da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa e, especialmente, a natureza da pesquisa necessária para a formação do professor e para a sua atuação na sala de aula.

Mas qual seria o entendimento do que é a formação de um professor de História? Acreditávamos que fazer com que o aluno de graduação conseguisse construir um raciocínio histórico, visando

desenvolver um pensamento crítico e compreender como se constrói o conhecimento histórico seria suficiente para garantir a indissociabilidade do binômio ensino e pesquisa e formar o professor. Assim, a questão específica de como ensinar não estava no nosso horizonte, não sendo levada em consideração a complexidade da relação entre a História acadêmica e a História escolar e os desafios para a transmissão do conhecimento acadêmico. De acordo com essa perspectiva, um aluno da licenciatura que dominasse com competência os saberes específicos do conhecimento histórico já reunia em si todos os recursos para ser um bom professor da Educação Básica, ou seja, basta conhecer os conteúdos para estar preparado para exercer a docência.

Discordar dessa premissa e problematizar a relação entre ensino e pesquisa são fundamentais para um melhor entendimento da natureza da pesquisa na História escolar e especialmente ressaltar a visão de que a sala de aula da Educação Básica é um lugar, sim, de criação e pesquisa, ainda que ela seja diferente da pesquisa historiográfica e acadêmica, e que ensino e pesquisa para dar aula possuem natureza distintas.

Não se trata de não reconhecer que o professor, para dar sentido ao que ensina, busca no saber acadêmico “subsídios que lhe permitam produzir versões coerentes com seus pontos de vista e que tenham uma base de legitimidade dentro do campo”, mas é importante que

reconheçamos o professor como um autor que constrói um texto de saber e a sala de aula como um espaço de ação e produção de saberes. Este entendimento passa também pelo reconhecimento da complexidade da relação entre a história acadêmica e a história escolar (SILVA, 2019, p. 253).

Algumas possibilidades importantes para enfrentar esses desafios podem consistir em apresentar como se constrói o conhecimento

histórico por meio do trabalho com diferentes tipos de documentos visando permitir as distinções e relações entre memória e História.

O trabalho com documentos traz uma real possibilidade de estudar as ações das pessoas envolvidas e afetadas em diferentes conjunturas e demonstrar como as situações históricas e políticas tornaram possível a concretização de determinados eventos e, assim, explorar a complexidade do passado. Esse tipo de exercício pode ser muito útil no ensino básico por fornecer as ferramentas para o aprendizado do trabalho de pesquisa, ensinando a fazer as perguntas “quem, quando, por que, para quem e como foram produzidas, difundidas e preservadas” as fontes históricas.

Nessa perspectiva, deve merecer atenção especial o trabalho com a História Oral, que, por suas características próprias, pode ser um laboratório para a crítica das fontes, inspirada pela análise dos depoimentos, e pode ter efeito político quando aplicada aos documentos contemporâneos manipulados pela mídia e por interesses eleitorais imediatos.

Com o uso dessa metodologia, pode-se acessar não só o universo simbólico dos indivíduos e grupos sociais, mas as entrevistas também permitem e devem ser utilizadas pelos professores como fontes de informação. Utilizadas como os demais documentos históricos, as entrevistas precisam ser analisadas de forma crítica, submetidas a contraprovas, para serem materiais capazes de fornecer pistas e informações preciosas, muitas inéditas, impossíveis de serem obtidas de outro modo.

O método de pesquisa que a História Oral disponibiliza e a própria subjetividade das fontes orais obrigam o profissional de História a valorizar o trabalho com as versões, a enfrentar as distorções, os silenciamentos, e pensar o pluralismo dos fatores que intervêm em todas as transformações e permitem refutar os pensamentos dominantes e mecanicistas derivados de uma visão ideologizada que se pretende neutra.

Em tempos em que os professores são acusados de doutrinar seus alunos, o trabalho com depoimentos que expressem a diversidade de versões e de pontos de vista pode ser um exercício rico e atraente para desenvolver a capacidade crítica e apontar caminhos para a aprendizagem e para a verificação, testagem e fidedignidade das informações. Esse tipo de trabalho com as fontes orais, já tão consolidado em vários campos de pesquisa, pode trazer significativas contribuições para o Ensino de História e para a sala de aula.

Para finalizarmos, poderíamos dizer que as reformas educacionais, a separação efetiva entre os cursos de licenciatura e bacharelado, e as críticas aos modelos das licenciaturas, em especial no campo da História, têm amplificado os debates e levado a comunidade dos historiadores a dedicar maior atenção à questão do Ensino de História na Educação Básica.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. 2002a.

BRASIL. Parecer CNE/CP 28/2001, aprovado em 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 18 ago. 2002. Seção 1, p. 31. 2002b.

CAIMI, Flávia Eloisa. *Conversas e controvérsias: o ensino de História no Brasil (1980-1998)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

CARVALHO, Luiz Henrique. *Mudanças no Currículo da Licenciatura em História da UFRJ*: disputas na formação dos professores de História. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CAVALCANTI, Erinaldo. *A história encastelada e o ensino encurralado*: escritos sobre história, ensino e formação docente. São Paulo: Editora CRV, 2021.

FERNANDES, José Henrique Paim; FERREIRA, Marieta de Moraes; NOGUEIRA, Jaana Flávia Fernandes (org.). *O novo ensino médio e os itinerários formativos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Universidade e ensino de História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da História, a formação de professores e a Pós-graduação. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício*: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

FUNDAÇÃO CAPES. *Mestrado Profissional: o que é?* 2014. Disponível em: www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/mestrado-profissional-o-que-e. Acesso em: 26 ago. 2021.

FUNDAÇÃO CAPES. *ProfHistória*. Disponível em: www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/1452014-folder-profhistoria-pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

INSTITUTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Pós-graduação – ProfHistória*. Disponível em: <https://profhistoria.ufrj.br/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. Mestrado Profissional de História e a formação docente para a pesquisa. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 6, ago. 2013.

PACIEVITCH, Caroline. Formação de professores de História no Brasil: um panorama de pesquisas. In: GIL, Carmem Zeli de Vargas; MASSONE, Marisa Raquel (org.). *Múltiplas vozes na formação de professores de história: experiências Brasil-Argentina*. Porto Alegre: EST Edições, 2018.

ROCHA, Helenice; PIMENTA, Ricardo. Quando o ensino de história vira tema de pesquisa: o ensino de história na pós-graduação. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 51-83, dez. 2016.

SAVIANI, Demerval. *A Nova Lei da Educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1997.

SILVA, Renata Augusta dos Santos. *A quem cabe formar o professor de história? Caminhos e debates em torno de um ethos de formação*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CAPÍTULO IV

Como ressignificar o ensino de História na sala de aula? Algumas questões sobre História, tempo e narrativa

*Erinaldo Vicente Cavalcanti*¹

Para começo de conversa...

O título deste texto pode sugerir que existe algum procedimento metodológico que, uma vez aplicado, seja capaz de ressignificar o ensino de História no cotidiano da sala de aula. Não existe. A primeira sentença do título em forma de pergunta serve como uma questão/problema para que reflitamos acerca dos desafios ligados à complexa tarefa de ensinar história nos tempos atuais.

É importante situar o leitor acerca de como o texto surgiu e do lugar de onde escreve seu autor. As reflexões foram, inicialmente, formuladas para a mesa-redonda “Ensino de história: desafios e propostas”, como parte integrante da programação do IX Seminário do

1 Professor adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA), líder do Grupo de Pesquisa Interpretação do Tempo: Ensino, Memória, Narrativa e Política (iTempo) e um dos membros criadores da Red Panamazónica para la Formación y Enseñanza de la Historia (Repamfeh).

Laboratório História e Memória (Lahm) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob a coordenação do professor doutor Antônio Torres Montenegro, a quem deixo expresso meu agradecimento. Essa edição teve como temática central “Historiografia: rastros e vestígios documentais do/as trabalhadores/as”.

As reflexões sobre o Ensino de História como um campo de produção de saber e tema a ser estudado, pesquisado e problematizado começaram a fazer parte do meu percurso em 2008. Naquele momento, recebi o convite da Editora Moderna para escrever um livro didático para o estado de Pernambuco, destinado aos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Desde então, minha caminhada acadêmica era, simultaneamente, atravessada pelas reflexões que envolviam meu objeto de tese (à época, estudava a Ditadura Militar no interior de Pernambuco) e por alguns debates no campo do Ensino de História, em especial os que envolviam questões sobre livro didático, narrativa e ensino de História.

Como já narrei em outros textos (CAVALCANTI, 2021), o desafio de escrever um livro didático para crianças e professores (sobretudo aqueles com formação em outra área do conhecimento: a Pedagogia) proporcionou-me muitos aprendizados dos quais destaco apenas um, pois ele se encontra em estreita sintonia com a proposta de diálogo deste texto.

Durante o processo de produção do livro didático, percebi que não sabia dialogar por meio da escrita com quem não era historiador. Dito de outra forma, percebi que não sabia escrever uma narrativa de forma inteligível para crianças e professores que não eram historiadores especializados. O processo foi árduo. Conteí com a ajuda de importantes e competentes profissionais, e juntos conseguimos produzir o livro (CAVALCANTI, 2010).

Desse aprendizado resultaram muitas questões/problemas que me impulsionam no cotidiano de minhas ações como professor do magistério superior que se dedica a refletir, estudar e contribuir

com o debate no campo do Ensino de História. Entre elas, destaco a necessidade do debate contínuo acerca do ensino de História como tema de interesse central da História e lugar de produção de conhecimento, espaço de formação docente. Este texto é, portanto, fruto desse percurso.

Continuando a conversa...

É oportuno destacar que o campo do ensino de História é um espaço regrado por diferentes normas de produção de saber. Nele existem importantes reflexões sobre diferentes temáticas em diálogo com distintos fundamentos epistemológicos. Trata-se de um lugar de fronteira, conforme defende a professora Ana Maria Monteiro (2007). Mas uma fronteira porosa que permite conexões, diálogos, trocas, experimentos e produção de saberes vindos da História, Educação, Didática, Sociologia e Psicologia, para citar os “vizinhos” mais próximos. Entre os pares que transitam por esse campo, encontramos ricas reflexões que contemplam as relações que envolvem o currículo como lugar de disputa, a escola como espaço produtor de saberes, os professores como agentes construtores de conhecimentos e os livros didáticos como importantes ferramentas de trabalho e produtores de narrativas. Estamos falando, portanto, de um campo disputado, um campo no qual nada está dado e garantido *a priori*. Todas as práticas que identificamos estão imersas em diferentes disputas.

Entre as disputas identificadas, cabe destacar – para as reflexões aqui apresentadas – aquelas que estão imersas nos debates sobre o que ensinar na aula de História na Educação Básica. Trata-se de uma “área minada” no campo da História e do próprio Ensino de História. Os embates e enfrentamentos que presenciamos sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foram indicativos do quão disputado é o debate quando discutimos, afinal, o que devemos ensinar nas aulas de História da Educação Básica (MIRANDA; ALMEIDA,

2020; ABUD, 2017). Em outras palavras: que conteúdos devemos ensinar aos nossos estudantes durante os Ensinos Fundamental e Médio? Quem é professor(a) sabe que essa pergunta pode gerar uma “guerra” em certos espaços – da academia ou da escola – se for sugerida a supressão de alguns conteúdos. Há colegas de trabalho que se sentem quase donos de certos temas ou conteúdos, e não querem abrir mão deles por nada, como se fosse possível ensinar, na Educação Básica, toda a história da humanidade.

Toda essa celeuma pode ser desencadeada apenas quando discutimos sobre “quais os conteúdos a ensinar”. Questões como aprendizagem, avaliação e formação profissional (PEREIRA; RODRIGUES, 2017) quase não foram mencionadas entre aqueles que levantaram suas armas para guerrear, ou melhor, usaram sua escrita para atacar. Deram entrevistas para jornais da grande mídia (periódicos de imprensa interessados na manutenção de certa história, todos sabemos) atacando a primeira versão preliminar da BNCC, acusando uma parte dos pesquisadores e pesquisadoras do campo do Ensino de História de estarem propondo um “brasilcentrismo” ou de estarem defendendo o “lulopetismo”. Sim, as disputas chegaram a esse nível.

A minha imersão no campo do Ensino de História – em diálogo com dezenas de amigos(as) e colegas que já transitam nele há muito mais tempo – me permite, hoje, compreender que, independentemente do conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, o professor de História dos Ensinos Fundamental e Médio precisa ter clareza sobre o que se espera que os(as) estudantes da Educação Básica aprendam com a História ensinada.

Essa não é uma questão retórica. Não se trata de um discurso apenas para endossar certos discursos pomposos do meio acadêmico, como encontramos com bastante frequência. Quando um(a) professor(a) decide lecionar certo conteúdo em sala de aula, o que ele(ela) quer que seus(suas) alunos(as) aprendam com aquela temática? A depender das respostas que sejam atribuídas a essa pergunta,

abrem-se diferentes caminhos e possibilidades de refletir sobre a necessidade urgente de repensar um ensino de História que esteja minimamente conectado com as demandas do tempo presente em que se encontram os estudantes e os(as) professores(as).

Expandindo a conversa: o que se espera que os alunos da Educação Básica aprendam com a história ensinada?

O filósofo francês Paul Ricœur fez a seguinte indagação:

[...] assumi a perspectiva de um estudante de segundo grau, que declara entediarse com a história e a geografia. Eu fiz a mim mesmo a seguinte pergunta: o que é que suscita a hostilidade em relação ao ensino de história ou, pelo menos, o que a torna tão pesada e suspeita? (RICŒUR, 2012, p. 369).

Particularmente, gosto das provocações formuladas pelo filósofo quando questiona o que torna a história ensinada aos alunos da Educação Básica tão enfadonha, chata e com pouco ou nenhum poder de atração. Por que a história ensinada – ou uma parte dela – continua não despertando atenção e interesse entre os jovens estudantes? Essas não são perguntas com respostas fáceis. Associar uma resposta – seja ela qual for – à possível falta de interesse dos jovens para os estudos, literalmente, não resolve o problema. A história ensinada envolve, entre outras variáveis, a História como área de conhecimento, o ensino como espaço de atuação profissional, os jovens como aprendizes e os docentes como profissionais de uma área. Dessa forma, não tem sentido responsabilizar apenas os alunos quando se percebe que a história ensinada não desperta o interesse dos estudantes.

No cotidiano escolar, temos dezenas de variáveis que impactam as relações de ensino e aprendizagem, e que, por extensão, interferem na maneira como os estudantes se relacionam com a história ensinada: condições físicas das escolas, baixos salários dos docentes

desse segmento de ensino e pouco reconhecimento profissional da profissão, para citar apenas três, pois a lista seria grande. Todavia, a despeito dessas e de outras dificuldades, é necessário ampliar a discussão dentro do nosso espaço de atuação, o que torna a história ensinada tão indigesta para os estudantes. Nesse sentido, Paul Ricœur indaga:

Como ligar o ensino de história à preocupação com o presente e com o futuro que os adolescentes podem experimentar? Essas questões colocam-se na realidade porque a história, aquela que os historiadores contam e tentam explicar e interpretar, parece estranha ao que os homens fazem e experimentam (RICŒUR, 2012, p. 369).

O historiador alemão Jörn Rüsen (2015) também contribui com o debate e aponta importantes reflexões. Para ele, à medida que a História foi se constituindo como ciência, abandonou o interesse pela compreensão da vida cotidiana de homens e mulheres, priorizando apenas as questões teórico-metodológicas. Com essa opção, a ciência histórica deixou de se preocupar em entender as demandas de orientação no tempo dos homens e das mulheres em sua vida prática. Para ele, o ensino de História seria o caminho formal, legal e institucional pelo qual essa ciência poderia – e poderá – interferir nas formas como os cidadãos compreendem seu tempo e nele atuam.

No campo da epistemologia da História, Ricœur defende que um possível caminho para enfrentar tais questões pode ser encontrado na relação com o tempo. Para ele, temos que aprender a ensinar que o passado tinha (e tem) uma história, que o passado tinha um futuro. Que o passado já foi presente e que o futuro que hoje vivemos (outrora presente) não estava determinado. O presente precisaria ser o centro de interesse da história ensinada e o foco de reflexão da História acadêmica ou científica. De tal modo, compreender a dimensão presente dos tempos se tornaria uma via possível para experienciar a possibilidade de reduzir a distância entre a História feita pelos historiadores e aquela vivenciada pelos jovens estudantes.

Compreender o(s) presente(s) do(s) tempo(s) pode parecer apenas mais uma sentença de difícil entendimento. Todavia, no campo do Ensino de História, significa, entre outras coisas, entender o que desejamos que os estudantes da Educação Básica aprendam com os conteúdos de História que ensinamos. Implica, pois, priorizarmos um ensino que potencialize a compreensão do tempo presente em que estamos imersos. Significa refletir, afinal, para que servem as histórias que ensinamos.

Talvez tenhamos que encarar de frente a pergunta, muitas vezes, desconfortável: qual a serventia de ensinar os conteúdos que ensinamos aos nossos estudantes da Educação Básica? Por extensão, essa pergunta se desdobra em outras: para que serve o que escrevemos e o que publicamos sobre os passados que mobilizamos no presente por meio de nossos objetos de pesquisa? Que utilidade há em ensinar, pesquisar e escrever o que ensinamos, pesquisamos e escrevemos? Refletir acerca desses questionamentos não significa que se almeje criar um cardápio para apresentar objetos de pesquisa e conteúdos de ensino em uma relação hierárquica de importância. Entretanto, se tivermos dificuldade em responder a essas questões, isso pode ser um sinal de que alguma coisa está fora do lugar. A questão é colocada para que possamos refletir em que medida as nossas análises, pesquisas, escritas e histórias que ensinamos dialogam com a vida de homens e mulheres que não fazem parte do mundo acadêmico. Que sentido e significados mobilizamos quando nos apropriamos do passado humano para o ensino, a pesquisa e a escrita?

É importante não perder de vista que, antes mesmo de o passado servir à ciência histórica, ele serve à vida prática e cotidiana de homens e mulheres. Ou seja, o passado tem uma função prática no dia a dia dos homens. É o lastro da experiência pelo qual os homens interpretam suas relações no tempo e compreendem e atribuem sentido às ações cotidianas no presente. E, por meio dessas interpretações, projetam suas perspectivas de futuro.

Essas análises nos permitem refletir sobre os questionamentos levantados por Paul Ricoeur acerca do distanciamento entre a história ensinada e a vida dos jovens na sala de aula. Longínqua das demandas ligadas à vida prática e cotidiana, a História produzida pela ciência – ou por uma parte dela – tem oferecido uma interpretação voltada, predominantemente, para fins acadêmicos/científicos. Preocupada em atender apenas aos princípios metodológicos, a interpretação fornecida pela ciência histórica abandona ou não prioriza sua capacidade de orientação e, por conseguinte, distancia-se das questões práticas da vida cotidiana de homens e mulheres. Que tipo de interpretação oferecemos ao pesquisar, escrever e ensinar o que pesquisamos, escrevemos e ensinamos?

É importante deixar claro que, ao expressar que a ciência histórica – ou uma parte dela – se encontra distante da vida cotidiana dos cidadãos, não estou com isso querendo defender que as singularidades do processo de produção da narrativa histórico-científica sejam demolidas. A reflexão não é para dissolver as especificidades das formas de produzir cientificamente o discurso da ciência histórica a qualquer custo ou de forma indiscriminada.

Não se trata de almejar a produção de uma narrativa histórico-científica construída à semelhança dos discursos históricos produzidos no cotidiano da vida prática. Nesse sentido, a discussão sobre o distanciamento serve para pontuar um isolamento – e seus desdobramentos – e tensionar a reflexão para pensar em estratégias de reaproximação entre a história pensada, pesquisada, escrita e ensinada pelos professores historiadores e aquelas vividas e praticadas pelos jovens no dia a dia. Nesses termos, a crítica é para nos impelir a criar narrativas que não potencializem o isolamento. Formas de narrar que promovam uma reaproximação entre o “narrar cientificamente” e o “narrar cotidianamente”. Com isso, não se pretende abandonar as regras que regem a oficina que habitamos. Antes, é preciso refletir como reordenar o manancial teórico-metodológico que resulte em

um produto narrativo e que amplie, no cotidiano das pessoas, os usos da história como mecanismo de orientação temporal.

Nessa perspectiva, o desafio é operarmos uma reaproximação que reconheça a necessidade de nos reconectarmos com as demandas cotidianas de homens e mulheres sem abandonar o manejo próprio do narrar histórico em sua configuração científica. Assim, concordo com Rüsen ao afirmar:

A ciência da história tem mesmo que enfrentar a crítica de ter-se afastado das carências de orientação da vida prática até o extremo da insignificância. Não é raro encontrar, entre os profissionais de história, a ideia de que os conhecimentos que produzem valham por si mesmos, sem necessidade de recorrer ao contexto histórico-cultural em que são obtidos, para explicar seu sentido e significado e, no caso de serem contestados, fundamentá-los. Por mais que a história como ciência especializada se entenda como um “empreendimento”, que parece subsistir por conta própria, não se pode negar que esse empreendimento não existiria, se não fosse constituído pelas carências de orientação de seu contexto (RÜSEN, 2015, p. 76).

Nesse sentido, torna-se necessário refletirmos em que medida nossas escolhas acerca do que ensinamos têm contribuído com a interpretação do presente no nosso tempo (no qual nossos estudantes estão imersos) e em que medida têm contribuído com a orientação no tempo daqueles atores a quem se destina o ensino de História.

Sabemos, todavia, que a escolha sobre o que ensinar em sala de aula não depende, exclusivamente, da vontade pessoal do(da) professor(a). Há muitas tensões que condicionam as possibilidades nesse campo de disputas: as propostas curriculares para a Educação Básica, as relações de poder praticadas nas escolas, as desafiadoras condições de trabalho onde atuam os(as) professores(as), os livros didáticos, o modelo de formação docente em que os professores realizam a formação inicial, para citarmos apenas algumas. Para

cada uma dessas questões há importantes discussões realizadas por diversos colegas pesquisadores(as) do campo do Ensino de História.

No que diz respeito à formação inicial do professor de História – e, aqui, cabe uma crítica especial a todos nós que atuamos nos cursos de licenciatura em História –, ainda prevalece uma proposta de formação que configura os cursos em quatro blocos temáticos. Em uma configuração de tempo cronológica e linear, os cursos – com algumas exceções – estruturam as temáticas de estudo História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, mudando, às vezes, apenas a terminologia semântica que nomeia as temáticas agrupadas em cada bloco. Nessa configuração, são inseridas as discussões sobre teoria e metodologia, História do Brasil e da América.

Ainda reina, quase que de forma absoluta, o eurocentrismo nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em História. A ciência histórica não é europeia apenas porque tem seu nascimento registrado nesse continente. Conforme podemos observar nas matrizes curriculares, os passados ensinados aos professores, no presente, versam, predominantemente, sobre as histórias europeias, portanto, distantes, longínquas e estrangeiras daquelas experienciadas por eles. São histórias europeias pelos temas selecionados em cada disciplina. São europeias também pelos espaços onde ocorreram os fenômenos estudados e pelas referências obrigatórias indicadas nas bibliografias básicas dos ementários. A partir das temáticas estudadas nas disciplinas obrigatórias das matrizes curriculares, observa-se que essa configuração também aponta indícios de uma História bem próxima aos fundamentos teórico-metodológicos marxistas.

As análises que tenho desenvolvido, desde 2016, sobre os projetos político-pedagógicos dos cursos de licenciatura em História, permitem perceber que a estrutura curricular dos cursos prioriza, essencialmente, a exposição de conteúdos como elemento central na formação dos futuros profissionais formados nessa ciência. O

foco das disciplinas, ao que parece, é efetivamente a transmissão do conteúdo. Por meio dos ementários das matrizes analisadas, percebe-se uma formação profissional centrada nos conteúdos e voltada, predominantemente, para o passado. Dito de outra forma, as matrizes apresentam as temáticas de estudo dos passados antigos, medievais, modernos e contemporâneos, sem oferecer indícios que permitam perceber relações com o presente. Ou seja, os passados são apresentados como conteúdos longínquos, no tempo e no espaço, sem conexão com o presente; um passado apenas passado e não um passado como invenção do presente.

Os cursos pesquisados, via de regra, continuam configurados em matrizes curriculares formatadas no modelo quadripartite, com percursos formativos que priorizam, predominantemente, as disciplinas ligadas à teoria, à historiografia e aos conteúdos historiográficos, ao passo que minimizam as discussões sobre os conhecimentos pedagógicos, como mostram as pesquisas de Mauro Cezar Coelho e Wilma de Nazaré Baía Coelho (2018). Esses cursos, igualmente, relegam as discussões sobre aprendizagem, ensino e livro didático a um lugar de pouca expressividade durante a formação inicial dos professores de História, como mostram as pesquisas de Flávia Caimi (2013; 2015), Margarida Oliveira e colaboradores (2008) e Erinaldo Cavalcanti (2019; 2020a, 2020b; 2021). Via de regra, predomina uma formação centrada no conteudismo, como se para ensinar História a alguma pessoa bastasse conhecer o conteúdo sobre os assuntos a serem ministrados nas aulas.

Para ampliar a conversa: ensino de História, narrativa e livro didático

Flávia Caimi (2015) tem defendido que, para se ensinar História a João – e, aqui, eu acrescentaria “Maria” para não flexibilizar a semântica apenas ao gênero masculino –, é preciso saber de história, saber

de ensino e saber de João-Maria. Pela configuração das matrizes curriculares, apenas o “saber de História” como conteúdo tem sido priorizado nos percursos formativos.

Uma questão que se impõe é reconhecer que os professores formadores de professores – aqui, me refiro a todos, todas e todes que atuam nos cursos de licenciatura em História – sabem pouco (ou nada) sobre o debate que envolve ensino de História e formação docente e sobre aprendizagem. Ao analisar alguns desafios em aprender e ensinar História na Educação Básica, Itamar Freitas (2014) ressalta:

Nos ambientes que temos frequentado, em vários estados do Brasil, percebemos que a ignorância, ou a presunção de domínio sobre a literatura que trata do ensino de história, tem resultado em desenhos curriculares que enfatizam a aquisição de técnicas, instrumentos, ou – como contemporaneamente se costuma dizer – linguagens” (FREITAS, 2014, p. 6).

As discussões sobre ensino de História e formação de professor parece que ainda estão restritas aos colegas que atuam na área do ensino, incluindo o campo do estágio. É como se debater ensino de História e formação de professor fosse uma demanda apenas de alguns poucos que atuam nos cursos de formação, como se os demais, geralmente em maior número, não estivessem também formando professores para atuar na Educação Básica.

Nos percursos formativos, não raro deixamos de priorizar as discussões sobre o ensino e os estudantes a quem se destina o ensino de História da Educação Básica. Assim, torna-se ainda mais desafiador repensar estratégias que reduzam os distanciamentos apontados por Paul Ricœur. No entanto, parece-me que uma possibilidade a ser construída e experienciada reside em redimensionar o foco de prioridade da história europeia – cristã, branca e masculina – para outras histórias e, principalmente, mudar o ângulo de interesse do conteúdo para a narrativa.

Talvez, possamos falar que exista certo consenso entre a comunidade de professores/historiadores de que o acesso aos passados pesquisados, escritos e ensinados só é possível por meio das narrativas que sobrevivem à ação do tempo. As experiências passadas chegam até o presente por meio dos diferentes registros em forma de narrativas, sejam essas jornalísticas, imagéticas, ficcionais, memorialistas, fílmicas, fotográficas ou textual-acadêmicas. De tal modo, direcionar o ângulo de percepção para o processo constitutivo da narrativa didática poderá ampliar a capacidade perceptiva dos estudantes de compreender como os conteúdos trabalhados são, antes de tudo, uma construção interpretativa dos relatos narrativos.

Estudar os conteúdos – compreendendo a tessitura constitutiva das narrativas que deles chegam até o presente, e que se encontram nos livros didáticos – poderá ampliar a interpretação dos estudantes, fazendo-os questionar as diferentes narrativas com as quais lidam cotidianamente. Poderá, também, contribuir para que os estudantes entendam que os conteúdos trabalhados são, antes de tudo, fruto de uma representação narrativa, assim como os demais acontecimentos do mundo de que temos conhecimento.

A principal narrativa consumida na sala de aula, na forma de conteúdos aprendidos e ensinados, é servida por meio dos livros didáticos. A literatura especializada mostra que o livro didático ainda continua sendo a principal – e, às vezes, a única – ferramenta disponível para o professor na sala de aula.² Nessa perspectiva, o livro didático pode ser apropriado e mobilizado como uma “complexa narrativa” pela qual certos passados são produzidos, apresentados e representados de forma escrita em nosso presente. Contudo, atribuir ao livro didático de História a denominação “narrativa

2 Há uma significativa produção acadêmica que tematiza o livro didático como ferramenta de trabalho docente na sala de aula. Sugere-se a leitura de Abud (2007); Miranda; Luca (2004); Oliveira; Stamatto (2007).

complexa” não significa dizer que outras formas de narrativas históricas, ficcionais ou literárias, sejam menos ou nada complexas.

Com essa categorização, deseja-se, tão somente, explicitar o processo de produção da narrativa didática. Ou seja, para apreender o livro didático como narrativa, faz-se necessário mostrar o percurso de produção dessa narrativa. Com isso, é preciso ressaltar que ela é construída por diferentes profissionais de distintas áreas, desde o professor/pesquisador (que escreve o texto no computador) até os profissionais da área de *design* gráfico, editores e revisores, como destacam Cavalcanti (2016) e Bittencourt (2009). Também é indispensável apresentar aos estudantes as condições que tornam possível que determinada narrativa seja construída, sobretudo por meio de políticas públicas garantidas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).³

É fundamental que professores e estudantes compreendam, minimamente, o conjunto de relações que possibilita que tal narrativa seja produzida. Assim, é preciso apresentar as etapas pelas quais a narrativa vai ganhando corpo e existência; ou seja, deve-se mostrar os procedimentos ligados à produção textual e à utilização dos recursos documentais. De igual forma, é importante apresentar, mesmo que de forma rápida, os procedimentos avaliativos e os critérios do PNLD que permitem com que certos enunciados se façam presentes ao passo que outros sejam proibidos de aparecer nas narrativas didáticas. Além disso, é necessário mostrar os procedimentos para a escolha dos livros, desde o momento em que são aprovados até sua chegada à escola.

Nesse sentido, a degustação dos conteúdos, em aula, será dada de forma concomitante com a apresentação do processo de preparo,

3 Há uma vasta e importante quantidade de referências sobre o PNLD como objeto de reflexão para se problematizar o livro didático de História. Nesse sentido, vale a consulta à obra produzida e organizada por Rocha; Reznik; Magalhães (2017), além de Caimi (2018) e Munakata (2012).

explicando, também, quais são os ingredientes, os temperos, os sabores e as formas de apresentação contidos naquela narrativa. Ou seja, ao invés de apenas servir uma narrativa seca, fria e sem sal sobre os conteúdos, também é feita a apresentação de seu processo de fabricação e de seu percurso de preparo. A adição desses ingredientes poderá contribuir para uma boa refeição e evitar, talvez, indigestão ou amnésia.

Assim, as reflexões sobre a narrativa de um determinado conteúdo podem ser ampliadas ao se explorar como os documentos são usados e mobilizados na construção da escrita e como concorrem para representar o acontecimento narrado. Tomando essa sugestão como possibilidade de trabalho, o professor poderá escolher um conteúdo específico e estudar quais documentos os autores usaram como fonte para elaborar as narrativas.

Uma vez experimentada essa proposta, pode-se começar o estudo do capítulo (ou do conteúdo) fazendo um levantamento sobre os tipos de fonte que os(as) autores(as) usaram para escrever a narrativa. Nessa perspectiva, identificam-se quais fontes foram mobilizadas e qual lugar ocupam no texto. O uso da fonte, na produção textual, pode ser acionado para registrar as diferentes versões que o acontecimento estudado desfruta. Esse registro é importante para compreender como cada fonte utilizada pode mostrar, de distintas maneiras, certos aspectos ou dimensões acerca de um mesmo assunto. Nesse sentido, é oportuno ressaltar que as fontes mobilizadas não foram produzidas pelos autores da narrativa didática, nem foram fabricadas com o objetivo de servirem de fonte para um livro de História. Mostram, portanto, que a representação construída pela narrativa histórica não foi uma invenção fantasiosa da cabeça de quem escreveu o texto/livro.

Essa leitura pode ser demasiado óbvia para professores/pesquisadores. No entanto, pode não ser para muitos estudantes da Educação Básica que possivelmente se questionam por que a

narrativa do livro didático é confiável e outra que circula pelas redes sociais, por exemplo, não é. Essa reflexão pode ser acionada, igualmente, para mostrar que o mesmo tema ou conteúdo estudado também desfruta de diferentes versões narrativas a seu respeito, o que também pode ser explorado para mostrar a importância de refletirmos sobre as diversas narrativas que os acontecimentos produzem e para reforçar os perigos de uma história única (ADICHIE, 2019).

Essas abordagens devem ser propostas para que os estudantes compreendam que os documentos mobilizados não são os acontecimentos representados. Assim, acredito que, para professores e alunos, tão importante como usar a narrativa textual dos livros para falar sobre um dado acontecimento é demonstrar os procedimentos constitutivos pelos quais a narrativa foi produzida, ganhou materialidade e pôde ser consumida. Em outras palavras, tão importante quanto saber *o que* se narra, no livro, é compreender *como* se narra.

A professora Carmen Teresa Gabriel Anhorn faz uma importante reflexão sobre as contribuições de Paul Ricoeur sobre a potencialidade da narrativa, como uma espécie de guardião do tempo e da história dos homens no próprio tempo. É a narrativa, pois, que, de forma heterogênea, cria e representa a humanidade. Para a autora, isso significa que

[...] a formação de enredo, no caso da narrativa histórica, traz a possibilidade de apreendê-la como estando sempre aberta a múltiplas inteligibilidades produzidas no encontro entre o mundo do texto (a história ensinada nos livros didáticos e/ou nas aulas dessa disciplina, por exemplo) e o mundo do leitor (as diferentes subjetividades posicionadas como alunos/as de história em contextos escolares) (ANHORN, 2012, p. 202).

Para ampliar a compreensão sobre como a narrativa apresenta e representa o conteúdo narrado, uma possibilidade viável é direcionar o ângulo de percepção para os elementos de sua composição. Assim, caracteres semânticos e gramaticais são importantes elementos que

permitem que a narrativa histórica, como construção verbal, seja configurada de forma inteligível. Quando devidamente articulados, esses elementos permitem que a narrativa produza uma síntese do heterogêneo no plano da representação. Para Paul Ricœur,

[...] na medida em que as personagens da narração – os caracteres – são compostas em intriga ao mesmo tempo em que a história narrada, a noção de identificação narrativa, correlativa daquela de coerência narrativa, é suscetível, por sua vez, de transposições notáveis no plano histórico (RICŒUR, 2007, p. 256).

Para o autor, esses caracteres elevados ao lugar de personagem da narrativa se constituem em elementos-chave e, juntos com o acontecimento sobre o qual se produz uma representação, tornam possível a narrativa histórica. Para ele, “[...] as personagens da narrativa são inseridas na intriga ao mesmo tempo em que o são também os acontecimentos que, juntos, constituem a história narrada” (RICŒUR, 2007, p. 276-277).

Munidos com essas reflexões, é possível conduzir o ângulo de percepção para certas áreas ou certos elementos do tecido da narrativa didática. Como construção verbal, é possível identificar, na narrativa histórica do livro didático, os sujeitos das orações gramaticais, os pronomes de tratamento, a flexão verbal e nominal, os adjetivos e as conjunções para observar que a História é quase sempre produzida e narrada “no” gênero masculino. Esses elementos gramaticais aparecem, quase sempre, flexionados para o sujeito masculino. São, portanto, indicativos de uma determinada maneira de se apreender e escrever a História. No texto principal da narrativa presente nos livros didáticos, a flexão verbal e nominal é, predominantemente, do gênero masculino.

A representação produzida por essa narrativa nos livros didáticos pode ser igualmente explorada, tematizando a presença do gênero masculino nos conteúdos narrados. Ao direcionar o ângulo

de percepção para essa problemática, é possível identificar quais sujeitos aparecem como personagens na representação. Nesses termos, pode ser uma variável interpretativa interessante identificar e catalogar quais são os sujeitos-personagens que aparecem representados na narrativa didática. Ao estudar o chamado Feudalismo ou a Grécia Antiga, por exemplo, pode-se fazer um percurso analítico mostrando quais são os personagens que aparecem na escrita, como aparecem e qual lugar ocupam no acontecimento narrado. Também pode ser adicionado à reflexão o registro sobre quem são os sujeitos em termos de idade, cor, etnia e sexo.

Identificar esses e outros elementos, na representação das histórias narradas, pode e deve contribuir para repensar como a história ensinada é construída, narrada e produzida. Quais visibilidades ela permite. Quais dizibilidades ela constrói. Essas reflexões podem, igualmente, contribuir para ampliar o entendimento acerca de como os jovens ou os idosos são tratados pela História, seja ela escrita e pesquisada pela ciência ou ensinada, aprendida e problematizada na sala de aula. Essa reflexão também se aplica à problemática da “cor” como elemento identificador de um tipo de “raça” ou etnia na História. Como são tratados, atualmente, crianças, mulheres e homens negros? Que lugar ocupam nas narrativas que perfilam os mais variados meios de comunicação? Refletir sobre essas questões pode ampliar o entendimento sobre o lugar ocupado por esses grupos nas representações das narrativas didáticas e no cotidiano das relações da vida prática.

Igualmente importante é refletir sobre a figura da mulher nas narrativas presentes nos livros didáticos. As mulheres quase sempre são invisibilizadas, e não apenas no lugar da autoria da produção das narrativas. Elas são também ignoradas nas referências gramaticais, quando expressões semânticas são flexionadas, na oração, apenas para a concordância com o gênero masculino. As mulheres são esquecidas como personagens constituintes das histórias

narradas. Os acontecimentos sobre os quais se produzem diferentes narrativas nos livros didáticos são protagonizados por homens. Problematizar essas narrativas predominantemente masculinas é ampliar a interpretação sobre o lugar que as mulheres ocuparam no tempo. É ampliar as possibilidades de questionar as funções a elas atribuídas e, por conseguinte, refletir sobre as posições desempenhadas por mulheres e homens no cotidiano da vida prática.

Essas questões podem, também, ser exploradas nos documentos mobilizados na narrativa textual dos livros didáticos. Ou seja, não se deve apenas questionar a ausência ou a presença desses elementos no texto escrito do livro, mas também refletir como essas dimensões ou esses temas aparecem nas fontes documentais em cada capítulo. Explorar as fontes que se encontram usadas nas narrativas didáticas permite ampliar as leituras sobre os conteúdos estudados, como já sinalizado. Permite mostrar como é possível produzir narrativas diferentes sobre um mesmo conteúdo.

As fontes documentais usadas nas narrativas textuais presentes nos livros didáticos também podem ser acionadas para registrar os procedimentos que atribuem confiança e reconhecimento à narrativa histórica, mostrando que aquela fonte tem valor de documento. De tal modo, o recurso da fonte documental pode ser explorado para mostrar e reforçar uma das fases que atribuem sentido e significado à narrativa histórica, chamada por Paul Ricoeur (2007) de fase documental. Esse recurso contribui para atribuir confiança e reconhecimento à narrativa histórica. É possível, pois, reforçar que a utilização de fontes documentais faz parte dos procedimentos metodológicos reconhecidos e validados pelos profissionais (professores/pesquisadores) que atuam nessa área de conhecimento.

Assim, as fontes não estão inseridas nas narrativas didáticas apenas para preencher espaço no *layout* do livro ou para servir de ilustração, quando se trata de uma fonte imagética. Elas são consideradas registros, produzidos pelas atividades de diferentes homens

e mulheres, acerca do conteúdo estudado e representado na narrativa textual. Dessa forma, ao fazer uso das fontes que se encontram presentes nos livros didáticos, os pesquisadores que escreveram a narrativa oferecem ao leitor outros registros sobre o tema narrado. Esses registros fazem parte dos procedimentos metodológicos, exigidos pela ciência histórica como requisito necessário no processo de construção das narrativas, para que essas sejam reconhecidas e consideradas válidas.

Mas não basta apenas usar, mostrar ou citar a fonte. É necessário outro procedimento metodológico. Trata-se da explicação/compreensão que o(a) autor(a) da narrativa textual precisa elaborar. Como ressaltou Paul Ricœur, “[...] quando juntas, escrituralidade, explicação compreensiva e prova documental são suscetíveis de credenciar a pretensão à verdade do discurso histórico” (RICŒUR, 2007, p. 292). Nesse sentido, a fonte documental – que poder ser, inclusive, um testemunho, um relato de memória – é usada como a “matéria-prima” com a qual o autor da narrativa elabora e sustenta sua argumentação explicativa sobre o conteúdo narrado. Como sentenciou Ricœur, “[...] não temos nada melhor do que o testemunho e a crítica do testemunho para dar crédito à representação historiadora do passado” (RICŒUR, 2007, p. 293).

As fontes sustentam a explicação, atribuindo efeito de verdade ao relato escrito e não permitindo que seja elaborada uma narrativa sem regras, normas e cuidados. Esses procedimentos exigem rigor e garantem que a narrativa tenha legitimidade.

Essas reflexões, no entanto, precisam estar devidamente costuradas com os objetivos que se almeja alcançar com o ensino de História. Afinal, é preciso saber, com clareza, para que serve ensinar História. Entender quais os objetivos a serem alcançados com o ensino de História na sala de aula da Educação Básica é condição para se problematizar a narrativa.

Conclusões iniciais

As reflexões aqui indicadas se inserem em um amplo “movimento” de análise desenvolvido por diversas(os) pesquisadoras(es) ligadas(os) ao campo do Ensino de História. Temos clareza de que a História feita na academia precisa reconectar-se e construir outras relações com os segmentos sociais para melhor compreender suas demandas. Da mesma forma, a História, como área de conhecimento e lugar de formação de professor, precisa ter clareza sobre o que espera que os estudantes da Educação Básica – público-alvo para o qual formam seus profissionais – aprendam com os conteúdos ensinados na sala de aula. Isso implica, necessariamente, compreender as demandas que esses alunos têm para com essa matéria escolar. Significa, também, reconfigurar as matrizes curriculares pelas quais os profissionais desse segmento de ensino são formados.

Da mesma maneira, implica reconhecer que necessitamos criar estratégias para que a História, feita e explicada pela ciência, seja mais atrativa e, por conseguinte, menos entediante para os estudantes da Educação Básica. Nesse sentido, um caminho possível parece residir na mudança de prioridade, deslocando o foco de interesse do conteúdo para a narrativa. Nossas demandas do tempo presente nos impelem a priorizar outras histórias a serem ensinadas – outras narrativas que estejam conectadas às experiências de tempo vivenciadas pelos jovens – além daquelas histórias distantes e predominantemente europeias, de homens brancos e cristãos. Precisamos ensinar histórias que versem sobre as experiências de mulheres, de negras, de crianças, de *gays*, de travestis e de pessoas praticantes de credos não cristãos.

Portanto, entender como a narrativa histórica é construída – na versão acadêmica e/ou na versão didática – pode ser um caminho que nos possibilite continuar a criar, relatar, representar, narrar e ensinar. Compreender e nos fazer entender, narrativamente (descrevendo cada fase procedimental da elaboração narrativa da ciência

histórica), talvez possa ser o melhor recurso para enfrentar as disputas de narrativas em tempos marcados pelas *fake news*. Talvez, em alguma dimensão, possamos afirmar que, sem a narrativa, não existe História. Sem a narrativa, não é possível ensinar História. Sem a narrativa, não há mundo nem humano. Sim, a humanidade foi criada pela narrativa.

Referências

ABUD, Kátia Maria. Ensino de história e base nacional comum curricular: desafios, incertezas e possibilidades. RIBEIRO JUNIOR, Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi. (org.). *Ensino de história e currículo*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 13-26.

ABUD, Kátia Maria. A história de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 107-117.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANHORN, Carmen Teresa Gabriel. Teoria da história, didática da história e narrativa: diálogos com Paul Ricœur. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 64, p. 187-210, 2012.

BITTENCOURT, Circe M. F. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2009.

CAIMI, Flávia Eloisa. Sob nova direção: O PNLd e seus desafios frente aos novos contextos político-educativos emergentes. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 14, p. 21-40, 2018.

CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de história? *História & Ensino*, v. 21, n. 2, p. 105-124, 2015.

CAIMI, Flávia Eloisa. A licenciatura em História frente as atuais políticas públicas de formação de professores: um olhar sobre as definições curriculares. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, p. 193-209, 2013.

CAVALCANTI, Erinaldo. *A história “encastelada” e o ensino “encurralado”*: escritos sobre história, ensino e formação docente. Curitiba: Editora CRV, 2021.

CAVALCANTI, Erinaldo. La formación docente inicial del profesor de Historia en Brasil: temas, reflexiones y desafíos. *Revista Ciencias Sociales y Educación*, v. 9, p. 113-135, 2020a.

CAVALCANTI, Erinaldo. O que deve aprender o professor de História? Reflexões sobre aprendizagem, ensino e formação docente. *Revista Roteiro*, v. 45, p. 1-24, 2020b.

CAVALCANTI, Erinaldo. História, livro didático e formação docente: produção, limites e possibilidades. *Revista Antíteses*, v. 11, n. 22, p. 516-532, 2019.

CAVALCANTI, Erinaldo. Livro didático: produção, possibilidades e desafios para o ensino de História. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 262-284, 2016.

CAVALCANTI, Erinaldo. *Pernambuco de muitas histórias*: história do estado de Pernambuco. São Paulo: Moderna, 2010.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baia. As licenciaturas em História e a lei 10.639/03 – percursos de formação para o trato com a diferença? *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, e192224, p. 1-39, 2018.

FREITAS, Itamar. *Aprender e ensinar história nos anos finais da escolarização básica*. Aracaju: Criação, 2014.

MIRANDA, Sonia Regina; ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. Passado, presente e futuro dos livros didáticos de História frente a uma BNCC sem futuro. *Revista Escritas do Tempo*, v. 2, n. 5, p. 10-38, 2020.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de história: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 12, n. 3 [30], p. 179-197, set./dez. 2012.

OLIVEIRA, Margarida Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Felix Batista de (org.). *Ensino de história: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EDUFRN, 2008.

OLIVEIRA, Margarida Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (org.). *O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisa e ensino*. Natal: EDUFRN, 2007.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Ensino de história e passado prático: notas sobre a BNCC. In: RIBEIRO JUNIOR, Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi (org.). *Ensino de história e currículo*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 27-46.

RICŒUR, Paul. O passado tinha um futuro. In: MORIN, Edgar (org.). *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 369-378.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2017.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

CAPÍTULO V

Mover os fragmentos

As oficinas de História do Laboratório História e Memória da UFPE

Pablo Francisco de Andrade Porfírio¹

Em 2015, como professor do Colégio de Aplicação (CAp) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), realizei uma aula com as turmas da 3ª série do Ensino Médio no Laboratório de História e Memória (Lahm). Um ano antes, havia estado como pesquisador do Laboratório para a realização de um pós-doutorado. Avaliei que debater o Governo Vargas e as leis trabalhistas no Brasil a partir das experiências de trabalhadores e trabalhadoras registradas nos processos trabalhistas arquivados no Lahm poderia contribuir na formação daqueles e daquelas adolescentes.

Essas aulas passaram a ser constantes nos anos seguintes, realizadas em parceria com o professor Márcio Vilela, também do CAp da UFPE. Alunas e alunos de turmas dos Ensinos Fundamental e Médio se deslocavam no *Campus* entre os prédios vizinhos do CAp

¹ Professor do Colégio de Aplicação (CAp) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFPE.

e do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), onde estão o Laboratório e a massa documental composta de quase 200 mil processos trabalhistas. Mais recentemente, esse trabalho pedagógico foi ampliado com o apoio e financiamento da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) da UFPE. Sob a coordenação do professor Antonio Montenegro, são realizadas oficinas em escolas públicas e privadas, cujo objetivo principal é desenvolver processos de ensino-aprendizagem da História a partir da documentação do Lahm.²

No início dos anos 2000, esses processos trabalhistas seriam doados ao Hospital do Câncer de Pernambuco. O destino final seria a incineração ou a reciclagem. Os rastros do passado de trabalhadores e trabalhadoras estariam completamente perdidos. Creio que, para os representantes do Poder Judiciário optantes pelo descarte, interessava praticar alguma austeridade administrativa, ao se economizar com a descontinuidade de manutenção de arquivamento do que consideravam ser apenas papéis velhos. A destruição foi evitada pela ação de professores e professoras do Departamento de História da UFPE, com o apoio da Reitoria, ao se estabelecer uma parceria de guarda e preservação dessa documentação.³

A destruição não seria apenas o fim dos vestígios documentais sobre os trabalhadores, as trabalhadoras e a própria Justiça do Trabalho (JT). Mas, também, a eliminação da possibilidade de se construir narrativas históricas sobre essas personagens, suas experiências de reivindicações, de organizações para exigir direitos sociais. E, ainda, a eliminação dos modos de fazer essas narrativas do passado interpelarem o presente. Há uma destruição na transmissão dessas experiências e de suas narrativas, para pensarmos

2 A partir de 2020, com a pandemia do novo coronavírus, as oficinas para Educação Básica foram formatadas para o modelo remoto. Outras dinâmicas didáticas foram estabelecidas. Essa experiência pedagógica *online* não será objeto deste texto.

3 Visite o site <https://memoriaehistoria.ufpe.br/> e conheça mais sobre essa história. Aproveite e conheça parte do acervo disponibilizado para pesquisa.

junto com Walter Benjamin. E tal condição, ainda segundo o filósofo, nos tornaria disponíveis para todas as novidades que se apresentam, fazendo ainda os derrotados da história integrarem o “desfile triunfal dos vencedores” (BENJAMIN, 1996, p. 225).

Sem podermos construir sentidos sociais e políticos para os tempos presentes a partir dos encontros com os relatos desse passado, nos tornamos vulneráveis a qualquer processo que se nomeie como novo, moderno. Estaríamos reféns de uma única temporalidade e de uma única narrativa, por exemplo, sobre o mundo do trabalho e seus sujeitos definida pelo presente neoliberal, tecnológico, virtual. As narrativas históricas produzidas com a documentação do Lahm oferecem a possibilidade de multiplicarmos esse tempo, abrir passados e projetar futuros múltiplos. Não há caminho único quando politizamos o tempo⁴ e forçamos a passagem de outros discursos históricos, outras práticas e outros personagens, como os trabalhadores rurais e urbanos.

O momento da chegada dos estudantes ao Laboratório revela assombro e encantamento. Tantos papéis guardados, amarelados e empoeirados. “Parece que estamos em outro tempo”, anunciou uma estudante ao ver a massa documental nas estantes de ferro do Lahm quando se cruza a porta de entrada. Olhos mais atentos passeiam pelas prateleiras e identificam alguns anos e nomes de cidades impressos nas caixas e maços de processos trabalhistas. Referências ao século passado, outros tempos.

Entrar, ver os corredores de estantes de ferro, sondar os papéis, identificar os anos, as décadas, colocar as máscaras de proteção, calçar as luvas, escutar como se formou aquele laboratório. Um ritual de recepção que oferece imagens, imaginações de outras trilhas de vidas, outros espaços. Habitar diferentes tempos, como nos sugere Byung-Chul

4 Sobre a politização do tempo, estamos dialogando com as ideias de Turin (2019).

Han⁵ ao definir a importância dos rituais para cindir a temporalidade acelerada, cheia de instantes desconexos do mundo *online*.

A apresentação do processo de higienização e organização documental realizada pelas bolsistas do Laboratório introduz a ideia de preservação, de responsabilidade comunitária pela manutenção do acervo e da chance de se produzir histórias. E por algum momento nos afasta da lógica do descarte constante e veloz que rege o consumo desenfreado, individual, ocupante cada vez mais da vida.

As alunas e os alunos são convidadas(os) a refletirem como daqueles quase 200 mil processos trabalhistas podem surgir narrativas históricas. Antes, contudo, são apresentados os próprios processos históricos que levaram à formação daquele acervo: o surgimento das leis trabalhistas no Brasil, a criação da JT e a história de organização e reivindicação dos trabalhadores e das trabalhadoras para buscar garantir o cumprimento da legislação.

Os(as) visitantes são provocados(as) a entender que há uma diferença entre os vestígios de tempos passados, que se encontram naqueles processos, e a escrita da História, constituída por um tempo de estudo, reflexão e escrita realizado pelos profissionais da História. E, assim, os alunos e as alunas submergem nos processos disponibilizados para manusearem, lerem, investigarem. Não estão sendo preparadas(os) para serem historiadoras e historiadores. Mas a operação historiográfica realizada nos arquivos pode oferecer elementos para a formação desses jovens?

Paul Ricœur afirma que os arquivos não são apenas lugares físicos, espaciais. São também lugares sociais (RICŒUR, 2007, p. 177). É fundamental entendermos que a narrativa histórica é composta de camadas, extratos, uma operação que relaciona um lugar, um procedimento de análise e a produção de um texto, como já nos alertou

5 Han (2021). Nesse livro o autor esboça, sem recorrer à nostalgia, uma genealogia do desaparecimento dos ritos em nossa sociedade. Com essa ideia central estamos dialogando neste capítulo.

Certeau. Os arquivos são um dos pontos essenciais dessa produção. Reúnem uma materialidade pensada, organizada para dizer sobre o passado. O historiador profissional é um leitor desse arquivo. Mas as(os) estudantes da Educação Básica poderiam ser também?

Um documento de arquivo, para Paul Ricœur (2007, p. 179), “está aberto a quem quer que saiba ler; ele não tem, portanto, um destinatário designado”. Nas oficinas do Lahm, as(os) estudantes do CAP da UFPE passam a ser leitores e leitoras daqueles rastros e vestígios dos passados de trabalhadores e trabalhadoras.

A leitura, a reflexão, a formulação das perguntas, curiosidades, a contemplação dos selos pregados aos processos, das fotografias anexadas às peças jurídicas, o acesso aos nomes das(dos) trabalhadoras(es) e às suas reclamações. As(os) jovens não são formados historiadores, mas exercitam duas práticas fundamentais a esses profissionais: leitura e questionamento. São estimuladas(os) a fazerem perguntas, refletirem como perguntar aos registros de outros tempos. Os valores financeiros das ações trabalhistas escritos em cruzeiros e cruzeiros novos criam uma intriga. É muito ou pouco? O que era possível comprar com os ganhos auferidos pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores ao final do processo? Descobrem que é pouco ou ainda que o trabalhador perdeu o processo movido na JT. Algumas estudantes reclamam, lhes parece injusto. Há um sentimento de empatia que rapidamente se construiu entre alguns jovens do CAP da UFPE e aqueles trabalhadores dos engenhos de açúcar nos anos 1970 em Pernambuco.

A ligação, mesmo que breve, com as histórias de outros cria uma fissura no individualismo. Deseja-se que se pensem como pessoas no tempo em conjunção com outros. Ricœur, ao dialogar com Marc Bloch, assim define o objeto da História: “não é o passado, não é o tempo, são os homens no tempo” (RICŒUR, 2007, p. 180). As oficinas no Lahm aspiram a ser instrumentos para o conhecimento histórico do mundo do trabalho no Brasil, a desenvolver nas(nos)

estudantes a capacidade de analisar, refletir e transitar pelos processos históricos vivenciados por homens, mulheres, jovens e crianças em Pernambuco, nas fábricas e nos canaviais.

Fazer dessa história de homens e mulheres, e “das emoções que a acompanham, nossos bens comuns: nossos objetos de pensamento para troca”, como disse Didi-Huberman (2017, p. 95) ao falar sobre a dor e a história do Holocausto. Construir a partir desse pensamento para a troca de um sentimento e de uma experiência de coletividade entre os sujeitos do presente e do passado, entre as(os) estudantes, que serão trabalhadores, e aquelas reminiscências dos que se fizeram ver e escutar por meio dos processos trabalhistas. E ainda com os estudos dessa documentação, “fazer compreender que uma coisa passou e no entanto não passa (isto é, continua travada em nossas gargantas e a atuar em nossos espíritos). É aprender a saber o que é o passado, como isso passou e em que medida se passou em nós e aí ficou travado” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 100). Estabelecer um processo de ensino-aprendizagem baseado nos vestígios das ações dos trabalhadores e das trabalhadoras para garantir seus direitos, para se garantirem como sujeitos de direito.

As oficinas do Lahm possibilitam tentar fazer com que esse passado, tempo e narrativa dos processos trabalhistas se choquem com o presente desses estudantes. Com isso, se desdobre o tempo presente, experienciado por muitos como único, monolítico, sem saída, sem alternativas. Tempo da informação e da comunicação incessantes, do consumo acelerado, da simulação contínua do novo, da redução do espaço de reflexão e contemplação. Esperamos e desejamos que essa colisão forme “um clarão, um brilho, uma constelação onde se libera alguma forma para nosso próprio futuro” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 60), para o futuro desses jovens.

O modelo de produção conectado, *online*, que estabelece a temporalidade 24/7⁶ aos atuais trabalhadores uberizados e vulnerabilizados, invadiu as escolas. As aulas de empreendedorismo e de tecnologia procuram formatar os estudantes nessa temporalidade produtiva. Uma temporalidade que coloniza todo o tempo e todas as dimensões da vida para a produção, para a troca de dados e para o consumo. Ensinam todos a terem uma presença *online*, de exposição, a fim de evitarem a irrelevância social ou o fracasso profissional. O que vemos são jovens sem privacidade e que se transformam em local permanente de coleta de dados monetizados e vigilância. Essas são algumas bases para a formação dos futuros trabalhadores que não devem mais ter a capacidade de distinguir dia e noite, ação e repouso.

Como professores de História, integrante da equipe do Lahm e de uma universidade pública federal, temos a obrigação de problematizar essas questões que são impostas ao mundo do trabalho. É ainda necessário pautar esse debate com estudantes da Educação Básica para que alcancem esse mundo do trabalho com refinada capacidade de reflexão e entendimento dos discursos e das práticas que os tentarão definir.

Que os fantasmas dos trabalhadores e das trabalhadoras, rurais e urbanos, das suas mobilizações, organizações e lutas políticas, das suas histórias passadas, espectros de outros tempos, irrompam o presente conectado, uniforme, minando a sua aparente autossuficiência. Como nos ensina Walter Benjamin (1996, p. 224), “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”. E o momento é de extremo perigo para os trabalhadores e seus futuros.

6 Sobre a ideia de trabalho e consumo 24 horas/7 dias por semana e suas implicações, estamos dialogando com Cray (2016).

Historicizar a tecnologia

Alguns jovens ainda em idade escolar são constituídos pela ideia de serem empreendedores de si. Significa projetar a si como produto que deve aparecer e ser visto (CRARY, 2016, p. 113). Uma forma de estar no mundo extremamente individualizante e também desumanizadora. Formados empreendedores, inclusive por meio de componentes curriculares nas escolas, esses estudantes se colocam e são disponibilizados como sujeitos conectados no mundo virtual. Aprendem a competência para a competição. A concorrência é um dos elementos principais na formação desses jovens.

As escolas, com processos educativos nomeados como 3.0 ou 4.0, relacionados com a Internet, preparam pessoas cada vez mais compatíveis com a programação já preestabelecida pelos sistemas produtivos conectados. Nessa lógica, busca-se com aulas de robótica, de programação de aplicativos e outras criar uma interface fluida entre o aluno, a aluna e o circuito de produção. Em alguns casos, a relação entre estudantes ocorre apenas por meio das máquinas que gerenciam o mundo virtual como Google e suas plataformas – Facebook, Instagram, WhatsApp –, diminuindo substancialmente o contato entre corpos, os conflitos e as conjunções entre pessoas com distintas formas e experiências.

Utilizando-se de algoritmos para mediar a comunicação entre jovens, é estabelecida uma conexão de “modelação funcional” que deve predispor uma “interface anterior” e uma adequação a ela. A conexão busca eliminar irregularidades, diferenças, cria uma interação pontual que “torna as partes distintas entre si, compatíveis conforme os padrões predeterminados”. Não há mais a possibilidade de se colocar no lugar do outro, conjugar-se a ele ou ela. Esse lugar inexistente na conexão. O único lugar disponível para o bom conectar é o ponto ideal de interação previamente estabelecido pela programação virtual (BERARDI, 2019, p. 167).

Sem movimentar-se para os diferentes lugares dos outros, as(os) jovens se isolam, se atomizam, não constroem pertencimentos. As conjunções imperfeitas com outras pessoas gerariam experiências e narrativas múltiplas, de coletividade, deslocamentos. Sem isso, sobra o lugar do celular, solitário e paralisado à espera da conectividade predefinida.

Essa dinâmica se aprofundou na pandemia. Fomos obrigados a recorrer à conectividade cada vez mais. Seria a única saída, disseram. Mais que isso, o caminho natural do progresso que apenas estava sendo antecipado por uma questão de causa natural, a disseminação do vírus.

Como nós, historiadores e historiadoras, podemos pensar, usar e verbalizar tal prática sem historicizá-la? Como muitas vezes perdemos a capacidade de narrar a história do desenvolvimento técnico produzida nos séculos XVIII e XIX pela burguesia industrial e os filósofos iluministas? Como não debater a temporalização da consciência histórica que projetou no Oitocentos um futuro dominado pela técnica? Onde está a ação historiadora, se apenas incorporamos a tecnologia ao ensino de História sem analisar o processo historicamente? Não para negar a tecnologia ou criar um novo ludismo. Mas para oferecer instrumentos de pensar, deslocamentos analíticos para a sociedade, e com destaque para as(os) estudantes se capacitarem a entender que a tecnologia tem uma história política e social e, por isso, deve ser disputada e não aceita como algo neutro, transparente, desprovido de qualquer força de poder.

Nos últimos anos, diversos grupos de historiadores e historiadoras incorporaram elementos tecnológicos – jogos, aplicativos, *sites* – ao ensino e divulgação da História. Desejava-se estabelecer um diálogo atualizado com a geração conectada de estudantes e com o grande público. Um dos princípios norteadores dessas ações era ocupar espaços nas redes sociais, e na Web de modo geral, para barrar o avanço de narrativas que se colocavam como históricas, mas

não eram profissionais, além de pouco éticas ou mesmo negacionistas, *fake news*.

Esse movimento é fundamental. É urgente democratizar e popularizar as pesquisas históricas por diversos meios. Um trabalho que demanda organização e coletividade. Entretanto, duas questões devem ser levadas em consideração e até mais bem estudadas ao se realizar esse movimento. Em primeiro lugar, não devemos esquecer que não há neutralidade na Internet, nas redes sociais. Devemos entender não só como funcionam, mas, principalmente, como estão produzindo e formatando novos tecidos sociais.

Depois, muitas vezes, operamos com a ideia “newtoniana de que dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço”. Logo, se ocupamos as redes sociais e produzimos diversos *sites* com narrativas históricas qualificadas, evitaríamos os negacionistas e o estabelecimento de seus discursos. Não teriam espaço, juntamente com as notícias falsas. Na Internet e suas plataformas, esse princípio de Isaac Newton não funciona. Afinal, a rede tende ao infinito, com ilimitados pontos de conexão entre os seus usuários, sem um controle que se proponha central (BERARDI, 2019, p. 119).

Voltemos à ideia de formação de um tecido social pelas redes virtuais e suas conexões. Esse é o grande desafio da historiadora e do professor de História para entender como se comunicar com a sociedade, seus estudantes, como se fazer ler e como estar no debate. Há uma dificuldade de comunicar valores éticos e políticos para a geração de jovens conectivos. Parece haver uma dissociação linguística entre professores e estudantes, historiadores, historiadoras e sociedade. Já devemos superar de uma vez a ideia de que, ao simplesmente aproximar a narrativa histórica do mundo virtual, resolveremos o problema de uma possível decadência social do conhecimento histórico. Isso porque a narrativa histórica encontra uma forte barreira no mundo virtual e conectado: a dimensão do tempo.

Modos de imaginar

A professora Fernanda Bruno, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ao estudar a organização e a ação do “ecossistema digital”, apresenta o conceito de sequestro do futuro. Para a autora, o modelo de negócio atual que predomina na Web busca intervir no próximo passo que cada um dará ao navegar pelas redes. A intenção é sempre antecipar a conduta *online*, sequestrando assim o campo de ação possível dos indivíduos. É o próprio campo de experiência das pessoas e de ação possível que está em perigo, segundo a autora.

Os modelos preditivos de conhecimento e controle do comportamento que predominam nas arquiteturas das plataformas digitais alimentam-se de uma imensa e distribuída infraestrutura mnemônica hoje predominante na web, onde toda ação gera um rastro digital. Esse vasto e variado volume de rastros digitais (nomeados de big data ou megadados) é capturado, minerado e analisado por mecanismos automatizados buscando extrair padrões que orientam previsões e, consequentemente, intervenções sobre os comportamentos futuros (BRUNO, 2020, p. 249).

As plataformas digitais formam um arquivo de rastros. O Lahm da UFPE tem um acervo de vestígios das histórias de trabalhadoras e trabalhadores. Poderíamos até pensar como os mecanismos se aproximam e são distantes ao mesmo tempo. Ambos buscam construir sentidos e significações para os rastros e vestígios. Entretanto, o estudo e a escrita da história, da forma como pensamos, devem oferecer condições para as pessoas criarem campos de possibilidades e de ações. E as plataformas digitais, como afirma Fernanda Bruno, buscam antecipar o passo seguinte e, com isso, conseguir controlá-lo, direcioná-lo, por exemplo, à comunicação incessante, à vigília constante, fundamentais para o consumo.

Em uma sociedade em que as plataformas digitais ocupam cada vez mais espaço no cotidiano de jovens, o sequestro do futuro

significaria também o rapto da capacidade imaginativa. Pensando a imaginação como ação, aquilo que nos movimenta, nessas plataformas seríamos direcionados, movimentados sem agir, levados a pular de imagem em imagem, texto em texto, mantendo-nos, contudo, paralisados. Tão estimulados que entramos em um estado de paralisia. Pelo menos esse seria o objetivo desse modelo de organização do ecossistema virtual. Existem, no entanto, brechas, rachaduras e resistência. Não há controle absoluto.

No arquivo do Lahm e nas oficinas com estudantes da Educação Básica, pensamos a imaginação e os rastros e vestígios em diálogo com Didi-Huberman. Neste caso, um dos principais objetivos do trabalho junto à documentação é propiciar aos visitantes uma condição para o “modo de imaginar” que, segundo o autor, é fundamental para nosso fazer político, uma forma de estar na sociedade. A imaginação, como produtora de imagens de pensamento, deve criar possibilidades de ação “fora das grandes teleologias conceituais” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 69), que apresentam horizontes definidos e limitados por si. Que a sobrevivência física dos processos trabalhistas, com seus rastros e vestígios, possibilite às(aos) estudantes também imaginar a própria vida, as formas de ação e movimento.

Para tanto, é necessário sabermos estimular a metodologia da montagem. Como pode a(o) estudante criar montagens temporais a partir das histórias sobre os trabalhadores? Tomar esses passados e montá-los com suas ideias sobre trabalho e trabalhador no presente para assim criar sendas. Emaranhar tempos para saber que a temporalidade não é única, nem predeterminada e, sim, resultado das opções e construções sociais, portanto, passível de mudanças. Retomar a ideia de que a história é a experiência temporal humana, construída, produzida no desenrolar da ação.

Devemos combater as práticas que engendram a história como algo além da capacidade humana de intervenção, transformada em simples fatalismo. A história, como segunda natureza, interditaria

a dimensão de que as relações sociais, políticas e econômicas são produzidas no processo histórico e por isso passíveis de câmbios. Cada vez mais esse conhecimento parece ocultado de nossa vida cotidiana, e dessa forma interdita a crença de que nos é factível fazer novas histórias (AVILA, 2020, p. 138-139). A história aparece com um sentido imutável, com um desenvolvimento muito além das nossas possibilidades de intervenção.

A produção da tecnologia, acelerada e automatizada, toma grande parte da vida e do cotidiano, decidindo desde as possibilidades de refeição até os trajetos a serem escolhidos para a escola ou para o trabalho. Afinal, o iFood nos indica o menu diário pelo aplicativo nos celulares e o Waze aquele que seria o melhor caminho. Esses e outros aplicativos, munidos de informações nossas capturadas diariamente, funcionam para estabelecer nossos hábitos cotidianos, sequestrar nossos desejos e limitar nossa imaginação, a confabulação de imagens para ação.

O futuro como projeção é entendido como cada vez mais perigoso, permeado de desastres naturais, sociais e econômicos. Sentimo-nos incapazes de propor outra atuação histórica. Paralisados, confiamos progressivamente naquilo que nos indicam os algoritmos e suas empresas de tecnologia (BERARDI, 2019, p. 135-136). Os jovens estudantes, bem como seus professores, em diversos momentos, têm o saber educacional planejado e direcionado pelas ferramentas digitais, como as oferecidas pelo Google, que se popularizaram velozmente durante a pandemia do novo coronavírus. Apesar de muitos considerarem que tais ferramentas permitem a continuidade do processo educativo, remotamente, o que não deixa de ser verdade, deve-se atentar que não é o mesmo processo educativo. É outro, formatado às ferramentas digitais, que por mais que ofereçam uma parafernália de opções de conexão, ao mesmo tempo nos limitam a essas conexões. As imaginações docente e discente estão estruturadas pelas arquiteturas dos aplicativos, nos restando apenas

aprender seu funcionamento. É negada a conjunção presencial pela interação dos rostos, dos olhares, pelos movimentos dos corpos, que nos possibilitam uma infinidade de leituras e construções nas salas de aula (BERARDI, 2019, p. 141). Não conseguimos intervir, apenas interagimos em uma plataforma cuja linguagem de desenvolvimento já nos está dada anteriormente, a linguagem montada com os algoritmos, que codifica a vida social em normas, números, lógicas produzidas fora das relações. O porvir escaparia à capacidade do cotidiano, do ordinário e se estabeleceria fora da sociedade, fora do fazer da história. Ainda paralisados, aguardamos para viver de instante em instante, em uma série virtual que programa uma percepção de infinito, mas que não deve ir além da programação. O tempo escapa e a experiência de duração se desgasta. Deixaríamos de ser agentes do/no tempo histórico.

Ao mover os fragmentos de vidas registrados nos processos trabalhistas, desejamos, contudo, produzir um entendimento ambivalente de História no qual o lugar destinado ao passado é um modo de dar lugar a um futuro (CERTEAU, 2002, p. 93).

Imagens em branco e preto

Um dos processos trabalhistas⁷ apresentados aos(às) estudantes é composto de algumas fotografias. Aparece a família de Luiz Henrique, a esposa – infelizmente, não sabemos seu nome – e filhas, filhos, moradores do Engenho Pau Amarelo, localizado na cidade de Condado, Zona da Mata Norte de Pernambuco. As imagens despertam curiosidades. Em sua maioria, as alunas e os alunos são formados em um mundo hipervisual, onde a capacidade de produzir e circular imagens, inclusive de si, é incalculável e indeterminada.

7 Processo Trabalhista no 281/78. Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata. Acervo do Lahm da UFPE e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região.

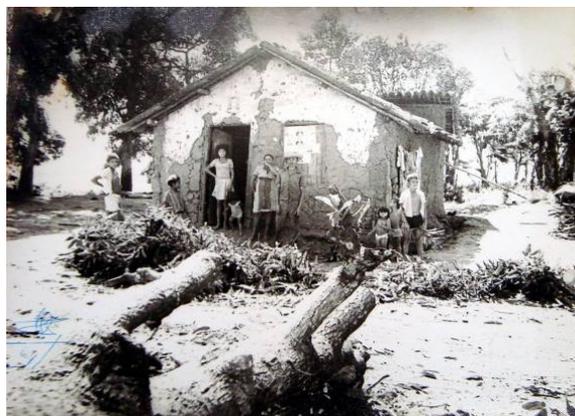


Figura 1. JcJ Nazaré da Mata

Fonte: Processo nº 281/78, p. 15.

Para os integrantes da família fotografada, a possibilidade de produzir imagens de si era quase nula. Sem acesso a recursos técnicos, câmeras e filmes, as imagens podem ter sido produzidas por alguém do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Condado. Luiz Henrique era associado. O sindicato apoiou sua reclamação à JT por meio de serviços advocatícios. Um dos pontos principais da queixa dizia respeito à permanência daquela família como moradora do Engenho Pau Amarelo e à manutenção do direito ao sítio de dois hectares para moradia e plantação de feijão, mandioca, árvores frutíferas, verduras e legumes. As fotografias registravam essas pessoas, suas existências, suas vivências como trabalhadores, como moradores, como família. Estavam presentes os sorrisos e as alegrias das crianças, mas também a preocupação causada pelo avanço da plantação de cana-de-açúcar sobre o sítio e a moradia da família. Aumentava a ameaça de expulsão da terra, se aproximava até à porta da casa de taipa.⁸

8 Para mais detalhes sobre o processo trabalhista nº 281/78 e sua narrativa histórica, ver Porfírio (2018).



Figura 2. JcJ Nazaré da Mata

Fonte: Processo nº 281/78. p. 10.



Figura 3. JcJ Nazaré da Mata

Fonte: Processo nº 281/78. p. 30.

As imagens são postas em cima da mesa do Laboratório. As estudantes se acercam, empurradas pela curiosidade. Pessoas e paisagens em branco e preto. Visualidades pouco comuns para jovens urbanos do século XXI. O primeiro momento é reservado para que o olhar e a percepção de cada uma(um) busquem estabelecer as associações entre o que está à mostra e seus possíveis significados. Nesse momento da oficina, desejamos que as visitantes se demorem contemplativamente sobre as fotografias. Procuramos nos contrapor à prática cotidiana do *zapping* interminável por imagens nas redes sociais. A passagem frenética e acelerada, uma vigília permanente nas telas, não cria sentido, nem direção. Tampouco possibilita uma narrativa. “O percurso narrativo é estreito. Por essa razão, ele é muito seletivo e não produz nenhuma massa de informação” (HAN, 2021, p. 19). E nem é produzido a partir dela. Como qualquer imagem, sozinha ela não significa nada.

O exercício proposto na oficina é desenvolver a capacidade reflexiva e narrativa a partir das fotografias constituintes do processo trabalhista. O silêncio e a contemplação, os primeiros murmúrios e indagações são fatores formativos, bem como a identificação dos sujeitos e elementos registrados, a livre associação entre o que se vê, o que se identifica e aquilo que se sabe. As imagens afetam os assistentes. Sugerir outra forma de ver, na qual as imagens não sejam consumidas como simples informação incapaz de mobilizar a elaboração de sentido e conclusão.

As mediadoras da oficina partem das percepções e saberes para compor uma narrativa histórica. Por que aquelas pessoas moravam no engenho onde trabalhavam? Por que recorreram à JT? Por que o trabalhador fazia parte do sindicato? Essas são algumas questões apresentadas. Procura-se então criar, em conjunto com as alunas e os alunos, uma história para as imagens, apresentando ainda os dados contidos no processo trabalhista e os saberes históricos.

Cria-se uma teia onde as fotos são apoiadas. Não estão mais sozinhas. Ligam-se com a história dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, das lutas trabalhistas, das leis, dos governos e movimentos sociais no Brasil. Anos 1930 e 1950. Décadas de 1960 e 1970. Adquirem passado. Mas também se articulam com o presente, a uberização do trabalho, a escravidão contemporânea, a ausência de reforma agrária, a violência no campo. E o desejo é que também gerem expectativas, possibilitem a imaginação sobre o que ocorreu àquela família. O que ocorrerá com os futuros trabalhadores, ainda estudantes. Que mundo do trabalho imaginam para si e para a sociedade?

Com isso, buscamos romper com o instantâneo da virtualidade constituidor da maioria das(dos) adolescentes; construir uma narrativa histórica, outros tempos históricos que não se afoguem no presentismo; promover as reminiscências dos passados no presente; tornar a imaginação, como imagem para o pensamento, um fazer. Com aqueles trabalhadores e trabalhadoras, aprender que a montagem de palavras e imagens deve ter a capacidade de configurar o território do visível, do pensável e do possível (RANCIÈRE, 2005, p. 62). E, com isso, pensar em como romper a paralisia do presente, como (re)tomar a História como produção humana.

Para Luiz Henrique e sua família, o futuro passava pela luta para permanecer no sítio do Engenho Pau Amarelo e garantir também seus direitos trabalhistas. É aquele sítio, a sua morada de dois hectares incompletos, o centro de gravidade que oferecia sentido a sua reivindicação por vida. A família estava ameaçada pela expansão da monocultura, alicerçada pelas ideias de produtividade e de eficiência dos anos 1970 no Brasil (PORFÍRIO, 2018, p. 161-162). Luiz Henrique, sua esposa e filhos sabiam que não tinham lugar nesse processo intitulado de modernização. Aquele pequeno pedaço de terra lhes oferecia estabilidade mínima onde podiam habitar, anotar suas biografias de trabalhadores, viver. A fotografia da família permitia a visibilidade dessa resistência, a intervenção política desses indivíduos diante da Justiça.

E como raízes que pulam da terra, atravessando o caminho (DIDI-HUBERMAN, 2021), eles aparecem ante as(os) estudantes no século XXI. Podem ser elementos de referência para se oporem às ideias de flexibilidade, inovação e incerteza que formam uma sociedade virtualizada. Não sabemos o que se levará desse encontro, mas estamos seguros que se ofereceu um outro, um contrapelo à experiência acelerada, individualizada e desterritorializada do neoliberalismo. A oficina é uma prática que permite à(ao) estudante “situar-se com relação ao seu outro, o passado” (CERTEAU, 2002, p. 108). Historiadores usam os rastros e vestígios do passado, seus instrumentos de trabalho, para abrir outras margens e outros tempos.

Referências

AVILA, Arthur Lima. Apontamentos sobre o fim da temporalidade: elementos para uma discussão. In: PEREZ, Rodrigo; PINHA, Daniel (org.). *Tempos de crise: ensaios de História Política*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. p. 127-150.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERARDI, Franco. *Depois do futuro*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BRUNO, Fernanda. Arquiteturas algorítmicas e negacionismo: a pandemia, o comum, o futuro. In: DUARTE, Luisa; GORGULHO, Victor (org.). *No tremor do mundo: ensaios e entrevistas à luz da pandemia*. São Paulo: Cobogó, 2020. p. 241-254.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Radical, radicular. In: DIDI-HUBERMAN, Georges; BENEVIDES, Frederico. *Racial, radicular / Revolver as imagens, pôr a terra em transe*. Disponível em: www.n-iedicoes.org/textos/131. Acesso em: 20 maio 2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *La desaparición de los rituales: una topología del presente*. Barcelona: Herder Editorial, 2020.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. São Paulo: Editora 34, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vagalumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

HAN, Byung-Chul. *Favor fechar os olhos: em busca de um outro tempo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

PORFÍRIO, Pablo. A nova plantação de cana: a trajetória de um trabalhador rural e sua família no Brasil dos anos 1970. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; TAVARES, Marcelo Góes (org.). *Histórias de trabalhadores e da Justiça do Trabalho*. Arapiraca: Eduneal, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

TURIN, Rodrigo. Presentismo, neoliberalismo e os fins da História. In: AVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). *A História (in)disciplinada*. Vitória: Milfontes, 2019. E-book.

Classe trabalhadora, lutas por direitos e os imperativos do capital

Diálogos e inflexões a partir de E. P. Thompson¹

*Tiago Bernardon de Oliveira*²

Classe trabalhadora, agente da própria história

Ainda na década de 1970, mas sobretudo a partir da década de 1980, a historiografia social do trabalho desenvolveu-se com intensa

- 1 Agradeço o generoso convite da Equipe do Laboratório de História e Memória da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região (Lahm) para participar de seu IX Seminário – Historiografia: rastros e vestígios documentais dos(as) trabalhadores(as). A programação desse importante evento mais uma vez me proporcionou momentos de profícuo aprendizado, em especial pelo diálogo mais direto na mesa-redonda com os colegas Antonio Torres Montenegro e Christine Rufino Dabat. O presente texto consiste em uma parte da argumentação exposta naquela tarde de dezembro de 2020. Outras partes extrapolaram em muito o espaço delimitado neste capítulo e deverão ser publicadas em outra oportunidade. Faço mais um especial agradecimento às(aos) organizadoras(es) do livro, que muito gentilmente exerceram toda sua paciência com o largo atraso, imposto por um conjunto de contingências burocráticas, profissionais e pessoais do difícil primeiro semestre de 2021.
- 2 Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado e mestre em História pela

vitalidade nos meios acadêmicos brasileiros. Demanda inerente das organizações e movimentos da própria classe trabalhadora, também no Brasil, como em outras partes do mundo, os primeiros escritos sobre sua história foram feitos por seus próprios militantes, principalmente aqueles que atuaram de modo mais orgânico por períodos significativos. Esses escritos, com frequência, estavam sempre associados à necessidade, mais ou menos explícita, de demonstrar a lógica e os impasses que resultaram na adoção de determinadas estratégias e táticas no interior de seus movimentos, ou das derrotas infligidas por grupos internos de oposição. Quaisquer que fossem as tendências políticas, entre os aspectos comuns desses escritos, estava sempre presente a afirmação da classe trabalhadora como agente de sua própria história. O próprio *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Marx e Engels em 1848 sob encomenda da inglesa Liga dos Justos, tinha essas características: apresentar o partido comunista como uma organização política da classe trabalhadora que, a partir do amadurecimento de suas experiências de luta e reflexão, julgou necessário colocar-se publicamente como um agente político que assumiu como missão histórica a promoção da emancipação humana, a ser conquistada pela eliminação da exploração do homem pelo homem.

Na academia brasileira, as questões sobre o trabalho primeiro foram tratadas por outras áreas, notadamente Direito, Sociologia, Ciência Política, Economia, vindo a tornar-se um objeto de atenção de investigações próprias da História na segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980, com pioneiros como Boris Fausto, Sílvia Petersen, Angela de Castro Gomes, Claudio Batalha e brasilianistas como Sheldon Leslie Maram, John Foster Dulles, Michael Hall, entre outros. Seus trabalhos, notabilizaram-se pelo amplo uso

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutor pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Texto produzido com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq), Termo de Outorga 3012/2021.

de dados empíricos, proporcionados pelo acesso, sobretudo, a periódicos conservados por velhos militantes do início do século xx, a exemplo de Edgard Leuenroth e Astrogildo Pereira.

Outra característica comum a esses autores, e que de forma geral permaneceu até fins da década de 1990, foi a demarcação da História Social do Trabalho em âmbito próprio no conjunto da historiografia brasileira. Até o início do século XXI, seu recorte prioritário era o período republicano – e com especial ênfase na Primeira República, em distinção da já então muito consolidada historiografia da escravidão. Essa mais estreita demarcação de territórios historiográficos foi há muito superada e tem gerado profícuos estudos sobre permanências em torno do 13 de maio de 1888. Ao mesmo tempo, essa historiografia ampliou significativamente seus recortes temporais e espaciais, e desenvolveu novas problematizações sobre novos objetos de estudo, questionando o marco de 1930, as clivagens entre o mundo urbano e o rural, o populismo, a Ditadura Militar e o novo sindicalismo, promovendo também abordagens ampliadas em relação ao cotidiano, cultura e questões morais, marcadores sociais como raça, gênero e sexualidade. Essa efervescência da historiografia social do trabalho também ampliou o foco mais para a classe trabalhadora do que para seus movimentos organizados, como o movimento operário, os sindicatos e os partidos políticos, embora esses temas não deixassem de ser abordados jamais.

Importa dizer que o fortalecimento da historiografia social do trabalho no Brasil, com fortes repercussões internacionais, esteve especialmente calcado nas bases teóricas desenvolvidas por E. P. Thompson. Ainda que constasse na bibliografia de estudos anteriores, sua influência se destacaria na historiografia social do trabalho justamente a partir da constituição do Partido dos Trabalhadores (PT), agremiação política que procurava congregar as experiências do sindicalismo que se adjetivava como “novo” e de diversos movimentos sociais urbanos e rurais que despontavam em torno da luta

pelo horizonte de uma sociedade efetivamente democrática, por meio da participação ativa dos setores populares tão duramente reprimidos e silenciados pela Ditadura Militar. As expectativas de um novo futuro fortaleciam-se nos “novos agentes [que] entra[va]m em cena”³ naquele alvorecer da década de 1980, no campo aberto das disputas pelo voto direto imediato e pela elaboração de uma Constituição Federal que pudesse garantir a equidade das vozes cidadãs e o reconhecimento inegociável de direitos fundamentais.

Da parte dos historiadores brasileiros que buscavam dar sua contribuição nesse processo, Thompson aparecia como uma referência a valorizar as lutas, saberes, cultura e múltiplas formas de resistência cotidiana da classe trabalhadora brasileira e do conjunto dos segmentos populares, tantas vezes vistos por setores de vanguarda revolucionária como apáticos ou sujeitos à manipulação de elites dirigentes e das classes dominantes. Novas formas de organização da classe trabalhadora brasileira precisavam de referenciais analíticos novos, como os que se vislumbrava encontrar nos escritos de Thompson publicados originalmente desde 1963. Sem romper com os referenciais marxianos, ele se dedicou a confrontar o economismo anti e a-histórico cristalizado por uma tradição marxista que se impôs como hegemônica em determinados círculos.

Os esforços desse britânico notabilizaram-se por atribuir à História, a partir da centralidade que conferiu ao caráter dinâmico do conceito de luta de classes, a única forma possível de compreensão do que seria a classe trabalhadora e sua consciência. No famoso prefácio de seu livro *A formação da classe operária inglesa*, lê-se a reivindicação de que caberia unicamente à História, com sua ênfase diacrônica na observação de *relações complexas em processo* ao longo do tempo, a possibilidade de apreensão do fenômeno “classe”. Ao

3 Expressão aqui explicitamente tomada de obra referencial da emergência dessas perspectivas: Sader (1988).

tomar a classe como *processo* e como *relação* (WOOD, 2003, p. 73-98), seria possível, portanto, fugir dos lugares-comuns impostos por décadas de esquematismos estáticos que resvalaram em reducionismos sem correspondência com a realidade:

por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. [...] a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica; [...] não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico (THOMPSON, 1987, p. 9 e 12).

A própria classe trabalhadora, ao perceber-se como parte de uma sociedade formada por grupos distintos e *em relação entre si*, baseados em interesses distintos e antagonônicos (a exploração da força de trabalho), elaborou de forma articulada o que experimentava em seu cotidiano e nomeou tais grupos de classes. A partir daí, a chave para a compreensão da sua realidade histórica, e do que se desenhou como conteúdo e missão política, tomaria contornos totalmente inéditos. Essa elaboração teórica, porém, não foi uma instituição da realidade pelo verbo, mas passou a dialeticamente intervir na realidade processual que deu origem a ela: a luta de classes, as formas de exploração da força de trabalho e as formas de opressão acionadas para aprofundá-las, perpetuá-las e mantê-las sob controle. A partir de então, a classe, como fenômeno histórico, desbravou o caminho para que a própria classe pudesse definir-se como “categoria heurística”, como categoria a servir para a compreensão das formas de exploração das sociedades precedentes ou contemporâneas às suas, baseadas em formas de apropriação desigual dos resultados da divisão social do trabalho (THOMPSON, 2001, p. 272-277). O já referido *Manifesto do Partido Comunista* mais uma vez é exemplar

da perspectiva desenvolvida por Thompson. Sob a pena de Marx e Engels, os comunistas apresentaram-se como herdeiros das lutas sociais anteriores e como a força política do proletariado que, como classe social forjada pelo capitalismo, assumia como missão pôr fim à sociedade burguesa e à exploração humana. Conforme disposto no panfleto de 1848, foram as relações estabelecidas pelo capital que tornaram possível a percepção do antagonismo de classes como fator de compreensão do processo histórico, quando desfez as formas de coerção extraeconômicas ditadas pelas tradições para reduzir a exploração a contratos de compra e venda da força de trabalho mediados pelo vil metal.

Thompson segue a mesma linha, ao lembrar que “a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”. Contudo, destaca que apenas viver sob as pressões da exploração – no caso, capitalista – não basta para se ter consciência da exploração: “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”. A consciência de classe, portanto, é elaborada a partir de experiências, que são sempre estabelecidas e mediadas por relações complexas junto às outras partes que constituem o todo social, e que se mobilizam para tentar moldar a relação conforme seus interesses. Como na metáfora que o próprio autor utilizou em seu prefácio, assim como “não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses” (THOMPSON, 1987, p. 10, para todas as citações deste parágrafo), a experiência da exploração (e as formas de elaboração complexa e contraditória que desenvolve a consciência) só existe nas relações de exploração, entre exploradores e explorados. E, apesar de a exploração ter uma face verificável, jogos de luz, sombra e camadas de maquiagem e véus, é sempre acionada nas relações com as outras classes para torná-la menos bruta, ou até mesmo mais atraente. O

processo de desenvolvimento da consciência de classe é um processo clivado de intermediações culturais e simbólicas, permeadas fortemente por valores morais que constituem a vida em sociedade e que são motivadores para a ação transformadora ou para a aceitação mais ou menos resignada, como noções do justo e do injusto, do bem e do mal, do aceitável e do inaceitável, da gratidão e da ingratidão, da insurgência e da humilhação, da afirmação e da humilhação, da coragem e da honra, dos riscos e das garantias, dos interesses e cálculos individuais e dos interesses e projetos coletivos, da liberdade e da repressão, da fome e da refeição, do céu e do inferno, das dores do passado e do presente ante as incertezas do futuro.

Isso reconfigura completamente a concepção de consciência de classe associada às noções de “falsa” ou “verdadeira”. Enquanto a “verdadeira” consciência só existe como idealização de observadores, tudo o que difere dela, quando não se observa na realidade o que se gostaria que ela fosse, será associado à falta de maturidade ou à “falsa” consciência, epítetos enganosos que geram não apenas incompreensão da realidade, mas também frustração no próprio observador que se quer engajado politicamente a compromissos revolucionários, muitas vezes em pretensa autoposição de vanguarda:

No melhor dos casos, [“falsa consciência”] é uma afirmação destituída de significado e, no pior deles, é uma construção teórica absurda, em torno da qual partidários das *élites* – que sabem bem, muito melhor que os protagonistas, como a história deve ser – insinuam-se continuamente por ocasião de discussão de seminários universitários. [...] Ou ainda, para dar mais um exemplo, os intelectuais sonham amiúde com uma classe que seja como uma motocicleta cujo assento esteja vazio. Saltando sobre ele, assumem a direção, pois têm a verdadeira teoria. Essa é uma ilusão característica, é a “falsa consciência” da burguesia intelectual. Mas, quando semelhantes conceitos dominam a inteira *intelligentsia*, podemos falar de “falsa consciência”? Ao contrário, tais conceitos terminam por ser muito cômodos para ela (THOMPSON, 2001, p. 279 e 281).

A recusa de Thompson em falar de “falsa” consciência de classe, feita nesses termos, não permite, porém, deixar de perceber as muitas formas de tentativas de controle e de manipulação por parte das classes dominantes, dirigentes e suas diversas frações em disputa por tornar seus interesses particulares em universais. A *relação* entre as classes no *processo* histórico também se dá por aí.

Logo, isso é muito diferente de concepções presentes em partes significativas da historiografia brasileira, que passaram a ver até mesmo correspondência direta entre consciência da classe trabalhadora e regimes políticos na ordem capitalista, como o Governo Vargas. Em difundida crítica aos esforços pela constituição conceitual do polissêmico e ambíguo termo “populismo” pelas Ciências Sociais, Jorge Ferreira, por exemplo, vale-se de E. P. Thompson ao apresentar a tese sobre sua inoperância para a apreensão da complexidade da experiência histórica, uma vez que, em sua visão, o conceito praticamente eliminava a ação dos sujeitos na história, ou reduzia-os a objetos de manipulação de elites dirigentes. Sua crítica debruçou-se sobre interpretações marxistas fomentadas na década de 1970, entre as quais as balizadas pelos referenciais teóricos de Antonio Gramsci e o binômio *repressão-persuasão* (FERREIRA, 2001, p. 84-85). Ainda que tenha enfatizado em diversas passagens que as perspectivas das quais diverge não são tão simplistas como nos limites de síntese de sua exposição, a tônica da crítica do autor se dá pela ênfase na necessidade de aprofundamento de pesquisas empíricas que priorizem perspectivas de valorização dos trabalhadores como “sujeitos” de sua própria história, capazes de agir e pensar por si próprios ante o que é oferecido, no caso, pelo Estado. Por isso, ao expor sua divergência, Jorge Ferreira chegou a propor a substituição do termo “populismo” por “trabalhismo” para se pensar o caso brasileiro, uma vez que ele expressaria com maior rigor a experiência histórica concreta vivida no Brasil de 1930 a 1964, conforme apontado por estudos de fôlego, como os dele próprio e de outros, como

Angela de Castro Gomes, em *A invenção do trabalhismo*. A longa transcrição seguinte tem por objetivo reproduzir, nas próprias palavras do autor, o cerne de seu ponto de vista, para que possamos, a seguir, dar continuidade ao diálogo aqui proposto:

Lembremos que a concepção que o historiador inglês [E. P. Thompson] tem de classe social e de consciência de classe é *incompatível* com a noção de populismo e de suas inevitáveis consequências, como manipulação das massas, mistificação, ideológica e consciências desviadas de seus interesses “reais”.

Refletindo junto a Thompson, pode-se mesmo dizer que expressões como populismo, getulista, janguista ou trabalhista, não importa o complemento, surgem como uma tentativa de fabricar explicações apresentadas como racionais para comportamentos interpretados como não racionais. A categoria “irracionalidade”, inclusive, é uma das pilstras que sustenta a noção de populismo. [...]

As dificuldades para compreender o trabalhismo como um “fenômeno histórico” surgem diante das intervenções, repressivas e persuasivas, patrocinadas pelo Estado após 1930, as quais, em várias análises, teriam alterado os caminhos “naturais” da classe na constituição de sua identidade política. No entanto, a experiência do movimento operário e sindical entre 1930 e 1964 e as relações entre Estado e classe trabalhadora, ao serem definidas como “populistas”, devido à atuação do poder estatal, podem, e certamente devem, ser criticadas pelo que Thompson chama de recurso da “interpelação” ou “chamamento”. [...] Embora o ato [do Estado] de “chamar” [os indivíduos “por meio de seus aparelhos políticos, legais, ideológicos”] ocorra em qualquer sociedade, alega o autor, não há por que acreditar que os trabalhadores necessariamente atendam, exceto se eles forem transformados em seres passivos e sem iniciativa própria.

Houve, decerto, a intervenção estatal, insisto. Sobretudo a partir de 1942, a formulação do projeto trabalhista pelo Estado

contribuiu, de maneira decisiva, para configurar uma identidade coletiva da classe trabalhadora. Mas, em qualquer experiência histórica, os assalariados sofrem influências dos contextos sociais, políticos, ideológicos em que vivem. No caso brasileiro, como em outros, tratou-se de uma *relação*, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns. No trabalhismo, estavam presentes ideias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica.

Por este enfoque, os trabalhadores, “ao viverem sua própria história”, deixam de ser considerados simples objeto de regulamentação estatal. O próprio projeto trabalhista, para ser compreendido e aceito, não pode ignorar o patrimônio simbólico presente na cultura política popular. O sucesso do trabalhismo, portanto, não foi arbitrário, e muito menos imposto pela propaganda política e pela máquina policial. Igualmente, não foi casual que o PTB, institucionalização do projeto, tenha sido a organização mais popular durante a experiência democrática pós-45, tornando-se, em 1964, a maior agremiação no espectro político do país (FERREIRA, 2001, p. 101-103).

A transcrição do trecho permite visualizar alguns aspectos importantes para nossa argumentação: a) Thompson é reivindicado como autor que fornece antídoto às perspectivas que reputariam como “não racionais” ou mesmo “irracionais” determinados comportamentos da classe trabalhadora brasileira, que se coadunariam com as noções de “falsa” consciência, manipulação, mistificação, ideologia etc., elementos todos usados na composição da massa amorfa de nome “populismo”; b) embora, em outras passagens do texto, o autor se insurja contra concepções que estabelecem uma “relação patológica entre um Estado que surge pleno de poderes e uma sociedade incapaz de reagir e se manifestar” (FERREIRA, 2001,

p. 63), característica da idealização do liberalismo em sua dimensão revolucionária contra o Antigo Regime, sua análise repousa centralmente na relação entre Estado e classe trabalhadora (como parte da sociedade civil), relação que teria sido estabelecida em torno de “interesses comuns”, e, pela qual, o autor não tangencia o caráter de classe dos governos ou do Estado no capitalismo, em particular no capitalismo brasileiro; c) e justamente por ter se verificado a existência de reciprocidade e reconhecimento das partes (Estado e classe trabalhadora) em torno desses “interesses comuns”, o autor permitiu-se afirmar que “o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica”, de feições tão sólidas que, mesmo tendo sido forjado em meio à ditadura de Vargas, sua forma institucionalizada no PTB constitui-se como o partido mais popular do período “democrático” até o Golpe de 1964.

Tal qual Felipe Demier (2014, p. 156) aponta, não seria difícil verificar um conteúdo político razoavelmente explícito nesse tipo de crítica ao marxismo. Ainda que usualmente as críticas ao marxismo na academia, em especial da historiografia, costumem vir acompanhadas das vestes de aparente imparcialidade analítica, elas não deixam de transparecer posições políticas. No referido caso, essas posições se estabelecem em cruzamentos de ruas entre a nostalgia do varguismo e o reformismo social-democrata presente, o que não deixa de ser absolutamente legítimo. Por outro lado, como o próprio autor sinaliza, reduzir o debate histórico e historiográfico a posições políticas de seus autores é incorrer no equívoco de resvalar no terreno do lugar-comum, que não faz avançar em nada a possibilidade de interlocução e construção coletiva do conhecimento histórico. Logo, não é esse o ponto a ser problematizado e enfrentado para que possamos avançar em perspectivas que fortaleçam a produção consistente do conhecimento histórico em meio à nossa miopia.

A questão é buscar, por meio da respeitosa reciprocidade crítica, a maior consistência possível aos elementos de sustentação analítica.

No último capítulo de *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*, Marcelo Badaró Mattos tratou dos vários usos que o autor britânico recebeu pela historiografia brasileira, expondo, entre outros pontos, sua divergência em relação à análise de Jorge Ferreira:

Neste caso, acredito que há uma leitura da obra de Thompson que despreza vários dos argumentos postos pelo historiador inglês contra proposições semelhantes às apresentadas por Ferreira. Em primeiro lugar, pela suposição de uma oposição entre o historiador inglês e o revolucionário sardo [Gramsci], em cujos conceitos e análises Thompson explicitamente se baseou [...]. Além disso, pelo tratamento bastante distinto de Thompson quanto ao conceito de consciência de classe, segundo o qual a consciência se desenvolve por meio da percepção de que interesses comuns à classe trabalhadora se opõem aos das classes dominantes. Sem mediações de qualquer nível – paternalismo, ideologia, hegemonia –, apresentar o trabalhismo como a consciência da classe trabalhadora brasileira é caminhar em sentido oposto ao da valorização da luta de classes em Thompson ao retirar de cena o conflito social fundamental.

Trata-se aí de uma clara tentativa de “domesticação” das propostas interpretativas do historiador inglês; uma domesticação que é perpassada por um viés “culturalista”, de difícil associação com os textos de Thompson (MATTOS, 2012, p. 246).

O trecho remete a alguns aspectos fundamentais. O tipo de interpretação sugerido por Ferreira, que tem pautado inúmeros estudos na historiografia brasileira, sobretudo no âmbito da (Nova) História Política, induz a interpretações sobre a relação entre o Estado e a classe trabalhadora que traçam determinados caminhos de elaboração de problematizações de objetos esvaziados de seu conteúdo de classe, ou, de modo ainda mais exato, da relação processual entre

as classes sociais expressas nas disputas pelo e por meio do Estado. Sem levar em conta o caráter eminentemente *relacional* das classes, cuja natureza é a da *relação de exploração*, as possíveis interpretações históricas sobre o Estado e suas relações com as classes sociais estarão, de início, limitadas por concepções naturalizadas pela hegemonia liberal de nossa historicidade presente: a compreensão de que Estado e sociedade civil se constituem como partes com limites demarcados; a sobrevalorização do indivíduo e a fragilização dos aspectos de formação social das subjetividades, ao desconsiderar elementos de mediação em face de uma subjacente “teoria da escolha racional”, tão cara aos liberais e que indica que os indivíduos tendem a mover-se por escolhas baseadas em cálculos de custo-benefício; a idealização das instituições democrático-representativas, cuja concepção considera que o aperfeiçoamento de suas funcionalidades, dos meios de participação cidadã e da fiscalização as torna capazes de promover formas de equilíbrio e até de justiça social; a aceitação de noções vagas do que seja a própria democracia, vinculada às instituições representativas e, no caso brasileiro, republicanas; a ampliação da ênfase da “cultura política” como principal elemento explicativo e constitutivo das relações políticas da sociedade brasileira, cujas mudanças ocorrem e continuarão a ocorrer muito lentamente, exatamente por pertencerem ao âmbito da cultura; a revitalização das “teses dos dois demônios”, segundo as quais esquerda e direita se equivalem e ambas compartilham, cada qual ao seu modo, valores autoritários e o desprezo pela democracia, caracterizada quase que idilicamente pela racionalidade, diálogo, prudência e negociação; a ausência de crítica à dinâmica capitalista e de verificação de sua determinação sobre as relações de poder e nas disputas políticas institucionais, o que remete, implicitamente, à aceitação da viabilidade de um capitalismo “humanizado”, erigido a partir do respeito a direitos sociais democraticamente demandados pela diversidade que compõe a sociedade contemporânea.

Um esforço de superação do liberalismo presente no senso comum ou mesmo em análises acadêmicas sofisticadas da historiografia, muitas delas erigidas em diálogo muito próximo com outras áreas, especialmente com a Ciência Política de matriz estadunidense, pode ser buscado em conceitos de mediação da constituição das subjetividades, da mediação entre o ser e a consciência social. Esses caminhos possíveis, no caso da tradição do materialismo histórico, estão associados aos conceitos de totalidade, ideologia, hegemonia, por exemplo. Se com eles a compreensão das relações entre Estado e classe trabalhadora já é de difícil apreensão, torna-se ainda mais difícil compreendê-las sem esse aparato teórico. Mas esse esforço talvez seja necessário para uma melhor compreensão dos elementos condicionantes da ação dos sujeitos na história.

O direito como arena das classes em luta e a “história vista de baixo”

Como visto até aqui, a superação dos estruturalismos reducionistas e a ênfase na ação dos sujeitos na história, que tanto marcou e continua a marcar a historiografia brasileira, em especial a social do trabalho, tiveram em E. P. Thompson um de seus principais referenciais, especialmente no que concerne às múltiplas formas de resistência, difusa e cotidiana, que não necessariamente se articularam em programas políticos de ação coletiva. A amplitude dos significados dessas formas de resistência às formas de exploração e opressão de classe, acessadas por Thompson por meio das mais diversas formas de manifestações culturais, estimulou diversos estudos de História Social no Brasil, em terrenos inicialmente não visitados por historiadores que compuseram a chamada História Social, sobretudo, mas não apenas, a do Trabalho. A perspectiva das resistências cotidianas, associadas às concepções próprias de justiça e outros valores éticos, morais e culturais, também esteve presente

em estudos sobre o meio rural e a escravidão, como os suscitados, por exemplo, a partir das ponderações de Ciro Flamarion Cardoso (1987) sobre a “brecha camponesa”. E estão presentes também em outras áreas do conhecimento e em autores com os quais Thompson dialogou, a exemplo do antropólogo James Scott (2011, p. 217-243).

Dessa perspectiva, são inúmeros os estudos que procuram desbravar uma “história vista de baixo” a partir da observação dos usos que os subalternizados fizeram do aparato jurídico-institucional para a conquista de melhores condições de vida e/ou de trabalho (no caso de muitos escravizados, a própria liberdade formal), assim como de concepções próprias de valores de sua economia moral, como as noções de justiça que os mobilizaram a executar tais ações. Uma síntese dessa tendência pode ser lida na coletânea *Direitos e justiças no Brasil*, publicada pela Unicamp, instituição que se tornou um dos principais celeiros de produção e difusão intelectual nessa direção. Em sua apresentação, as organizadoras reportam:

Sob influência de questões formuladas por E. P. Thompson [...], os direitos – formulados a partir de tradições e costumes ou reivindicados nas leis ou em suas brechas – começaram a ser investigados como parte importante da história social. Os significados das lutas pela liberdade empreendidas por escravos e libertos ao longo dos séculos XVIII e XIX começam a ser comparados às lutas por direitos empreendidos pelos operários na primeira metade do século XX. [...]

Assim, a historiografia mais recente tem indicado uma presença dos trabalhadores no campo legal e jurídico que, antes, nem poderia ser vislumbrada. Longe de vítimas indefesas ou tuteladas, escravos e trabalhadores livres aparecem como sujeitos importantes na conformação de espaços públicos de negociações sociais, capazes de impor aos senhores e patrões – e ao Estado – um conjunto de direitos e deveres, muitas vezes formulados na própria retórica de seus adversários (LARA; MENDONÇA, 2006, p. 12).

Novamente, a marca predominante desses estudos está na maior ênfase de observação à ação dos sujeitos na história, em suas diversas expressões de resistência, forjadas por meio da ação e das escolhas dos sujeitos em condições e correlação de forças extremamente desiguais:

[...] não se trata de obscurecer as relações de dominação e a desigualdade das partes envolvidas nesses conflitos, mas de mostrar como, em cada conjuntura específica, essas lógicas políticas e jurídicas foram formuladas e acionadas por indivíduos situados em campos sociais radicalmente opostos.

Por isso mesmo, o direito, o justo, o legal e o legítimo [...] formam campos conflituosos, constitutivos das próprias relações sociais: campos minados pela luta política, cujos sentidos e significados dependem das ações dos próprios sujeitos históricos que os conformam. Por isso, se é a partir da justiça que podemos observar o conflito entre diferentes concepções de direitos, é também a partir dela que podemos reconduzir o tema ao campo da história social. Daí a importância de revisitar o processo de elaboração de leis, daí a relevância de buscar novos personagens na arena legislativa e judicial, de pesquisar o sentido da aplicabilidade das leis e seus significados para diferentes grupos sociais, de buscar o modo com que as leis são interpretadas pelos diversos sujeitos em confronto, os argumentos escandidos em prol de uma ou outra parte, as bases legais ou consuetudinárias das decisões processuais etc. (LARA; MENDONÇA, 2006, p. 13).

Assim, Silvia Lara e Joseli Mendonça reconhecem o direito, a justiça e a lei como permeados de conflitos sociais, refutando, portanto, a usual concepção contratualista-liberal segundo a qual o Judiciário, parte integrante do Estado, se caracteriza como a instituição por excelência da resolução de conflitos entre partes dotadas de forças iguais. E também procuram não deixar margem a acusações próximas àquelas feitas na década de 1980, segundo as quais as tentativas de compreensão das formas de negociação entre senhores e

escravizados como resistência cotidiana incorriam na reabilitação da escravidão (LARA, 1995; GORENDER, 1990).

De fato, a perspectiva adotada nos textos que compõem a coletânea, majoritariamente compartilhada pelos pesquisadores brasileiros da História Social, não esvazia o conteúdo dos conflitos sociais – e de classe – nessas disputas em torno das lutas por direitos, observando as complexas particularidades históricas de seus marcadores sociais, como as diferenças, semelhanças e intersecções de experiências concretas vividas por pessoas reais, fossem escravizados ou livres, trabalhadores urbanos ou rurais, sindicalizados ou não, homens ou mulheres, negros ou brancos etc. Por outro lado, a ênfase na ação dos sujeitos tende a valorizar as experiências subjetivas, acompanhadas minuciosamente em termos empíricos. A pujante produção histórica dessas abordagens sobre as ações dos sujeitos na história, mesmo que não desconsiderassem os elementos determinantes (entendidos como condicionantes, e não como base a partir da qual se refletem automaticamente as luzes da superestrutura), foi acompanhada, em contrapartida, de uma tendência a evitar a busca de elementos mais gerais e sistêmicos, talvez até mesmo em reação preventiva a eventuais acusações de generalização próprias das sínteses sociológicas contra as quais se debatiam (COELHO, 2010, p. 8-11). Além disso, apesar de todas as ressalvas e ponderações, tal tendência pode também conduzir a certa subjacente posituação das instituições. Apenas como exercício para fins de argumentação, permitamo-nos, por um breve momento, extrapolar o sentido da seguinte frase, que não foi escrita de forma isolada e, portanto, não pode ser tomada fora de seu contexto maior: “Por isso mesmo, o direito, o justo, o legal e o legítimo [...] não podem ser considerados como simples instrumentos a serviço da dominação” (LARA; MENDONÇA, 2006, p. 13).

Insiste-se em ressaltar que a frase foi propositalmente retirada de seu contexto do parágrafo transcrito anteriormente, e exatamente

por isso não contém o sentido que se quer atribuir aqui. O propósito de destacá-la de forma caricatural é o de apontar para riscos tendenciais de, ao enfatizar demais as formas de resistência, esquecer-se das formas de dominação. Afinal, como já reafirmado tantas vezes, assim como só existe uma classe porque existe no mínimo outra, em permanente relação fundada na exploração, só existe resistência porque existe dominação, ou práticas que buscam exercê-la por recursos de coerção (física ou simbólica). No caso das instituições jurídicas, integrantes do *corpus* do Estado, ao ampliarmos a concepção do direito como arena de conflitos, não se pode jamais esquecer que elas também foram criadas como “instrumentos a serviço da dominação”. Afinal, as relações de poder que constituem uma sociedade de classes, especialmente aos moldes das sociedades contemporâneas liberais-burguesas, convergem historicamente para o âmbito político e para as formas de regulamentação pelo Estado de normas que pretendem impor-se como resoluções justas dos conflitos. Daí a necessidade de não se poder perder de vista a discussão da natureza do Estado nas sociedades de classes, como observa outro britânico, Perry Anderson, historiador que travou instigantes debates com E. P. Thompson:

Hoje, quando a “história a partir de baixo” tornou-se senha reconhecida tanto em círculos marxistas como não marxistas e produziu já importantes benefícios para nossa compreensão do passado, é apesar de tudo necessário lembrar um dos axiomas básicos do materialismo histórico: que a luta secular entre as classes resolve-se em última instância no nível *político* da sociedade – e não no nível econômico ou cultural. Em outras palavras, é a construção e a destruição dos Estados que sela as modificações básicas nas relações sociais de produção, enquanto subsistirem as classes. Uma “história a partir de cima” – do intrincado mecanismo da dominação de classe – surge, portanto, como não menos essencial que uma “história a partir de baixo”: na verdade, sem aquela esta última torna-se enfim unilateral (embora do melhor lado) (ANDERSON, 1995, p. 11).

Sob muitos aspectos, essa historiografia superou as generalizações estruturalistas da “história sem sujeitos” e promoveu ganhos incomensuráveis a partir da “história dos de baixo”, em aproximação ao ponto de vista das subjetividades dos subalternizados, dos vencidos, e seus hercúleos esforços de resistência, ao passo que retirou das mãos dos “grandes homens” o monopólio de narrar a história segundo o que viam em seus espelhos. Esse movimento, porém, requer novos passos. Outras inflexões, impulsionadas por todos esses mesmos avanços, não podem ser perdas de vista. A atenção voltada à busca da compreensão da totalidade e de lógicas sistêmicas, por vezes tão negligenciada pela historiografia recente, pode vir a promover ganhos significativos, especialmente, na discussão que nos cabe aqui, a partir dos caminhos desbravados pela própria tradição do materialismo histórico, a começar sobre a natureza histórica do capitalismo.

Os imperativos do capital e os condicionantes da ação dos sujeitos na história

Ellen Wood sintetiza que

o capitalismo é movido exclusivamente por imperativos econômicos: de um lado, a falta de propriedade dos produtores, que os leva a vender sua força de trabalho em troca de salário, e, de outro, a sujeição dos apropriadores às compulsões do mercado que os obriga a competir e acumular (WOOD, 2014, p. 75).

Ao contrário das teses que acabam por identificar as origens do capitalismo com uma metafísica natureza humana, o capitalismo, como fenômeno histórico, é absolutamente recente e poderia não ter surgido; tampouco pode ser explicado por vias teleológicas, como as muitas teses que o vinculam, pelos mais variados meios, ao aumento substancial do comércio e da retirada de “entraves” extraeconômicos

que impediam a liberação dos impulsos “naturais” próprios da vontade de acumular e enriquecer (WOOD, 2001; 2003, p. 99-154). Comércio e monetarização existiram na antiguidade europeia, em outras opulentas sociedades da África e da Ásia, e, nem por isso, tornaram-se capitalistas. Isso porque, nesses casos, com todas as suas peculiaridades, o mais ou menos intenso comércio, como sistema de trocas, integrava, de forma complementar, as lógicas de produção baseadas em sociedades tributárias de bases de produção agrárias, mantidas por formas tradicionais de extração extraeconômica do excedente. O capitalismo, como novidade histórica, modifica substancialmente a produção, voltada a satisfazer o imperativo fundamental do próprio capital, sua reprodução ampliada. Esse imperativo realiza-se pelo mercado, e o capitalista, para poder continuar a reproduzir de forma ampliada o capital e sua acumulação, precisa criar condições de produção que permitam competir com outros capitalistas mediante o aumento da produção de mercadorias a preços cada vez menores. Para o aumento da produtividade, outros dois imperativos inter-relacionados são acionados constantemente: a revolução constante dos meios de produção, por meio do incremento de tecnologia; e a ampliação do mercado de trabalho, com o aumento da proletarianização e o rebaixamento dos custos da mercadoria força de trabalho. A satisfação dessa lógica requer, portanto, mudanças constantes dos processos produtivos e produz transformações profundas nas sociedades mantidas sob a égide do capital, comparativamente em ritmos muito mais velozes e intensos do que as observadas em outras sociedades submetidas a outras lógicas de produção. Note-se, por outro lado, que o termo “imperativo” denota que também o capitalista está subjugado a essa lógica, ou, do contrário, estará sujeito a perder seu capital e a se proletarianizar.

A aparência mais latente dessas transformações está no incremento em escala sem par da tecnologia; a essência, porém, reside na lógica de acumulação capitalista, mantida por relações

eminentemente sociais: a exploração da força de trabalho, garantida mediante violentos processos de separação do produtor direto dos meios de produção e outras formas de espoliação. Conforme a própria autora salienta, ao resgatar as teses de Robert Brenner desenvolvidas a partir do capítulo xxiv de *O capital*, as condições fundamentais para o desencadeamento inicial desse processo não se encontraram nas cidades, como polos de interações comerciais que “progrediram naturalmente” em sistemas fabris graças a conjuntos de inovações tecnológicas. Os impulsos para as inovações tecnológicas, demarcadas a partir da chamada Revolução Industrial do século XVIII, foram produzidos nas transformações promovidas pelo processo de cercamento dos campos e pela conversão das massas trabalhadoras, antes vinculadas às tradições que as fixavam às terras onde nasceram, em proletários em busca de sobrevivência.

Como Marx demonstrou, a produção do mercado de trabalho “livre”, mediado por trocas monetárias sob a forma de salários, não tem nada de natural, tampouco ocorreu por métodos “idílicos”, baseados na livre-iniciativa e nas aptidões intelectuais e/ou físicas daqueles que souberam converter esforço individual em merecida riqueza. Desde suas origens, o capital não existe sem o uso extensivo da violência, ou melhor dizendo, existe como ato de violência, para o qual as forças de coerção do Estado são fundamentais:

Tanta emolis erat [tanto esforço se fazia necessário] para trazer à luz as “eternas leis naturais” do modo de produção capitalista, para consumir o processo de cisão entre trabalhadores e condições de trabalho, transformando, num dos polos, os meios sociais de produção e subsistência em capital, e, no polo oposto, a massa do povo em trabalhadores assalariados, em “pobres laboriosos” livres, esse produto artificial da história moderna. Se o dinheiro, segundo Augier, “vem ao mundo com manchas naturais de sangue numa de suas faces”, o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés (MARX, 2013, p. 830).

Nesse mesmo capítulo, Marx dedica uma parte considerável a demonstrar como o “amor” ao trabalho das massas “livremente” expropriadas, a naturalização do reconhecimento da legitimidade das relações capital/trabalho, foi promovido por métodos “educativos” do Estado, baseados em recorrentes “leis sanguinárias”. Ao lado de medidas legislativas anticondizância de trabalhadores que vigoraram até 1825, e de regramentos que não previam salários mínimos, mas salários máximos, com penas de prisão mais altas a quem os recebia do que a quem pagava, os reincidentes na “vagabundagem”, “vadiagem” ou mendicância foram recorrentemente submetidos à prisão, mutilação, escravização, tomada forçada dos filhos e pena capital (MARX, 2013, p. 805-813).

A violência da expropriação, como condição fundamental da instituição do reino do capital sobre territórios e populações por onde ele chegava e se desenvolvia, é constante e assume formas distintas – tanto de instituição quanto de resistência – no tempo e no espaço. Mas, invariavelmente, a transformação dos recursos naturais e da força de trabalho em mercadoria é a constante que se impôs e segue se impondo pelo globo figurativamente sob a insígnia de “progresso”. Em todos esses casos, sobretudo naquele em que variadas formas tradicionais de organização social foram submetidas à proletarização e/ou a formas ainda mais explícitas de trabalho compulsório, a força física e simbólica do Estado foi e segue sendo imprescindível, seja por meio da conquista neocolonial e dominação imperialista direta, ou nas formas de estabelecimento de controles internos às fronteiras dos Estados nacionais. Isso porque os interesses de classes (e suas contradições) estão presentes em sua própria constituição.

Ao contrário de outras formações históricas, em que a extração do excedente ocorria por meios de coerção extraeconômica, no capitalismo, o poder direto do proprietário pelas vias dos imperativos produtivos e concorrenciais o faz prescindir de sua participação

individual direta no aparelho de Estado e ainda conviver, dentro dos ditames normativos, em termos de igualdade formal civil e política com os indivíduos explorados:

O capitalismo tem a capacidade única de manter a propriedade privada e o poder de extração de excedentes sem que o proprietário seja obrigado a brandir o poder político direto no sentido convencional. O Estado – que é separado da economia, embora *intervenha* nela – pode aparentemente pertencer (por meio do sufrágio universal) a todos, apropriador e produtor, sem que se usurpe o poder de exploração do apropriador. A expropriação do produtor direto simplesmente torna menos necessário o uso de certos poderes políticos diretos para a extração de excedentes, e é isso exatamente o que significa dizer que o capitalista tem poderes econômicos, e não extraeconômicos, de exploração (WOOD, 2003, p. 43).

Por outro lado, a aparente separação da economia da política não significa que o Estado seja efetivamente neutro e não tenha conteúdo de classe. Ou ainda, dizer que o Estado possui conteúdo de classe não implica dizer que é uma instituição impermeável a contradições e às disputas da luta de classes, incluindo segmentos rivais da própria classe dominante. Nesse sentido, a concepção de Estado (ampliado) desenvolvida por Antonio Gramsci merece ser revisitada. Para fins de exposição, valemo-nos da síntese de Virgínia Fontes, autora com quem voltaremos a dialogar logo a seguir:

A ampliação do Estado corresponde, em Gramsci, à forma pela qual a organização estatal se apresenta enquanto âmbito possível de universalização de interesses (evidentemente limitada, posto que classista) cujas raízes permanecem privadas. Gramsci analisa como esses interesses devem metamorfosear-se em razão comum, coletiva, em *organização da vontade* (tal como Marx já o apontava na *Ideologia Alemã*), mas vai além, identificando como ocorre a interpenetração entre a sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia) e

a sociedade política. Sob o capitalismo, os próprios interesses das frações e dos segmentos das classes dominantes são contraditórios e concorrentes; a forma (o *como*) de sua organização é a da associação de interesses (corporativa, portanto) que procura apropriar-se dos elementos de dominação política de maneira a deles servir-se, duplamente: expandindo-se como o seu apoio, no cerne de sua ação propriamente econômica e, para fazê-lo, convencendo da necessidade geral ou social da expansão – num circuito mais amplo, portanto, do que o círculo restrito daqueles diretamente interessados. O Estado capitalista é, desde seus primórdios, aberto à incorporação dos interesses dominantes, realizada sobretudo de forma indireta, por meio de associações corporativas de proprietários que deveriam lutar – no espaço representativo – pela generalização de seus próprios interesses enquanto necessidade social. O que impõe limite às lutas internas que opõem tais frações e tais interesses é a exigência da reprodução do capital, como um todo. Em outros termos, a subordinação do conjunto dos trabalhadores. Daí a própria percepção burguesa da autonomização do Estado como erguendo-se acima dos interesses... de cada capitalista singular (FONTES, 2005, p. 109-110).

A concepção gramsciana de Estado (ampliado), especialmente para a análise dos regimes associados à democracia representativa, desmistifica tanto a concepção jusnaturalista e contratualista de Estado como instituição a servir como garantidora equânime dos direitos civis, políticos e sociais do cidadão quanto impede os reducionismos esquemáticos passíveis de serem empregados pela tomada simplificada da expressão “instrumento de dominação de classe”. O conteúdo expresso na sintética fórmula Estado = sociedade civil + sociedade política abre caminhos para a compreensão sobre os processos de estabelecimento das formas de dominação, não reduzida apenas ao monopólio da coerção física, mas também ligada à capacidade e ao exercício da construção e reprodução de consensos. As disputas pelo controle do Estado como instrumento de dominação

hegemônica não se reduzem, portanto, a governos, tampouco estancam-se em instrumentos e práticas cristalizados no tempo, senão constituem-se como manifestações dialéticas permanentes de relações de forças sociais e políticas profundas das classes em conflito. Enquanto por “sociedade política” Gramsci entende o corpo político propriamente dito (parlamentares, governantes, funcionários de Estado etc.), a “sociedade civil” deixa de ser vista como uma massa amorfa, de indivíduos/cidadãos/súditos em oposição ao tirano Estado, mas como dimensão constituída por grupos de livre associação segundo seus interesses, que formulam projetos políticos que se pretendem hegemônicos, ou seja, como projetos vinculados a concepções particulares de interesses e propósitos parciais mas que almejam ser reconhecidos, pelo convencimento/consenso disseminado, como universais. Para tanto, o monopólio da coerção física e a força dos demais instrumentos à disposição para a difusão dos valores e práticas que se querem hegemônicos (como a educação e a gerência governamental, por exemplo) tornam o aparelho do Estado propriamente dito objeto de disputa por excelência. Assim, se, de um lado, a disputa central por hegemonia se dá entre classes dominantes (exploradores) e dominadas (exploradas), por outro, as classes dominantes também não possuem necessariamente unidade entre si, já que há interesses particulares que as dividem em frações, cada qual disputando o controle de medidas que melhor lhe satisfaça. Nesse complexo e dinâmico processo, nada está previamente garantido, menos ainda se pode conceber a existência de dominação absoluta e impermeável, pois mesmo as frações que conseguem impor-se hegemonicamente precisam lidar com as oposições das outras frações e das outras classes, incluindo suas inconsistentes alianças políticas, para manterem-se equilibradas nas posições que galgaram. Assim, a classe trabalhadora, organizada em seus movimentos autônomos, conseguiu, em diversas conjunturas históricas, adentrar em circuitos do aparelho do Estado, promover

suas disputas por hegemonia e até mesmo se ver representada politicamente em alguns espaços institucionais, além de conquistar, na forma da lei, direitos que visavam o atendimento de algumas de suas pautas de lutas por melhorias de condições de vida, de trabalho, ou mesmo de ampliação de canais de participação democrática e direitos sociais, civis e políticos de abrangência universal:

Ao longo do século xx, as formas organizativas operárias e/ou populares (por meio de sindicatos e partidos operários) conseguiram de fato aprofundar a ampliação do espaço estatal, ao passarem a integrar, de maneira subordinada, os aparelhos e agências governamentais (em geral de cunho consultivo) e a ocupar, com os partidos (no sentido estrito formulado por Gramsci), o espaço parlamentar (FONTES, 2005, p. 110).

A ponderação “de maneira subordinada” que Virgínia Fontes faz não é casual, sublinha que o caráter da participação da classe trabalhadora e grupos subalternizados, por maiores que sejam circunstancialmente sua participação e o alcance das medidas que conseguem aprovar, são sempre “subordinadas” à hegemonia, que pertence a (frações da) classe dominante; afinal, o centro da questão está na manutenção da exploração por meio da propriedade privada. A atenuação por melhorias das condições de trabalho e as conquistas de direitos sociais não representam equilíbrio de correlação de forças, senão avanços populares que conseguiram efetivar conquistas. Ao se tornarem direitos e serem reconhecidos como conquistas de avanço da resistência, dialeticamente são enquadrados na formulação hegemônica geral da dominação burguesa, o direito burguês. O direito, a lei e as instituições são reconfigurados, ao passo que se tornam também instâncias reconfiguradoras das expressões políticas da luta de classes, mas nem de longe assumem a formulação final para a promoção do equilíbrio e da harmonia entre capital e trabalho. A formulação jurídica em torno da promoção do justo equilíbrio das partes capital/trabalho, a busca pelo seu aprimoramento e sua efetiva aplicação não eliminam seu imanente caráter conflitivo.

Nesse sentido, não há qualquer contradição entre a concepção gramsciana e a de Thompson, conforme, aliás, indicou Marcelo Badaró Mattos em trecho citado anteriormente, bem como em diversas outras passagens de seu livro sobre o britânico. A diferença está na ênfase: enquanto Gramsci pensa nas lutas por hegemonia, sua maior ênfase recai sobre os processos de estabelecimento e reprodução das formas de dominação (com vistas a pensar os desafios da luta contra-hegemônica); já Thompson confere ênfase maior às práticas de resistência em recortes históricos específicos, demarcados por modos próprios de dominação. Observemos, por exemplo, a seguinte passagem do britânico:

Nossa experiência tende a nos fazer resistir à concepção de imposição hegemônica da dominação de classe como imposição absoluta de categorias ou de estruturas de dominação. Jamais houve época em que a dialética da imposição da dominação e da resistência a essa imposição não fosse central no desenvolvimento histórico. Mas, em nossa história sem ruptura [refere-se à Inglaterra dos séculos XVIII-XIX, que não passou por ciclos revolucionários como a França desde 1789], temos um movimento no qual a pressão vinda de baixo é contida no alto, absorvida, o que conduz a uma modificação da estrutura, seguida por nova pressão de baixo (THOMPSON, 2001, p. 209).

Thompson expressa nessa formulação sua compreensão do que constituiu um “modo de dominação” na Inglaterra do século XVIII, pelo qual o direito e a Justiça não eram “um simples instrumento ideológico a serviço da dominação da classe dominante”, mas “uma mediação específica e um terreno de oposição de classes” (THOMPSON, 2001, p. 211). A legitimidade do direito, da lei e da Justiça, com suas características particulares construídas pela gentry desde as revoluções do século XVII, dependia do exercício dos ritos, rituais e retórica que permitiam espaço para a “arraia-miúda”

se manifestar e pressionar para o atendimento de suas reivindicações, nas formas previstas pela própria lei. A aparência das formas que sustentavam sua legitimidade, que escamoteavam os interesses de classe, era da universalidade da equidade; e para manter a legitimidade e evitar riscos de rupturas era preciso seguir os ritos, conhecidos e também manejados pelos subalternizados. A própria classe dominante encontrava-se enredada na ideologia que ela construiu para conferir-lhe legitimidade, baseada nos princípios da efetiva justiça alcançada pelas instituições jurídicas e pela equidade de tratamento. E isso criou uma dinâmica nova, pela qual as classes dominadas fizeram arrancar conquistas que assumiram formas normativas de reconhecimento da legítima justiça das demandas:

As instituições jurídicas e a lei exerciam um papel essencial. A classe dominante encontrava uma legitimação, exercendo o poder “constitucional” e dominando por intermédio de um processo verdadeiramente legal; as classes dominadas afirmavam a imagem de si mesmas como ingleses nascidos livres, com direito igual perante a lei (o que não é a mesma coisa que o estatuto de cidadão). A dialética repressão-protesto-concessão move-se no interior dessa retórica e dessas formas. A lei não é um simples instrumento de dominação, mas também é uma ideologia, a qual legitima a dominação da *gentry*. A hegemonia da *gentry* e da aristocracia no século XVIII não se exprimia, primordialmente, pela força militar nem pelas mistificações de um clero ou da imprensa, mas no ritual das cortes de Justiça (THOMPSON, 2001, p. 224-225).

Foi também sobre essa tradição baseada no direito que a classe trabalhadora inglesa se formou, incluindo a luta pelo direito ao sufrágio universal e a constituição de um projeto autônomo de futuro, ou seja, um projeto político que não diz respeito aos interesses das outras classes, mas erige-se em torno do combate à exploração. A emergência de um projeto autônomo equivale à emergência de um projeto de hegemonia, que, para se efetivar, confronta-se e

sofre com todas as interferências ideológicas, culturais e repressivas desencadeadas nas relações com outras classes.

Em relação à experiência histórica inglesa, parte das tensões latentes da luta de classes interna tendeu, especialmente a partir do último terço do século XIX e ao longo do século XX, a ser amenizada por meio da expansão da dominação imperialista britânica, que externalizou aos continentes as condições mais drásticas e brutais de extração do mais-valor⁴ e ampliou a capacidade de consumo de bens e serviços, assim como de direitos, aos trabalhadores ingleses.

-
- 4 O termo tradicional utilizado em língua portuguesa é “mais-valia”, e não “mais-valor”, tendo em vista que sua implementação, via de regra, veio através de traduções indiretas do alemão e do inglês para o francês e do francês para o português. Nessas intermediações de traduções, também foram comuns alguns termos tomados por sinônimos, como “classe operária” e “classe trabalhadora”, tendo implicações teóricas, analíticas e políticas graves, como apontam diversos historiadores, a exemplo do que fez Marcelo Badaró Mattos (2019, p. 21-25). Observações como essas têm sido objeto das novas traduções em andamento das obras completas de Marx e Engels do alemão diretamente para o português, especialmente pela editora Boitempo. A editora passou a utilizar o termo “mais-valor” em lugar de “mais-valia” a partir da observação feita por Mario Duayer, a meu ver correta, ao tratar do processo de tradução da edição de MARX (2011, p. 23): “Em determinados momentos, o emprego de neologismos mostrou-se inevitável. Nesses casos, procuramos observar os usos correntes na literatura marxista em português. A única e importante exceção refere-se à categoria “*Mehrwert*”, que tradicionalmente vem sendo traduzida como “mais-valia”. Em nossa opinião, é impossível justificar tal tradução, seja em termos literais ou teóricos. Literalmente, ‘*Mehrwert*’ significa ‘mais-valor’. Pode também ser traduzida como ‘valor adicionado’ ou ‘valor excedente’. Uma vez que não é tradução literal de ‘*Mehrwert*’, o uso de ‘mais-valia’ teria de ser justificado teoricamente. Essa tarefa é impossível, pois, como ‘valia’ nada significa nesse contexto, não há como justificar ‘mais-valia’ do ponto de vista teórico pela simples anteposição do advérbio. Ademais, além de ser uma tradução ilícita, a expressão ‘mais-valia’ converte uma categoria de simples compreensão em algo enigmático, quase uma coisa. Produção capitalista, como seu viú, é produção de valor, e produção de valor tem de ser produção crescente. Portanto, produção capitalista é, por definição, produção de mais-valor. Em síntese, nesta edição dos *Grundrisse* adotou-se ‘mais-valor’ porque, além de ser a tradução literal de ‘*Mehrwert*’, contribui para esclarecer o conteúdo da categoria”.

O mesmo aconteceu em quase todo o continente europeu após 1945 e o estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social, cujas estruturas começaram a ser abaladas após o fim do “socialismo real” do Leste Europeu. A partir de então, e sobretudo no século XXI, os impulsos dos imperativos capitalistas, que se enraizaram em praticamente todo o globo, têm desbravado o rebaixamento e a aniquilação dos direitos, incluindo os vínculos contratuais formais, até então mediados por direitos conquistados mediante as lutas de gerações.

Os imperativos do capital mantêm-se operantes, em escalas e intensidades geometricamente maiores nesse século XXI. Conforme Virgínia Fontes argumenta, o capitalismo contemporâneo requer a capacidade de reproduzir e ampliar as formas de sujeição da força de trabalho por meio da intensificação da subsunção real do trabalho ao capital – isto é, a generalização da extração de mais-valor relativo por todo o corpo social mediante a ampliação da tecnologia –, em um mundo em que a subsunção formal – isto é, o processo de expropriação – já se encontra quase que plenamente realizada em escala global. Para tanto, trata-se de executar novas formas de expropriação sobre os já expropriados, daquilo que eles dispõem além de sua força de trabalho, essencialmente, os direitos arduamente conquistados, sobretudo sociais:

Trata-se agora não apenas de manter a separação do trabalhador direto de seus meios de produção ou das funções primárias da subsistência (como era o caso da expropriação camponesa). Parcelas crescentes da população mundial encontram-se já expropriadas e, no caso brasileiro, esse foi o lento e inexorável processo em curso ao longo de todo o século XX. A expropriação doravante deverá incidir sobre toda e qualquer maneira de opor-se – social e coletivamente – ao capital como lógica da própria existência. Assim, a expropriação na atualidade deverá incidir sobre todos os aspectos resultantes da luta de classe sob o capitalismo, por meio das [sic] quais os trabalhadores conseguiram, ao longo dos últimos 150 anos,

reduzir o impacto do valor de troca (do mercado) sobre uma parcela de sua reprodução, o que resultou na gestão estatal de uma parcela do valor da força de trabalho. [...] Trata-se de uma *expropriação econômica e social* de conquistas anteriores, até aqui asseguradas politicamente. [...] Essa expropriação é, portanto, econômica, ao traduzir-se numa privatização direta, verdadeira doação de capital ao setor empresarial; é social, na medida em que elimina as formas anteriores de subsunção formal e nutre-se pela incorporação desses segmentos produtivos ao âmbito diretamente gerador de mais-valia relativa; e é, finalmente, política, na medida em que extirpa direitos anteriores e induz novas variáveis organizativas e coercitivas no âmbito do Estado (FONTES, 2005, p. 95 e 108).

Esse avanço do capital sobre as conquistas efetivadas da classe trabalhadora, em ataque aos direitos estabelecidos, reconfigura completamente o terreno no qual se processam as lutas políticas da classe trabalhadora ao prescindir das formas institucionais de mediação dialeticamente construídas como formas de resoluções parciais dos conflitos capital/trabalho:

Ao retirar do âmbito da política o que resultara de conquistas de lutas sociais, esvazia o terreno no qual sua dominação até então se assentara – o âmbito parlamentar. Elimina assim absolutamente todo e qualquer princípio ético-moral do âmbito político, no qual já eram limitados, e a dominação do capital perde todo o seu disfarce, devendo doravante apresentar-se como é, como modalidade de subordinação do trabalho ao capital. Ora, a política – o jogo parlamentar – detinha o papel fundamental de expressar contraditoriamente as formas efetivas de organização da lógica do capital, pela capacidade de agregar e incorporar setores populares – ainda que subalternizados – que chegavam a organizar-se. Ela agora perde, de fato, sentido e significado, uma vez que a expropriação capitalista incide exatamente no terreno no qual o convencimento e as formas indiretas de coerção se realizavam (FONTES, 2005, p. 109).

A análise desenvolvida pela autora, ao tratar das transformações históricas do presente, permite-lhe tecer considerações do que observa serem tendências em curso, implicando mudanças na luta de classes e em suas manifestações políticas. Conforme citado, a atual fase de subsunção real do trabalho ao capital em escala global, nesse início do século XXI, provoca transformações profundas nas dinâmicas sociais e políticas estabelecidas especialmente ao longo dos séculos XIX e XX, principalmente em questões relativas à representação parlamentar e à luta por direitos, portanto, do conteúdo das reformas legais em torno da relação capital/trabalho e da própria instituição Estado. Mas, ao contrário das perspectivas que sucumbem às aparentes transformações como necessidades para a ampliação das condições da promoção do “progresso” e do “desenvolvimento” baseado na livre-iniciativa e no empreendedorismo, ainda que com eventuais facetas humanitárias e de “responsabilidade social”, pactuadas nos princípios éticos do “respeito às instituições democráticas”, a perspectiva desenvolvida pela autora aponta para as tendências à reconfiguração dos inerentes conflitos e os desafios que se impõem a quem se colocar politicamente comprometido com a agenda pela emancipação humana.

Trata-se, portanto, de uma perspectiva que não capitula diante do niilismo, mas sublinha a necessidade de compreensão dos prováveis desafios que tendem a se impor. As tendências de aumento da extração de sobretrabalho se colocam por meio da diminuição significativa dos vínculos contratuais e/ou das garantias que estabelecem determinadas condições mínimas de trabalho, assim como pela privatização de direitos, que passam a ser disponibilizados/privatizados como serviços à venda pelo mercado (educação, saúde, previdência, segurança etc.), ou mantidos por Organizações Não Governamentais (ONGs) vinculadas ao setor empresarial ou outras instituições de caráter privado, que, sob a insígnia da “responsabilidade social”, se apresentam na condição de atender demandas

específicas em contraposição às formas associativas e políticas erigidas até aqui pela própria classe trabalhadora, como sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais. Isso traz consigo novas modalidades de dominação, mas também abre novas possibilidades de resistência, como condições de maior desmascaramento das formas de atenuação da relação capital/trabalho, que dificultam, por vezes, a percepção do conteúdo relacional de exploração.

A palavra “tendência” é acionada aqui como possibilidade a ser ou não verificada no futuro a partir das observações da historicidade presente, não como certeza de algo que se realizará. É um recurso de localização e de enfrentamento no campo político para a ação que almeja contribuir em dadas construções de futuro. Tais abordagens, portanto, não se colocam como decretação de previsões futuras, baseadas em certezas estéreis, menos ainda sucumbem ao “fim da história”. Antes, colocam-se na difícil tarefa de compreender a realidade para procurar contribuir com meios de efetiva ação aos novos condicionantes da realidade histórica:

Enfrentar o tema dos movimentos socialistas exige refletir sobre as formas assumidas na atualidade da sujeição do trabalho ao capital e das novas contradições que gera e agrava. [...]

A enorme complexidade do processo produtivo contemporâneo parece assinalar para seu próprio contrário, para uma simplificação de suas dimensões contraditórias: o trabalho *tout court*, trabalho *sans phrase* contrapõe-se crescentemente nos âmbitos nacional e internacional ao capital, cada vez mais concentrado e tornado uma espécie de entidade abstrata. Por seu turno, a constituição de associações internacionalizadas e internacionalizantes com o intuito de abalar as formas organizativas calcadas no trabalho aponta, contraditoriamente, para a re colocação da questão nacional no âmbito de extensas (e diferenciadas) camadas de trabalhadores, que reagem contra as imposições genéricas do Fundo Mundial Internacional ou da Organização Mundial do Comércio, dos quais se nutrem

muitas dessas entidades. Finalmente, por estarem atravessadas de contradições, essas formas associativas contêm em seu interior expressões internacionalmente entrelaçadas de revolta popular, ainda que se manifestando de forma difusa, contra determinados imperativos do capital internacional (FONTES, 2005, p. 117-118).

Logo, buscar compreender os fatores sistêmicos da lógica capitalista não é fugir da “história vista de baixo”, ou ainda subestimar a ação de homens e mulheres reais, de carne, ossos, corações e mentes. É pensar nos elementos condicionantes que os subordinam às formas de exploração e opressão históricas, nas suas experiências concretas de classe, que, como E. P. Thompson recorda, “é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente” (THOMPSON, 1987, p. 10). É, portanto, uma necessidade para a compreensão da totalidade histórica, pois se existe um olhar “dos de baixo”, é porque existem “os de cima”, e essas posições só podem existir de modo relacional. Pensar em dominação implica pensar em resistências, e pensar em resistências implica pensar em dominação. Uma história que não leva em consideração as percepções, concepções, sentimentos que compõem a vida das pessoas é esvaziada de sentido; uma história que não leva em consideração as lógicas sistêmicas e os imperativos que ajudam a constituir as determinações nas quais se vive no capitalismo evita pensar em alternativas, que requerem, aliás, a ação dos sujeitos no processo histórico. Ambas, cada qual por seus caminhos, podem conduzir-nos ao contentamento com os limites das aparências, e mesmo à exaltação de instituições que existem, também, como espaços de conservação das dinâmicas sociais baseadas em exploração e opressões.

Essa inflexão parece continuar a ser um importante desafio historiográfico e também um importante compromisso ético-político, especialmente nesses períodos de avanço da barbárie. E diante desses

desafios que nos colocamos, Thompson segue sendo um importante companheiro das lutas da classe trabalhadora como agente de sua própria história.

Referências

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COELHO, Eurelino. A dialética na oficina do historiador: ideias arriscadas sobre algumas questões de método. *Revista História & Luta de Classes*, Marechal Rondon, n. 9, p. 7-16, jun. 2010.

DEMIER, Felipe A. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 125-156.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124.

FONTES, Virgínia. *Reflexões (im)pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

LARA, Silvia Hunold. Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, n. 12, p. 43-56, out. 1995.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de História Social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, Livro I – o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 217-243, jan./jul. 2011.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. *As origens do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Rastros, vestígios e resistências de trabalhadores(as) rurais

Por que os arquivos não podem morrer?

Regina Coelly Fernandes Saraiva¹

Prólogo

O convite para a escrita deste texto trouxe imediatamente o desejo de fazer um registro de memórias vivenciadas durante a pesquisa do pós-doutorado sobre resistências de trabalhadores rurais de Pernambuco (PE) à Ditadura Civil-Militar (1964-1985).² Mas quais memórias trazer daquela experiência que foi tão rica e marcante? As

- 1 Professora adjunta da Universidade de Brasília (UNB). Doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da UNB. Professora de História na Faculdade UNB Planaltina (FUP) da UNB, no Programa em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader).
- 2 Projeto de pesquisa “Mobilizações e movimentos sociais agrários, repressão e resistências do pré-1964 à Ditadura Civil-Militar: as trajetórias do Master no RS e das Ligas Camponesas em PE”. Edital Capes – Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais (Edital 12/2015), coordenado pelo professor Sérgio Sauer (UNB). O pós-doutorado foi no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), de agosto de 2017 a agosto de 2018.

possibilidades eram muitas e optei por fazer um registro sobre os arquivos pesquisados, descrevendo achados e analisando a importância daqueles arquivos e seus acervos do ponto de vista da salvaguarda da memória camponesa.

A pesquisa foi uma extensão do trabalho realizado junto à Comissão Camponesa da Verdade (ccv). Entre os anos de 2012 a 2016, a ccv acentuou a importância dos registros de memória e verdade como parte fundamental para a reparação de graves violações de direitos humanos praticadas contra camponeses durante a Ditadura Civil-Militar. Naquele momento, embora as discussões não tenham se centrado sobre os arquivos de memórias, foi notório que o acesso a documentos, depoimentos, repositórios e outras fontes foi fundamental para tornar possível os registros de casos emblemáticos presentes no *Relatório final* da CCV (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2016).³

Este trabalho tem como objetivos registrar e refletir sobre a importância de arquivos de memórias camponesas e responder em seu percurso a pergunta: por que esses arquivos não podem morrer? Essa pergunta nasceu a partir do fatídico incêndio no Museu Nacional (MN), em setembro de 2018, que levou à perda total de um dos arquivos onde a pesquisa do pós-doutorado foi realizada: o FLS.⁴ A intenção neste texto é compartilhar algumas reflexões que foram surgindo desde então.

Por arquivos de memórias compreendemos aqueles espaços onde estão preservados documentos (escritos, orais, imagéticos, microfilmados), publicações, objetos que estão sob a proteção de

3 A ccv foi criada em 2012 para incidir sobre os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Foi formada por professores, intelectuais, militantes de movimentos sociais ligados ao campo e outros colaboradores. O trabalho da ccv gerou o *Relatório final: violações de direitos no campo, 1946-1988* (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2016).

4 O Fundo Lygia Sigaud pertencia à Seção de Memória e Arquivo (Semear) do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio Janeiro (UFRJ).

entidades públicas ou privadas, organizações não governamentais, movimentos sociais e sindicais, universidades e outros. Podem ser centros de documentação, museus, ecomuseus, casas de memórias, memoriais, arquivos, laboratórios ou outros lugares que tenham como missão preservar vestígios, fragmentos, rastros, narrativas que combatam a perda, o esfacelamento da memória (NORA, 1993).⁵

Arquivos de memórias camponesas são lugares da memória dedicados aos sujeitos do campo, trabalhadores rurais, nas suas diferentes categorias: assalariados, assentados, posseiros, acampados, arrendatários, quilombolas, comunidades tradicionais, povos das águas, indígenas. São lugares que se dedicam à salvaguarda de memórias de sujeitos historicamente excluídos e invisibilizados.

Este texto está dividido em duas partes. Na primeira, apresento os arquivos que pesquisei: arquivos de memórias camponesas, cujos acervos registram, entre seus documentos, a força política de camponeses de Pernambuco. Sobre cada arquivo teço uma narrativa, descrevendo esses lugares da memória camponesa e seus acervos (para ressaltar o potencial de pesquisas), e apresento algumas notas da pesquisa sobre rastros e vestígios de resistências de trabalhadores rurais de Pernambuco à Ditadura Civil-Militar.

A segunda parte é dedicada a responder à pergunta: por que os arquivos não podem morrer? Essa pergunta é entremeada por outras questões: qual a importância da salvaguarda da memória camponesa? Como reparar perdas das memórias, tais como aquelas que se perderam com o incêndio do Museu Nacional, e outras fragilidades? O que fazer com tantas memórias?

5 Arquivos de memórias são trazidos aqui no sentido dos lugares da memória coletiva de Nora (1993): lugares cheios de vontade de memórias, por seu conteúdo demográfico, pela cristalização da lembrança e sua transmissão, e que se caracterizam pela experiência vivida. Para Nora, os camponeses são por excelência coletividade-memória (NORA, 1993, p. 21-27).

Parte 1: Arquivos de memórias camponesas e resistências

Entre 2017 e 2018, a pesquisa do pós-doutorado permitiu consultar diversos arquivos de memórias camponesas em busca das resistências à Ditadura Civil-Militar por trabalhadores rurais de Pernambuco: o Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP), do CPDA, da UFRRJ; a Seção de Memória e Arquivo do FLS, do MN, da UFRJ, e o Centro de Informação e Documentação (CID) da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em Brasília.

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

O NMSPP, criado em 1997, é um núcleo de documentação vinculado à linha de pesquisa Movimentos Sociais do CPDA da UFRRJ.⁶ O acervo foi formado, inicialmente, a partir de documentos do Centro de Documentação da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase Nacional) e por coleções particulares de documentos doadas por pesquisadores. Material audiovisual, entrevistas, documentos, publicações (entre elas, obras raras), trabalhos acadêmicos resultantes de pesquisas e relatórios relacionados com os movimentos sociais do campo, organizações não governamentais, movimento sindical rural, entidades empresariais, associações e instituições do Estado formam o acervo do NMSPP, com material disponível em formato impresso e digital.

O espaço do NMSPP/CPDA é muito simples e sua vasta documentação e publicações ocupam uma sala ampla com arquivos e estantes de aço, mas com suporte tecnológico (computadores, *scanner* e

6 O NMSPP/CPDA/UFRRJ é coordenado por Leonilde Servolo de Medeiros, professora e pesquisadora do CPDA. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/nms/>. O acesso ao NMSPP ocorreu em diferentes momentos entre setembro de 2017 e maio de 2018.

outros) que garante a digitalização de documentos sobre camponeses, movimentos sociais e ações públicas voltadas para esses sujeitos do campo.

Muitos rastros e vestígios de resistências de trabalhadores rurais de Pernambuco estão presentes na documentação desse arquivo. No NMSPP, foram acessados principalmente documentos sobre as Ligas Camponesas em Pernambuco. Entre eles, jornais (*Novos Rumos* e *Terra Livre*)⁷ e revistas de época, como os exemplares da revista *O Cruzeiro*, dos anos 1960,⁸ deram visibilidade nacional para a efervescência política daquele movimento camponês no Nordeste brasileiro, onde as Ligas atuaram fortemente entre os anos de 1955 a 1964.

Esses e outros documentos permitiram contextualizar a época e compreender por que trabalhadores rurais se somavam à força política das Ligas Camponesas como resistência à opressão no campo. O trecho seguinte da revista *O Cruzeiro*, de 1961, traz o retrato da condição camponesa naquele período:

Depois de viver como “foreiro” durante 21 anos, no Engenho Califórnia, o velho Antônio Vicente de Moura passou a sofrer uma perseguição tenaz por parte do patrão. O “foro” era de cr\$ 6.500 e passou para cr\$ 13 mil. Ante a reclamação, recebeu ameaça de morte ou expulsão. [...] O resultado já se imagina: em companhia de outro filho Manuel Vicente de Moura, o lavrador foi transferido preso para a prisão “Brasil Novo”, do Recife, situada a 500 metros do Palácio do Governo. Os presos eram submetidos ali, segundo nos disseram, a um tratamento de “banho de criolina e surra três vezes por dia”. De volta à terra, meio louco, Manuel Vicente, de 26 anos,

7 Publicações do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O *Terra Livre* foi importante instrumento do PCB no campo.

8 Diversos números da revista *O Cruzeiro* foram consultados no NMSPP/CPDA. A revista fez uma série de matérias sobre a situação social do Nordeste e a atuação política das Ligas Camponesas. As matérias tinham como objetivo principal apresentar o que era o fenômeno das Ligas Camponesas, que ganhavam notabilidade política naquele momento.

matou-se em plena rua, praticando o “harikari”. [...] Para não morrer, a família Moura abandonou tudo, deixando propriedades no valor de meio milhão de cruzeiros em casas e plantações. É esse o clima em que se desenvolvem as Ligas e suas ideias (O CRUZEIRO, 11 NOV. 1961, citação adaptada).

O caso dessa família não foi único no contexto político, social e econômico do Nordeste dos anos 1950 e 1960. Muitos vestígios foram identificados em fontes no NMSPP/CDPA, que registram situações idênticas àquela vivida pelos Moura e que buscaram nas Ligas Camponesas uma forma de luta contra toda a opressão no campo.

Consulta a obras raras, como os *Cuadernos*, publicação cuidadosamente elaborada por Francisco Julião durante seu exílio no México,⁹ permitiu identificar a intensa movimentação que as Ligas Camponesas de Pernambuco promoveram ao inspirar a criação de ligas pelo Brasil afora (1962 a 1964), estimuladas pelo debate da reforma agrária na lei ou na marra. Essa publicação compila notícias do Jornal *A Liga* sobre o debate da reforma agrária, cartas a Julião, cartas aos camponeses, poesias, denúncias e fatos da vida camponesa.

Narrativas construídas sobre esse movimento camponês foram identificadas em entrevistas e material de seminários e encontros disponíveis no NMSPP/CPDA. Elizabeth Teixeira, em entrevista, registra que o combate, a luta que assumiu, era imenso: “o latifúndio é o diabo”.¹⁰

O Golpe de 1964 ceifou as Ligas Camponesas e entidades sindicais foram duramente atingidas por processos de intervenção e perseguições políticas, limitando a ação política dos trabalhadores

9 Trata-se de uma coletânea de artigos do jornal *A Liga* (1962 a 1964) selecionados por Francisco Julião e lançados no México. Julião (1969). Versão digital dos *Cuadernos* pode ser consultada no Armazém Memória (AM). Disponível em: www.armazemmemoria.com.br. Acesso em: nov. e dez. 2017.

10 Entrevista com Elizabeth Teixeira realizada por Leonilde Servolo de Medeiros (Rio de Janeiro, 1984). No NMSPP, foram consultadas entrevistas de camponeses que participaram do Projeto Memória Camponesa (2006).

rurais por direitos. Ainda assim, houve resistência: “Presidente morre, mas não renuncia”.¹¹ Diversos documentos no NMSPP/CPDA registram a atuação sindical que se organizou em Pernambuco como parte da resistência.

Seção de Memória e Arquivo/Fundo Lygia Sigaud

Na Semear do MN, da UFRJ, a pesquisa realizou-se no FLS.¹² Esse Fundo era resultado das pesquisas realizadas pela antropóloga na Zona da Mata pernambucana. A região, marcada pelo impulso político de camponeses que atuaram nas Ligas Camponesas nos anos 1960, mobilizou pesquisadores e pesquisadoras nos anos 1970, 1980, 1990 e nos anos 2000 para novos estudos, resultando em acervos como o FLS.

11 Relato de liderança sindical de Pernambuco. Projeto Memória Camponesa (2006).

12 O Semear/MN/UFRJ tinha um acervo formado por diversos materiais sobre a história do MN, do Palácio Imperial, e documentos de cientistas brasileiros. Entre eles, o FLS, formado a partir de pesquisas realizadas pela antropóloga Lygia Sigaud, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFRJ. O acervo de pesquisa foi doado por familiares, em 2010, ao MN/Semear. O FLS era formado por documentos resultantes de pesquisas realizadas entre 1969 e 2009 sobre: camponeses e trabalhadores rurais da Zona da Mata canavieira de PE e outros lugares do país; sindicalismo rural em Pernambuco; assentamentos rurais; ocupações de terra em Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; impactos da construção de barragens sobre os trabalhadores rurais, entre outros temas. Além da documentação impressa, o acervo contava com: entrevistas em fitas cassete e em CDs, cadernos de campo, registros audiovisuais, manuscritos, registros de exposição, projetos e trabalhos acadêmicos (dissertações de mestrado e teses de doutorado) orientados pela pesquisadora. Todo o material foi doado, em 2010, pela família ao MN/Semear. Disponível em: www.ppgasmn-ufrj.com/lygia-sigaud.html. Com o incêndio, toda a documentação física do FLS (189 caixas box = 31,5m lineares de documentação) se perdeu. A pesquisa no FLS foi realizada em dois momentos: novembro de 2017 e março e abril de 2018.

No FLS, o acervo sobre Pernambuco era vastíssimo e registrava importante documentação com narrativas da resistência organizada por entidades sindicais. Seu acervo foi totalmente destruído com o incêndio no MN, em 2018. O FLS tinha uma imensidão de documentos a serem consultados, permitindo múltiplas possibilidades de pesquisa.

Percorrer os caminhos da resistência de trabalhadores rurais de Pernambuco à Ditadura Civil-Militar levou, no FLS, à consulta de documentos de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), dossiês da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape),¹³ coleção Contag, material audiovisual (Seminários Memórias Camponesas),¹⁴ processos trabalhistas, revistas, manifestos, relatórios de pesquisa, cadernos de campo de Lygia Sigaud.¹⁵

Entre as diversas fontes de pesquisa, destaco os processos trabalhistas movidos por STRs na Justiça do Trabalho (JT) contra usinas e engenhos que, entre outros aspectos, registravam estratégias de entidades sindicais que questionavam o assistencialismo adotado pelo sindicalismo rural em Pernambuco no pós-Golpe de 1964.¹⁶

Nos processos, homens e mulheres do campo, a maioria deles analfabeta, reclamando o cumprimento de direitos que os patrões se negavam a aceitar: assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); não pagamento de férias, “salário natalício” (13º salário),

13 A Fetape foi fundada em 1962. Hoje atua como Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco.

14 O material sobre os Seminários Memórias Camponesas (17 DVDs) – Projeto Memória Camponesa estava em fase de organização pelos professores, pesquisadores e técnicos do MN, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), da UFRJ. O Seminário Memórias Camponesas da Paraíba foi realizado pelo MN/UFRJ e pela Fetape, em 2006.

15 “Caderno Zona da Mata – Descobertas importantes”, de 1970 a 1974 e de 1979, com notas sobre as “pontas de rua” e trabalhadores rurais clandestinos da mata açucareira de Pernambuco.

16 Sobre o sindicalismo rural em Pernambuco, ver Abreu e Lima (2003; 2005) e Koury (2012).

“salário gestante” (salário maternidade), aviso prévio, “dias-santos” e feriados, horas extras de trabalho, prestação de serviços, mudanças de função e demissão sem justa causa.¹⁷

Os registros das reclamações feitos pelos sindicatos eram realizados no nome dos engenhos, unidades de trabalho e/ou moradia dos camponeses. A estratégia desses sindicatos consistia em fortalecer ações coletivas contra as usinas na Justiça (Delegacias do Trabalho e nos Tribunais do Trabalho) a fim de evitar que se transformassem em “caso de polícia” para não haver represália aos trabalhadores rurais (KOURY, 2012).

A ampliação da base sindical, incorporando trabalhadores rurais clandestinos (boias-frias, moradores de “ponta de rua”, corumbas e outros – categorias analíticas de Lygia Sigaud),¹⁸ também foi marca da resistência identificada nas ações de sindicatos em Pernambuco.¹⁹ Num contexto em que a maioria dos sindicatos só fazia a defesa dos associados (trabalhadores rurais fichados nas usinas) (SIGAUD, 1979), os sindicatos abriram as portas para representar os trabalhadores rurais que surgiram dos projetos de “modernização conservadora” na Zona da Mata pernambucana,²⁰ assumindo o lema de “Sindicatos para todos os trabalhadores rurais”. Sigaud (1979) observa que “Os direitos aparecem da intensa mobilização política

17 Processos trabalhistas com reclamações de direitos datados de 1939 aos anos 1970.

18 Os trabalhadores rurais clandestinos da Zona da Mata de Pernambuco foram pesquisados por Lygia Sigaud, gerando diversos estudos e pesquisas publicados. Ver Sigaud (1979).

19 Entre os documentos, foram selecionados dois STRs: Serinhaém e Escada; escolhidos por terem à frente lideranças com tradição política associada às Ligas Camponesas: Júlio Santana (Serinhaém) e Marcos Martins Silva (Escada).

20 Nos registros dos STRs de Serinhaém e Escada foram identificados inúmeros casos de trabalhadores clandestinos. Essa condição de trabalho imposta aos trabalhadores rurais diante da modernização e ampliação do capital na zona açucareira forçou sindicatos a aceitarem os clandestinos como associados. O reconhecimento dos clandestinos como parte da base sindical habilitava esses trabalhadores a requerer direitos (SIGAUD, 1979).

e conflito aberto com os proprietários, é o que provavelmente levou os trabalhadores a forjarem esse modelo de percepção dos mecanismos dos direitos” (SIGAUD, 1979, p. 224).

A prática de alguns Sindicatos demonstra também que é possível atuar junto aos clandestinos, e com relativo sucesso, sendo no entanto condição para isso que o Sindicato seja forte e esteja empenhado em mudar o estado de coisas [...] A própria existência de um contingente enorme de trabalhadores clandestinos teria levado os Sindicatos a alterarem o modelo que até recentemente presidia a sua atenção junto aos trabalhadores e não apenas aos associados. Os Sindicatos usavam o anúncio no rádio convidando os clandestinos a comparecerem ao Sindicatos para se informarem a respeito de seus direitos (SIGAUD, 1979, p. 227-228).

Além das ações trabalhistas, os STRs assumiram registros de conflitos por terra, reagindo à modernização que favoreceu a expansão do capital e o fortalecimento do poder político e econômico dos grandes proprietários e empresas agrícolas. Os patrões, apoiados por suas milícias privadas, continuaram expulsando camponeses da terra sem indenização, promovendo perseguições e acirrando a violência no campo.²¹ Mesmo trabalhadores rurais que possuíam sítios nos engenhos e que viviam em conformidade com a Lei do Sítio²² tiveram sítios destruídos por empresas.

Sindicatos abraçaram o direito à terra num contexto político adverso e repressor, registrando e denunciando conflitos por terra,

21 Nos debates da ccv sobre a concepção política do Estado como sujeito de violação de direitos na Ditadura Civil-Militar (1964-1988), as discussões trouxeram à tona especificidades da questão camponesa, identificando entre elas que o latifúndio funcionou como um braço privado antes, durante e depois da Ditadura Civil-Militar.

22 Lei dos 2 Hectares, criada pelo Decreto-Lei no 57.020/1965 (no Governo Castelo Branco), beneficiava os trabalhadores da agroindústria açucareira. Mas ainda assim não era respeitada pelos usineiros e latifundiários, numa atitude autoritária em relação aos camponeses.

violência contra camponeses, perseguição política (após o trabalhador recorrer ao sindicato), expulsões da terra, reclamações de indenização por benfeitorias no trabalho na terra. A luta trabalhista se somou à luta do trabalhador sem-terra, isto é, do camponês forçado a assumir a condição de trabalhador rural clandestino.²³ Tornar-se um clandestino, muitas vezes, foi uma condição imposta pelo patrão, que deixava de ter obrigações trabalhistas e não indenizava o trabalho na terra. Entre os casos pesquisados, havia registros de trabalhadores que nasceram nos engenhos, trabalharam toda a vida, desde crianças, nunca foram “fichados” e não recebiam nenhum direito.

Centro de Informação e Documentação/Contag

O CID/Contag armazena e preserva a documentação (atas, cartas, relatórios técnicos, registros de encontros, congressos, reuniões) da Contag e de entidades sindicais de trabalhadores rurais de todo o Brasil.

Seu acervo impressiona pelo tamanho e pela quantidade de documentos armazenados em muitas filas de estantes, com caixas que vão do chão ao teto. Ainda assim, durante a pesquisa, mais de uma vez, foi anunciado que aquela documentação era somente uma parte daquilo que conseguiu ser resgatado (ou que “escapou”) de inundações e chuvas, ou dos depósitos úmidos onde os documentos ficavam. Esse registro marcante é importante para a reflexão sobre os arquivos de memórias camponesas que veremos em seguida.

Entre os rastros e vestígios da resistência de trabalhadores rurais de Pernambuco, destaco a ação sindical articulada (Contag, Fetape e sindicatos de trabalhadores rurais de Pernambuco), nos anos

23 Forçar a demissão era parte das estratégias adotadas pelos usineiros e latifundiários: diante das reclamações após a saída dos engenhos, não cabia indenização pelo trabalho na terra, às vezes de uma vida inteira.

1970, em torno da questão da terra: conflitos e violência no campo.²⁴ Resistir *na e pela* terra foi uma orientação/estratégia tácita adotada pelas entidades sindicais, diante dos conflitos por terra: “plantar em todo o terreno e gerar benfeitorias”; permanecer na terra como solução justa; requerer usucapião e manutenção da posse para quem estava na terra há mais de 10 anos; lutar pela permanência do homem na terra, ao invés de pleitear indenização pelas benfeitorias, para gerar jurisprudência e ajudar em futuras decisões judiciais; relacionar os conflitos de terra com a seca; realizar levantamentos sobre conflitos por terra; permanecer na terra e não aceitar indenização; documentar a terra com o histórico da posse.²⁵

Na ação sindical articulada (Contag, Fetape e sindicatos de PE), sobressai dos documentos um posicionamento crítico sobre a reforma agrária como atuação geral do sindicalismo rural, propondo ações práticas: reivindicar terras públicas; denunciar ações contrárias aos interesses dos camponeses por parte dos órgãos governamentais; pressionar parlamentares contrários à luta dos trabalhadores rurais; manter os trabalhadores orientados de que atos isolados de desapropriação, legalização de posses, reassentamentos e colonização não são reforma agrária; ocupar terras sem

24 Na década de 1970, foram realizados diversos encontros, seminários e congressos com o objetivo de redirecionar o trabalho sindical para uma posição mais autônoma e combativa, discutir a condição política do país, a condição dos trabalhadores rurais, conflitos no campo. Alguns desses encontros foram listados: Encontro de Itaparica (1970), 10 Encontro de Aperfeiçoamento de Equipes Educacionais (1971), 20 Encontro de Aperfeiçoamento de Equipes Educacionais (sem data), 20 Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (1973), Encontro de Estudo e Programação Integrada – Contag/Federações (abril de 1974), Encontros Regionais da Contag com Federações e Sindicatos no Nordeste, Centro-Oeste, Norte e Sul (1975), Cinco Encontros Interestaduais (1976), 10, 20 e 40 Encontros Nacionais sobre Conflitos de Terra, 30 Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (maio de 1979).

25 Lista a partir das situações de conflito por terra em Pernambuco, registrada em documentos do acervo do C1D/Contag.

exploração; criar comissões de terra nas entidades sindicais; orientar para a documentação da terra e reforçar as delegacias sindicais; denunciar a inoperância do Estado no que se refere ao acesso à terra. Lutar pela reforma agrária era entendido, naquele momento, como lutar pela democracia.

A denúncia da violência sistemática no campo também foi uma estratégia adotada no enfrentamento à Ditadura Civil-Militar e ao latifúndio como ação pactuada entre as entidades sindicais: processar responsáveis pela violência aos camponeses; intensificar a denúncia dos conflitos junto à opinião pública; encaminhar às autoridades e à imprensa relatórios denunciando os conflitos por terra; denunciar e divulgar fotografias de grileiros, pistoleiros, policiais e autoridade que cometem violência contra os trabalhadores rurais; responsabilizar grileiros e autoridades envolvidas nos casos de violência; repúdio e denúncia da violência no campo.

Na documentação do NMSPP/CPDA, do FLS/MN e do CID/Contag, os registros de denúncias de conflitos e violência no campo contra os camponeses são inúmeros: perseguição de lideranças, ataques aos sindicatos, ameaças de colocar para fora da terra, assassinatos, surras, espancamentos, despejos; coação de trabalhadores por criarem cooperativas; maus-tratos e escravização; destruição de lavou-
ras; ameaças com o plantio de capim para levar o camponês a sair da terra; acusações de subversão e comunismo. Muitos camponeses foram vítimas da repressão política da Ditadura Civil-Militar, e as denúncias foram constantes. Diversos documentos e relatórios foram produzidos e encaminhados aos governos militares. A Fetape produziu diversos relatórios denunciando atrocidades praticadas contra camponeses e lideranças, registrando “o açúcar com gosto de sangue” (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1984).

Parte 2: Por que os arquivos não podem morrer?

Toda perda é irreparável

O incêndio no MN, em 2018, deixou todos estarecidos com a magnitude da perda. O FLS/Semear foi totalmente destruído, perdendo-se completamente o vastíssimo acervo sobre os trabalhadores rurais de Pernambuco e outras localidades. Uma perda irreparável para a memória camponesa; não somente em termos quantitativos, mas pela perda das possibilidades de pesquisas, estudos e interpretações que o FLS oferecia.

A documentação e outros materiais de pesquisa sobre Pernambuco (audiovisual, fitas cassete, publicações) tratavam de trabalhadores rurais, os assalariados do campo, projetos de modernização econômica na Zona da Mata (agricultura, hidrelétricas, estradas), atuação sindical e muitos processos de resistência (processos trabalhistas, relatórios e documentos de encontros sindicais realizados em diferentes anos etc.). O incêndio atingiu profundamente interpretações possíveis sobre a atuação política de trabalhadores rurais e processos de resistência, desde a década de 1970 aos anos 2000.

Fragilidades dos arquivos de memórias camponesas, que o incêndio no MN nos fez ver de forma tão evidente, revelaram-se em outros aspectos ao longo da pesquisa (2017-2018), ao se identificar que grande parte do material do FLS/MN ainda não estava totalmente digitalizado. O incêndio também trouxe à tona as condições estruturais do MN, com estruturas debilitadas e reformas em diferentes pontos sem muito cuidado técnico.

Na luta pela salvaguarda da memória camponesa, em meio à pesquisa, foi possível acompanhar iniciativas de professores, técnicos e estudantes na discussão sobre as condições de conservação do acervo do FLS, e a necessidade de criar condições econômicas e técnicas para assegurar a digitalização do acervo (criar um formato digital, *backup* seguro para garantir segurança digital e visibilidade mais ampla e

irrestrita ao FLS). Infelizmente, não houve tempo para a efetividade desses projetos. A tragédia que assolou o MN causou o apagamento completo do arquivo, levando consigo muitas memórias.

A evidência de fragilidades também foi identificada nos arquivos do CID/Contag. Conforme observado na primeira parte deste texto, a documentação disponível para consulta é parte dos documentos que “escaparam” de inundações e chuvas ou das más condições de conservação do material referente ao sindicalismo rural brasileiro.

A irreparabilidade da perda, muitas vezes reconhecida, mas pouco avaliada, é uma variável que deve ser considerada ao se tratar com patrimônios documentais em seus diferentes suportes. Boas técnicas de armazenamento, manuseio, condições de consulta, digitalização, registro fotográfico ou microfilmagem dos materiais devem constar entre estratégias de salvaguarda.

Em se tratando da memória camponesa, cujos registros trazem a força da resistência, é fundamental que os arquivos e seus acervos estejam protegidos diante das possibilidades de perdas. A perda traz consigo o silêncio absoluto. Ricœur (2007) nos lembra que só é possível reconstruir o que tem memória. Por isso os lugares de memória são tão fundamentais e importantes para a vida da memória.

Lugares da memória camponesa não podem morrer; a perda da memória lega o apagamento de lutas e resistências. Sem arquivos de memórias camponesas, como o NMSPP, o FLS, o Contag e tantos outros, não seria possível reconstruir histórias das lutas e das resistências de camponeses em Pernambuco.

Lugares de salvaguarda de memórias, tradições e identidades camponesas

Os lugares da memória traduzem o reconhecimento do homem como ser no mundo e de suas identidades coletivas; preservam a transmissão de heranças identitárias e tradições (DELGADO, 2003).

Os arquivos não podem morrer porque são lugares de memória, cujos acervos, em suas diferentes dimensões e suportes, preservam, mantêm vivas memórias, narrativas, experiências humanas.

Cabem ao arquivo o cuidado da lembrança (NORA, 1993) e o combate ao esquecimento (RICŒUR, 2007). Seu papel é manter vivas as memórias, experiências e narrativas em diferentes suportes para a perpetuação da vida, evitando seu reverso dialético, a morte, os silêncios, os não ditos (POLLAK, 1989).

Em arquivos da memória camponesa estão presentes memórias, tradições e identidades de lutas dos camponeses e movimentos sociais por direitos, pela terra, pela reforma agrária, por trabalho digno e justo, contra formas de opressão e repressão política, pela vida democrática. Na pesquisa realizada, das Ligas Camponesas à retomada da vida sindical no campo comprometida com os trabalhadores rurais, os arquivos registram (registravam) marcas das lutas e enfrentamentos. As Ligas legaram uma experiência retumbante, que encontrou ecos nos processos de reconstrução da vida sindical, nos anos 1970, na dura luta contra a repressão, no grito pela redemocratização do país.

Lugares da memória camponesa são parte da disputa social e política pela memória. Numa perspectiva benjaminiana, são lugares contra-hegemônicos, que rompem com a memória como monopólio dos grupos dominantes, contra visões históricas que tendem a subalternizar os camponeses e não os reconhecer como sujeitos políticos. Se são partes da disputa social, precisam ser muitos, múltiplos e diversos para manter em cena os sujeitos do campo, suas pluralidades, diferenças, desejos, demandas e lutas (SADER, 2001).

A disputa pela memória, marcadamente política, revela a necessidade da multiplicação de arquivos para atender trabalhadores rurais e outros sujeitos do campo, entre eles indígenas, quilombolas, povos das águas e outros.

Salvaguardar memórias camponesas é um ato político

A presença de arquivos que salvaguardam a memória camponesa é parte do compromisso político de manter vivas experiências e narrativas, registros de lutas camponesas. Entre os arquivos consultados, dois são (eram) gerenciados por universidades públicas (NMSPP/CPDA/UFRRJ e FLS/MN/UFRRJ) e um por entidade nacional de representação dos trabalhadores rurais (CID/Contag), mobilizados por professores, pesquisadores e movimento sindical responsáveis pela criação e manutenção dos lugares da memória.

Universidades, desde o início dos anos 1980, têm se destacado na preservação dessa memória (MARQUES; STAMPA, 2010). A criação depende de pesquisadores dispostos a conduzir trabalhos e pesquisas, e construir acervos voltados para a memória camponesa. No pós-doutorado, foi instigante ver como pesquisadores do NMSPP/CPDA e do Semear/FLS se dedicam, com envolvimento e compromisso, para a organização, preservação e divulgação da memória camponesa (movimentos sociais no campo, sindicalismo rural, políticas públicas e outras memórias), criando acervos/fundos de pesquisa de professores e pesquisadores que resultam de anos e anos de pesquisa, e muita disposição para criar condições para que se tornem visíveis ao público por meio de *sites* na Internet, publicações e outras ferramentas.

As dificuldades identificadas esbarram na manutenção, que demanda recursos públicos para garantir pessoal, suporte tecnológico, com condições de dar segurança digital aos acervos (desde a digitalização, microfilmagem dos materiais, até a disponibilidade pública dos dados de forma segura). Considerando a atual realidade dos poucos investimentos públicos na educação e na manutenção de espaços, lugares destinados à memória estão cada vez mais ameaçados e tendem a ser menos privilegiados e cada vez menos criados.

A perda do MN e, junto com ele, de toda a documentação do Semear/FLS revela como a falta de investimentos públicos pode ser

absolutamente danosa para os arquivos de memórias camponesas. Sem condições técnicas, financeiras e de pessoal adequadas, manter vivas narrativas de camponeses permanece sempre sob uma condição de ameaça, e o apagamento dessa memória torna-se uma possibilidade.

Ainda assim, as universidades continuam sendo espaços importantes na tradição da salvaguarda da memória camponesa, e quanto mais professores e pesquisadores mobilizados, maior a possibilidade de ampliação de arquivos de memórias camponesas.²⁶ Esse papel assumido pelas universidades é parte do compromisso e engajamento de professores(as) e pesquisadores(as) comprometidos(as) com a pluralidade das experiências dos trabalhadores e dos sujeitos do campo, e, nesse sentido, também assumiram suas lutas.

Infelizmente, não há uma tradição na conservação de histórias associadas às lutas pela terra no Brasil. Tem havido maior sensibilidade em arquivos públicos para os temas vinculados ao meio rural,²⁷ mas ainda são as universidades e os movimentos sociais que acolhem narrativas dos sujeitos do campo, buscam lugares e possibilidades para o registro e conservação de suas experiências históricas.

Para sinalizar o que fazer com tantas memórias, é importante ressaltar que o cuidado com a memória camponesa tem aliado à criação e manutenção de arquivos de memórias o trabalho da extensão universitária, ensejando, desse modo, uma prática de ampliação da função dos arquivos, associada muitas vezes somente à pesquisa para a produção de resultados acadêmicos, sem o alcance do diálogo

26 Ver Memorial das Ligas e Lutas Camponesas: www.ligascamponesas.org.br/. Acesso em: jan. 2020.

27 A adoção de estratégias de arquivos públicos assumirem a tarefa de registros de memórias camponesas é sempre louvável. Destaca-se a experiência do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje), que tem o Fundo da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara com documentação sobre o campo e violações de direitos humanos contra camponeses.

com a sociedade.²⁸ A extensão traz novas possibilidades para que os arquivos de memórias camponesas não morram: ajudam na construção de acervos (audiovisuais, orais e documentais), mobilizam novos pesquisadores, contribuem na manutenção e discussão dos acervos por meio de seminários, encontros e outras formas de publicizar acervos.

Em se tratando da atuação dos movimentos sindical e social na salvaguarda da memória camponesa, sua atuação é estratégica política e social, tendo em vista que são deles as falas, narrativas e memórias de que os arquivos de memórias camponesas são formados. Consolidar essa sensibilidade entre os movimentos é uma condição fundamental para que os arquivos de memória camponesa não desapareçam: águas de chuvas, inundações, incêndios não podem ser ameaças registradas como possibilidades da perda da memória. O patrimônio documental, que forma os arquivos de memória camponesa, e sua conservação têm que ser considerados parte da luta dos movimentos sociais.

A tradição de valorização dos arquivos e de reconhecimento desse patrimônio, pouco desenvolvida entre nós, gera diagnósticos de que grande parte dos acervos não são digitalizados, como foi possível constatar no CID/Contag. As entidades sindicais e movimentos sociais precisam pensar de forma sistemática e estratégica sobre políticas de memórias como parte da luta política. Eles têm um papel determinante no combate ao esquecimento, na preservação da identidade e da tradição camponesa. No CID/Contag o material é vastíssimo, mas sofre com fragilidades muito recorrentes, como falta de espaço adequado tecnicamente para abrigar todo o acervo. Não é demais observar que, na salvaguarda da memória camponesa, as condições técnicas para evitar tragédias precisam ser discutidas,

28 O projeto do Memorial da Ligas Camponesas é resultado de uma ação de extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

seja pela universidade, seja pelos movimentos sociais, bem como são necessárias discussões para que surjam novos acervos de memórias camponesas.²⁹

São arquivos de resistência e de narrativas pela democracia

A pesquisa nos arquivos do NMSPP/CPDA, Semear/FLS e CID/Contag permitiu trazer rastros e vestígios da resistência à Ditadura Civil-Militar, experiências fortemente vividas por aqueles trabalhadores rurais de Pernambuco como parte das suas histórias de vida e de luta.

Os arquivos da memória camponesa pesquisados são “arquivos de resistência” (PORTELLI, 2016). Neles estão presentes narrativas da conquista democrática e enfrentamentos conduzidos por trabalhadores rurais. Aqueles lugares de memórias carregam consigo uma parte significativa da construção da democracia; memórias da resistência que mobilizou homens e mulheres, suas trajetórias de luta em meio à Ditadura Civil-Militar. Registram traços das dores e da cultura política marcadamente violenta no campo (MEDEIROS, 1996) com suas perdas, violência e repressão.

Nos arquivos de memórias camponesas ainda há muito a desvendar dos acontecimentos vividos (POLLAK, 1989). Chamo a atenção para o trabalho da Comissão Camponesa da Verdade, que registrou muitas dores ao trazer à tona verdades e memórias da repressão política da Ditadura Civil-Militar aos camponeses. Sabemos que muitas dores e experiências deixadas pela Ditadura ainda precisam ser investigadas e trazidas para o campo da História. Ainda

29 Vale observar a experiência da salvaguarda da documentação de sujeitos do campo realizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Disponível em: www.cptnacional.org.br/. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também realiza projeto em torno da memória do movimento: Disponível em: <https://mst.org.br/2015/02/27/arquivos-historicos-do-mst-comecam-a-ser-organizados/>. Acesso em: jan. 2020.

há muito a ser investigado e os arquivos de memórias camponesas são fundamentais, não podem desaparecer. Ainda é preciso retirar dos lugares recônditos as dores sofridas na resistência a partir das memórias dos trabalhadores rurais. Registros da repressão, como Memórias Reveladas do Arquivo Nacional (AN), abriram possibilidades, mas as consultas e (re)construções das dores também estão presentes em outros arquivos. No CID/Contag, milhares de cartas de camponeses de Pernambuco sobre as condições de violência sofridas durante a Ditadura estão por ser lidas e contadas. Não podemos esquecer que é por meio da memória que temos a possibilidade da reparação aos trabalhadores rurais violentados pela Ditadura. A reparação da memória camponesa é um ato político para a garantia da construção democrática.

Nesse sentido, é fundamental pensarmos na multiplicação de arquivos de memórias camponesas, seja por meio de memoriais, casas de memórias, centros de documentação, museus ou outras frentes. Não podemos mais permitir que nenhum arquivo que abrigue essas memórias morra em função de descuidos e condições precárias. É preciso combater a perda da memória e as fragilidades que ameaçam os lugares da memória.

Epílogo

Este texto teve como objetivo refletir sobre arquivos de memórias camponesas a partir da experiência de perda do patrimônio documental do FLS. A perda não foi trazida aqui para reforçar o lamento que sentimos com o incêndio que tomou conta do MN e deixou os brasileiros atônitos. A intenção foi (res)significar a perda e pensar nos desafios e caminhos que temos para a salvaguarda da memória camponesa, suas tradições, identidades, lutas e resistências. Tratou-se aqui de arquivos que se dedicam à salvaguarda de memórias, que colocam em cena sujeitos excluídos e invisibilizados,

trabalhadores rurais de Pernambuco que nos revelaram enfrentamentos e resistências à Ditadura.

Para nós, em tempos de fragilidade democrática, emerge a necessidade de que esses lugares estejam bem preservados para que histórias de quem resistiu, e como resistiu, possam ser bem escritas e sirvam de inspiração para novas gerações na construção democrática hoje e sempre. Aqueles aguerridos camponeses de Pernambuco, das Ligas Camponesas aos sindicatos de trabalhadores rurais, nos revelaram muitas lutas. Por isso tudo, essa memória não pode morrer.

Fonte oral

Elizabeth Teixeira – realizada por Leonilde Servolo de Medeiros, Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: http://nmsp.net.br/acervo_old/entrevistas/MSPP%20Entrevistas%20LNST%202018.pdf. Acesso em: ago. 2021.

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos e projetos*. Recife: Editora UFPE: Oito de Março, 2005.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Revisitando o campo: lutas, organizações, contradições – Pernambuco 1962–1987*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE (CCV). *Relatório final: violações de direitos no campo, 1946-1988*. Organização de Sérgio Sauer *et al.* Brasília: Senado Federal, Comissão de Direitos Humanos, 2016.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. *Revista História Oral*, n. 6, p. 9-25, 2003.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Dossiê Fetape*. Recife, 1984.

JULIÃO, Francisco. Ligas Camponesas outubro 1962 – abril 1964. In: JULIÃO, Francisco. *Cuadernos*. México: Cidoc, 1969. (Cuadernos, n. 27).

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na Zona da Mata de Pernambuco – 1950-1974*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inez Terezinha (org.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 126-141, 1996.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PROJETO MEMÓRIA CAMPONESA. *Seminário Memória Camponesa da Paraíba*. João Pessoa (PB), 2006. Versão digital em: www.memov.com.br/site/index.php/noticias/24-acervo-de-memoria-camponesa-e-cultura-popular. Acesso em: agosto de 2021.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CAPÍTULO VIII

Dos vestígios documentais às histórias do trabalho

Tessituras narrativas e experiências de operários têxteis em Alagoas (anos 1950)

*Marcelo Góes Tavares*¹

“O que fabrica o historiador quando faz história? Para quem trabalha? Que produz?”, questiona Michel de Certeau (2011) no seu conhecido texto “A operação historiográfica”. Essas indagações provocam uma reflexão sobre o ofício do historiador de modo a problematizar as práticas de pesquisa e escrita na História. Esse campo, a priori, produz um tipo de saber que resulta de uma operação marcada por lugar social de práticas científicas, procedimentos de análise, construção discursiva e textual. Considera-se, ainda, que “Fazer história’ é uma prática” (CERTEAU, 2011, p. 64).

Nessa direção, compreende-se que as práticas científicas no campo da História exigem procedimentos metodológicos no trato dos vestígios do passado. Aliás, realizamos ações de separar e reunir registros variados (escritos, imagéticos, objetos etc.) que foram

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente na Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Atua nas áreas de história, memória, política, trabalho, justiça do trabalho e imagem.

distribuídos de outra maneira no passado (CERTEAU, 2011, p. 69). Esses vestígios são tomados pelos historiadores como rastros e, assim, transformados em documentos isolados e desnaturalizados de seus lugares originais de produção, pertença e arquivamento. Apropriamo-nos dos documentos e dissecamos suas estruturas e possíveis significações presentes nas representações e discursos que emitem. Recompomos esses documentos em outro lugar, com novos sentidos e usos. É um trabalho de crítica e análise no qual historiadores tomam os documentos como testemunho-arquivo (RICŒUR, 2007) e os designam como fontes capazes de apontarem indícios e possibilidades de experiências históricas. Para Ricœur (2007, p. 170), “O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das coisas do passado (*praeterita*), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica”.

Considerando essas premissas de uma operação historiográfica, segundo Certeau e Ricœur, propõe-se neste capítulo problematizar alguns percursos por entre vestígios documentais tais como jornais e processos trabalhistas. E, a partir da crítica dessas fontes, tecer narrativamente representações de experiências do trabalho como possibilidades de histórias, sociabilidades e condições de vida em Alagoas e no Brasil nos idos dos anos 1950.

Percursos historiográficos e encontros com vestígios documentais

Apresento, no bojo das questões pertinentes aos vestígios documentais, alguns desdobramentos de problemáticas enfrentadas durante a pesquisa de meu doutoramento, em especial, sobre os operários têxteis de Fernão Velho, uma antiga vila operária da Fábrica Carmen em Maceió (AL). A pesquisa resultou, como principal produto, a tese intitulada *Do tecer da memória ao tecido da história: operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho (Maceió, AL, 1943-1961)*,²

2 Tese disponível no Repositório Digital da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no seguinte link: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/23342>.

além de vários artigos publicados desde 2012. Operacionalizei, nas minhas análises, categorias como memória, poder, violência, cotidiano, direitos e território fabril. Com os operários têxteis, a História política, do poder, da violência, das resistências e da cidadania ganhou centralidade em meus estudos desde então. Além disso, permitiu ainda redimensioná-los em outras frentes de pesquisa.³

Confesso que, apesar de operar um certo olhar de micro-história, minhas lentes sempre visavam dimensões sociais e políticas mais amplas. Visava abordar o protagonismo dos operários, sua cultura de classe e lutas políticas. Pensava a História de Alagoas e do Brasil republicano partindo dos operários de Fernão Velho. E, do mesmo modo, os estudos e reflexões que fui construindo ao longo da pesquisa permitiram também puxar outros fios de História Social do Trabalho.

Uma das problemáticas enfrentadas foi a das fontes. Para o doutoramento, apesar de ter realizado um prévio levantamento documental nos arquivos alagoanos, como o Instituto Histórico e Geográfico Alagoano (IHGAL) e o Arquivo Público de Alagoas (APA), percebi que as fontes de que dispunha inicialmente ainda eram incipientes para responder as questões que me propunha. Algumas fontes abordavam diversos aspectos sobre a Fábrica Carmen nos seus primeiros tempos de funcionamento, desde sua fundação em 1857, quando ainda era denominada Companhia União Mercantil, até os anos 1940, quando foi comprada por Othon Bezerra de Melo, um industrial pernambucano do ramo têxtil. Tratava-se de relatórios anuais publicados no *Diário Oficial* de Alagoas, algumas poucas fotografias das instalações fabris, algumas fisiografias da vila operária, relatos memorialistas e poucas notícias jornalísticas com

3 A partir de 2015, mobilizando equipes de trabalho e contando com apoio de diversos estudantes de graduação, foram ainda realizadas pesquisas de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, projeto de mestrado, organização de livros, entre outros. Todos gravitando e/ou transitando os mundos do trabalho, experiências de trabalhadores e história política.

certo teor comemorativo. Nada que abordasse de forma mais ampla o cotidiano do trabalho e a vida dos operários, fator esse que me provocou, digamos, a adentrar novamente nos arquivos e seus acervos para ampliar meu *corpus* documental.

Os arquivos alagoanos, até os idos de 2012, não possuíam fundos específicos na temática do trabalho durante o período republicano. A documentação que precisava estava, como ainda está, dispersa em caixas e prateleiras, exigindo um trabalho hercúleo de localização dos rastros, buscando indícios que me permitissem cotejar experiências do passado. Esclareço que as políticas e práticas arquivísticas desses órgãos que lidam com a memória avançaram desde então, melhorando a infraestrutura para atender pesquisadores e ampliando seus serviços à sociedade. O arquivo é um lugar social que, além de abrigar vestígios e rastros, inaugura também o ato de fazer história (RICŒUR, 2007).

Investi no trato de *periódicos*. Jornais como *Gazeta de Alagoas*, *Jornal de Alagoas*, *A Voz do Povo*, *O Semeador*, *Diário Oficial*, entre outros disponíveis nas hemerotecas do APA e do IHGAL, ofereciam diferentes temas passíveis de consideração e análise. Ao mesmo tempo, para localizar matérias jornalísticas que atendessem minha proposta inicial de pesquisa, era uma situação “como a de buscar uma agulha no palheiro”. Eram exigidas horas a fio na leitura de volumes inteiros de jornais com suas edições. Um trabalho que consistia na identificação da matéria, análise da correlação dela com outras na mesma edição do jornal, observação de seus desdobramentos diretos e indiretos em edições seguintes, e, então, o registro fotográfico digitalizando a matéria e edição selecionadas para posterior análise. Ou seja, um trabalho historiográfico de separar, reunir, transformar em rastros para isolar. E assim recompor o passado como testemunha, como fonte passível da necessária crítica documental.

Alguns volumes de jornais se encontravam em ótimo estado de conservação, permitindo folhear todas as páginas e ter acesso na

íntegra de suas edições e respectivas notícias. Outros volumes, no entanto, apenas ao abrir a capa e suas primeiras páginas, era imediatamente necessário fechá-los e indicar aos funcionários desses arquivos o recolhimento e restrição do acesso até que fosse realizada alguma intervenção com vistas a preservar a documentação. Deparei-me com volumes em avançado estado de deterioração, considerando sua condição material – basicamente papel – à mercê de agentes biológicos e/ou acondicionamento ambiental no arquivo.

Os jornais são fontes preciosas. Não no sentido de um fetiche, ou dotados de índice de verdade sobre o passado. Mas de possibilidades narrativas ao serem mobilizados como testemunho. Permitem um jogo de escalas entre o local e o nacional. Adentram no universo dos discursos e expressam suas representações políticas. Evidenciam disputas e jogos de poder. Apontam vestígios do cotidiano com costumes e práticas culturais. Oferecem desde o frívolo, como notícias de exposição de um filme nos cinemas da cidade ou a moda de uma época, até as questões existenciais mais latentes como a guerra, a fome, a greve, catástrofes ambientais e a saúde. Nos jornais, buscava sempre matérias pertinentes à política, ao trabalho, às condições de vida dos trabalhadores.

Entre os periódicos que pesquisei e analisei, o jornal comunista *A Voz do Povo* foi bastante utilizado. Considero-o uma das principais fontes para o estudo sobre o trabalho em Alagoas durante a Terceira República (1945-1964), anos em que circulou de forma impressa. Em suas edições, denunciava as condições de vida e trabalho na capital alagoana, destacando situações vivenciadas por operários nas fábricas têxteis.⁴

4 Esse jornal traz também rastros sobre as condições de vida, trabalho e direitos de trabalhadores rurais no período pré-Golpe. Em Alagoas, é rara a documentação sobre o mundo do trabalho rural nesse recorte temporal dos idos dos anos 1950 e 1960.

Abordava também as conjunturas políticas e as situações econômicas do período. Seus editoriais sempre encampavam lutas pela manutenção e conquista de novos direitos. Informavam a constante elevação do custo de vida, entre outros aspectos não evidenciados em jornais de maior circulação no estado, como o *Gazeta de Alagoas* e o *Jornal de Alagoas*.

Esses dois últimos também são pertinentes. Abordavam questões internacionais. Mas eram as matérias relativas aos temas da política nacional e estadual que ganhavam centralidade, exigindo uma maior atenção nas análises, cotejando-as com a historiografia. Além do próprio conteúdo dessas fontes, era pertinente o exame do próprio periódico em si, considerando os membros do corpo editorial, os grupos aos quais pertenciam, a diagramação e o lugar que as notícias selecionadas ocupavam na edição, entre outros aspectos no trato metodológico dos periódicos, como nos lembra Tania de Luca (2011). Mobilizar os jornais como testemunho, em seus variados aspectos, ajudava a recompor um passado e sua trama, tornando-se imprescindíveis na tessitura da narrativa.

Uma das propostas da pesquisa era o registro de memórias por meio da realização de uma série de entrevistas com uso da metodologia da História Oral. Esses registros compuseram um acervo de *relatos de memórias* sobre o trabalho e o cotidiano operário em Fernão Velho, tornando-se também um conjunto de fontes orais que foram transcritas, editadas, postas à devida crítica e tornadas testemunhos, sendo assim utilizadas na composição de minhas narrativas sobre o passado. Inclusive, ganhando caráter fiduciário como testemunho direto e declarativo, reforçando a “credibilidade e a confiabilidade” (RICŒUR, 2007, p. 174), resultando do trabalho de reminiscência. Esse tipo de testemunho, para a historiadora Regina B. Guimarães Neto (2014, p. 53), “tem como referência aqueles que narram os acontecimentos nos quais se encontram envolvidos”.

Uma outra problemática pertinente às fontes dizia respeito à documentação da própria Fábrica Carmen. Desejava reconstituir a história da formação do território fabril de Fernão Velho. Não tive acesso à documentação da Fábrica Carmen, exceto os seus relatórios publicados no *Diário Oficial* de Alagoas no período de 1900 a 1950. Analisá-los possibilitou uma reconstrução narrativa sobre os espaços da vila operária. Sua constituição ao longo do tempo se deu de forma gradativa, sendo marcada pela ampliação das instalações da fábrica em cada gestão, um volumoso capital empregado, aquisição de modernas máquinas, construção de novas casas para abrigar o crescente operariado mobilizado no trabalho fabril, gastos com seguros que inclusive foram utilizados em momentos de sinistros como incêndio, entre outros fatores que culminaram no delineamento de um território formado por fábrica com vila operária.

Era uma estrutura clássica dos modelos de organização industrial na primeira metade do século xx no Brasil. Um sistema de dominação fábrica-vila operária que, segundo José Sergio Leite Lopes (1988), envolvia sob o mesmo controle centralizado a produção, a vida e o trabalho, e que permeava o morar, a circulação de bens de consumo, o lazer, as atividades religiosas, o desporto, a educação, entre outras dimensões da vida operária. Um poder que mobilizava também milícias privadas sob o mando das companhias, mantendo um corpo de vigias visando à manutenção da disciplina, ordem e segurança, inclusive contra atos considerados subversivos e/ou insubordinados, como momentos de lutas por direitos.

Para melhor compreender a dinâmica da vida e do trabalho nesse território, mobilizei os relatos de memória dos operários, registrados em entrevistas de História Oral. Fui também reconstituindo a produção de tecidos, desde o tratamento do algodão, passando pela fabricação de linhas, até o tecido e seu acabamento. Os testemunhos diretos e declarativos foram salutares. Permitiram constituir

narrativamente o processo produtivo, mas também o cotidiano e suas sociabilidades, destacando os próprios operários como protagonistas de suas próprias histórias.

As entrevistas priorizaram sujeitos que se enquadravam em uma geração⁵ de Fernão Velho que compartilhara o trabalho fabril e a cultura operária. Entrevistei homens e mulheres de diferentes faixas etárias, a maior parte com mais de 70 anos de idade. Entre eles, muitos viveram os anos da Terceira República (1945-1964) no Brasil e em Alagoas. Era um fator significativo para narrar a história do cotidiano, das lutas políticas e da cidadania perpassando por diferentes temporalidades. Utilizei-me de um roteiro de entrevista previamente elaborado, articulando histórias de vida e temáticas. Essas entrevistas foram analisadas em conjunto com diversas outras fontes documentais.

As entrevistas foram realizadas e gravadas entre os anos de 2014 e 2015, e compuseram um total de nove registros de memórias, algumas delas contando com a parceria de outros pesquisadores.⁶ Analisei também 10 entrevistas que compõem a coleção “Tramas da memória, urdidura do tempo: *éthos* e lugar dos operários têxteis alagoanos”, disponível no APA. Essas, em sua maior parte, foram cedidas por moradores e operários de Fernão Velho.

5 Para Sirinelli (2002), geração é uma importante peça da engrenagem do tempo e, portanto, uma noção elástica que compreende diferentes faixas etárias dentro de um mesmo grupo. A referência para identificação de uma geração é o compartilhamento de um acontecimento e/ou seus efeitos.

6 Entre os parceiros na realização de entrevistas, destaco Ivo dos Santos Farias. Natural de Maceió, era de Fernão Velho e filho de sindicalista. Durante sua infância e adolescência vivenciou a cultura operária. Em formação acadêmica, pesquisou sobre a Fábrica Carmen e sociabilidades dos operários têxteis. Essa parceria com Ivo permitiu não apenas a realização conjunta de algumas entrevistas e indicação de possíveis depoentes, como também o intercâmbio de fontes e ideias.

As fontes orais permitem potencializar a força do relato historiográfico, abordando, muitas vezes, experiências e dimensões não presentes em outros vestígios documentais. Esses documentos são “índices que nos possibilitam construir ou reconstruir significativas experiências historiográficas” (MONTENEGRO, 2013, p. 70). E nos exigem, também, estabelecer cruzamentos entre fontes na tentativa de compreender as relações entre as práticas políticas e culturais em certo momento histórico.

Embora a escrita historiográfica pareça ser um processo solitário do historiador mergulhado em suas fontes, historiografias, reflexões teóricas e tessituras narrativas, a pesquisa também perpassa pelo diálogo com outros pesquisadores. Nesse sentido, é necessário o estabelecimento de redes acadêmicas para o debate, troca de ideias, indicações de variados caminhos e amadurecimento das questões historiográficas. Daí a relevância da manutenção de vínculos com grupos de pesquisa formalizados e atuantes, a exemplo do Grupo de Pesquisa História, Política, Governamentalidade e Justiça do Trabalho⁷ na UFPE, do qual sou membro, e de transitar em diversos eventos acadêmicos organizados por universidades e associações na área de História, entre outras instituições. Foi a partir dessa dinâmica que cogitei novos horizontes possíveis como caminhos para a pesquisa e a escrita.

Em 2013, no arquivo do Memorial Pontes de Miranda (MPM), na sede da Justiça do Trabalho (JT) em Alagoas, vinculado ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 19^a Região, comecei a enxergar um horizonte bastante profícuo, acessando uma documentação com que até então não havia trabalhado. Nesse caso, o universo das *ações*

7 Cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, na base do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é composto de diversos pesquisadores de diferentes instituições. Envolve estudantes de graduação e realiza diferentes atividades de pesquisa e extensão. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/580745>.

trabalhistas potencializava minhas possibilidades de escrita e compreensão sobre o passado, abordando questões sobre poder e direito.

Exigia-me enfrentar a problemática desse tipo de fonte, considerando as especificidades das fontes judiciais. Além da periodicidade, dos atores e das questões envolvidas, outros fatores deveriam ser observados, tais como estrutura e elementos com os compõem. Cada fonte exige um tratamento e análise que lhe são particulares, o que pode incidir também no tipo de história e narrativa. Acessei e utilizei *processos trabalhistas* que já traziam muitas vezes seus desfechos. E daí cabia e cabe desnaturalizá-los. É necessário compreender que a própria elaboração desses documentos se deu paulatinamente conforme avançaram o litígio e o rito jurídico ali contidos. Um processo judicial é composto de vários documentos que resultam de cada ato e momento da ação jurídica entre as partes envolvidas e os operadores do Direito durante o litígio. Ao tomá-los como fonte documental, reconhece-se que esses processos configuram também uma forma de registro de testemunhos, “que foram posteriormente direcionados ao arquivamento e sancionados como prova documental” (TAVARES, 2018, p. 43).

Depravava-me também com um vocabulário diferenciado: Acórdão, Processo Trabalhista, Reclamante e Reclamado, Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ), Ata de Instrução, Lei, entre tantos outros. Essa linguagem jurídica presente nos processos e diversos documentos da JT deveria ser considerada não apenas para permitir uma melhor leitura e análise desses vestígios, como também para torná-los inteligíveis em uma escrita sobre o passado, desnudando as relações de poder e as tramas ali compostas. Afinal, esse vocabulário é de uma cultura jurídica e expressa valores e práticas de uma época.

Com foco nos operários de Fernão Velho e da Fábrica Carmen, tive acesso a diversos processos trabalhistas. Por sorte de pesquisador e competência da equipe do MPM, toda a documentação foi disponibilizada digitalizada, em formato de imagem ou PDF.

Considerando a experiência com fontes da JT durante o doutorado, a partir de 2016, assumi a coordenação e orientação de uma pesquisa de iniciação científica intitulada *História, Direito e Justiça do Trabalho em Alagoas: a Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió (1960-1969)*. Ela foi contemplada com apoio de bolsa ofertada pela Uneal e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), e envolveu, entre bolsistas e voluntárias, um total de cinco alunas⁸ de História da Uneal. O projeto funcionou até o ano de 2018, com reuniões periódicas e estudos sistemáticos. E, novamente, o apoio do MPM, por meio de seu trabalho arquivístico e de democratização do acesso à informação e à memória, foi imprescindível.⁹

Tivemos acesso não apenas aos processos específicos envolvendo uma fábrica, mas a todo o acervo do período de 1941 a 1964 até então digitalizado. Um volume documental em 58 *gigabytes* de dados digitais, algo que pode até parecer pouco diante do volume virtual de outros acervos jurídicos, mas que permitiu acesso aos processos dos anos 1940, 1950 e 1960 da JCT de Maceió. Em nossas rotinas de trabalho em equipe, nos eximiu das atividades de higienização e outras intervenções para conservação dos documentos, inclusive sua digitalização.¹⁰ Permitiu-nos centrar esforços nos

8 O projeto contou com a participação das seguintes alunas: Kawana Tayomara da Silva Santos, Gabriella Kelly da Silva, Kethily Kaliny Leal Silva, Regina Correia de Lima e Erica de Oliveira Santos.

9 A prévia digitalização dos processos viabilizou a participação das alunas, considerando que o próprio *Campus III* da Uneal, local das reuniões e orientações da pesquisa, era no município de Palmeira dos Índios, distante 130km de Maceió, onde é situada a sede do TRT e o MPM.

10 Todas essas atividades, no âmbito da gestão documental, são relevantes. E oferecem um aprendizado diferenciado em termos de processo de pesquisa. Contudo, a distância entre os municípios de residência das alunas envolvidas no projeto e o MPM na sede do TRT em Maceió impossibilitou suas participações no trato arquivístico. Como forma de suprir essa carência, as alunas participaram pontualmente de oficinas realizadas pela equipe do Lahm da UFPE, e que tutela a documentação do Arquivo do TRT da 6ª Região – Pernambuco. Anualmente,

estudos historiográficos, na dinâmica da JT no Brasil e na análise dos processos.

Uma importante etapa desse trabalho foi o estudo dos processos seguido pela elaboração de ementas informando os conteúdos neles contidos e as motivações principais dos litígios. Com base em um arquivo do *software* Access elaborado pelo próprio MPM e cruzando as informações contidas nos próprios processos, elaboramos ainda um quadro analítico preenchendo as seguintes informações: número e ano do processo, reclamante e reclamado, ofício ou atividade do trabalhador, motivo da reclamação trabalhista e decisão final da JT, dados esses que podem permitir estudos seriais, embora não tenha sido nossa opção.

O volume documental estudado é composto basicamente de processos referentes a trabalhadores de diversas fábricas e empresas, permitindo mapear práticas de poder, de gestão do trabalho, pautas e formas de lutas por direitos etc. Na análise dessa documentação, foi ainda possível mergulhar em aspectos do cotidiano, não apenas de Fernão Velho e sua fábrica, mas nas sociabilidades, nas condições de vida, nas práticas do trabalho e na negação de direitos na própria cidade de Maceió desde os anos 1940 até os anos 1960. É que, no ensejo da produção de escritas historiográficas sobre inúmeras experiências do trabalho, o cruzamento com diversos outros vestígios documentais é um fator indispensável.

Cotejando essa vasta documentação, desde periódicos aos processos trabalhistas, os horizontes de escrita se ampliam. Nessa direção, apresento, a seguir, como desdobramento da pesquisa histórica, algumas experiências do trabalho, em especial operário, em Alagoas nos anos 1950. Trata-se de um período de acirramento das

realizam um encontro científico cuja programação é composta por conferências, mesas-redondas, oficinas e, por vezes, simpósios temáticos. O teor do trabalho, projetos e serviços realizados pelo Lahm podem ser conhecidos no site: <https://memoriaehistoria.ufpe.br/>.

lutas políticas. Lutas que visavam não apenas a ampliação dos direitos trabalhistas, como também se vinculavam às condições de vida. Desse modo, podemos observar, a partir da documentação, pautas que abordavam desde a incompatibilidade dos salários mínimos à subsistência dos trabalhadores até diversas situações que configuravam cenários de violência direta e simbólica.

Algumas tessituras narrativas e experiências do trabalho

Nos anos 1950, o cálculo dos salários dos trabalhadores era complexo. A começar pelo próprio salário mínimo, que possuía diferentes valores para cada região do Brasil. Em relação aos operários têxteis, os salários poderiam ainda variar conforme o regime de pagamento, se por produção ou por salário fixo, se mensal ou semanal. Havia a variação de funções no processo produtivo, assim como hierarquias dos cargos, mesmo quando exercidos por operários.

Na composição desses salários, poderiam ser incluídos rendimentos como adicional noturno e de periculosidade, e premiação por produtividade, que embora se somassem ao vencimento final do trabalhador, nem sempre eram considerados nos cálculos dos reajustes salariais. Se, por um lado, eram somadas vantagens nos salários, eram também descontados valores, sobretudo para trabalhadores nas vilas operárias. Em Maceió, a Fábrica Carmen em Fernão Velho e a Fábrica Alexandria no Bom Parto eram territórios fabris exemplares dessa situação. Suas práticas salariais incluíam descontos compulsórios referentes a moradia, a água, a energia elétrica, aos serviços de saúde, entre outros oferecidos pelas fábricas como parte de suas políticas de gestão da vida e do trabalho.

Todos incidiam nas condições de vida dos trabalhadores. As campanhas salariais tornavam-se acontecimentos de acirramento de lutas entre trabalhadores e patrões. Na medida em que se configuravam crises econômicas, tornavam-se cada vez mais comuns

movimentos de greves, ensejando aumentos salariais. As crises políticas e econômicas produziam efeitos diretos no custo de vida para a população, reduzindo a capacidade de compra dos salários diante da elevação dos preços de produtos de primeira necessidade, como alimentos e vestimentas, bem como de manutenção da moradia e de diversas despesas essenciais e indispensáveis.

O clamor entre operários da Fábrica Alexandria

Qual o custo de uma cesta básica em Alagoas nos anos 1950? No jornal *A Voz do Povo*, era comum a publicação de matérias divulgando o custo de diversos produtos básicos. Em novembro de 1954, ao denunciar a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores do município de Pilar (PILAR..., 1954), aproximadamente a 39km de Maceió, publicaram uma tabela contendo os seguintes levantamentos de preços: 1kg de charque – Cr\$ 45,00; 1kg de carne sem osso – Cr\$ 20,00; 1kg de carne com osso – Cr\$ 16,00; 1 cuia de farinha – Cr\$ 15,00; 1kg de arroz – Cr\$ 12,00; 1 litro de feijão – Cr\$ 5,00; 1kg de açúcar cristal – Cr\$ 7,00; 1kg de café de segunda qualidade – Cr\$ 36,00; 1 barra de sabão – Cr\$ 24,00; 1 carga de carvão – Cr\$ 60,00. Uma feira básica que poderia durar, no máximo, uma semana, a depender do tamanho da família.

Nessa mesma edição de *A Voz do Povo*, no Suplemento,¹¹ o repórter Humberto Lins publicou a matéria intitulada “Clamor na Alexandria” (LINS, 1954, p. 2). Nela denunciava a Companhia Cotonifício M. Lobo S.A., a antiga Fábrica Alexandria no bairro do Bom Parto. Informava que ela não prestava adequadamente os

11 Geralmente o jornal *A Voz do Povo* publicava suas edições com quatro páginas. Na edição de 7 de novembro de 1954 incluíram um Suplemento com duas páginas, destacando a necessária união entre comunistas e trabalhistas, além de outras notícias relevantes abordando aspectos econômicos e políticos da conjuntura à época.

serviços que ofertava, além de descontá-los dos salários; portanto, os serviços eram pagos pelos próprios operários.

Na notícia, o jornalista relatou que um bonde parou em frente à Fábrica Alexandria. Era o horário da turma das 10 horas da manhã. E logo saltou uma avalanche de operários que se revezavam no portão da fábrica, alguns entrando e outros saindo. Entre eles, dezenas correram em direção ao escritório da Fábrica, convergindo em seguida para a farmácia da empresa, onde já havia outra concentração de operários entre homens e mulheres. Mulheres gesticulavam e falavam aos brados, outras choravam. Uma delas, em lágrimas, foi indagada pelo repórter sobre a razão do choro. Respondeu: “Isto é uma miséria, meu senhor, nós descontamos Cr\$ 14,00 de taxa de higiene e quando precisamos de receita é este absurdo que se vê” (LINS, 1954, p. 2).

O valor descontado no salário dos operários da Alexandria era também destinado a custear os serviços de saúde. Contudo, o absurdo que a operária, uma tecelã idosa, em lágrimas declarava apontava para a precariedade nas condições de oferta do atendimento médico. O atendimento não contemplava todos os necessitados. Eram distribuídas apenas 10 fichas de atendimento por cada turma, cinco para homens e cinco para mulheres, relatou ainda a operária tecelã. Durante a entrevista ao jornal, ela declarou que já era a sexta vez que tentava o atendimento médico e não conseguia. O médico até comparecia diariamente, mas sua escala de trabalho era de apenas duas horas para atender todos, geralmente uma média de 30 pessoas. “Quer dizer, são 4 minutos para examinar e receitar cada um” (LINS, 1954, p. 2), enfatizou o repórter. Segundo a tecelã, o médico perguntava o que o paciente estava sentindo e logo prescrevia a receita, dizendo sempre que o paciente não tinha nada, “era impressão”. Ela estava com uma irmã doente que não suportava sequer subir uma pequena ladeira da vila operária no Bom Parto, mas que mesmo assim continuava

trabalhando na máquina porque “o doutor diz[ia] que não é[era] nada, é[era] impressão” (LINS, 1954, p. 2).

Outras operárias se dispuseram a denunciar ao jornalista suas condições de vida. O salário mínimo já não dava mais. Na matéria, o repórter enfatizou que patrão e governo arrancaram tudo do trabalhador com os aumentos de preços e taxas. Para as operárias entrevistadas por ele, aluguéis e preços de mercadorias subiram ao ponto de enlouquecerem todos, sem saber aonde iriam parar. Ao final da matéria, os comunistas destacaram a necessidade de os trabalhadores se organizarem em comissões por aumento de salário e contra a carestia, seja dentro da fábrica, no sindicato ou nas ruas, onde a resistência e a luta eram necessárias contra a exploração e miséria.

Esse caso denunciado pelos comunistas nos aponta diversos aspectos sobre as condições de vida dos operários. O desespero de homens e mulheres em busca de atendimento médico, a ocorrência de situações de trabalhadores que exerciam suas funções doentes, os múltiplos descontos que incidiam sobre os salários dos operários e a elevação do custo de vida ditavam a tônica não apenas no bairro do Bom Parto em Maceió, mas também para trabalhadores de outras localidades e empresas. Situação que convergia para a questão salarial, pois o salário deveria suprir com dignidade a sobrevivência dos trabalhadores. Na medida em que havia uma constante elevação do custo de vida, seus salários se tornavam insuficientes para o atendimento das demandas mais básicas.

Os salários nem sempre alcançavam o valor mínimo decretado pelo governo. Às vésperas do natal de 1955, comunistas visitaram novamente o bairro do Bom Parto para verificar os movimentos dos operários pelo abono natalino, o 13º salário, que somente viria a ser regulamentado em 1962 (BRASIL, 1962). Na ocasião, constataram os salários médios praticados pela Fábrica Alexandria (ABONO..., 1955, p. 4). Pagava-se um salário semanal médio por operário de Cr\$ 145,00. Um valor que não correspondia ao custo de vida, observando-se que

o custo de uma cesta básica com alimentos para um curto período poderia facilmente ultrapassar o valor do salário que o operário recebia semanalmente. Os vencimentos semanais somados ao longo do mês não alcançavam o salário mínimo então praticado, que era de Cr\$ 680,00 desde 1954. Eis, talvez, as expectativas de um abono salarial em dezembro, quem sabe aliviando as dificuldades da vida e renovando as esperanças para o ano que estava por vir.

Os operários da Fábrica Carmen em Fernão Velho e o salário mínimo em 1956

Em 1956, o então presidente Juscelino Kubitschek decretou os novos valores para o salário mínimo. Passou a vigorar, em Alagoas, o salário mínimo de Cr\$ 2.200,00 para a capital e de Cr\$ 2.000,00 para os municípios do interior (BRASIL, 1956). Porém, embora o ato presidencial legitimasse direitos, não garantia necessariamente a efetivação dos reajustes.¹²

No dia 29 de setembro de 1956, *A Voz do Povo* publicou uma matéria referente à vitória dos operários da Fábrica Carmen, em Fernão Velho (Maceió) (SIGNIFICATIVA..., 1956, p. 1). Os operários haviam paralisado suas atividades uma semana antes para reivindicar o pagamento das vantagens somadas aos seus salários, antes pagas como adicionais, mas que passaram a ser incorporadas como parte do aumento salarial. A fábrica afirmava que eles já estavam ganhando o novo salário mínimo previsto. Porém, na prática, pouco havia sido reajustado em Fernão Velho. Os operários não estavam mais recebendo os 10% da taxa de eficiência e os 35% do adicional

12 No dia 12 de agosto de 1956, o jornal *A Voz do Povo* noticiou que uma Assembleia dos Trabalhadores havia sido realizada, contando com a presença de diversas representações sindicais para discutirem a aplicação do salário mínimo e a carestia nas condições econômicas e de vida. A notícia informa os novos valores para o salário mínimo decretados pelo então presidente. Ver: Assembleia... (1956, p. 1).

noturno e do trabalho como horistas. Esses passaram a valer como reajuste salarial. A perda salarial efetiva dos operários, diante do reajuste de direito, era de 17%. E impactava ainda mais os que recebiam como horistas, pois em suas jornadas laborais se computavam seis horas a mais por semana.

As astutas manobras para burlar a lei e o salário mínimo devido eram práticas recorrentes dos patrões. No dia 11 de agosto de 1956, a Fábrica Carmen já não havia repassado o reajuste, provocando uma paralisação dos operários que organizaram uma comissão e se encaminharam até a gerência, que se negou a recebê-los (ONTEM..., 1956, p. 4). A paralisação continuou como sinal do protesto, e somente voltariam ao trabalho quando fosse pago integralmente o novo salário. A polícia foi mobilizada, provavelmente pelos patrões, e invadiu as instalações fabris para forçar os operários a retomarem suas atividades produtivas. Estava acompanhada pelo delegado Silval Gaia. Juntamente com a polícia, chegou o delegado do Trabalho, Edson Falcão. O jornal não informou as deliberações a partir de então, apenas que os operários voltaram ao trabalho, possivelmente em função de algum acordo ou ameaça.

A pauta do reajuste salarial continuava nas edições de *A Voz do Povo* daquele ano de 1956, abordando também a situação dos aposentados (OS APOSENTADOS..., 1956, p. 2). Mesmo com a vigência do novo salário mínimo, os beneficiários do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (Iapi) ainda não haviam sido contemplados. Denunciam que, no interior, os aposentados e pensionistas pelo Iapi, em sua grande maioria, recebiam Cr\$ 521,00, enquanto na capital Maceió a média era de Cr\$ 691,00. Enquanto isso, as contribuições descontadas dos trabalhadores já consideravam o novo valor do salário mínimo, não servindo, por outro lado, para o cálculo dos reajustes. A precarização dos salários, portanto, também era praticada por autarquias com finalidades públicas.

No caso de Fernão Velho, os industriais também tentaram uma manobra para tirar vantagem. Não considerariam o novo salário mínimo já vigente no mês de setembro de 1956, com o previsto no ato de reajuste. Alegavam que pagavam o valor do reajuste com vantagens não previstas, mas que faziam parte do cálculo salarial. Contudo, os patrões recuaram diante da mobilização dos operários, cujos salários viriam a ser reajustados sem prejuízo das vantagens que já possuíam. Essa experiência deveria ser valorizada pelos operários das demais seções da Fábrica, destacava o jornal comunista, pois a vitória se deu por meio da união dos trabalhadores (SIGNIFICATIVA..., 1956, p. 1).

Essa união em seguida cedeu lugar a acordos por seção produtiva, também considerados pelos comunistas uma nova vitória, talvez em função da diversidade de situações salariais na Fábrica Carmen e/ou por representarem uma negociação direta forçando diretores fabris a visitarem as seções. O fato é que fortaleciam o protagonismo dos operários. Na seção de acabamento, aproveitaram para montar uma comissão e expor suas pretensões salariais ao diretor que os visitava. Conseguiram o que pleiteavam, embora a notícia não informasse se a vitória se tratava do pagamento integral do novo salário mínimo. Observa-se que o ganho não era o mesmo para todos. Porém, não perde sua relevância, quando “Essas pequenas vitórias têm o mérito de impulsionar outras tantas e criar um ambiente favorável à conquista de maiores vitórias” (MAIS UMA VITÓRIA..., 1956, p. 2).

A violência contra os operários

As lutas dos operários têxteis ocorriam em diversas frentes. Embora a situação salarial tivesse certa centralidade nas preocupações materiais e o que poderia proporcionar para suas vidas, o cotidiano do trabalho também incidia sob suas condições de dignidade. Os

operários fabris estavam à mercê de diversas formas de violência, sobretudo quando demandados para uma maior produtividade.

Os comunistas, ao mesmo tempo que noticiavam vitórias, também denunciavam o que chamavam de “métodos condenáveis” em Fernão Velho. Tomando-se como fonte um leitor que teria escrito para *A Voz do Povo*, relatou-se que operários eram demitidos sem qualquer direito, possivelmente alegando justa causa (MÉTODOS..., 1956, p. 3). Tratou-se de uma tentativa de constrangimento e provocação que resultaria na demissão de Teófilo, um operário da Fábrica Carmen que trabalhava na seção de preparação. Ao término do dia, os operários levavam a produção desse setor para a devida pesagem. No caso, um saco cheio de canelas, ou pequenos roletes, com linhas. Teriam posto canelas vazias no saco que expressava a produção de Teófilo, o que poderia aumentar sua pesagem e, assim, o pagamento a ele devido. Após a pesagem, imediatamente o pediram que despejasse todo o conteúdo do seu saco no chão, de modo a atestar possível desvio de conduta e caráter do operário, e assim justificar a demissão em função de sua suposta tentativa de tirar vantagem. Mas Teófilo havia sido avisado, e tão logo todo o conteúdo foi despejado no chão, não se encontrou o subterfúgio que possivelmente seria usado para sua demissão. Embora a notícia imputasse à Fábrica Carmen a culpa da tentativa frustrada de constrangimento e até demissão, não se noticiou quem colocou as canelas secas no saco do operário. Mas fica evidente o trabalho por produção, assim como o clima de desconfiança em relação aos operários.

Denunciavam também a ampliação da jornada de trabalho dos operários mantendo as mesmas condições salariais. Na matéria “Vozes das fábricas” (VOZES..., 1956, p. 3), ressalta-se o descumprimento da legislação trabalhista sem quaisquer providências por parte da Delegacia do Trabalho. No bairro de Saúde, no litoral norte de Maceió, relatou-se que a gerência da Companhia de Fiação e Tecidos Norte Alagoas iniciou manobras forçando os operários das

seções das caldas, bancos e fiação a uma jornada média entre 10 e 13 horas de trabalho diário. Situação que lembrava os tempos da Primeira República, quando, sem uma regulamentação da jornada de trabalho, a produtividade era extenuante. Assim, ensejou-se comparar as grandes fábricas e usinas às senzalas.

Na mesma edição, de 28 de outubro de 1956, *A Voz do Povo* manteve o tom de denúncia das longas jornadas de trabalho, nesse caso, dando destaque à situação dos operários da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos em Rio Largo. Esse município era representado como *cidade operária* (PAIVA FILHO, 2013), apesar de sua diversidade econômica, inclusive com atividades rurais e no segmento canavieiro. Essa Companhia tentou implementar uma jornada semanal que poderia alcançar até 60 horas semanais de trabalho (MAIS UMA VEZ..., 1956, p. 2).

O trabalho fabril no ramo têxtil, devemos lembrar, poderia ser extremamente nocivo à saúde do trabalhador. Poderia causar diversas doenças respiratórias ao longo dos anos de vida do operário têxtil, sobretudo, pela ingestão de partículas oriundas de fios, tecidos e do próprio algodão. Provocava asma ocupacional,¹³ pneumoconioses,¹⁴ rinites alérgicas, entre outras enfermidades. Eram comuns também lesões por esforço repetitivo, acidentes de trabalho diversos, perda de capacidade auditiva em função dos constantes e duradouros ruídos das máquinas, intoxicações e queimaduras por agentes químicos utilizados na fabricação dos tecidos, seja para alvejamento ou pintura, distúrbios psicológicos e diversas enfermidades.

13 Resulta da inalação de fragmentos oriundos de materiais têxteis, ocasionando obstrução e dificuldade respiratória. Pode ser reversível, embora também possa incapacitar momentaneamente o trabalhador não apenas para seu labor, mas também para diversas atividades cotidianas.

14 Patologia resultante da deposição de partículas sólidas na parede pulmonar do trabalhador, provocando fibrose no tecido pulmonar.

A Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos se utilizou de uma espécie de plebiscito com a votação de seus operários, artifício esse que poderia dar legitimidade ao seu regime produtivo, inclusive jurídica, quando o acordado poderia se sobrepor ao legislado. Foi derrotada. Os operários resistiram, considerando que qualquer trabalho extra só beneficiaria os patrões.

No Bom Parto, em Maceió, a companhia Cotonifício M. Lobo S.A. reforçava seu aparato repressivo na Fábrica Alexandria (AUMENTA..., 1956, p. 4). Aumentou o quantitativo de guardas ou capangas armados nos portões da Fábrica. Eles portavam revólver e um punhal de quase meio metro de comprimento. Alguns capangas também ficavam nas portas dos banheiros da Fábrica contando os minutos em que os operários passavam dentro dos gabinetes sanitários. Por vezes, até abriam a porta para confirmar se o operário realmente se encontrava realizando suas necessidades fisiológicas esperadas para esse recinto.

A péssima alimentação interferia na saúde do trabalhador. Os operários da Fábrica Alexandria ficavam reféns dos patrões durante o expediente de trabalho. Recebiam alimentos com duvidosa qualidade, sendo frequentes as infecções intestinais. Já em casa, onde o trabalhador poderia ter acesso a uma melhor alimentação, ficava limitado pelos preços que constantemente subiam. Mesmo com o reajuste decretado pelo então presidente, os salários não acompanhavam os preços dos gêneros de primeira necessidade. Seria um legado da carestia?

O preço do quilo de charque, que três anos antes custava cr\$ 45,00, alcançou o valor de cr\$ 70,00 no final de dezembro de 1957. Os aumentos foram mais significativos para o quilo do feijão, que alcançou o valor de cr\$ 19,00. O arroz praticamente dobrou o preço. Tomate e cebola custavam cr\$ 30,00 o quilo de cada. O pão de cada dia, cr\$ 17,00. Todos esses preços foram divulgados no início de 1958 pelo jornal *A Voz do Povo* (O LEGADO..., 1958), numa espécie

de balanço do ano que se encerrava e prelúdio do que estava por vir. O valor de Cr\$ 2.200,00 para o salário mínimo decretado em 1956 já se encontrava por demais defasado. Era bastante provável que o “mínimo” teria que custear não apenas a alimentação do trabalhador, mas possivelmente despesas com aluguel, calçados, vestimentas, medicamentos, entre outros, para manutenção de sua subsistência e de seus familiares.

No decorrer do ano de 1958, esse quadro econômico se agravou. No Bom Parto, os operários tinham como costume comprarem da própria Fábrica Alexandria pequenos retalhos de tecidos para confeccionarem suas roupas (A VOZ..., 1958). E mesmo quem não tinha condições de pagar, ganhava de algum gerente uma camisa, calça ou mesmo retalho de pano. No entanto, a Cotonifício M. Lobo S.A. mudou sua política e suspendeu essa prática até então vigente. Instituiu a ameaça de demissão por roubo de retalhos de tecidos.

Nesse mesmo ano, os trabalhadores então intensificaram suas articulações em seus respectivos sindicatos (REUNIÃO..., 1958, p. 1), culminando na organização de uma Comissão Permanente Pró-Salário Mínimo (CRIADA..., 1958, p. 1). Ela contou com a participação de representantes de 10 sindicatos. Estelita Gomes, tesoureira do Sindicato da Fábrica Alexandria, propôs defender um salário mínimo de Cr\$ 5.000,00 para Alagoas, tornando-se consenso entre todos os membros que compunham a Comissão. No mês de outubro, os comunistas passaram a representar a questão da carestia com conotação humanitária: “Combater a carestia para não morrer de fome” (COMBATER..., 1958, p. 2).

No Bom Parto, as condições de trabalho se tornavam cada vez mais difíceis. A repressão patronal continuava sendo reproduzida cotidianamente, incluindo novas práticas (CADA VEZ MAIS..., 1958, p. 4). Os vigias coagiam os operários até nos banheiros, e, por vezes, impedindo-os de realização de suas necessidades fisiológicas.

Sequer respeitavam as mulheres grávidas, também impedidas de ir ao banheiro. Os operários denunciaram essa situação ao seu Sindicato e ao delegado do Trabalho, que por outro lado nada fizeram. Acusaram o delegado de ser cego e mouco para com essa condição à qual os operários da Alexandria estavam sendo submetidos.

Ao mesmo tempo que os comunistas denunciavam a difícil situação dos operários e operárias do Bom Parto na Fábrica Alexandria, naquele ano de 1958, também informavam sobre o aumento dos salários no funcionalismo público de Alagoas (APROVADO..., 1958, p. 4). Ele beneficiaria os deputados estaduais, que aprovaram o reajuste conjuntamente com seu próprio aumento salarial, que passaria para cr\$ 45.000,00, enquanto o salário mínimo em Maceió se mantinha em cr\$ 2.200,00, o mesmo de 1956.

Todos esses fatos se concatenavam com as constantes reivindicações dos operários e seus sindicatos (OS SINDICATOS..., 1958, p. 3), fazendo frente às diversas formas de violência dos patrões. Ao mesmo tempo, os operários pressionavam o governo para tomada de ações, seja do ponto de vista das políticas econômicas para contenção do custo de vida, seja nas políticas salariais. Diversos sindicatos têxteis em Maceió encamparam a luta pelo reajuste do salário mínimo.

Os comunistas convocavam os operários para uma “Assembleia Gigante” a ser realizada no dia 23 de outubro de 1958. Apresentavam como pauta principal o salário mínimo e o congelamento de preços. Articulavam-na, inclusive, à violência sofrida por trabalhadores, em especial um operário de Fernão Velho que fora espancado no bairro do Centro em Maceió. Sua foto era exposta na primeira página do jornal, talvez para consternar os leitores, sensibilizando-os e mobilizando-os para a Assembleia.



Figura 1. Jornal A Voz do Povo, 23 out. 1958
Fonte: APA.

Após três anos de congelamento do salário mínimo e permanente aumento do custo de vida, eis então a boa nova diante de tantas pressões, não somente em Alagoas, mas também em outros estados do Brasil. Na véspera do natal de 1958, o então presidente Juscelino Kubitschek anunciou e decretou a tabela do novo salário mínimo. Ele deveria vigorar a partir de janeiro de 1959, tendo sido regulamentados os valores de Cr\$ 3.600,00 para Maceió e Cr\$ 3.000,00 para os demais municípios alagoanos (BRASIL, 1958). Contudo, as lutas políticas por reajustes salariais e contra a carestia não cessariam.

Ação trabalhista contra a Fábrica Alexandria no Bom Parto

Era janeiro de 1960. Logo após os festejos natalinos e passagem de ano, os operários da Fábrica Alexandria ajuizaram duas reclamações coletivas na JcJ de Maceió.

O salário mínimo decretado em 1959 não se tornou efetivo para todos os trabalhadores em Alagoas. Na Fábrica Alexandria, a Cotonifício M. Lobo S. A. não pagou o reajuste para seus operários conforme vigência determinada por lei. Manteve o mesmo valor de 1956. Os operários buscaram a JT reivindicando a diferença salarial. A insatisfação era potencializada pela carestia dos preços e pelas formas de controle praticadas por essa fábrica.

Augusto Delmiro de Souza e outros 295 operários iniciaram o Processo JcJ nº 02/1960, no dia 4 de janeiro de 1960.¹⁵ Logo depois, Manoel Alexandre dos Santos e mais 36 operários iniciaram o segundo processo contra a mesma Fábrica, o de nº 13/1960, no dia 28 de janeiro de 1960.¹⁶ Duas ações coletivas movidas por um total de 333 operários reivindicavam a mesma causa: pagamento de diferença salarial tomando como referência o então novo salário mínimo vigente a partir de janeiro de 1959. Os operários alegavam que não tiveram o reajuste de imediato pago em seus salários.

O objetivo central de ambos os processos estava relacionado com a diferença salarial no valor de Cr\$ 1.400,00 para cada trabalhador reclamante.

PRIMEIRO – Que, instituído pelo decreto nº 45.106 – A, de 24/12/58, entraram em vigor os novos níveis do salário

15 Processo JcJ nº 02/1960, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6ª Região. p. 1. Acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) – 9ª Região, Maceió (AL).

16 Processo JcJ nº 13/1960, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6ª Região. p. 1. Acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) – 9ª Região, Maceió (AL).

mínimo, ficando estabelecido para esta capital Cr\$ 3.600,00 mensais, a começar de janeiro de 1959.

SEGUNDO – No entanto, a reclamada somente passou a pagar os salários a partir de fevereiro de 1959.

TERCEIRO – Assim, vem o sindicato citado, por seu advogado abaixo firmado, reclamar o pagamento da diferença salarial de Cr\$ 1.400,00 por cada reclamante abaixo relacionado.¹⁷

Os dois processos passaram a tramitar juntos na JCJ, como se fossem um só. Nas instruções, os operários Augusto Delmiro de Souza e Manoel Alexandre dos Santos representaram, por meio de procuração, os operários reclamantes nas audiências, evitando-se a sucessão de audiências com a presença de todos os envolvidos nos litígios, seja reclamante ou reclamado. Sugeriam assim prosseguir de modo a evitar prejuízos desnecessários à reclamada, nesse caso, a Fábrica Alexandria, tendo em vista o grande número de operários.

Augusto Delmiro era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecidos de Maceió. Os operários tiveram como advogado Rubem Monteiro de Figueiredo Ângelo, mais conhecido como Rubem Ângelo. Era um advogado com vasta experiência trabalhista, representando os maiores sindicatos têxteis de Maceió e Rio Largo. Atuava junto aos comunistas, publicando diversas vezes matérias no jornal *A Voz do Povo* informando sobre direitos trabalhistas.

Após sucessivos agendamentos e adiamentos das sessões de conciliação, as partes litigantes – os operários e representantes da fábrica - chegaram a um acordo, lavrando no dia 4 de março de 1960 um único termo de conciliação para os dois processos, já que eles tinham as mesmas motivações.

17 Processo JCJ nº 13/1960, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6ª Região. p. 1. Acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) – 9ª Região, Maceió (AL).

O valor total das ações pleiteado pelos operários era de cr\$ 466.200,00. Porém, o valor acordado entre as partes foi de cr\$ 280.560,00. Definiram ainda as condições de pagamento, nesse caso, em quatro parcelas semanais. Propôs-se um pagamento escalonado de conjuntos de 83 ou 84 reclamantes ao longo dos meses de março e abril do ano de 1960.

Cada operário recebeu um valor de cr\$ 840,00, correspondendo a aproximadamente 60% dos cr\$ 1.400,00 reclamados individualmente. As custas dos processos ficaram a cargo dos próprios operários, devendo cada um o valor de cr\$ 73,20. Um recurso que já seria suficiente para comprar quase um quilo de charque.

Derrota ou vitória? Ou teria sido uma vitória parcial? Não bastasse receberem um valor de reajuste menor, foram ainda penalizados com as custas judiciais. Porém, nas lutas por direitos, pequenos recuos por vezes são necessários. Sobretudo quando valores conquistados, menores ou maiores que fossem, certamente serviriam como alento nas duras condições de vida. A rapidez da resolução dos litígios, aproximadamente três meses após a formalização das reclamações trabalhistas, era um fator preponderante. A diferença salarial paga, mesmo que parcelada, poderia suprir de forma mais imediata algumas necessidades básicas e urgentes desses operários. E, quem sabe, assegurar direitos diante da imprevisibilidade do futuro com múltiplos horizontes de expectativas em disputas no país. Em outubro desse ano de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek reafirmou a tabela do salário mínimo decretado em 1958, congelando os valores previstos por três anos (BRASIL, 1960).

Considerações finais e lampejos para novas lutas

Com a regulamentação do salário mínimo em 1938, ainda durante o Estado Novo, instituíam-se um conjunto de expectativas para com as possibilidades de dignidade a partir da renda dos trabalhadores. No

entanto, ao passo que essa renda oscilava por diversos fatores, desde as complexas fórmulas de composição dos salários até a incidência das crises econômicas e o desrespeito dos patrões aos valores mínimos, era a própria sobrevivência do trabalhador que se colocava em jogo. A luta pelo salário mínimo ganhava conotação de luta pela cidadania e dignidade.

É urgente recuperar esses passados de lutas protagonizados pelos trabalhadores. Seus rastros permanecem em variados materiais com indícios de tramas, sinais de vivacidade e tenacidade das formas de sobrevivência. Jornais, imagens, relatos de memória, processos trabalhistas, entre tantos outros, permitem ao historiador adentrar nos mundos do trabalho.

Pensar esses vestígios documentais e narrar histórias dos trabalhadores e trabalhadoras suscita transitar em um labirinto de memórias. Nele, não há mapa orientador de um passado que constantemente nos escapa, mas rastros e possibilidades de passados, podendo conter caminhos da pesquisa e narrativas os mais diversos. O uso de variadas fontes, tornando-as testemunhos-arquivos na escrita da História, é um trabalho técnico e científico. Faz parte da operação historiográfica. Desenvolvemos práticas metodológicas, domínio historiográfico e lapidação de nossas lentes teóricas. Fazemos História, constituímos histórias, produzimos representações.

O ofício do historiador é capaz de produzir uma escrita de caráter artesanal, imaginativa e transformadora. Suas narrativas se dão como parte de um aprendizado, na medida em que as experiências possam legar lições úteis não apenas sobre o passado, mas para o presente do historiador e seus leitores diante das tramas e dilemas dos personagens narrados: trabalhadores e trabalhadoras de variadas idades, labores e situações. Eis também uma forma de resistência.

Fontes primárias impressas (Acervo do APA)

- A VOZ nas fábricas: Alexandria. *A Voz do Povo*, Maceió, 27 jul. 1958.
- ABONO de Natal. *A Voz do Povo*, Maceió, 11 dez. 1955, p. 4.
- APROVADO o aumento do funcionalismo. *A Voz do Povo*, Maceió, 26 out. 1958. p. 4.
- ASSEMBLEIA dos trabalhadores. *A Voz do Povo*, Maceió, 12 ago. 1956. p. 1.
- AUMENTA o número de capangas na Alexandria. *A Voz do Povo*, Maceió, 2 dez. 1956. p. 4.
- CADA vez mais dura a situação dos trabalhadores da Fábrica Alexandria. *A Voz do Povo*, Maceió, 26 out. 1958. p. 4.
- COMBATER a carestia para não morrer de fome. *A Voz do Povo*, Maceió, 26 out. 1958. p. 2.
- CRIADA a Comissão Permanente Pró-Salário Mínimo. *A Voz do Povo*, Maceió, 17 ago. 1958. p. 1.
- LINS, Humberto. Clamor na Alexandria. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 nov. 1954. Suplemento, p. 2.
- MAIS uma vez trabalho extra. *A Voz do Povo*, Maceió, 28 out. 1956. p. 2.
- MAIS uma vitória dos operários da Fábrica de Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 28 out. 1956. p. 2.
- MÉTODOS condenáveis na “Carmen”. *A Voz do Povo*, Maceió, 28 out. 1956. p. 3.
- O LEGADO da carestia. *A Voz do Povo*, Maceió, 12 jan. 1958.

ONTEM – greve em Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 12 ago. 1956. p. 4.

OS APOSENTADOS e o salário mínimo. *A Voz do Povo*, Maceió, 29 set. 1956. p. 2.

OS SINDICATOS e a carestia. *A Voz do Povo*, Maceió, 19 jan. 1958. p. 3.

PILAR cidade abandonada. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 nov. 1954.

REUNIÃO dos sindicatos para debater a questão do salário mínimo. *A Voz do Povo*, Maceió, 3 ago. 1958. p. 1.

SIGNIFICATIVA vitória dos operários de Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 29 set. 1956. p. 1.

VOZES das fábricas – Saúde. *A Voz do Povo*, Maceió, 28 out. 1956. p. 3.

Referências

BRASIL. *Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962*. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14090.htm. Acesso em: 7 abr. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 49.119-A, de 15 de outubro de 1960*. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-49119-a-15-outubro-1960-388422-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 45.106-A, de 24 de dezembro de 1958*. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45106-a-24-dezembro-1958-384179-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 39.604-A, de 14 de julho de 1956*. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39604-a-14-julho-1956-519762-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 18 out. 2022.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014. p. 35-64.

LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora UNB, 1988.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. III-154.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Percursos historiográficos e metodológicos da contemporaneidade. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. (org.). *Depois da utopia: a história oral em seu tempo*. São Paulo: Letra e Voz; Fapesp, 2013.

PAIVA FILHO, Arnaldo. *Rio Largo: cidade operária*. Maceió: Senai/AL, 2013.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p. 131-138.

TAVARES, Marcelo Góes. O Memorial Pontes de Miranda e o acervo do TRT 19ª Região/Alagoas: um território fecundo para a história do trabalho e lutas por direitos. In: TAVARES, Marcelo G.; MONTENEGRO, Antonio (org.). *Histórias de trabalhadores e da Justiça do Trabalho*. Arapiraca: Eduneal, 2018. p. 35-66.

CAPÍTULO IX

Opacidade, invisibilidade e exclusão

Um longo caminho de luta por direitos da classe trabalhadora rural

*Marcília Gama da Silva*¹

Introdução

Este texto propõe estudar aspectos presentes nas relações trabalhistas nos âmbitos urbano e rural por meio da compreensão do papel das elites proprietárias no período republicano, focado na análise do movimento político-militar a partir de 1930. Tal movimento tem início com a construção de um projeto de desenvolvimento de vértice nacionalista pensado por Getúlio Vargas, seu principal articulador e protagonista. Trata-se de um modelo de Estado “moderno”, centralizado e autoritário, imbuído numa extensa e poderosa burocracia civil-militar (PRESTES, 2014, p. 54), cuja finalidade se pautava pela inserção do país na era da industrialização. É nesse contexto que

1 Doutora em História e especialista em Arquivologia. Professora associada do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Autora do livro *Informação, repressão e memória: a construção do Estado de Exceção no Brasil na perspectiva do Dops-PE de 1964-1985* (2014) e organizadora da coletânea *Pernambuco na mira do Golpe de 1964-1985* (2021).

se engendra o alinhamento do núcleo de poder central do governo varguista com a burguesia, como forma de angariar apoio a fim de empreender o desenvolvimento pensado para o país.

O cenário era de turbulências decorrentes das demandas econômicas seculares das classes trabalhadoras por melhores condições de vida e trabalho. No campo político, deslocam-se para a oposição ao governo os tenentes² (PRESTES, 2014) não cooptados por Vargas, os integralistas comandados por Plínio Salgado, em busca de mais espaço no governo, e os aliancistas,³ segmento comunista que pressionava o governo em prol de uma agenda de negociações mais robusta, que sinalizasse melhorias para os trabalhadores urbanos e impulsionasse a nacionalização da indústria e dos serviços. Apresentava-se uma conjuntura que coloca 1930 como momento de tensão preparatória para a instauração de uma “nova ordem” autoritária, a ser consolidada com o estabelecimento do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Esse novo Estado buscava, a partir de seu projeto de modernização, mudar o perfil econômico-político e social do país, baseando-se numa concepção de desenvolvimento que visava à superação do modelo agroexportador – cuja meta de produção em larga escala era para abastecer o mercado externo sob forte exploração da mão de obra do campo, em detrimento do modelo industrial focado na “ascensão gradual e simultânea dos interesses urbano-industriais” (PRESTES, 2014, p. 52).

2 “Tenentismo – designa-se com o termo Tenentismo os movimentos de rebeldia da jovem oficialidade militar ocorridos no Brasil durante os anos vinte e trinta deste século, sem, contudo, esclarecer satisfatoriamente as diferenças existentes entre diversos momentos da evolução do fenômeno tenentista” (PRESTES, 2014, p. 13).

3 “Aliança Nacional Libertadora – foi uma organização política fundada pelo Partido Comunista do Brasil em 1935. Surge quando um grupo de intelectuais e militares, socialistas e comunistas descontentes com o governo de Getúlio Vargas, se reúne e elabora as bases de luta contra o fascismo, o imperialismo e o integralismo, organização política de bases fascistas, criada em 1932” (PRESTES, 2014, p. 23-25). Ver mais em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alian%C3%A7a_Nacional_Libertadora. Acesso em: 12 fev. 2021.

Rumo ao autoritarismo

A implantação do referido modelo de desenvolvimento no país se deu por meio da adoção de medidas complementares. O reordenamento da máquina administrativa imprimiu ao Estado uma estrutura arrojada, centralizada e técnico-burocratizada, na qual a questão da segurança pública foi alçada a um papel de destaque. Assim, observa-se a criação da Secretaria de Segurança Pública (ssp) de Pernambuco em 1931, em substituição à antiga Repartição Central de Polícia (RCP), que, aos olhos dos técnicos do governo, “era precária e inoperante e não dava conta das complexidades sociais que o cenário exigia”.⁴ A ssp, cuja estrutura foi redefinida num patamar mais amplo, de maior envergadura e penetração no social, foi criada com a finalidade de aprimorar os serviços de ordem social e a segurança no estado, necessários à garantia da política de modernização do país – ainda que pela via autoritária.

Nesse percurso e ante a necessidade de se criar uma política de controle do crime político pensada aos moldes das polícias secretas de Adolf Hitler e Benito Mussolini, cujo objetivo era promover a vigilância implacável da sociedade e coibir as manifestações contrárias ao regime, surgiu a Delegacia de Ordem Política e Social (Dops). Criada em 23 de dezembro de 1935 pela Lei nº 71, sua estruturação se deu logo após a Intentona Comunista de 25, 26 e 27 de novembro do mesmo ano, envolvendo as cidades do Recife, Natal e Rio de Janeiro. Entre outras atribuições, a Dops seria responsável pelo serviço de repressão ao comunismo, seu principal alvo, que precisava ser extirpado do cenário político nacional por ser a principal fonte de críticas ao regime. Daí se origina o projeto vultoso de combate ao comunismo, bem como às demais propostas de solução ditas “esquerdizantes” para o Brasil.

4 APEJE. Legislação Estadual de Pernambuco. Coleção Especial. 1930-1933. Vol. 1. Relatórios do Governo Revolucionário. Imprensa Oficial PE – 1931/32. p. 57-61.

As classes dominantes brasileiras, que não se permitiam absorver as mudanças sociais pela via constitucional, vão pouco a pouco aderindo à política de controle do governo e colaborando com os mecanismos de vigilância social impostos. Muitas eram as formas de apoio, mas destacam-se, por excelência, as verbas secretas que empresas ou fábricas, nacionais e estrangeiras, vão doar à SSP mensalmente. Essas verbas serviam para operacionalizar as táticas de campanha dos agentes de vigilância permanente de lideranças políticas, trabalhadoras, estudantis, religiosas e sindicais, gastos com combustíveis, com armamento e munições, alimentação, vestuário, passagens rodoviárias e aéreas para os deslocamentos de agentes e para as escutas telefônicas, além das várias práticas de pagamento de subornos, em troca de informações, a cidadãos comuns e funcionários públicos que recebiam a alcunha de informantes ou “colaboradores”.⁵

Assim foi construído o perfil do aparato policial preventivo, ostensivo e repressivo que iria atuar junto à sociedade, cerceando as liberdades e eliminando toda e qualquer manifestação de caráter oposicionista ao governo. Cria-se o tipo penal do crime político, que se desloca para o terreno da generalização: aos olhos da polícia e do Estado, “todos” eram “suspeitos” ou “subversivos” em potencial, desde que agissem ou mesmo manifestassem opiniões contrárias à ordem, questionando o governo e suas ações autoritárias.

Assim, são sempre as *ideias* que irão caracterizar o perfil do “criminoso político”. Ou seja, o crime político é aquele que trata, na leitura da pesquisadora Tucci Carneiro (2002), de ideias consideradas “perigosas”, que promovam cooptação, adesão ou sedução de pessoas em diferentes ramos de atividade, sempre embasadas por um aparato ideológico e discursivo contrário à ordem vigente. É nesse

5 APEJE. Fundo SSP-Dops-PE. Prontuário funcional. 29.638, Relatório Delegacia Auxiliar, 1935-1985.

contexto que se engendra o alvo principal dos órgãos de repressão, o *comunismo*. Isso porque ele se coloca como canal de expressão de maior penetração, combatividade e mobilização da classe trabalhadora – urbana, num primeiro momento –, atuando em seguida junto à classe trabalhadora rural.

É nesse cenário que se perfila o projeto de modernização do país, permeado por uma estrutura autoritário-conservadora cujas determinações apontam para o fechamento dos canais de expressão da sociedade e materializam uma profunda repressão à classe trabalhadora. Esse papel é muito bem desempenhado pelos aparatos legal e policial, que agiam no sentido de “silenciar” pessoas e representantes de segmentos sindicais de diferentes categorias.

Ao pôr em marcha tal projeto modernizador do país, o Estado sabia dos rumos “indesejáveis” que uma oposição articulada poderia representar. Na tentativa de evitar “surpresas desagradáveis”, ele providencia medidas de combate aos “extremismos” de direita e de esquerda – como se referia, à época, às ideologias integralistas e comunistas. Tais medidas são executadas por uma polícia aparelhada e um serviço especializado de informações, que atuavam no rastreamento minucioso de qualquer manifestação contrária ao sistema. Nesse percurso, o uso estatal de práticas violentas contra a oposição passa a ser um mecanismo muito presente.

No veio dessa análise coloca-se a observação de que a existência de um aparato policial tão amplo, com medidas de segurança de tamanha envergadura voltadas à sociedade, só se justificava aos olhos do governo mediante a gravidade das turbulências sociais. Tais turbulências foram veementemente combatidas por meio de um projeto de contrainformação propagandeada pelo Estado e do qual resultou uma forte repressão. O modelo comunista era considerado “alienígena” pelas forças conservadoras e seu avanço era temido na medida em que poderia colocar em “xeque” o projeto de “modernização” pela via conservadora pensado por Vargas. Essa

perspectiva se intensifica quando se observa o universo complexo de correntes ideológicas de matizes polarizadas (integralismo *versus* comunismo) em circulação, as quais produziam instabilidade, arregimentavam simpatias e serviam de esteio às reivindicações da classe trabalhadora, sob óticas distintas.

Se o projeto de modernização do Estado confrontou interesses econômicos e políticos, representou também um conflito de visões de mundo. De um lado Getúlio Vargas, com a proposta de construção do Estado Nacional, impulsionando o avanço das relações capitalistas na esfera da produção de cunho urbano-industrial, nor-teando concepções de “modernidade” e “civilidade” em que razão, educação, ciência e técnica formavam os elementos fundamentais da “nova” ordem da vida material e mental e impondo à sociedade os “novos” padrões de convivência social. E do outro lado o universo de luta e resistência da classe trabalhadora mobilizada em torno de reivindicações seculares por melhores condições de vida e trabalho, sob a égide de lideranças ora fascista-integralistas, ora de ideias imbuídas das orientações socialistas. Esse universo enchia de contradições o tecido social, exigindo respostas que reduziam a margem de manobra do Estado – uma vez que qualquer projeto de inclusão de direitos entrava numa rota de colisão com os interesses elitistas das classes proprietárias dominantes.

Esses conflitos que a “modernização” não conseguia resolver (ao contrário, aprofundava) ocorrem num ambiente fértil à disseminação de ideias contrárias ao regime, fornecendo ao Estado o “mote” para o uso de um forte aparato de combate à oposição no decorrer dos anos 1930 e 1940. Assim, tais conflitos impulsionavam a capacidade de ação e articulação da máquina estatal, demonstrando como o Estado se estrutura para driblá-los, neutralizar o “inimigo” e sair como “vencedor”. A representação disso está no discurso instituído de Vargas como “pai dos pobres”, o qual permeia o imaginário social no período.

No entanto, há de se pontuar que a história oficial não conseguiu escamotear de modo absoluto a efervescente batalha travada entre opostos em permanente conflito social. Seu legado, esquecido nos arquivos da repressão (Dops-PE) e nos processos trabalhistas da Justiça do Trabalho (JT) de Pernambuco, nem o tempo nem a ação do homem conseguiram destruir. São provas da peleja constante dos trabalhadores em sua trajetória, registros de lutas, tensões e resistência nesse mutante e complexo núcleo pulsante chamado sociedade.

É da década de 1940 a criação do Conselho Regional do Trabalho da Sexta Região, que se instalou no bairro do Recife, em 1º de maio de 1941, no prédio onde então funcionava a 8ª Delegacia do Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). O órgão colegiado, não pertencente ainda ao Poder Judiciário, era composto de um presidente e quatro vogais, sendo dois denominados “alheios aos interesses profissionais” e dois “classistas representantes dos empregados e dos empregadores”. Por força do Decreto-Lei nº 9.797, o Conselho Regional do Trabalho se tornou o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6) e os seus vogais passaram a ser chamados de juízes. Agora integrados ao Poder Judiciário, os juízes do TRT e os juízes presidentes das juntas de conciliação e julgamento receberam os privilégios de vitaliciedade, irredutibilidade de vencimentos e inamovibilidade.

Tal qual a Dops, o TRT6 compõe parte de um aparato institucional que responderia às exigências de “estabilidade política” e “paz social”, em conformidade com a ideologia dominante no modelo de governo varguista. A primeira o fazia pelo viés da vigilância e controle da sociedade, em especial da classe trabalhadora; o segundo atuando na negociação entre patrões e empregados, a fim de dirimir os conflitos por meio da conciliação e evitar que os atritos desaguassem numa greve aberta, o que interferiria no planejamento de modernização e industrialização pensado para o país.

A materialização das atribuições funcionais de cada um dos órgãos mencionados vai gerar um volume considerável de documentos, cujos registros foram tombados como Patrimônio Mundial da Humanidade por serem considerados de relevante importância para a compreensão das lutas sociais travadas no mundo do trabalho e junto à sociedade. Os flagrantes disponíveis nesses acervos mostram diferentes matizes de práticas de controle e repressão, e, por meio do rito processual, o embate travado às expensas da justiça trabalhista pela efetivação de direitos. Esse universo de organização da classe trabalhadora por direitos e garantias legais, então frequentemente associado a uma pretensa manipulação “comunista”, constitui elemento central da tensão e perseguição que cercavam a classe trabalhadora em Pernambuco, num cenário de tradicional exploração das oligarquias proprietárias.

Com o acirramento das críticas ao regime instalado em 1930 e a agitação social demonstrada em protestos, greves e tentativas de sublevação contra a nova ordem, verifica-se a reação do grupo hegemônico no poder. Isso ocorre principalmente a partir de 1935, com a promulgação da Lei de Segurança Nacional (LSN) e a criação de órgãos de caráter repressivo. As razões estão expressas no trecho do documento seguinte:

Diante das últimas greves decretadas na cidade, a princípio como pretensos protestos contra a lei chamada de Segurança Nacional e posteriormente, como campanha de reivindicação – o governo do Estado torna público que nenhuma perturbação da ordem se verificará, em face das medidas que têm sido tomadas. Além de serem as mesmas greves injustificáveis, pois não se compreendem, nem a lei permite a paralisação do trabalho antes de serem conhecidas a finalidade dos movimentos e a natureza das medidas pleiteadas – está evidente a influência de elementos perturbadores por profissão ou por snobismo intelectual, com intuito de provocar agitações. Boletins distribuídos pelas ruas com apelo à luta proletária

deixam à vista esse intuito, que logra esconder-se, plenamente aparelhado para defesa da ordem e conhecendo os motivos inconfessáveis dos últimos movimentos grevistas. O Governo desde já esclarece que não permitirá comícios, passeatas ou quaisquer reuniões que possam resultar intranquilidade.⁶

Observe-se como a questão da greve é tratada pelo governo. Ao trabalhador era negado o dispositivo de organizar-se por direitos previstos em lei. A organização era vista como risco à propriedade e à ordem, e justificada pelo aparato que conferia o marco legal do período; a repressão ao que era nomeado de “subversão” era implacável.

Em 1934, instaura-se um período de crise no interior dos segmentos estatais e junto aos proprietários, caracterizado por uma série de greves nos setores básicos da sociedade (transportes, bancos e comunicações). Nesse momento, foi criada a Comissão de Inquérito, voltada à apuração dos crimes e violências praticados no organismo social. Até então não se havia vivenciado o acirramento dos debates em torno da ideia do nacionalismo. A luta contra o fascismo⁷ – representada por uma intensa crítica ao integralismo – e o combate ao comunismo eram fatores de turbulência. O governo se posicionava diante do contexto tomando medidas de controle e repressão, a saber, a publicação da LSN e a criação dos demais órgãos repressivos no intuito de proteger o regime.

Os rumores de uma tomada estratégica do poder que derrubaria Vargas, juntamente com a ascensão da Aliança Nacional Libertadora (ANL), representaram uma ameaça ao governo. Como consequência, há um endurecimento do governo após a revolta armada comunista

6 APEJE. SDI – Seção de Documentos Impressos. *In*: Coleção Especial. Imprensa Oficial PE – 1931/32. p. 58-59.

7 Fascismo é uma ideologia política ultranacionalista e autoritária caracterizada por poder ditatorial, repressão da oposição por via da força e forte arregimentação da sociedade e da economia. Ver mais em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fascismo>. Acesso em: 2 mar. 2021.

de 1935. A reação veio em dezembro daquele ano, quando o general Góes Monteiro aponta como saída o golpe, afirmando que “as classes armadas [...] devem ser a espinha dorsal da nação”. A liberdade deveria ser compatível com a segurança nacional “(MONTEIRO, 2014 *apud* PRESTES, 2014, p. 69). Nesse contexto, é decretado o Estado de Guerra, que seria sucessivamente renovado. Verifica-se um surto de prisões, cassações de mandatos e criação de órgãos especializados na repressão, entre os quais se inclui a Dops-PE. Em 1936, o Ministério da Justiça (MJ) anunciava a formação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRc), com a aprovação no Congresso de uma lei instituindo o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), de existência prolongada durante todo o Estado Novo.

Assim, o poder central se articula na montagem de uma estrutura estatal repressiva. Constituíam-se o aparato burocrático civil-militar (PRESTES, 2014, p. 76), que ampliava a força do Executivo e criava as bases do Estado autoritário, cujos nomes expoentes são: general Góes Monteiro, o novo ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra e Felinto Muller, chefe geral da Polícia do Distrito Federal. A “legitimidade” do golpe estaria condensada na Constituição autoritária de 1937.

O objetivo do governo era liquidar com um lance decisivo as oposições regionais e dar ao tema da ameaça comunista um novo impulso. O Plano Cohen foi forjado com esse objetivo e, na cúpula do Exército, as dúvidas em relação a estabelecer uma ditadura no país haviam se desvanecido. Em 27 de setembro de 1937, opta-se pela implantação de um Estado autoritário, cuja justificativa ideológica era a ameaça comunista. Imediatamente impõe-se à sociedade o Estado de Guerra,⁸ do qual decorre o fechamento das instituições

8 Situação em que uma nação, com ou sem declaração de guerra, inicia hostilidades contra outra, suspendendo internamente todas as garantias constitucionais consideradas direta ou indiretamente prejudiciais à segurança nacional. Prevista em todas as constituições brasileiras, em 1935 essa situação foi equiparada, por meio da Emenda Constitucional no 1, à “comoção intestina grave, com

legislativas. É repassada aos governadores dos estados a tarefa de aplicar os rigores das leis que embasavam o estado de exceção – atuação que, nos estados de maior ebulição política, caberá aos interventores federais nomeados como executores do Estado de Guerra em seus territórios.

A conjuntura econômica, política e social evidencia a ação dura do governo do interventor federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães (1937-1945). Mediante o cenário conflituoso, ele não poupa esforços para imprimir em seu governo a mais fiel tática autoritária de perseguição aos segmentos considerados “suspeitos” e “perigosos”. Tais segmentos incluem, além das legendas de oposição, os comunistas confessos e simpatizantes, os integralistas, as religiões de matrizes africanas, os segmentos indígenas, a classe trabalhadora sindicalizada, envolvida nos movimentos paredistas, bem como a imprensa.

Nesse sentido, vejamos o que diz um relatório divulgado em 10 de novembro de 1938, um ano após a implantação do Estado Novo, em exposição nacional sobre a SSP:

Seja-nos lícito salientar que os vários problemas de ordem no Estado têm sido atacados e resolvidos com energia e a rapidez que se faziam mister. Falta de autoridade; a ação secreta da terceira internacional transformando o Estado em um dos mais fortes redutos do partido comunista; a intranquilidade e a falta de segurança no interior, com o espírito de facção, o banditismo e outras formas de atentados à

finalidades subversivas das instituições políticas e sociais” (segundo Etelvino Lins de Albuquerque, secretário de Segurança Pública no Governo Agamenon Magalhães). Com essas características foi decretado o Estado de Guerra no país nos anos 1936-1937. Instaurado pelo Decreto no 702, de 21 de março de 1936, com vigência inicial de 90 dias, prorrogado entretanto até meados de junho de 1937, o Estado de Guerra voltou a ser implantado em 2 de outubro de 1937, pelo Decreto no 2.005, vigorando até 10 de novembro do mesmo ano, quando foi decretado o Estado Novo.

população rural, esses problemas, sobretudo, exigiam solução imediata. Restaurou-se o princípio de autoridade. Os intelectuais esquerdistas, os “verdadeiros responsáveis” [segundo o governo] pela agitação vermelha, passaram a receber a repressão devida. Processados e condenados, muitos pelo Tribunal de Segurança Nacional, trataram outros de abandonar o Estado, tiveram circulação proibida, por outro lado, todas as publicações suspeitas. Com essas medidas e uma intensa vigilância, que não sofreu nem sofrerá solução de continuidade, está Pernambuco reabilitado da pecha de grande foco vermelho. Cessaram até os derrames semanais de boletins subversivos (desde o 1 de maio do ano findo que não surge um só boletim comunista entre nós) nem a chamada agitação mural, outrora tão frequente [...].⁹ (Grifo nosso)

Observe-se, no teor dessas primeiras linhas, como a ação do governo foi implacável no intento de desbaratar o movimento comunista no Brasil. Nessa perspectiva, a polícia, por meio de seus órgãos de segurança e repressão, desempenhou um papel fundamental. Assim, vejamos:

A organização policial que encontramos não poderia subsistir. O sistema de polícia judiciária continuava ineficaz. Faltava a segurança pessoal e da propriedade, mostrando-se o aparelho repressor impotente para deter a ascensão das relações antissociais, em todas as suas forças. Tínhamos de adotar uma ação decisiva e enérgica contra as devastações do nosso patrimônio moral, contra os atentados às nossas instituições, contra, enfim, toda forma de solapamento dos bens e das garantias sociais, dentro do espírito da constituição de 10 de novembro. Iniciou-se essa tarefa eficazmente, dando-se nova

9 APEJE. SDI — Serviço de Documentos Impressos. — s.d.1 — Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República em virtude do art. 46 do decreto Lei Federal no 1202. Agamenon Magalhães — Interventor Federal. Imprensa Oficial — Recife — 1940. p. 137.

orientação à organização policial e ativando-se as medidas de proteção à sociedade.¹⁰

Uma das “medidas de proteção à sociedade” era a polícia política. Assim, o texto da Lei nº 71 preconizava o combate explícito ao comunismo e criticava a sua atuação nos seguintes termos:

O extremismo, principalmente aquele que se rotula de esquerda, foi a maior preocupação da Secretaria de Segurança nesses últimos anos. Batida em 1935, com a debelação do movimento militar que incentivava nos quartéis. A esquerda extremista novamente se infiltrou no Estado, até 1937, aproveitando-se da agitação política e do ambiente favorável à sua ação. Deu-lhe combate sem tréguas a atual administração policial que acabou por neutralizar inteiramente a sua ação criminosa.¹¹

A ideia de combate ao comunismo estava na pauta de prioridades do governo e da polícia, pois se acreditava que o motivo da agitação da classe trabalhadora, das greves e da sublevação à ordem seriam as ideias que circulavam e suscitavam questionamentos e críticas ao governo. Isso porque o comunismo se apresentava como resistência de ponta em todos os segmentos do social, como ideologia contrária ao poder instituído. Assim,

o esquerdismo está na pregação democrática dos boletins clandestinos que continuam a ser divulgados em todo país, como está na literatura pornográfica, no teatro licencioso, na influência corruptora do cinema, no nudismo das praias, em tudo isso que aos poucos vai criando um clima propício à aceitação de tão nefasta doutrina [...]. Em 1935, com o programa

10 APEJE. SDI — Serviço de Documentos Impressos. — s.d.1 — Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República em virtude do art. 46 do decreto Lei Federal no 1202. Agamenon Magalhães — Interventor Federal. Imprensa Oficial — Recife — 1940. p. 138.

11 APEJE. SDI. Seção de Documentos Impressos. Legislação Estadual de Pernambuco — Decretos, Atos — 1935-37. Imprensa Oficial. p. 10-12.

da Aliança Nacional Libertadora, vimos como os esquerdistas aparecem dentro de um pseudonacionalismo que há muito iludiu. Vimo-lo depois, na fase de sucessão presidencial, num trabalho de agitação, que teria levado o país a acontecimentos idênticos aos que se desenrolou na Espanha, se não fora o golpe de 10 de novembro.¹²

A representação criada pelo poder instituído (assim como pelos veículos de comunicação que influenciam e/ou deflagram componentes recriminados pelo regime) sobre o comunismo e sua ação no social estabelece uma associação muito conivente com relação à “liberdade”. Assim são forjados na consciência nacional os argumentos, vindos do poder, sobre o comunismo e o que é *ser comunista*: um comportamento sempre associado a baderna, balbúrdia, desordem, agitação, sublevação ao instituído, destruição da sociedade, da religião, fim das liberdades, subtração da propriedade e permissividade moral. Enfim, ser comunista é defender a corrupção dos valores e bons costumes. Essa ordem discursiva atravessa até a atualidade o imaginário social dos que utilizam essa retórica como garantia inabalável do *status quo* e do alinhamento do Brasil ao capital internacional.

Esse mesmo pensamento não só é corroborado ao longo dos anos, como é, em diferentes tempos históricos, ressignificado em defesa de privilégios da classe proprietária. Para maior compreensão, faz-se necessário contextualizar quem são os poderosos grupos de proprietários que atuam no campo e em parte significativa das cidades, bem como na política, e que lutam para que a “ordem” no setor agrário-produtivo não vivencie alterações significativas. É preciso conhecer os “donos do poder e da propriedade” em Pernambuco, os chamados coronéis, que ultrapassam o ambiente rural e penetram em diferentes ramos da economia por meio da diversificação de seu capital – ora investido em fábricas, negócios ou serviços no setor

12 APEJE. SDI. Seção de Documentos Impressos. Legislação Estadual de Pernambuco – Decretos, Atos – 1935-37. Imprensa Oficial. p. 141.

urbano, ora ingressando na esfera política ao investir em mandatos na carreira municipal, estadual ou federal, ou ainda ocupando os diferentes espaços simultaneamente. Mediante esses expedientes, tais elites ampliam poderosamente seu poder político e de capital, passando a atuar de forma contundente e decisiva em benefício próprio ou de seu empreendimento. Tornam-se interlocutoras “de peso” a exigir do Estado o rigor da lei para coibir a “desordem” ou os comportamentos indesejados.

Esses poderosos cidadãos também se organizam em grupos, fortalecendo seu poder de articulação e envolvendo outras esferas do Estado para além do Poder Executivo, como o Judiciário. Assim, ditam normas disciplinadoras e de controle, exigindo do Estado que faça cumprir a “lei” nos diferentes espaços em que atuam: fábricas, comércio, serviços, no setor rural e/ou urbano ou na política. Tomaremos como exemplo a gestão do juiz Gondim Neto no Tribunal do Trabalho, sob a qual foi criada, em 1988, a medalha Conselheiro João Alfredo. O grande abolicionista é um exemplo ilustre, presente por décadas na vida pública.

Segundo o jornalista Expedito Neto, responsável pela comunicação do TRT6,

quando o Jornal do Commercio circulou pela primeira vez, em 1919, morria no Rio de Janeiro um pernambucano que fez história no Segundo Reinado, tendo sido um dos maiores estadistas do seu tempo: João Alfredo Corrêa de Oliveira (conselheiro João Alfredo). Ele foi delegado de polícia, deputado, promotor público, juiz, diretor da Faculdade de Direito do Recife, presidiu a Província do Pará, integrou o gabinete do Visconde do Rio Branco (o mais longo da Monarquia) e, como presidente do conselho de ministros em 1887, incluiu no seu programa de governo a abolição da escravatura no Brasil, que se consumaria um ano depois por intermédio da Lei Áurea.¹³

13 Acervo Memorial da Justiça do Trabalho. Matéria publicada no jornal *Informativo Astra*, da Associação dos Servidores Trabalhistas (Astra), Recife (PE), 1988,

Anos após sua morte, seus herdeiros continuaram participando da vida política pernambucana, a exemplo de outras famílias que permanecem no cenário político local e nacional por décadas – um fenômeno que não se restringe a Pernambuco. Essa tradição se manifesta na Bahia com os Calmon, com os Alencar no Ceará, os Andrada e Silva em Minas e em São Paulo, os Collor de Mello nas Alagoas, os Maias no Rio Grande do Norte etc. São famílias que atuam na vida política desses estados e em nível federal há mais de décadas. Do ponto de vista da história brasileira, é um aspecto importante para entendermos a estrutura fundiária e social que se perpetua na formação econômica do Brasil e entender como esse traço vai interferir nas relações trabalhistas.

O Brasil nasce agrário. Esse passado, resguardadas as devidas proporções, conserva elementos da herança escravocrata, latifundiária e conservadora repassados de geração a geração e permeia o imaginário social coletivo. O controle da “ordem” passa pela influência desses grupos familiares que se posicionam em defesa do instituído. As forças conservadoras se articulam em legendas partidárias, em alianças e conchavos políticos, numa órbita de defesa da pretensa “paz e ordem social”, assegurando privilégios seculares que as perpetuam no poder. Nesse viés, o combate ao “inimigo” passa a ser comum aos poderosos. Nenhuma força contrária que ouse se organizar no sentido de confrontar, combater privilégios ou ainda promover mudanças no *status quo* vigente será tolerada. Nesse contexto, a ideia de golpe surge como dispositivo de manutenção do *establishment*.¹⁴

que trazia a breve matéria feita pelo assessor de comunicação do Tribunal do Trabalho sobre o evento naquele informativo Institucional.

- 14 O termo anglófono *establishment* refere-se à ordem ideológica, econômica e política que constitui uma sociedade ou um Estado. Ver mais em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Establishment>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Com efeito, observa-se uma tradição golpista da República brasileira, proclamada por meio de um golpe dado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Para verificar essa “tradição”, vale constatar que, de 1889 até a atualidade, o Brasil foi comandado por 42 presidentes, dos quais apenas 18 foram eleitos pelo povo e, desses, só 11 terminaram seus mandatos. Em 132 anos de vida republicana, apenas 11 presidentes conseguiram concluir seus mandatos outorgados pelo povo; 40% dos eleitos não o concluíram e um quinto deixou o cargo por motivos políticos. Eis o quadro geral da República: seis Constituições Federais; sete Golpes de Estado, seis fechamentos do Congresso Nacional.

Como essa “tradição” interfere na luta do trabalhador, sobretudo rural? Como esse perfil golpista da República contribui para a opacidade, invisibilidade e exclusão dos trabalhadores e os mantém num cerco de dominação e exploração, muitas vezes em condições análogas ao trabalho escravo? Essas questões figuram na base das indagações que temos feito às fontes de pesquisa da Dops-PE e da J1. O conjunto de documentos do acervo policial reflete o acompanhamento sistemático da classe trabalhadora, da questão agrária e do movimento do campo desde o final dos anos 1940. O levantamento contendo o quantitativo de prontuários funcionais que remetem à causa do campo figura na tabela 1.

Tabela 1. Relação de documentos sobre o campo no acervo Dops-PE

Prontuários / Assuntos – Dops-Pe	Quantitativo
Prontuários de jornais sobre o movimento do campo	198 pastas
Prontuários de usinas	58 pastas
Prontuários de trabalhadores rurais	178 pastas
Prontuários da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, dos anos mais críticos: 1966 a 1969, 1973 a 1976 e 1980 a 1985 (com destaque para os prontuários 31.496 “A a D”)	159 pastas
Prontuários de prefeituras e municípios	134 pastas

Prontuários / Assuntos – Dops-Pe	Quantitativo
Prontuários das Ligas	88 pastas
a) fichas de anotações e antecedentes	125 mil fichas de prontuários individuais, dos quais 30% remetem ao campo
b) fichas avulsas funcionais	
Associação dos fornecedores de cana-de-açúcar	10 pastas
IPM Rural – Quarto Exército	27.556
Centro de Informação da Marinha (Cenimar) – Atividades Subversivas do Brasil	27.594
Levantamento dos processos sobre o campo existentes no Memorial da Justiça do Trabalho –TRT6	
Dissídios coletivos	Total de 1.294 processos, dos quais uma média de 35% se refere à questão do campo
Processos existentes no Laboratório de História e Memória da UFPE (Lahm)	195 mil processos, dos quais 40% tratam sobre o campo

Fonte: Levantamento realizado pela autora junto à listagem de pastas funcionais do acervo Dops-PE sobre o assunto referente ao campo. Se incluirmos os dados da listagem dos prontuários individuais, com nomes das lideranças e de trabalhadores do campo, sindicâncias e inquéritos referentes ao período de 1964-1985, o número acima cresce de forma significativa.

Esses quantitativos nos diferentes acervos evidenciam como a situação do campo foi monitorada pela Dops-PE e como as relações conflituosas do campo figuram na JT, tanto nos acervos do Lahm da UFPE como nos dissídios coletivos existentes no Memorial da

Justiça do Trabalho e em meio digital na Companhia Editora de Pernambuco (Cepe).

A necessidade de monitoramento da questão do campo (MONTENEGRO, 2003) associa-se ao caráter permanente dos conflitos envolvendo donos de terras e engenho e a classe trabalhadora. Esse cenário se intensifica quando a questão agrária passa a ser acompanhada pela polícia, sobretudo com o avanço das Ligas Camponesas,¹⁵ e nos flagrantes de violência e morte no campo. O papel das milícias privadas a serviço dos proprietários ainda não foi devidamente estudado e não pode deixar de ser observado, na medida em que as estatísticas de violência, morte e desaparecimento no campo aumentaram, sobretudo nos momentos em que as ditaduras – varguista e civil-militar – assumiram o controle.¹⁶

É fato que tais estatísticas ainda não foram devidamente apuradas. Esse cenário se perpetua no campo em face do autoritarismo e de um sistema opressor e explorador, de extrema violação de direitos

15 Ligas camponesas: as Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco com ajuda e iniciativa do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no contexto da redemocratização vivenciada após a Segunda Guerra Mundial. Essas organizações são perseguidas e extintas ainda em 1947, quando o PCB é novamente posto na ilegalidade. Os movimentos de organização dos homens e mulheres do campo são retomados no estado com a criação da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), em 10 de janeiro de 1955, contando agora com apoio direto de Francisco Julião. O movimento é logo nomeado de Liga Camponesa pela imprensa, que visava associá-lo aos comunistas para justificar sua repressão por parte das autoridades estatais, configurando-se como um dos principais movimentos populares de reivindicação por direitos no país.

16 Ditaduras são sistemas políticos que subtraíram/ usurparam a soberania popular, ou seja, são formas de governo que utilizam a repressão e o controle da informação para se manterem no poder. Em geral, surgem em momentos de crises socioeconômicas, quando a população se sente insegura e opta por respostas rápidas, que podem ir de encontro aos valores da democracia. Ver mais em: <https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2018/12/20/o-que-define-um-regime-autoritario/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

e que avilta as relações trabalhistas no campo. A violência imposta às massas de trabalhadores tem início quando o sistema relega sua existência à opacidade, manifesta no alto índice de pessoas sem registro de nascimento ou carteira de identidade – e muito menos carteira de trabalho, documento que só chega ao campo depois de 1963, com a publicação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). A opacidade se amplia com o analfabetismo, traço do descaso que promove a exclusão social do trabalhador uma vez que o distancia do exercício de direitos como força de trabalho e subtrai a condição de cidadão. Por décadas, os trabalhadores do campo viviam às expensas dos senhores de engenho/usineiros, à mercê de uma política opressora que os desqualificava como trabalhadores e aviltava suas existências. Nesse contexto, é interessante entendermos a complexidade sociopolítica de Pernambuco. Se de um lado tem-se a dura realidade social dos trabalhadores, do outro se observa o poder de famílias que se perpetuam em diferentes esferas.

De acordo com o trabalho do sociólogo Ricardo Costa (OLIVEIRA, 2004), que estuda famílias e seus esquemas de perpetuação na política paranaense:

A estrutura de poder não é uma abstração, ela se materializa em situações objetivas de posse de riqueza, se reproduz e se consolida graças a redes políticas, sociais e de parentesco. As redes políticas de poder são definidas neste artigo como conexões de interesses envolvendo, basicamente, empresários e cargos políticos no aparelho de Estado, no executivo, legislativo e no judiciário e, também, em outros espaços de poder buscando assegurar vantagens e privilégios para os participantes. Além da ideologia que lhe reforça a legitimidade, as redes podem utilizar artifícios tais como o nepotismo, o clientelismo e a corrupção (OLIVEIRA, 2004, p. 150).

Outro importante trabalho, do professor José Marciano (MONTEIRO, 2018), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG),

intitulado *A política como negócio de família: para uma sociologia das elites e do poder político familiar*, mostra flagrantes semelhantes ao estudo de Ricardo Costa no Paraná. Em seu trabalho de tese, Marciano faz um recorte na história da Paraíba abrangendo o período de 1985 a 2015, a partir do entrelaçamento da política e do poder familiar. Ao evidenciar os efeitos desse vínculo, afirma:

É um fenômeno que coloca em xeque o próprio sentido e significado da palavra ‘república’, tendo em vista que os recursos do Estado são, em grande medida, drenados para poucos e privilegiados grupos que passam a se constituir e operacionalizar em configurações de castas, formando verdadeiras dinastias no poder, algo que é pouco republicano e menos ainda democrático. São famílias que controlam partidos políticos, mídias, atuam em tribunais de contas, tribunais de justiça, cartórios, e, por consequência, em instituições no mercado, operando em setores produtivos e improdutivos, atuando e investindo em bolsas de valores e movimentando vultosos recursos em capital financeiro (MONTEIRO, 2018).¹⁷

Para Oliveira:

Definimos rede política como uma conexão de interesses envolvendo empresários e cargos políticos no aparelho de Estado em diferentes poderes, no executivo, legislativo e no judiciário, e em outros espaços de poder em função de operações de mútuo benefício e ações político-financeiras articuladas na informalidade (OLIVEIRA, 2004, p. 150).

Ainda de acordo com Oliveira:

Nepotismo, clientelismo e diferentes artifícios são utilizados para as finalidades e resultados das redes políticas, que

17 Ascom UFCG, com informações da UEPB. 28.08.2018. Disponível em: www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=21161. Acesso em: 10 fev. 2021.

operam muitas vezes nos limites da legalidade e, por vezes, na ilegalidade. Redes políticas são de difícil visualização para o próprio ministério público, também passível de ser colonizado por redes políticas específicas. Podemos pesquisar em públicos diferentes redes políticas envolvendo parentes, amigos e assessores conectados em esquemas de poder. As redes mudam e transformam-se conforme as alterações da conjuntura e dos governantes. Apresentam múltiplos e diferentes esquemas para distintos governos e atores. No entanto, seguem certa continuidade e revezamento de longa duração, muitas vezes em algumas poucas famílias políticas, e incorporam sempre novos participantes a cada conjuntura, de modo que cada governo e cada legislatura têm novas e velhas conexões em constante formação e transformação (OLIVEIRA, 2004, p. 151).

A vivência dessa cultura política não se limita ao Paraná ou à Paraíba. Pernambuco, entre outros estados brasileiros, compartilha dessa característica que é uma marca da República. Seleccionamos alguns exemplos de famílias oligárquicas que se perpetuam em diferentes esferas de poder político local e/ou nacional, as quais serão descritas a seguir.

Os Corrêa de Oliveira

Os Corrêa de Oliveira se destacaram em Pernambuco no Poder Legislativo e no Poder Judiciário e entre as décadas de 1950 e 1960, conforme recorda Clóvis Corrêa de Oliveira Andrade Filho, ex-presidente do TRT e também vereador na Câmara Municipal do Recife. Além dele, há Clóvis Corrêa (pai) e o irmão Antônio Corrêa de Oliveira, também vereador na Câmara Municipal do Recife. Fábio Corrêa foi deputado federal, secretário de Segurança Pública, presidente da Assembleia Legislativa e conselheiro do Tribunal de Contas. É ainda possível mencionar outros membros, como Pedro Corrêa

(deputado federal), acusado de envolvimento na Lava Jato, e seu filho Fábio Corrêa Neto, deputado federal pelo Partido Progressistas (PP).¹⁸

Os Magalhães

Outra família que também faz história em Pernambuco há mais de meio século é a família Magalhães, originária de Serra Talhada, no sertão do Pajeú. Seu representante foi Agamenon Magalhães, eleito deputado estadual, deputado federal, ministro do Trabalho e da Justiça (Governo Getúlio Vargas), interventor e governador. Do mesmo tronco, destacam-se os irmãos, o genro Armando Monteiro Filho (ministro da Agricultura de João Goulart) e os sobrinhos Roberto Magalhães (ex-prefeito do Recife), secretário de Educação, vice-governador, governador e deputado federal, além do deputado federal Armando Monteiro Neto (neto de Agamenon). O prestígio da família teve seu auge no governo de Nilo Coelho, entre 1967 e 1971.

Os Coelho

Clã sertanejo que atua por décadas em Petrolina (PE), os Coelho são um misto de políticos e empresários. Sua base é a prefeitura, controlada há mais de um século. O destaque da família foi Nilo Coelho, sucessivamente deputado estadual, deputado federal, governador e senador. Participam da vida política ativamente seus irmãos e sobrinhos na Prefeitura de Petrolina, além das legislaturas de deputados estaduais e federais. O maior destaque é Fernando Bezerra Coelho (ex-deputado estadual, ex-secretário de Roberto Magalhães e de Miguel Arraes, ex-prefeito de Petrolina), atualmente ocupando

18 Dados retirados da Memória Virtual do TRT6, no site institucional. Os dados relacionados com as candidaturas estão disponíveis para consulta no site: <https://eleicoes.poder360.com.br/candidato/451662#2006>. Acesso em: 12 fev. 2021.

uma vaga no Senado, em sua 56ª legislatura.¹⁹ A presença da família na política começou com o pai de Nilo Coelho (coronel “Quelé”) e segue por gerações.

Os Guerra (do PSD)

Igualmente ilustre é a família Guerra, do ex-governador e ex-senador Paulo Pessoa Guerra, um dos coronéis do antigo Partido Socialista Democrático (PSD). Paulo Guerra foi deputado estadual, deputado federal, vice-governador (de Miguel Arraes), governador (quando Arraes foi deposto e preso) e senador. De sua numerosa família (13 filhos), destacam-se Joaquim Guerra (ex-deputado estadual e federal e ex-prefeito de Igarassu) e Paulo Guerra (ex-deputado estadual).

Os Ferreira Lima

Da Mata Norte, a família Ferreira Lima também fez história ao longo dos últimos 80 anos. O chefe do clã, doutor João Ferreira Lima, que era médico, foi prefeito e chefe político no município de Timbaúba. Seguido do seu filho, João Zito (João Ferreira Lima Filho), também prefeito de Timbaúba e depois de Aliança, depois de várias legislaturas como deputado estadual, foi presidente da Assembleia Legislativa. A extensa biografia aponta outros irmãos nas prefeituras de Timbaúba, Aliança e Bonito.

Os Cavalcanti

Segundo o historiador Couto, essa família descende de Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco (COUTO, 1997). Desse clã são os ex-governadores

19 Informação disponível em: www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5540. Acesso em: 12 fev. 2021.

José Francisco de Moura Cavalcanti e Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti (governador, ministro, prefeito, deputado federal, deputado constituinte, secretário de Estado). Joaquim Francisco ocupou diversos cargos em sua carreira política, que soma 45 anos. Seu primo, Moura Cavalcanti, foi presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ministro da Agricultura (Governo Médici) e governador no período militar.

Os Heráclio

Tradicional família de Limoeiro, que marcou época em Pernambuco. O chefe do clã era o coronel Chico Heráclio, liderança em Limoeiro e cidades circunvizinhas. Dois de seus filhos foram deputados: Heráclio do Rego (federal) e Francisco de Moraes Heráclio (estadual). A terceira e quarta gerações do velho Chico, seus netos Luiz e Maria Lúcia Heráclio, foram prefeitos de Limoeiro e de Bonito, respectivamente.

Os Moury Fernandes

Como afirmava o vereador Costa Júnior, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), rara foi a legislatura naquela Casa Legislativa de Pernambuco, nos últimos 50 anos, em que não estava presente pelo menos um representante de três famílias pernambucanas: os Corrêa de Oliveira, os Magalhães e os Moury Fernandes. Etelvino, o mais destacado da família, foi deputado federal, secretário de Segurança (considerado de linha dura), interventor, senador, governador e ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

Considerações finais

Poderíamos listar aqui uma infinidade de exemplos de famílias que dominam a cena e se perpetuam por décadas no cenário político local e nacional. Seus traços marcantes são a base conservadora e o

perfil elitista, patrimonialista, autoritário, conservador e escravista, que vão estar presentes na formação de alianças públicas, empresariais e com partidos do governo. Isso é relevante na medida em que esses líderes são proprietários de terras, atuam em defesa de seus interesses e da propriedade e, por meio de suas influências e da investidura nos cargos e candidaturas que ostentam, postulam a favor da “ordem autoritária”. Eles são a investidura do “poder e da ordem”, instituída em defesa da propriedade privada e se perpetuando pela força político-econômica e de seus currais eleitorais.

A influência das famílias atuando por décadas no cenário local e nacional imprime a ideia de permanência, um endosso às continuidades “seguras”. Num contexto em que as mudanças e o desconhecido nem sempre são previsíveis ou desejáveis, o poder se ancora nessas permanências e a noção de “ordem” como manutenção do *status quo* vigente ganha força. Ela se estabelece como materialização do poder autoritário, que também pode assumir a forma de múltiplos controles sutis, velados e poderosos. Essas famílias garantem que as estruturas sejam “imutáveis”.

Os exemplos de famílias que se perpetuam no poder em todo o Brasil reforçam a ideia de manutenção do *status quo* vigente. Trata-se de uma “solução de continuidade” para que a massa trabalhadora cumpra disciplinada seu papel produtivo e, especialmente no campo, não questione as condições insalubres e de extrema exploração a que é submetida. Essas famílias são mais uma garantia da “ordem vigente” e da “paz social”. Formavam na esfera privada, em conjunto com outros órgãos públicos (Dops, Judiciário e Legislativo etc.), controles que atuam paralelamente no manutenção da disciplina, voltados para os que ousem ultrapassar os limites estabelecidos. Assim é que manifestações, agitação e greves eram comumente taxadas de “comunismo”. As castas, clãs, grupos, coronéis ou oligarquias familiares são a garantia da “paz no campo” e de que nada interferirá na produção. Atuam via intervenção direta

ou por meio de suas influências no contexto sociopolítico local/nacional. E é na contramão dessa rede de poderes conexos que se insere a luta dos trabalhadores rurais – os quais, apesar de todos os desafios enfrentados, ainda dependem dos desígnios desses poderosos grupos para terem seus direitos garantidos.

Referências

CARNEIRO, Maria Luiza Tutti. *Livros proibidos, ideias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Cosmos, 1997.

MONTEIRO, José Marciano. *A política como negócio de família: para uma sociologia das elites e do poder político familiar*. João Pessoa: Editora LiberArs, 2018.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano 3: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *A construção do Paraná moderno: políticos e políticas no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: Seti, 2004.

PRESTES, Anita Leocadia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Consequência, 2014.

CAPÍTULO X

Crítica histórica

**O documento como aprendizagem
no debate historiográfico**

*Regina Beatriz Guimarães Neto*¹

Início as reflexões deste texto introduzindo algumas questões relevantes aos debates historiográficos contemporâneos, sobretudo quando fazemos referência à História e ao uso dos documentos. Uma das tarefas fundamentais é a análise dos documentos nos textos de História, não para ilustrar o tema abordado, mas para dialogar com eles, questioná-los e, por meio de deslocamentos analíticos, contribuir para uma nova compreensão dos eventos históricos e experiências sociais, bem como dos modos de atuação dos agentes sociais.

O ponto de partida para a crítica histórica, tendo em vista o diálogo com professores e estudantes,² especialmente em sala de aula,

1 Professora associada III. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), N2.

2 O debate atual sobre o ensino da história em muito contribui para uma visão crítica sobre as práticas em sala de aula. Ver: Cavalcanti (2021); do mesmo autor, as duas indicações seguintes: Cavalcanti (2018, p. 272-292; 2019). Ver também: Oliveira; Freitas (2014, p. 109-125); Rocha; Reznik; Magalhães (2017); Bittencourt

é a compreensão de que o documento não contém toda a memória e não tem com ela uma correspondência direta, como se fosse uma cópia dos acontecimentos e das experiências vividas. Há passagens e mediações significativas que se transformam; nem mesmo a memória é determinante da “verdade”. Certamente, os documentos, ao se constituírem em rastros e vestígios, com informações que se abrem a um leque de registros escritos, orais e visuais, passam a ser referência para a escrita da história. Segundo Paul Ricœur, em seu livro *A memória, a história, o esquecimento*, os procedimentos historiográficos devem ter em que conta que:

Para o historiador, o documento não está simplesmente dado, como a ideia de rastro deixado poderia sugerir. Ele é procurado e encontrado. Bem mais que isso, ele é circunscrito, e nesse sentido constituído, instituído documento, pelo questionamento (RICŒUR, 2007, p. 189).

Ao aliar o documento à elaboração de questões que têm a tarefa de formular perguntas, Ricœur relativiza a autonomia do documento, remetendo-o ao ofício do historiador. Proponho, nessa perspectiva metodológica, problematizar os seguintes aspectos:

1. A “realidade factual” e diversas informações tratadas, muitas vezes, como rastros e vestígios que trazem dados e referências sobre o passado longínquo ou recente. Diante de alguns dados ou de um conjunto de dados, é necessário elaborar um questionamento competente: perguntas devem ser feitas e as pesquisas se encarregarão de explorá-las e explicá-las, ou melhor, de elencar as inúmeras possibilidades sobre os dados ou registros descritos, até mesmo elaborar conjuntos de séries. Nessa análise, a configuração histórica na qual se encontram imbricados

(2004); Ferreira (2020); Ferreira; Franco (2008); Ferreira; Oliveira (2018); Paim; Ferreira; Nogueira (2020).

as informações e dados (suas bases históricas e conexões com fatores econômicos, culturais, sociais e políticos) deve ser estudada e ampliada. Os historiadores estudam o documento, em especial, trabalham os dados e informações apresentados, atuando na sua organização e distribuição, selecionando e operando recortes. Para o filósofo Michel Foucault,

O documento, pois, não é mais para a história essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e do qual apenas permanece o rastro: ela procura definir, no próprio tecido documental das unidades, conjuntos, séries e relações (FOUCAULT, 1972, p. 13-14).

Desse modo, a crítica do documento nos ensina a “fazer história” no campo da disciplina, orientados pela atualidade do saber por meio das novas regras, novas orientações e transformações metodológicas.

2. A noção de “evidência” deve ser problematizada e contraposta ao senso comum, desnaturalizando-a. As informações que constam no documento “funcionam” como pistas, uma espécie de “guia”, para inquirirmos sobre a noção de verdade, destituindo-a de seu aparato de “verdade única, “contra a ilusão de crer” (RICŒUR, 2007, p. 189), abrindo inúmeras possibilidades de análises. Tal procedimento implica destituir o documento de uma “essência universal”, global e neutra. O objetivo dessa abordagem é considerar as condições específicas, historicamente dispostas, que fazem com que o documento expresse as práticas sociais das quais emerge, em especial, a sua singularidade.
3. O conjunto documental do qual faz parte o documento, sua localização em acervos e arquivos, estabelece seu lugar social. Em geral, um documento faz parte de um conjunto de documentos que se relacionam uns com os outros e têm por base uma instituição de saber (RICŒUR, 2007, p. 177; CERTEAU, 1982, p. 81-83).

4. O documento não é “o começo e nem o fim” de uma análise histórica, ele é indiciário e testemunho (RICŒUR, 2007, p. 184-185). Nessa perspectiva, o documento é indicativo da singularidade histórica e das ações dos atores sociais envolvidos que tomam corpo na escrita, ou melhor, na narrativa histórica.

Testemunho histórico, documento e narrativa

Após assinalar esses pressupostos metodológicos para a análise do documento, mobilizam-se considerações críticas para levar em conta a interação dinâmica entre os diferentes documentos e as experiências sociais, assim como a recepção à pluralidade dos significados históricos e sua relação com a memória histórica.

Ao problematizar a memória histórica, proponho que nos dediquemos às implicações teóricas sobre o estatuto do testemunho, o que muito nos esclarece quanto ao uso do documento. Num primeiro momento, a relação entre memória e testemunho se configura como “testemunho-declaração” (estatuto fiduciário); num segundo, ao passar pela averiguação dos procedimentos historiográficos, assume a condição de “testemunho histórico” (estatuto indiciário). Segundo o filósofo Paul Ricœur, os testemunhos, como prova documental, que antes passaram pelo processo do arquivamento com as regras que lhes são próprias, deslocaram-se para sua condição de “documento”, configurados e organizados ou reunidos no arquivo como instituição técnica e lugar social. O testemunho, assim, em sua relação com a memória, está na origem do discurso histórico e tem empregos múltiplos, especialmente, o que propriamente nos interessa, na narrativa histórica (RICŒUR, 2007, p. 176-177), quando se dá o seu uso submetido aos critérios que o validam no campo da historiografia.

Desses traços tão significativos e compartilhados pelos documentos provém a indagação: como podemos abordar um documento ou um conjunto de documentos em sala de aula com estudantes

de graduação e, mesmo, estudantes do Ensino Médio? A palavra *documentum*, *i*, (*doceo*), que vem do latim, significa exemplo, modelo, lição, ensino, demonstração, prova (FERREIRA, 1991; HOUAISS; VILLAR, 2009). Como se pode depreender, a palavra está associada à aprendizagem, ao ensino e à prova. A aprendizagem parte de estímulos ao ato de conhecer, portanto serve ao conhecimento. Para Cícero, também “serve à virtude” (*virtutis documentum*), ou serve para vivermos melhor (BLOCH, 2001). O ensino é ato, relação, movimento; a noção de prova, na historiografia contemporânea, está relacionada com a aprendizagem e os procedimentos metodológicos que autorizam o uso dos documentos (historiadores são exploradores), e com o ensino (diálogo-questionamento), que se relacionam com a lição (transformação), a virtude (ética) e, sobretudo, remetem ao debate da veracidade do testemunho-documento. E o que é a veracidade para a historiografia? A confiabilidade que emana do testemunho?

Paul Ricœur aciona, para isso, o significado da “estrutura dialógica do testemunho”. Para que haja confiança,

Essa estrutura dialógica do testemunho ressalta de imediato sua dimensão fiduciária: a testemunha pede que lhe deem crédito. Ela não se limita a dizer: “Eu estava lá”, ela acrescenta: “Acreditem em mim.” A autenticação do testemunho só será então completa após a resposta em eco daquele que recebe o testemunho e o aceita; o testemunho, a partir desse instante, está não apenas certificado, ele está acreditado [...] Daí resulta o que se chama sua confiabilidade, cuja apreciação se deixa assimilar à ordem das grandezas intensivas e comparadas (RICŒUR, 2007, p. 173).

É necessário, nessa perspectiva, que se constitua uma rede de interlocutores – e o espaço público o oferece – para que as informações ganhem reconhecimento autorizado entre aqueles que participam da produção do conhecimento. Dessa forma, a confiabilidade que atesta a legitimidade do documento deixou de ser apenas uma

“autenticação” da verdade. Depende de múltiplos fatores, e o principal é o diálogo competente com os seus pares, ou seja, entre aqueles que também pesquisam e estudam os temas propostos, compartilhados e investigados. Tal procedimento implica afastarmo-nos de esquemas que colocam os documentos fora do campo histórico. O interesse primordial, nesse caso, aparece comprometido com os documentos associados às experiências históricas singulares, não como reflexos dessas experiências, mas inseridos nas práticas, com poder de deslocar significados dados e alterar ou desestabilizar a ordem das coisas e discursos.

Assim, nesse movimento interativo e de produção de significados, os documentos constituem a base para escrever a história. Nesse sentido, os arquivos abrem múltiplas possibilidades ao estudo da história e da memória, na trilha aberta por autores como Michel Foucault (1972), Michel de Certeau (1982) e Paul Ricœur (2007).

Relacionar um documento a um lugar social e analisá-lo com base nos pressupostos aqui delineados constituem a tarefa principal de uma epistemologia do conhecimento histórico. Entretanto, o documento tem um outro destino mais rico e curioso, ele permite que se narrem histórias. Historiadores e historiadoras somente podem “dar vida” aos documentos se com eles for possível dar presença aos diversos passados por meio das histórias contadas.

Em seu livro *A memória, a história, o esquecimento* (RICŒUR, 2007), na parte em que analisa a história/epistemologia, Ricœur, particularmente no capítulo sobre a “representação historiadora”, expõe categoricamente a sua tese central: “[...] a história é uma escrita, de uma ponta a outra: dos arquivos aos textos dos historiadores, escritos, publicados, dados a ler” (RICŒUR, 2007, p. 247). O livro de história, nessa perspectiva, é o resultado do trabalho de pesquisa com base na análise dos documentos (provocando deslocamentos imprescindíveis); em leituras e análises bibliográficas; e na atividade da escrita, que implica elaborar explicações/compreensões

dos eventos e estruturas na tessitura da trama narrativa (RICŒUR, 2007, p. 247-250).

O livro, nessa perspectiva, contém os rastros ou vestígios de um “fazer história”, que assinala a importância da contribuição de Michel de Certeau no que se refere à “operação historiográfica” (CERTEAU, 1982). Para esse autor, deve-se estar atento às relações que se estabelecem entre “um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), os procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)” (CERTEAU, 1982, p. 66). Essa combinação de um “lugar socioinstitucional da produção do discurso” (onde, para quem e sob quais condições se produz), de “práticas científicas” (regras que devem ser observadas no campo da história) e de “uma escrita” (a narrativa histórica) permite explorar a produção do texto de história, em que as análises desenvolvidas não se apresentam exteriores aos temas das pesquisas, mas são constitutivas delas.

Processos trabalhistas: uma prática de pesquisa

A produção historiográfica que utiliza processos trabalhistas é cada vez maior a partir dos anos 1970. Inúmeros são os trabalhos de excelência.³ Há nesta área de estudo uma parte significativa da história do direito e da justiça no país. É preciso situar o grande interesse que os processos trabalhistas suscitam como fonte documental para a História, bem como destacar a criação de vários arquivos e centros de memória com processos trabalhistas,⁴ que muito têm

3 Destaco, entre outros, na produção recente, o livro organizado por Gomes; Silva (2013); Chalhoub (2005), Araújo (2021); Raposo (2013) Montenegro *et al.* (2011); Dabat; Rogers (2017, p. 219-243); Dabat (2012; 2014); Pereira (2017); Porfírio (2016; 2020).

4 A preservação dos processos da Justiça do Trabalho no Brasil, resultado de mobilizações por parte de historiadores e juizes do trabalho, é de suma importância, contando, ainda, com o auxílio de arquivistas. Para abreviar-me, apenas citarei três: o Laboratório de História e Memória do Tribunal Regional do Trabalho (TRT)

sido decisivos para estimular pesquisas sobre o tema do trabalho e das relações trabalhistas no Brasil. Nas abordagens historiográficas, a temática sobre as relações de trabalho apresenta, portanto, atualizações e pontos de vista inovadores, além de levar em consideração a historicidade das categorias trabalho e trabalhador sob diversos ângulos e modalidades (GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018).

Nessa trilha, as reflexões e análises acerca das experiências dos(as) trabalhadores(as), especialmente trabalhadores(as) rurais, em diferentes espacialidades e temporalidades, se somam ao aporte teórico dos estudos sobre o trabalho no mundo contemporâneo, sobretudo ao questionarem as mudanças e a diversidade dos conceitos e categorias com os quais designamos os(as) trabalhadores(as) em suas múltiplas atividades. Conceitos e categorias não têm sentido imóvel, universal, significações únicas. Transformam-se continuamente e contemplam as práticas sociais onde se constituem (GUIMARÃES NETO, 2011). Sem dúvida, para a compreensão da complexidade social do trabalho, é necessário desconstruir representações instituintes de evidências e realizar deslocamentos analíticos, sobretudo, acerca da condição situacional das práticas de trabalho.

Como desdobramento desse aspecto, as reflexões sobre a metodologia e a documentação histórica sinalizam a importância do gesto dos historiadores em constituir o *corpus* documental com o qual se irá trabalhar. De acordo com a especificidade dos documentos, encontra-se aí a primeira grande aprendizagem, que reflete sobre os procedimentos decisivos para realizar o trabalho de pesquisa no campo da História. O método crítico requer a análise da historicidade filológica “do que é dito” e questionar as palavras

da 6ª Região (Lahm), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Departamento de História; o Memorial da Justiça do Trabalho – TRT – Pernambuco; o Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul; o Centro de Memória, Arquivo e Cultura do TRT da 15ª Região, Campinas (SP); e o Centro de Memória da Justiça do Trabalho de Minas Gerais.

com as quais as coisas são ditas. Pois, segundo Walter Benjamin, não se deve “nunca considerar os teores materiais (*Sachgehalte*) independentemente das palavras que os exprimem” (GAGNEBIN, 2009, p. 144). No livro *Passagens* (BENJAMIN, 2006), Walter Benjamin reflete sobre a produção do conhecimento, operação na qual defende, além da historicidade filológica, como explicita Gagnebin, em seu importante ensaio (GAGNEBIN, 2009, p. 144-145), “uma historicidade mais epistemológica, uma historicidade da enunciação, isto é, uma reflexão sobre o lugar e o tempo do historiador presente e sobre sua relação com o tempo e o lugar do seu objeto”. Nos termos de Walter Benjamin (2006), citado por Gagnebin: “Dar a ver no tempo no qual nasceram, o tempo que as conhece – isto é, o nosso” (GAGNEBIN, 2009, p. 144-145). Condição necessária para uma análise que estabeleça metodologicamente as diferenças entre “o discurso de quem analisa” e o “objeto” estudado, e, além disso, apresenta-se como uma maneira de adentrar o universo narrativo dos testemunhos históricos, observando sua historicidade. Por outro lado, as possibilidades de atualização do passado no presente só ocorrem quando a memória passada adquire legibilidade no presente. Assim, importa problematizar a reflexão sobre o lugar e o tempo do historiador e sua relação com o lugar e o tempo daqueles que testemunharam, procedimento que institui para a História um lugar de permanente mediação crítica. Não se pode falar irrefletidamente do passado, em suas várias dimensões, segundo Gagnebin (2009), é preciso saber o que interrogar, não esquecendo que o tempo que conhece o passado é o “nosso tempo”, com seus problemas, seus traumas, suas expectativas.

O “nosso tempo” presente estabelece diversas formas de relação com o passado (BENJAMIN, 2006; CHARTIER, 2007), estreitando vínculos vitais por meio de relações que nos autorizam a fazer a história do

passado em termos do presente. Nessa perspectiva, o ensino da História deve aproximar-nos de instrumentais teóricos que contribuam para refletir sobre as práticas culturais e políticas que formam a sociedade da qual fazemos parte.

A orientação contemporânea é a de se voltar para os temas e problemas que mais aguçam o interesse de nossas pesquisas e, também, para questões que estão a pautar nossas indagações sobre certas práticas econômicas, culturais e políticas que emergem com força suficiente para se tornarem dominantes. Para isso, as incursões em diversos arquivos que guardam todo tipo de documento são a base para o conhecimento histórico.

Os processos trabalhistas na história do Brasil são fontes documentais de inestimável valor para que com eles possamos adentrar universos sociais a que, de outro modo, não teríamos acesso. Os processos de escravos reivindicando sua liberdade foram muito explorados por historiadoras e historiadores, e contribuíram para uma história e memória da escravidão no Brasil (CARVALHO, 2008; REIS; GOMES; CARVALHO, 2010). Graças às ações cíveis, conhecemos tipos de alforrias, práticas escravagistas e práticas de resistência de escravos e escravas, informações da cultura material, significados simbólicos de linguagens e tantos outros vestígios.

Já para os processos trabalhistas – que têm como referência temporal a segunda metade do século xx e espacial a zona açucareira de Pernambuco, e compõem o conjunto das fontes documentais sob a guarda do Lahm –, há também outros desafios. As declarações, tanto de empregadores – senhores proprietários – ou de seus prepostos quanto dos trabalhadores da cana, são testemunhos valiosos do “trabalho livre”; no entanto, essa categoria representa trabalhadores profundamente presos às correntes do trabalho servil. Eles vivenciam condições de extrema exploração e desumanização, predominando o analfabetismo. Em grande parte dos documentos os

trabalhadores imprimiam o polegar. Esse é um dos legados escravagistas da zona canavieira de Pernambuco.⁵

Há uma ação trabalhista em que um trabalhador, Pedro Ferreira da Hora, ajudante e menor de idade, reclama contra Antônio Barboza Figueiredo. O trabalhador alega que foi demitido injustamente, sem receber seus direitos. A Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Jaboatão propôs a conciliação, que foi aceita tanto pelo trabalhador quanto pelo empregador. O registro da audiência aparece nos seguintes termos:

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Jaboatão [...], tendo comparecido o reclamante, [...] representado pelo genitor Otacílio Ferreira da Hora, [...] depois de ouvidos, na forma da lei, foi pelo Sr. Presidente proposta conciliação, e tendo os litigantes entrado em acordo, [...], o reclamado paga ao reclamante a importância de nCr\$ 100,00 no presente ato, dando mais uma cama seminova, uma roupa e um sapato. O reclamante, representado pelo seu genitor, [...] declarou que aceitava a importância e os objetos acima mencionados dando plena, geral e irrevogável quitação [...].⁶

O pressuposto é o de que o trabalhador não tinha calçado e andava descalço. Na mesma linha, não tinha, também, uma cama. E a roupa que ele pede certamente devia ser para substituir um vestuário extremamente inadequado, maltrapilho? Talvez. A expectativa

5 A minha referência para leitura e seleção de alguns processos trabalhistas – documentos das décadas de 1960/1970/1980 – é sua relevância para o tema da exploração do trabalho que se aproxima da noção de “servidão”. São aspectos como endividamento compulsório nos barracões das fazendas/engenhos/usinas de açúcar, o uso de “vales brancos”, que também só poderiam ser utilizados em barracões “autorizados” e substituíam o pagamento em espécie, entre vários outros mecanismos de exploração dos trabalhadores. Arquivo do Lahm, Departamento de História/CFCH/UFPE.

6 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. Processo Trabalhista no 1053/68. Acervo pertencente ao Arquivo Lahm.

do calçado pelo menor demonstra a completa precariedade dos trabalhadores, quando ocorre que as palhas da cana-de-açúcar cortam e machucam a pele dos trabalhadores, além de os caminhos, em várias áreas, serem pedregosos. Há fotos de pobres casebres em áreas de litígio, em que as pessoas aparecem pobremente vestidas, imagens que o historiador Pablo Porfírio (2016; 2020) fez questão de analisar. Além desses vestígios materiais, que expõem a vulnerabilidade das condições de vida dos trabalhadores rurais da zona canavieira (DABAT; ROGERS, 2017; DABAT, 2012; 2014), o processo trabalhista se refere à identidade do trabalhador como um “menor”, situação flagrada em vários processos. Assim, as situações precárias que envolvem os trabalhadores rurais tornam a vida miserável e a extensão da vulnerabilidade atinge grupos de pessoas e indivíduos, afetando direitos básicos como trabalho, moradia e alimentação (DABAT, 2012).

Ao cruzarmos as informações de um documento com outros documentos, o que muito enriquece as análises, também teremos testemunhos de trabalhadores que não recebem o pagamento em espécie, sendo bastante denunciados os famosos “vales brancos”, em que os patrões obrigam os trabalhadores a receberem parte do salário em mercadorias e, até mesmo, todo o valor do salário, o que era considerado ilegal (ARAÚJO, 2021). Vejamos o Processo JCJ – Palmares 208/70:

Reclamante: Maria Evangelina de Menezes

Reclamada: Usina Santa Terezinha

Objetivo da ação: 13º salário, férias, indenização dobrada, pagamento com vales brancos e Gabões.

Juiz(a): Fernando Cabral de Andrade

Maria Evangelista de Menezes, brasileira, solteira, professora, residente no Engenho Belo Horizonte, reclama contra a Usina Santa Terezinha S/A. Alega que a reclamada tem o “costume” de pagar seus

vencimentos com “Vale Branco” ou “Gabões”,⁷ o que, segundo a reclamante, é uma forma de rescisão contratual.

A reclamação foi conciliada. Ouvidas as testemunhas, a Junta decidiu pela procedência da reclamação.

Para completar esse quadro, há vários casos de contabilização das contas, do que se deve pagar aos trabalhadores, que utilizam diversos artifícios para negar o trabalho efetivamente realizado (ARAÚJO, 2021). Diante disso, é pertinente refletir que essas experiências das diversas formas de exploração agravam as condições de vida (RAPOSO, 2013). Assim, os conceitos de precarização e vulnerabilidade têm como referência os estudos políticos e filosóficos de Judith Butler (2004; 2018), pois a vulnerabilidade é determinada cada vez mais pelas condições precárias, produzidas pela exploração do trabalho e sem a observância mínima aos direitos humanos. Resta lembrar que é a região dos ricos senhores de engenho, que prolongam sua história de práticas escravistas, agora sob outras condições históricas (ROGERS; DABAT, 2014).

Ler e analisar esses documentos impõem outras tarefas complexas de análise documental. Tanto do ponto de vista jurídico quanto histórico, o trabalho de pesquisa requer uma contínua aprendizagem da linguagem utilizada, p.ex., como aparece no processo citado a palavra “reclamante” (aquele que reivindica seu direito) e “reclamado” (de quem se exige o pagamento). Por outro lado, além das palavras, há categorias sociais que exigem operar uma história dos conceitos, segundo a metodologia de Reinhart Koselleck (2006).

7 A palavra “gabão”, segundo o *Dicionário do açúcar*, escrito por Nelson Barbalho (1984), tem como referência a adoção de uma prática que funcionou na zona açucareira do Nordeste, em especial Pernambuco, nas usinas de açúcar de proprietários rurais com maior poder político: “GABÃO – Espécie de moeda que circula, em tempo de crise econômico-financeira, dentro dos limites de algumas usinas de açúcar nordestinas, fazendo as vezes do dinheiro legal, tendo valores diversos e sendo aceita para a aquisição de mantimento nos barracões respectivos”. Barbalho (1984, p. 225).

Compreender um tempo, uma prática social, uma linguagem significa também tomar o documento como indício e testemunho, nisso reside o seu valor historiográfico. Segundo Paul Ricœur: “O indício é referenciado e decifrado; o testemunho é dado e criticado” (RICŒUR, 2007, p. 185); a partir dessa interpenetração metodológica o documento oferece múltiplas possibilidades de análise.

Talvez seja nesse universo de aprendizagem que podemos debater com os estudantes a importância e o significado dos documentos históricos. Torná-los mais próximos ao contato, aprender a ler um documento, refletir sobre a linguagem e as práticas sociais e políticas, chegar a construir uma análise em que os agentes sociais têm nome e, também, lutam pelos seus direitos.

Esses pequenos processos iluminam algumas práticas em relação aos trabalhadores da cana em Pernambuco e, também, permitem compreender aspectos da história da exploração dos trabalhadores e contar uma história. Vivemos “tempos difíceis”, nunca foi tão importante estarmos atentos ao que ocorre com as relações de trabalho e as práticas violentas de exploração, racismo e miséria. Cada vez mais e mais a desigualdade torna-se central na história do Brasil.

Referências

ARAÚJO, Joana Maria Lucena de. *Trabalhadores rurais e a justiça do trabalho: a luta por direitos através dos processos trabalhistas da junta de conciliação e julgamento de Nazaré da Mata (1963-1979)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

BARBALHO, Nelson. *Dicionário do açúcar*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1984.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização da edição brasileira de Willi Bolle; colaboração na organização da edição brasileira

de Olgária Chain F. Matos. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria F. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Precarious life: the powers of mourning and violence*. Londres; Nova York: Verso, 2004.

CARVALHO, Marcus Joaquim. *Liberdade: rotinas e rupturas do escrivismo, Recife 1822-1850*. Recife: Editora Universitária-UFPE, 2008.

CAVALCANTI, Erinaldo V. La enseñanza de la historia y los libros de texto: producción, posibilidades y desafíos para la formación del profesorado. *Debates por la Historia*, v. 9, p. 23-53, 2021.

CAVALCANTI, Erinaldo V. História, livro didático e formação docente: produção, limites e possibilidades. *Revista Antíteses*, v. 11, p. 520, 2019.

CAVALCANTI, Erinaldo V. História e história local: desafios, limites e possibilidades. *Revista História Hoje*, v. 7, p. 272-292, 2018.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de.. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1982. p. 65-115.

CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da história, o direito à memória e os arquivos judiciais. In: CURSO de Formações de Multiplicadores em “Políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul”. Porto Alegre, 2005.

CHARTIER, Roger. El pasado en el presente. Literatura, memoria e historia. *Historia, Antropología y Fuentes Orales* (Revista Semestral del Seminario de Historia Oral del Departamento de Historia Contemporánea de la Universidad de Barcelona, Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona y Universidad de Granada Barcelona), Asociación Historia y Fuente Oral/Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona y Editorial Universidad de Granada, n. 37, p. 127-140, 2007.

DABAT, C. Rufino. É a parte que te cabe deste latifúndio?: acesso precário e limitado a terra para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco. *Tempos Históricos*, v. 18, p. 191-216, 2014.

DABAT, C. Rufino. Moradores de engenho. Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2. ed. Recife: EDUFPE, 2012. v. 1.

DABAT, C. Rufino; ROGERS, T. D. Sugarcane workers in search of justice: rural labour through the lens of the state. *International Review of Social History*, v. 62, p. 219-243, 2017.

FERREIRA, António Gomes. *Dicionário de latim-português*. Porto: Porto, 1991.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Universidade e ensino de história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 79-93, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de (org.). *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Petrópolis, RJ: Vozes; Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1972.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Estética e experiência histórica. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (org.). *Pensamento alemão no século xx: grandes protagonistas e recepção no Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. v. 1.

GOMES, Angela; GUIMARÃES NETO, Regina B. *Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018.

GOMES, Angela; SILVA, Fernando Teixeira da (org.). *A justiça do trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

GUIMARÃES NETO, Regina B. História, trabalho e política de colonização no Brasil contemporâneo: discursos e práticas. In: MONTENEGRO, Antonio *et al.* *História, cultura, trabalho: desafios da contemporaneidade*. Amazônia. Recife: Editora Universitária, 2011. p. 85-129.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MONTENEGRO, Antonio *et al.* *História, cultura, trabalho: desafios da contemporaneidade*. Recife: Editora Universitária, 2011.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. A formação do profissional de história na contemporaneidade. *Mouseion* (UniLasalle), n. 19, p. 109-125, 2014.

PAIM, José Henrique; FERREIRA, Marieta de Moraes; NOGUEIRA, Jaana Fernandes (org.). *O novo ensino médio e os itinerários formativos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2020. v. 1.

PEREIRA, Clarisse dos Santos. Precarização e resistência: a vida dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas – Zona da Mata de Pernambuco/Goiana (1979-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de A. Histórias, fotografias e trabalhadores do Brasil. In: PEREZ, Rodrigo; PINHA, Daniel (org.). *Tempos de crise: ensaios de história política*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. v. 1, p. 93-124.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de A. O tal de Natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses. Pernambuco, 1963. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 745-766, 2016.

RAPOSO, Crithiane L. Andrade T. *Histórias, justiça e relações de trabalho na zona da Mata de Pernambuco*. Espaços e possibilidades de reivindicações e lutas por direitos (1979-1985). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

REIS, João José; GOMES, Flávio. S.; CARVALHO, Marcus J. M. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822 – c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2017.

ROGERS, Thomas D.; DABAT, Christine Rufino. Uma peculiaridade do trabalho nesta região? A voz dos trabalhadores nos arquivos da Justiça do Trabalho na Universidade Federal de Pernambuco. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 6, p. 327-342, 2014.

CAPÍTULO XI

Entre a cruz e a enxada

A participação de protestantes na Liga Camponesa em Goiana, Pernambuco

*Márcio Ananias Ferreira Vilela*¹

*Arthur Victor Barros*²

A história do protestantismo no Brasil ainda é um campo fértil de discussões. Em geral, as análises se resumem à formação e consolidação desse segmento religioso no país, embora muitas vezes essas análises sejam feitas por escritores comprometidos com suas denominações, sem possuir, portanto, caráter historiográfico. Nos últimos anos, um número significativo de pesquisas feitas por historiadores aprofundou as análises e deslocou o foco para as ações de sujeitos marginalizados e esquecidos pelas instituições protestantes. A história da Igreja se transformou na história e trajetória de líderes, pastores

- 1 Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Colégio de Aplicação (CAp) da UFPE e atualmente diretor da Coordenadoria do Ensino de Ciências do Nordeste (Cecine).
- 2 Doutorando pelo PPGH da UFPE sob orientação da professora doutora Christine Dabat e coorientação do professor Thomas D. Rogers (Emory University). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

e membros que atuavam em movimentos sociais, muitos dos quais contrários às doutrinas protestantes. Este texto, portanto, tem como objetivo apresentar uma discussão sobre as experiências protestantes nas Ligas Camponesas em Pernambuco, em especial no município de Goiana entre os anos finais da década de 1950 e início de 1960.

As experiências foram registradas nos arquivos policiais produzidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de Pernambuco. A partir da investigação inicial realizada por agentes policiais sobre os incêndios nos canaviais em Goiana, município de Pernambuco, foi possível reconstituir uma complexa rede onde protestantes eram acusados de serem “agentes do comunismo” infiltrados no campo, a “serviço de um credo vermelho”.

Nossas evidências iniciais estão ligadas a um relatório de ocorrências observadas nesse município, do dia 30 de outubro a 30 de novembro de 1959, que compõe o Prontuário Funcional nº 05368, das Ligas Camponesas de Goiana, disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).³ A existência desse documento permitiu aprofundar nossa análise e descobrir elementos que aprofundam o debate sobre o protestantismo no Brasil e suas implicações na sociedade.

Para demonstrar a existência dessa rede, assim como sua complexidade e participação de seus elementos como sujeitos históricos, o presente trabalho está dividido em três tópicos. No primeiro será apresentado o contexto histórico e social de Pernambuco durante a década de 1950, período marcado por intensas mobilizações no meio rural. Nesse caso, o cenário que possibilitou a formação e o desenvolvimento das Ligas Camponesas, em especial no município de Goiana. O início dos incêndios nos canaviais nessa cidade pernambucana colocou em evidência os acontecimentos, transformando a cidade num centro

3 Esses e outros documentos podem ser consultados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian). Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

de vigilância por parte das autoridades policiais. Mais além, as investigações policiais revelam o que seria uma nova modalidade de infiltração, praticada a partir de ações das igrejas protestantes. No segundo tópico serão apresentadas considerações a respeito do Evangelho Social, ou o “credo vermelho”, uma discussão presente entre os protestantes considerados progressistas. O Evangelho Social foi utilizado como justificativa para tal infiltração, o que se deveu à interpretação equivocada sobre as ações críticas dos protestantes em relação ao meio social em que estavam inseridos. No último tópico serão apresentados elementos viabilizadores, retomando o debate sobre o protestantismo no Brasil, acrescentando-lhes o curso de nossa investigação nessa grande discussão. Os exemplos amplamente conhecidos e analisados pela historiografia encontram agora mais evidências sobre a participação dos protestantes nos movimentos sociais que agitaram o Brasil no período que vai até o Golpe Civil-Militar de 1964. E, por fim, uma observação sobre os documentos trabalhados. Um olhar crítico fundamental para não se deixar contaminar por discursos amplamente anticomunistas que, ao mesmo tempo, estiveram atrelados a práticas reforçadoras da desigualdade social. Logo, é esperado que interesses políticos e posicionamentos expressos na documentação não sejam negligenciados (ABREU E LIMA, 2012), sentido a partir do qual a análise da documentação foi, portanto, conduzida, de modo a tornar possível identificar e questionar os condicionamentos políticos e ideológicos da fonte (MELO, 2014, p. 164).

Incêndios nos canaviais e formação das Ligas Camponesas em Goiana

O município de Goiana está localizado na Zona da Mata Norte, distante 62km da cidade do Recife.⁴ Historicamente, a produção de

4 Até o ano de 2018, a cidade de Goiana pertencia à Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco. Nesse mesmo ano, o plenário da Assembleia Legislativa do

cana-de-açúcar é a principal atividade econômica da região, o que gera a maior parte da renda e emprego. Ao mesmo tempo, a relação de exploração do trabalho presente na agroindústria açucareira desenvolveu um clima de intensa mobilização social, em especial a partir da segunda metade da década de 1950. Trabalhadores rurais se mobilizaram em torno das Ligas Camponesas e sindicatos rurais cujo bem comum foi a busca por melhores condições de vida e trabalho.

As mobilizações dos trabalhadores rurais em Pernambuco atingiram novo patamar a partir de 1955. Nesse ano foi fundada, no município da Vitória de Santo Antão, distante 55km do Recife, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), sob responsabilidade de Zezé da Galileia, seu primeiro presidente. A organização dos trabalhadores rurais em torno dessa Sociedade está assentada nas duras condições de vida e trabalho às quais estavam submetidos os moradores do Engenho Galileia, propriedade pertencente a Oscar Beltrão. Impossibilitados até mesmo de enterrar seus mortos em caixão próprio,⁵ a organização da Sociedade permitiu aos moradores do engenho promover uma assistência mínima por meio da compra e distribuição de sementes, empréstimos em dinheiro para pagamentos de dívidas, campanha de alfabetização com a contratação de professores e o estabelecimento de um serviço funerário, possibilitando um enterro digno aos mortos (PAGE, 1972, p. 53).

Inicialmente Beltrão foi tolerante ao movimento, o que lhe rendeu até mesmo o cargo de presidente honorário da SAPPP (PAGE,

Estado de Pernambuco (Alepe) aprovou o Projeto de Lei que incluiu o município na Região Metropolitana do Recife. No entanto, no dia 3 de março de 2020, esse mesmo plenário votou em primeiro turno o Projeto de Lei que oficializou o retorno do município à Mata Norte (RETORNO DE GOIANA PARA A ZONA DA MATA NORTE É APROVADO NA ALEPE, 2020).

- 5 Nessa época, os familiares recorriam ao caixão público oferecido pela Prefeitura da Vitória de Santo Antão. Antes de ser enterrado, o corpo era retirado e o caixão devolvido aos responsáveis. Para maiores informações, ver: Castro (1975); Porfírio (2009); Montenegro (2010); Page (1972).

1972, p. 53). Para ele, a organização dos trabalhadores garantiria o pagamento dos atrasados, tanto do cambão⁶ quanto das dívidas contraídas pelos moradores no barracão do engenho. Seguindo a perspectiva dos moradores, é possível apontar para a organização dos trabalhadores em torno de uma sociedade que fizesse frente aos problemas a que estavam submetidos, independentemente da boa vontade do patrão. Conforme o historiador Antonio Torres Montenegro (2010, p. 79), “os trabalhadores, ao fundar uma sociedade beneficente, procuravam institucionalizar uma prática de cooperação com que pudessem melhor enfrentar os problemas de doença, da morte e mesmo paralelamente saldar os débitos com o proprietário”. O entusiasmo dessa relação foi rapidamente desfeito quando, alertado por outros latifundiários sobre a possível “infiltração comunista” no local, Oscar Beltrão, agindo contra a SAPP, decidiu expulsar os moradores do engenho. Nesse momento, as reivindicações dos Galileus, assim chamados pelo jornalista Antônio Callado (1960), ganharam ampla dimensão, pois contaram com o apoio de Francisco Julião, advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

A presença de Francisco Julião na liderança da Sociedade desenvolveu-se com intensa visibilidade tanto no âmbito nacional quanto internacional.⁷ A SAPP ampliou suas atividades alcançando outros trabalhadores rurais submetidos à exploração dos latifundiários e

6 O cambão era uma espécie de imposto pago pelos foreiros por meio de dias de trabalho sem remuneração. Com o cambão, o proprietário mantinha uma relação servil, sem perder o direito sobre suas propriedades. Dessa forma, os proprietários exerciam considerável poder sobre os explorados sem assumir uma relação de trabalho. O não pagamento dessa prática resultava no despejo, situação muito comum vivenciada pelos camponeses.

7 Nacionalmente, as atividades das Ligas Camponesas foram retratadas nas páginas policiais dos principais jornais do Brasil. A existência desse movimento no Brasil era interpretada como uma “organização comunista”, responsável por “subverter a população rural”. Ao mesmo tempo, a retórica anticomunista era o reflexo das orientações oriundas do State Department norte-americano, que

usineiros. Inicialmente, a SAPP foi resultado de mobilização restrita ao Engenho Galileia; com o crescimento de suas atividades, ela tornou-se o movimento de maior mobilização política e social do Brasil Republicano, as Ligas Camponesas.⁸ Rapidamente, as Ligas alcançaram vários municípios não só em Pernambuco mas também em outros estados do Nordeste.⁹ A situação se intensificou em 1959, quando o plenário da Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou o projeto de desapropriação do Engenho Galileia, sancionado posteriormente pelo governador Cid Sampaio (PORFÍRIO, 2009, p. 44). Tal medida representou uma vitória para os trabalhadores rurais assim como despontou a mobilização por uma “reforma agrária na lei ou na marra” e contra a condição de exploração e miséria a que estavam submetidos.

Também em março de 1959 foi estabelecida a sede das Ligas Camponesas em Goiana, sob responsabilidade do alfaiate Alderico Alves de Vasconcelos (“LIGA CAMPONESA” AMEAÇA PARALISAR A PRODUÇÃO AÇUCAREIRA EM GOIANA, 1959, p. 5). Em abril de 1959, Alderico Alves foi conduzido à Delegacia de Polícia para prestar depoimento sobre seu envolvimento com as Ligas. Sua imagem foi retratada como “elemento agitador dos mais ativos” (“LIGA CAMPONESA” AMEAÇA PARALISAR A PRODUÇÃO AÇUCAREIRA EM GOIANA, 1959, p. 5). No depoimento,

enxergava as Ligas como uma operação de Moscou no Nordeste do Brasil. Para maiores discussões sobre o assunto, ver Montenegro (2010, p. 79).

- 8 As Ligas Camponesas não foram fundadas originalmente por Francisco Julião. Trata-se de uma forma de mobilização e organização dos trabalhadores rurais utilizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre os anos de 1945 a 1947, quando a repressão desencadeada ao PCB após a cassação do registro eleitoral em 1947 provocou a desmobilização das Ligas. Posteriormente, as Ligas ressurgiram ligadas ao movimento liderado por Francisco Julião, identidade atribuída ao movimento graças à atuação da imprensa de Pernambuco na tentativa de criminalizá-lo.
- 9 Podemos citar como exemplo a fundação, em 1959, da Liga Camponesa em Sapé, Paraíba, pelo líder camponês João Pedro Teixeira, uma das maiores expressões do movimento fora de Pernambuco.

declarou saber da existência de “uma sociedade denominada Agro Pecuária [sic] dos Plantadores de Pernambuco”, além do que “já frequentou a mencionada sociedade”, compreendendo que “a dita sociedade se encarrega de defender o caso dos operários, como seja: salários, direitos e reivindicações dos direitos negados aos mesmos operários”, embora declare também que “não sabe quais os estatutos da mesma” e “que não é membro da mencionada sociedade”.¹⁰ Os investigadores policiais procuravam imputar a Alderico a responsabilidade de atear fogo aos canaviais pertencentes à Companhia Açucareira de Goiana. A investigação é parte do relatório da polícia datado de 13 de novembro de 1959 e nos oferece uma descrição da situação:

No dia quatro (4) do corrente mês, fomos procurados por um dos dirigentes da Companhia Açucareira de Goiana (proprietária da Uzina [sic] N. S. das Maravilhas e de vários engenhos) o qual nos relatou a ocorrência de incêndios em canaviais pertencentes àquela Companhia.

Apurando o fato, verificamos o seguinte: no dia 30 de novembro, dizemos, de outubro próximo findo irrompeu um incêndio de proporções consideráveis, nos canaviais do engenho Goiana Grande para, daquele dia em diante [sic] se verificarem outros sinistros revestidos de características tais que nos permitem afirmar terem sido provocados propositalmente uma vez que, dado [sic] a situação topográfica e de trabalho nos canaviais atingidos e ainda ao volume de cana queimada, podemos seguramente afastar a hipótese de causalidade.

Afora o primeiro, outros incêndios, como já dissemos, foram alvo da ação criminoso dos incendiários. Ditos engenhos foram: Boa Vista (1 incêndio), Jacaré (2 incêndios) e

¹⁰ *Termo de Declaração da Delegacia Auxiliar de Goiana em 31 de abril de 1959.* Prontuário Individual no 13624, Alderico Alves de Vasconcelos, Departamento de Ordem Política e Social (Dops/PE). Disponível no Apeje.

novamente Goiana Grande (2 incêndios), apresentando uma estimativa de 1.500 toneladas de cana queimada.¹¹

Há aqui uma descrição sobre a possível atividade de “líderes comunistas” em Goiana, assistidos por “dirigentes exponenciais das Ligas Camponesas”,¹² embora não seja possível identificar os possíveis responsáveis pelas ações.¹³ Apesar da imprecisão dos detalhes, Alderico Alves e Eulálio Ribeiro, pescador, foram apontados na investigação policial como possíveis participantes da liderança nas ações incendiárias que atingiram os canaviais em questão:

Com o auxílio da Delegacia Auxiliar, através de dois investigadores postos à nossa disposição, estamos promovendo investigações no campo e na cidade, principalmente sobre os seguintes indivíduos por nós anotados [...] participantes ou pelo menos simpatizantes das Ligas Camponesas:

Na cidade: Alderico Alves Vasconcelos e Eulálio Ribeiro dos Santos, vulgo Eulálio Madalena.¹⁴

A existência dessa linha de investigação retoma o debate acerca das práticas de atear fogo aos canaviais em Pernambuco, o que a

11 *Relatório das ocorrências observadas neste município, do dia 30 do mês findo, até a presente data.* 30 nov. 1959. Delegacia de Polícia do Município de Goiana. Prontuário Funcional nº 05368, Ligas Camponesas de Goiana, Departamento de Ordem Política e Social (Dops/PE). Disponível no Apeje. p. 1.

12 *Relatório das ocorrências observadas neste município, do dia 30 do mês findo, até a presente data.* 30 nov. 1959. Delegacia de Polícia do Município de Goiana. Prontuário Funcional nº 05368, Ligas Camponesas de Goiana, Departamento de Ordem Política e Social (Dops/PE). Disponível no Apeje. p. 1.

13 *Relatório das ocorrências observadas neste município, do dia 30 do mês findo, até a presente data.* 30 nov. 1959. Delegacia de Polícia do Município de Goiana. Prontuário Funcional nº 05368, Ligas Camponesas de Goiana, Departamento de Ordem Política e Social (Dops/PE). Disponível no Apeje. p. 1.

14 *Relatório das ocorrências observadas neste município, do dia 30 do mês findo, até a presente data.* 30 nov. 1959. Delegacia de Polícia do Município de Goiana. Prontuário Funcional nº 05368, Ligas Camponesas de Goiana, Departamento de Ordem Política e Social (Dops/PE). Disponível no Apeje. p. 2.

partir da segunda metade dos anos 1950 tomou nova dimensão, período em que as atividades das Ligas Camponesas foram intensificadas. Os incêndios, que até então eram utilizados para acelerar a colheita da cana, foram transformados em objeto de investigação pelas autoridades policiais, graças à mobilização da imprensa em associar os incêndios às ações de “elementos agitadores comunistas”, transformando o fenômeno em prova da “subversão” e da “instabilidade social e política” no campo. Logo, as investigações sobre os incêndios obtiveram grande destaque nas páginas policiais dos principais jornais.

Ao noticiar os incêndios como resultantes da “agitação comunista”, os jornais acabaram por traduzir o temor e a ansiedade dos latifundiários, revelando os múltiplos significados a que o fogo nos canaviais remete: nisso presentes não só o medo de perder todo o plantio como também o temor da rebelião dos trabalhadores contra toda forma de opressão a que foram submetidos, medo presente entre os latifundiários desde os incêndios que tomaram os vastos campos de cana durante a Revolução Haitiana ao fim do século XVIII (ROGERS, 2017, p. 211). O temor representado pelo fogo foi demonstrado quando analisado o papel da imprensa como representante dos latifundiários. O trecho do editorial do *Jornal do Commercio* intitulado “Revoltante desfaçatez”, de janeiro de 1960, oferece um exemplo do uso da imprensa na defesa dos interesses da agroindústria açucareira em Pernambuco:

Ninguém ignora que uma onda de incêndios assolou há poucos dias os canaviais de Pernambuco, incêndios ateados por elementos perniciosos, sob a liderança de agitadores, com o objetivo de fomentar a indisciplina e a balbúrdia na outrora pacífica zona da cana do estado (ROGERS, 2017, p. 216).

Ao assumir postura defensiva dos interesses usineiros, a imprensa não levou em consideração, à época, que o fogo nos canaviais era

fenômeno recorrente especialmente provocado por atos de descuido e agravado em épocas de seca:

Os plantadores, contudo, sempre tiveram de enfrentar incêndios acidentais. As locomotivas das linhas férreas das usinas lançavam fagulhas que às vezes incendiavam a cana. Os trabalhadores que atiravam fora tocos de cigarro ou os gravetos em chamas com que acendiam seus cachimbos se arriscaram a pôr fogo no canavial. Caçadores de pássaros disparando suas espingardas, crianças brincando com fósforos ou um raio inesperado poderiam incendiar um campo inteiro (ROGERS, 2017, p. 211).

Até mesmo as usinas ordenavam que se ateasse fogo aos canaviais como alternativa para acelerar os trabalhos de colheita da cana.¹⁵

Para o trabalhador, a queima da cana proporciona algumas vantagens: a eliminação de animais peçonhentos, como cobras e insetos; folhas antes cortantes deixam de machucar; possibilidade de volume maior no corte da cana, embora sem a devida remuneração pelo trabalho sobressalente (ROGERS, 2017, p. 223).

O mesmo relatório que procurou implicar os responsáveis pelos incêndios desconsiderou até mesmo a possibilidade de incêndio criminoso provocado por alguém em desavença com o patrão.¹⁶

O fato de uma Liga Camponesa atuar no município em benefício de trabalhadores implica nítida mudança no tom do discurso apresentado pelos investigadores, transformando uma prática comum,

15 Embora os lucros sejam menores por conta da cana queimada, as propriedades da sacarose permaneciam inalteradas durante três dias após a queima, caso a cana permanecesse no pé. Ver Rogers (2017, p. 223).

16 Desavenças pessoais com os patrões, migrantes do interior do estado em busca de trabalho que não recebiam seus salários ou até mesmo pessoas com fome poderiam atear fogo nos canaviais como forma de protesto. Essas atividades eram entendidas como criminais pelos investigadores de polícia e não têm uma conotação política subversiva. Para maiores informações, ver: Rogers (2017, p. 211).

seja por descuido, por desavença ou até mesmo intencionalmente, em uma atividade subversiva:

Das indagações que fizemos *in loco*, entre os trabalhadores diversos, colhemos elementos de convicção suficientes a nos permitir afastar a hipótese de, mesmo criminosamente, terem sido os incêndios ateados por cortadores de cana, com o intuito de forçar maior produção e conseqüentemente maior renda *per capita* uma vez que da maneira como foram ateados os sinistros (grande volume de cana queimada de uma só vez e alternadamente em pontos distantes uns dos outros), impossível seria quer [*sic*] aos trabalhadores executarem em tempo útil o corte de toda a cana atingida que a usina [*sic*] utilizar na moagem, com real proveito dentro do espaço de tempo necessário, o produto do corte de canaviais atingidos pelo fogo.¹⁷

As ações das autoridades policiais alimentaram certo clima de constante vigilância sobre figuras reconhecidas como “perigosas”, ao mesmo tempo que reforçaram os laços de dominação e exploração existentes no campo. A violência simbólica a que estavam submetidos os trabalhadores rurais foi denunciada por Alderico Alves e apresentada como reivindicação das Ligas Camponesas de Goiana ao jornal *Diário de Pernambuco* em março de 1959.¹⁸ Isso porque, no mesmo relatório, as autoridades policiais autorizaram a presença de vigias armados, “com ordem de prender e fazer apresentar” à Delegacia de Goiana “quaisquer elementos encontrados em

17 *Relatório das ocorrências observadas neste município, do dia 30 do mês findo, até a presente data.* 30 nov. 1959. Delegacia de Polícia do Município de Goiana. Prontuário Funcional nº 05368, Ligas Camponesas de Goiana, Departamento de Ordem Política e Social (Dops/PE). Disponível no Apeje. p. 1.

18 Cerca de um mês após a reclamação, Alderico foi chamado para prestar depoimento na Delegacia Auxiliar de Polícia em Goiana. Parte do seu depoimento já foi registrado nesse trabalho (“LIGA CAMPONESA” AMEAÇA PARALISAR A PRODUÇÃO AÇUCAREIRA EM GOIANA, 1959, p. 5).

atividades suspeitas”.¹⁹ Tal autorização legitima a presença de pessoas armadas nos engenhos e usinas, coagindo o trabalhador rural a permanecer em “ordem”.

As atividades do líder camponês Alderico Alves chamaram a atenção das autoridades policiais, e o registro de sua atuação permite hoje ao historiador a reconstrução de uma rede de conexões. A partir da análise crítica da documentação produzida pelo aparato policial, é possível identificar a relação de Alderico Alves com outros sujeitos, e um deles, o pescador Eulálio Ribeiro dos Santos, era visto pelas autoridades como “um agitador conhecido por toda cidade e elemento, assim como Alderico Vasconcelos, altamente perigoso”.²⁰ Essa relação envolve uma ligação entre a cidade de Goiana e a sede das Ligas no Recife que mantinham, segundo as autoridades policiais, ligações com Francisco Julião.²¹

Os trabalhadores rurais e camponeses eram conduzidos até Alderico Alves por intermédio de Eulálio Ribeiro, que os encaminhava para a sede das Ligas no Recife onde encontravam advogados para tratar de reclamações de cunho trabalhista. Ao tomar essa relação como paradigma indiciário, é possível estabelecer uma complexa rede de pessoas envolvidas com as atividades das Ligas Camponesas no município de Goiana, pessoas dos mais diversos credos e classes sociais.

19 *Relatório das ocorrências observadas neste município, do dia 30 do mês findo, até a presente data.* 30 nov. 1959. Delegacia de Polícia do Município de Goiana. Prontuário Funcional nº 05368, Ligas Camponesas de Goiana, Departamento de Ordem Política e Social (Dops/PE). Disponível no Apeje. p. 2.

20 *Relatório da Delegacia de Polícia do Município de Goiana.* 10 nov. 1960. Delegacia de Polícia do Município de Goiana. Prontuário Funcional nº 05368, Ligas Camponesas de Goiana, Departamento de Ordem Política e Social (Dops/PE). Disponível no Apeje. p. 12.

21 *Relatório das ocorrências observadas neste município, do dia 30 do mês findo, até a presente data.* 30 nov. 1959. Delegacia de Polícia do Município de Goiana. Prontuário Funcional nº 05368, Ligas Camponesas de Goiana, Departamento de Ordem Política e Social (Dops/PE). Disponível no Apeje. p. 3.

Num dos relatórios de polícia utilizados como fonte primária deste texto, uma figura salta aos olhos do historiador: trata-se de João Bezerra Chaves, diácono presbiteriano²² e presidente da Câmara dos Vereadores de Goiana.²³ A presença de João Chaves possibilita-nos ampliar o escopo de análise e inserir o debate sobre o Evangelho Social,²⁴ discussão presente nos setores progressistas das igrejas protestantes, embalados pelo clima “pré-revolucionário” que atravessava o Brasil à época.

A existência dessa conexão se fez notória a partir de informações cuidadosamente registradas por autoridades policiais em seus relatórios. A análise da documentação evidencia ainda um detalhe importante: João Chaves estaria envolvido em nova modalidade de “infiltração comunista” desenvolvida no município de Goiana nos anos finais de 1950! Ao lado dos habituais “centros do comunismo”, tais como sindicatos e Ligas, as igrejas protestantes eram responsáveis por difundir entre os camponeses o suposto “credo vermelho”:

Neste Município, anteriormente o trabalho de infiltração era feito através dos sindicatos, colônias etc., e presentemente, a modalidade de infiltração é feita por intermédio das Igrejas Protestantes (Igreja dos Crentes), onde agentes escolhidos e esclarecidos, distribuídos entre lavradores, operários e pescadores, fundam e constroem em locais preestabelecidos Igrejas

22 As atribuições de um diácono na Igreja Presbiteriana do Brasil incluem: arrecadação de ofertas para fins piedosos; cuidado dos pobres, doentes e inválidos; manutenção da ordem e reverência nos lugares reservados ao serviço divino; fiscalização para a boa ordem na Casa de Deus e em suas dependências. (IGREJA PRESBITERIANA DE ARACAJU, 2016).

23 A documentação analisada não possibilitou informar a qual partido estava filiado João Chaves.

24 O Evangelho Social é uma corrente progressista do protestantismo cuja visão de mundo está associada à responsabilidade da Igreja ante os problemas sociais. A interpretação crítica das escrituras sagradas é a base para o enfrentamento dos problemas sociais, assim como possibilita a inserção dos protestantes no meio social, contribuindo para a melhoria e o bem-estar social.

Batistas, Igrejas Presbiterianas, Igrejas Evangelistas e principalmente Assembleias de Deus, com o objetivo de difusão do credo vermelho.²⁵

Na visão das autoridades policiais, as igrejas protestantes utilizavam suas instalações para “subverter” e fomentar “o descontentamento, a discórdia, e a desarmonia”, e os trabalhadores rurais eram vítimas das ações dos pastores e diáconos “comunistas”, “proveiteiros da ignorância e da boa-fé”.

Aproveitando-se muitas vezes da boa-fé, da credulidade de trabalhadores ignorantes, para incutir no espírito dos mesmos, ideias subversivas, explorando o grau de miséria em que vivem os trabalhadores rurais desta região, com promessas utópicas, vãs, fomentando o descontentamento, a discórdia, a desarmonia, criando um ambiente propício à arregimentação de prosélito para seu credo, sob o subterfúgio de pregação evangélica.²⁶

O “credo vermelho” constituiu-se da associação do Evangelho Social com o “comunismo”. Na interpretação das autoridades policiais, a busca por direitos trabalhistas era intencionalmente confundida com ações dos comunistas, e as igrejas eram auxiliares dos trabalhadores rurais nessas questões. “Prova” de seu envolvimento seria o aumento dos casos de ações trabalhistas:

Para corroborar esta nossa assertiva, haja visto [*sic*] o número de ações intentadas por trabalhadores rurais contra patrões e vice-versa, nos cartórios deste Município, deduzidas as que

25 *Relatório das ocorrências observadas neste município, do dia 30 do mês findo, até a presente data.* 30 nov. 1959. Delegacia de Polícia do Município de Goiana. Prontuário Funcional nº 05368, Ligas Camponesas de Goiana, Departamento de Ordem Política e Social (Dops/PE). Disponível no Apeje. p. 3.

26 *Relatório das ocorrências observadas neste município, do dia 30 do mês findo, até a presente data.* 30 nov. 1959. Delegacia de Polícia do Município de Goiana. Prontuário Funcional nº 05368, Ligas Camponesas de Goiana, Departamento de Ordem Política e Social (Dops/PE). Disponível no Apeje. p. 3.

normalmente aparecem, sempre patrocinadas por advogados reconhecidos como esquerdistas. [...] Para robustecer ainda mais nossas informações acerca da maneira de infiltração que ultimamente vem-se realizando por meio das Igrejas Protestantes, com suas inúmeras ramificações, basta dizer que os aludidos investigadores conseguiram descobrir que os camponeses são orientados pelos subchefes – também cren-tes – ao sr. João Chaves que é diácono da Igreja Presbiteriana, [...] que os encaminha ao Alderico Vasconcelos que, por sua vez os leva ao Recife e os apresenta aos principais cabeças, liderados pelo deputado Francisco Julião, por demais conhecido como presidente das Ligas dos Camponeses.²⁷

A documentação apresentada permite poucos detalhes sobre a atuação de João Chaves nas Ligas Camponesas em Goiana.²⁸ Como diácono presbiteriano, sua função era receber e orientar os fiéis na Igreja, já como vereador exerceu função de presidente da Câmara Municipal de Goiana. Conseqüentemente, era figura conhecida não somente entre os irmãos em Cristo, mas também entre toda a população local. Seu nome estava relacionado com Alderico Alves e Eulálio Ribeiro como o elo dos trabalhadores rurais com a alfaiataria de Alderico Alves, local onde alguma assistência era prestada aos trabalhadores. Esses, logo em seguida, eram encaminhados à Sede das Ligas no Recife.²⁹

27 *Relatório das ocorrências observadas neste município, do dia 30 do mês findo, até a presente data.* 30 nov. 1959. Delegacia de Polícia do Município de Goiana. Prontuário Funcional nº 05368, Ligas Camponesas de Goiana, Departamento de Ordem Política e Social (Dops/PE). Disponível no Apeje. p. 3.

28 Não é possível confirmar a presença de outros protestantes que colaboraram, seja direta ou indiretamente, com as Ligas Camponesas no município de Goiana. Devemos também apontar que nenhum prontuário funcional no nome de João Chaves foi encontrado durante as pesquisas realizadas para a escrita deste artigo.

29 *Relatório da Delegacia de Polícia do Município de Goiana.* 10 nov. 1960. Delegacia de Polícia do Município de Goiana. Prontuário Funcional nº 05368, Ligas Camponesas de Goiana, Departamento de Ordem Política e Social (Dops/PE). Disponível no Apeje. p. 12.

As autoridades policiais interpretaram as ações de João Chaves como prova de seu envolvimento com atividades subversivas. Sua existência na documentação apresentada possibilita ampliar o horizonte do debate apresentando outra interpretação sobre as ações de João Chaves: trata-se de discutir sobre o Evangelho Social, isto é, uma visão crítica do mundo a partir da leitura e interpretação da Bíblia, confundida pelos investigadores como uma modalidade de “infiltração comunista”. Mas em que consiste a difusão do suposto “credo vermelho”? Por que, naquele momento, as igrejas protestantes passaram a ser investigadas por supostas ações de “subversão”? Para melhor responder a essas questões, uma breve discussão sobre o protestantismo no Brasil se faz necessária, especialmente sobre os temas relacionados com os aspectos fundamentalista e conservador, aspectos característicos dos protestantes, assim como sobre a mobilização de um movimento em oposição a essas características, apresentando nova interpretação do evangelho cristão.

O “credo vermelho” da Igreja dos Crentes: uma discussão sobre o Evangelho Social

Ao final da década de 1950, a população evangélica constituía parte expressiva da população brasileira, cerca de 1.802.293 membros.³⁰ Apesar de numerosos, os protestantes mantinham interesse quase nulo em participar de assuntos relacionados com a política nacional. Época em que a moral cristã de obediência às instituições, celestiais ou terrenas, expressou um modelo de civilidade e ordem. Durante as comemorações do centésimo aniversário da chegada ao Brasil de

30 Em 1960, a população total do Brasil era de aproximadamente 72 milhões de habitantes. Ou seja, em termos de porcentagem, no país, os evangélicos representavam aproximadamente 2,5% da população. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1960).

Ashbel G. Simonton,³¹ em 1959, o presidente Juscelino Kubitschek chegou a declarar que os protestantes constituíam “um povo ordeiro e trabalhador” que “não criava problemas para o governo, concordes e obedientes” (SILVA, 2010, p. 66). Embora essa fosse a visão predominante dos fiéis em seus cultos evangélicos, alguns se preocuparam com a realidade com a qual estavam envolvidos, questionando o modelo de sociedade assim como as desigualdades existentes no país, inquietando-se “com a realidade brasileira, de forma sistemática e organizada” (SILVA, 2010, p. 66).

Diante das grandes transformações por que atravessou o país desde o fim da ditadura do Estado Novo, em 1945, e o estabelecimento de um novo regime democrático, marcado pela eleição presidencial e a Constituinte em 1946, uma geração de jovens protestantes provocou o debate sobre a realidade brasileira a partir da interpretação do Evangelho Cristo: eram jovens universitários que observavam de forma crítica as injustiças sociais e as forças políticas e sociais mantenedoras das desigualdades no país (SHAULL, 2003, p. 99). Porém, esses jovens não representavam maioria dentro da estrutura tradicional da Igreja. De acordo com a historiadora Elizete da Silva (2010, p. 35), eles podem ser classificados como protestantes progressistas, isto é, como cristãos com uma “visão aberta, não necessariamente modernista em termos teológicos, que admite novas ideias e novas perspectivas na interpretação de doutrinas e nas práticas religiosas, que possibilitam um olhar e às vezes um engajamento na sociedade circundante”.

Diante da estrutura conservadora e reacionária,³² protestantes progressistas, muitos deles em posições de liderança, insatisfeitos

31 Ashbel G. Simonton foi o primeiro missionário presbiteriano norte-americano que desembarcou no Brasil ainda no século XIX, no ano de 1859, na cidade do Rio de Janeiro.

32 Apesar de associado às ideias de progresso e democracia, utopias relacionadas com o protestantismo, ele se apresenta como segmento religioso sectário,

com a atuação de suas Igrejas e líderes, mobilizaram forças para debater os problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil, buscando respostas por meio da interpretação bíblica à luz do Evangelho:

Em várias partes do país, os jovens se mobilizam. Realizam debates, conferências, congressos. Publicam jornais e revistas. Realizam “acampamentos de trabalho” durante as férias, com a participação de estudantes evangélicos, principalmente ligados à União Cristã de Estudantes do Brasil (que recebeu forte influência de Richard Shaull) e membros de movimentos denominacionais de juventude, sem contar com o apoio ou o incentivo oficial da instituição, em localidades habitadas pelas classes populares (BURITY, 2011, p. 159).

O confronto com as estruturas conservadoras do protestantismo produziu uma renovação na “liturgia, nos estudos bíblicos e uma marcada cisão teológica com o clero tradicional, fomentada pelo surgimento de uma ativa liderança leiga e um clero jovem engajado” (BURITY, 2011, p. 159). A visão institucional confessional, portanto, cede lugar a uma visão crítica, em que o fator religioso aparece como componente da realidade social em vigor.

Um fator que diferencia essa nova geração de jovens protestantes é seu acesso aos círculos universitários.³³ A atuação desses jovens não só no meio eclesiástico, mas também nas universidades,

politicamente arredo e alienado. As ondas missionárias no século XIX pretenderam criar, ou continuar, o modelo de vida sulista norte-americano, baseado na exploração do trabalho escravo pelo branco reacionário. Ver Burity (2011, p. 150-151).

33 Nas universidades, muitos jovens protestantes se depararam com a militância política, em geral associada aos movimentos de esquerda, em especial ao PCB. A atuação dos militantes do PCB no movimento estudantil durante a década de 1950 consistia num desafio aos estudantes protestantes. Ao mesmo tempo, a militância comunista representava uma grande tentação para esses estudantes: “as críticas à conjuntura social e política do país, aos problemas sociais crônicos que eles faziam no âmbito religioso eram as mesmas ou similares às que faziam seus colegas marxistas. A juventude protestante que formaria esse setor ecumênico e

sindicatos e associações, permite estabelecer relações entre sua atuação e o conceito de intelectual orgânico. Em Gramsci (1982, p. 7-8), o intelectual é apresentado como indivíduo “que participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar”. Surge uma geração de jovens intelectuais, protestantes progressistas, preocupados com os problemas sociais, a exemplo dos sociólogos Waldo Cesar e Rubem Alves e do advogado e professor do Seminário Presbiteriano do Norte, em Recife, João Dias de Araújo. Jovens que, na visão do teólogo norte-americano Richard Shaull, procuravam associar os ensinamentos bíblicos aos problemas sociais. Naquele momento, isso significou tanto a participação dos protestantes progressistas nas estruturas básicas da sociedade quanto seu compromisso na luta pela sua transformação (SHAULL, 2003, p. 103).

Dos esforços desses intelectuais resultou a criação da Comissão de Igreja e Sociedade, posteriormente nomeada como Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI), em associação com a Confederação Evangélica do Brasil (CEB).³⁴ A partir da segunda metade da década de 1950, o SRSI promoveu uma série de debates

progressista começava a olhar a realidade brasileira com um olhar crítico e via nos instrumentos políticos possibilidades de mudança”. Silva (2010, p. 99).

- 34 A Federação de Igrejas Evangélicas do Brasil surge em 1933 como forma de garantir o direito à liberdade de culto, obtido com a instauração da República no país. Presbiterianos, metodistas e congregacionais (batistas não compunham o grupo por questões doutrinárias) encontraram nessa organização uma forma de cooperação “entre as diversas confissões e demarcava seu espaço no campo religioso nacional, para promover a cooperação entre as mesmas” (SILVA, 2010, p. 60). Na prática, a Federação de Igrejas garantiu o livre exercício do protestantismo, denunciando os excessos e “o não cumprimento do preceito constitucional republicano”, além de alcançar um fortalecimento no cenário religioso do Brasil (SILVA, 2010, p. 61). Dos esforços da união entre os segmentos protestantes surgiu, em 1934, a Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Metodistas,

com interpretações das transformações sociais que o país enfrentava naquele momento à luz do Evangelho Social. Nas palavras de Joanildo Burity, uma:

[...] nova compreensão do trabalho teológico que vinha através da influência do movimento ecumênico e de alguns dos principais teólogos protestantes deste século, intelectuais e teólogos, clérigos e leigos, discutiam a realidade econômica, social e política brasileira na perspectiva de assumir a Igreja sua responsabilidade face ao processo social e nele se engajar como parte de sua missão (BURITY, 2011, p. 169).

Os debates foram promovidos pelo SRSI a partir de quatro conferências nacionais, organizadas inicialmente por seus coordenadores Waldo Cesar e Richard Shaul. As reuniões se organizavam em torno da busca por compreender a realidade do Brasil e estabelecer uma perspectiva social a partir da ótica cristã. Não obstante, essas reuniões foram fundamentais para a formação própria de uma consciência social e política protestante.

A primeira reunião foi realizada em 1955, na cidade de São Paulo, e sua discussão culminou em uma consulta sobre a responsabilidade social da Igreja perante os desafios apresentados pela sociedade no Brasil. Na reunião foram debatidos temas que versaram sobre a participação dos evangélicos na vida política, as áreas de ação social da Igreja, seja nas fábricas ou no campo. A reunião contou com a participação de pastores e de intelectuais não vinculados a instituições religiosas. Na segunda reunião, realizada em Campinas no ano de 1957, a principal recomendação foi a atuação coletiva dos evangélicos nos setores sociais, políticos e econômicos da vida pública nacional. Para embasar nossa análise na figura de João Chaves, passamos a concentrar a atenção nos debates ocorridos durante a

episcopais, presbiterianos e luteranos eram as denominações que compunham a organização.

terceira reunião do SRSI. O acesso aos anais das conferências permite realizar análise detalhada dos debates ocorridos, assim como possibilita o confronto das fontes, em especial dos relatos produzidos pelas autoridades policiais quando registraram as atividades de João Chaves diante das Ligas Camponesas em Goiana.

Eis que, em 1960, mais uma vez na cidade de São Paulo, foi realizada a terceira reunião do SRSI, cujo tema foi “A presença da Igreja na evolução da nacionalidade”. E, para fomentar o debate durante o Encontro, questionários foram previamente enviados, ainda em 1959, para seus possíveis participantes: os questionários continham perguntas sobre política, sociedade, economia e cultura; suas respostas foram discutidas na reunião; e os resultados foram publicados em documento cujo título remete ao tema da reunião. Coube ao sociólogo Waldo Cesar, presidente do SRSI, a redação desse documento.

Já no prefácio da redação de Waldo Cesar é possível encontrar elementos que dão base à participação dos protestantes nos assuntos seculares. Faz-se notório o estabelecimento de certa posição contrária à visão tradicional da Igreja, de abstenção política e social. Assim, por estar a Igreja inseparavelmente ligada ao homem, à sociedade e às instituições políticas, a ela cabe “responder aos desafios da miséria e da desesperança por uma nova forma de pensamento e ação” (PRESENÇA DA IGREJA NA EVOLUÇÃO DA NACIONALIDADE; 1962, p. 2). A Igreja, portanto, tem a responsabilidade social de formular “respostas ao desafio da miséria, isolamento, falta de ajuda e muitas outras tragédias do ser humano, provocadas por uma nova maneira de pensar e por ações novas” (PRESENÇA DA IGREJA NA EVOLUÇÃO DA NACIONALIDADE; 1962, p. 33). Essa nova maneira de pensar é parte do Evangelho Social, em que os cristãos tomam conhecimento da realidade na qual estão inseridos e assim promovem a inserção da Igreja nos debates sobre os problemas sociais. Em outras palavras, há a formação da consciência que possibilita enxergar a Igreja como parte do mundo, assim como que sua inserção no mundo é condição para a busca por mudanças:

Estamos igualmente integrados na ordem social; dependemos, cada dia mais, das estruturas sociais e políticas. Desprezar essas forças, as limitações e as oportunidades que elas nos oferecem, será desconhecer a sociedade moderna e as ordens nas quais o homem vive e das quais depende (PRESENÇA DA IGREJA NA EVOLUÇÃO DA NACIONALIDADE; 1962, p. 5).

A formação da consciência social cristã, de acordo com Waldo Cesar, é parte de um chamamento divino, exigência do próprio Deus presente nas Escrituras Sagradas. Não se trata apenas da solidariedade humana, mas de responsabilidade social com fundamentos bíblicos e teológicos: “Deus nos chama para agir na sociedade, fazendo uso das estruturas e movimentos econômicos e políticos que estão vigorando, em vez de ficarmos em atitude inoperante de espera até que se tenha a situação ideal” (PRESENÇA DA IGREJA NA EVOLUÇÃO DA NACIONALIDADE; 1962, p. 35). Era dever do cristão buscar informações e estimular sua participação em órgãos ou grupos que discutiam os problemas sociais. Ao assumir essa posição, o crente observava a realidade a sua volta assim como compreendia seu papel como agente social e sujeito histórico. Um contexto em que o verdadeiro crente, portanto, é aquele que consegue entender o cristianismo como doutrina que enxerga os problemas sociais e contribui para suas mudanças:

O crente que chega a compreender o seu papel na sociedade se esforça por conhecer profundamente a fé bíblica e histórica do Cristianismo, preocupando-se por analisar e compreender a fundo a realidade histórica e política na qual vive, e traça relação vital entre a fé cristã e o ambiente em que desenvolve sua vida, de modo que se sinta impulsionado a participar ativamente no mundo político-social ao seu redor (PRESENÇA DA IGREJA NA EVOLUÇÃO DA NACIONALIDADE; 1962, p. 39).

A participação do crente como sujeito histórico de um processo em marcha revela uma escolha vista como consequência da própria fé. Isto é, ao assumir a luta por mudanças, a consciência em torno

do cristianismo verdadeiro manifesta a vontade do próprio Deus por justiça social. Dessa forma, a mobilização dos crentes em torno de partidos, sindicatos e ligas, por exemplo, traduzia sua participação como agente dotado de consciência social e política com empenho na luta pela transformação da sociedade. Cabia ao protestante, portanto, a obrigação de agir politicamente, realizando “obra de alcance social e público correspondente às possibilidades do cargo que ocupa” (PRESENÇA DA IGREJA NA EVOLUÇÃO DA NACIONALIDADE; 1962, p. 36).

Entretanto, a formação dessa consciência social cristã gerou confusão nos investigadores da polícia que classificaram as atividades das igrejas protestantes como subversivas porque elas estavam auxiliando os trabalhadores rurais na conquista de seus direitos. E o “credo vermelho”, portanto, assumiu conotação negativa, perigosa, responsável por alimentar instabilidade no campo, embora instituído com base na missão de criar e/ou desenvolver a consciência crítica entre os protestantes na busca por soluções para os problemas sociais da época.

Os evangélicos e as Ligas Camponesas: considerações finais

João Chaves, eleito vereador e escolhido como presidente da Câmara de Goiana, cumpriu seu papel “para com Deus e para com César” ao interceder pelos mais necessitados. Ele buscou alívio para os trabalhadores rurais diante da situação miserável a que estavam submetidos. Ao mesmo tempo, seu exemplo se soma a toda uma narrativa já construída a respeito da participação de protestantes nas lutas sociais do Brasil durante os anos de 1950-1960.

Graças à historiografia recente, em especial aquela dedicada ao protestantismo no Brasil, pesquisas evidenciam a participação política de protestantes em movimentos sociais. No caso das Ligas Camponesas, a participação protestante foi explorada graças aos trabalhos dos historiadores Elizete da Silva e Márcio Vilela.

Até então, o exemplo mais conhecido foram as contribuições de João Dias de Araújo, pastor presbiteriano, a Francisco Julião. Em entrevista outrora concedida, João Dias relembra sua contribuição, ainda que superficial, nas atividades das Ligas Camponesas, fornecendo referências bíblicas para Julião, que associava a campanha das Ligas aos antigos profetas que lutavam contra as injustiças sociais:

Como ele era um líder, desejava que as pessoas pudessem se aproximar da religião que ele sentia negligenciar. [...] As Ligas Camponesas estavam no auge em termos de propaganda. Ele queria usar em seu discurso elementos religiosos e tinha um deputado do partido dele, que era o Partido Socialista, Inaldo Lima, que fazia parte de minha Igreja, então ele pediu que eu o ajudasse com alguns versículos bíblicos que falassem sobre a luta dos profetas contra as injustiças. Então em seus comícios ele citava: “como disse o profeta Isaías... o apóstolo Tiago” e citava os versículos que eu dei a ele de cor. As pessoas da segurança pública, que ali estavam ouvindo Julião, anotavam tudo (NASCIMENTO, 2015, p. 185).

Julião foi defensor da participação evangélica nas atividades das Ligas Camponesas. Suas opiniões sobre o tema foram apresentadas em entrevista concedida durante o exílio no México, em 1979, para o semanário *O Pasquim*. Quando indagado sobre a perseguição de padres aos camponeses que se declararam filiados às Ligas, Julião narrou que essa atitude provocou o medo de perder a salvação, pelo suposto envolvimento com atividades pecaminosas. A perseguição fortaleceu a presença de protestantes nas Ligas, garantindo ao camponês a salvação de sua condição miserável, do corpo e da alma:

O camponês que entrasse numa Liga não podia mais entrar na igreja. Agora, naquele momento os pastores realmente prestaram serviço à nação. Antes do Concílio Ecumênico³⁵

35 Julião faz referência ao Concílio Vaticano II, que ocorreu em 1962, por iniciativa da Igreja Católica.

a religião protestante ainda era muito perseguida no Brasil. Então eu dizia: “você são a religião oprimida. Os camponeses também estão sendo oprimidos. Por que vocês não se juntam comigo para a gente fazer um trabalho no campo?” Podem cantar seus hinos, recitem os trechos dos grandes profetas, e fazemos um trabalho em conjunto. Peguem a Bíblia que eu vou com o Código Civil. Isto deu certo [...]. (UM PAU-DE-ARARA NO EXÍLIO, 1979, p. 14).

Os protestantes foram ocupando posições privilegiadas nas Ligas, assumindo cargos de liderança ou cuidando de assuntos financeiros. Em parte, demonstravam-se sérios e honestos nos trabalhos desempenhados. Não é possível afirmar se João Chaves assumiu cargo oficial nas Ligas Camponesas de Goiana, mas sua participação como elemento de ligação com importantes personagens demonstra o comprometimento e a confiança de que gozava entre os membros da Liga. O histórico de João Chaves soma-se, portanto, ao exemplo muito conhecido dos protestantes João Pedro Teixeira, da Liga de Sapé, na Paraíba, e Manuel da Conceição, no Maranhão.

A participação desses cidadãos é confundida pelas autoridades policiais como uma penetração do comunismo no campo. A interpretação é equivocada: os intelectuais do SRSI alertavam para a interpretação errada de suas ações. Nos Anais da III Conferência do SRSI é manifestada a preocupação entre os protestantes em não associar suas ações ao comunismo, pois a Igreja teria sua própria mensagem:

De consistente sistema de pensamento, o comunismo passou à força política – o que tornou o seu apelo às massas apelo também a intelectuais e num dos mais fortes desafios à igreja em todo o mundo. [...] É tarefa específica da Igreja trabalhar profunda e seriamente na compreensão do fenômeno comunismo, a fim de esclarecer aos seus arrolados – e à sociedade em geral – a sua natureza e a verdadeira posição que deve ser adotada. Para isto, a igreja deve ter cuidado de não se

identificar com determinadas forças ou partidos (PRESENÇA DA IGREJA NA EVOLUÇÃO DA NACIONALIDADE; 1962, p. 31).

Essa preocupação constante da não associação do Evangelho Social ao comunismo foi debate frequente entre os protestantes progressistas. João Dias de Araújo, por exemplo, organizou um folheto destinado à formação de jovens evangélicos, principalmente estudantes universitários, alertando para as contradições entre o modo de vida cristão e o do comunista.³⁶ Outro exemplo é o relato apresentado pelo próprio Julião sobre as atividades das Ligas em Jaboatão dos Guararapes, município da Região Metropolitana do Recife.

Ainda na entrevista ao semanário *O Pasquim*, Julião narra o relato de João Evangelista. O exemplo permite questionar as interpretações equivocadas das autoridades policiais sobre o “credo vermelho”:

Joaquim Camilo, da liga de Jaboatão, era Protestante, e João Evangelista de Jaboatão também. Com este se deu um fato interessante que depois transformei em documento. Quando se fundava uma Liga a gente mandava convidar todas as autoridades para assistir, o juiz, o prefeito, o vice-prefeito, o delegado, o Vigário, o promotor. Se a Liga era legal queríamos dar esse caráter de absoluta legalidade, pondo a placa, convidando as autoridades, mas muitos se negavam ou prometiam ir e não iam (UM PAU-DE-ARARA NO EXÍLIO, 1979, p. 15).

De início, é possível identificar certa preocupação com a legalidade das atividades da Liga, cujo processo de fundação era acompanhado de cerimônia para a qual as principais autoridades políticas e até mesmo eclesiásticas eram convidadas. E eis que certo convidado, o prefeito Aníbal Varejão, protagonizou um diálogo com João Evangelista. Esse diálogo demonstra o nível de consciência cristã

³⁶ Ver documento *O jovem cristão e o jovem comunista*, escrito em 1963 a pedido da Missão Presbiteriana do Norte do Brasil. Disponível no Prontuário Individual de João Dias de Araújo no acervo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops/PE).

dos membros protestantes das Ligas, assim como evidencia o frágil argumento a respeito da retórica anticomunista presente à época:

O prefeito de Jabotão, advogado e grande senhor de terras, disse a João Evangelista: “não vou a esse negócio por que é comunismo”. João, que era protestante, disse: “olha, minha religião é a de Jesus Cristo. Eu estou com Jesus”. “Não, você pensa que está com Jesus Cristo, mas está servindo ao comunismo!”. Então perguntou ao prefeito o que era comunismo: “me explica o que é comunismo, porque vejo um negócio legal tem placa tem tudo direitinho”. “Comunismo é tomar o que é dos outros, é fazer mal a filha dos outros é empatar a religião dos outros. Isso é o comunismo”. João Evangelista pensou um pouco e disse: “Pois então já estamos nele, homi! [sic] Você sabe que tem uma filha bonita, mas vem o dono da terra, ou capataz, ou gerente da usina, ou o capanga, e infelicita a menina. Já perdi aí ela se prostitui, porque não casa com ela. Vivo também na propriedade de dona fulana de tal que é católica e ela não permite que eu faça meu culto na minha casa. Então ela está empatando minha religião. Outra coisa: a gente planta o pé de café, a bananeira, a manga, faz uma casa, uma cerca, um barreiro, um dia vem o proprietário e diz que quer a terra, nos expulsar de lá com 24 horas, e não nos paga nada. Se a gente resiste manda matar ou põe a polícia em cima da gente. Tá tomando o que é da gente, o que fiz com meu trabalho. Então é o comunismo! A Liga vem para acabar com essa lei e fazer a lei da Justiça” (UM PAU-DE-ARARA NO EXÍLIO, 1979, p. 15).

O exemplo apresentado por Julião aponta para a consciência cristã voltada para a crítica social, demonstrando também que as atividades das Ligas não poderiam ser confundidas com atividades comunistas, uma vez que suas ações se desenvolviam dentro dos padrões da legalidade. Numa jogada audaciosa de João Evangelista, ele questiona o que seria o comunismo na visão do prefeito de Jabotão, demonstrando que esse “comunismo” já existia e que era provocado pelo próprio latifundiário, responsável por agravar as condições a que o camponês estava submetido.

As discussões sobre João Chaves, suas relações com as Ligas Camponesas em Goiana e com o Evangelho Social, têm limitação na própria documentação policial. O relato de sua existência o transforma em sujeito histórico partícipe da discussão em torno de um dos momentos mais agitados da história do Brasil. Mais além, permite embasar mais profundamente a historiografia sobre o protestantismo, em especial sobre os protestantes que ousaram lutar contra as injustiças sociais e as estruturas de uma igreja conservadora e fundamentalista. Com o Golpe Civil-Militar de 1964, a mobilização foi bruscamente interrompida, os protestantes progressistas foram perseguidos e tiveram seus cargos retirados e direitos negados, e o que aconteceu a João Chaves ainda não é sabido ao certo, é ponto ainda obscuro a ser, quem sabe, tratado em outros capítulos da História, com maior aprofundamento em torno dos indícios apresentados e outros porventura encontrados, com pesquisas futuras que poderão indicar maior e melhor compreensão de seu registro.

Fontes primárias impressas e digitais

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (APEJE) – Departamento de Ordem Política e Social (Dops/PE):

PRONTUÁRIO Individual nº 13624 – Alderico Alves de Vasconcelos

PRONTUÁRIO Individual nº 13045 – Eulálio Ribeiro dos Santos

PRONTUÁRIO Funcional nº 05368 – Ligas Camponesas de Goiana

IGREJA PRESBITERIANA DE ARACAJU. Quais são as atribuições de um diácono? 21 fev. 2016. Disponível em: www.iparacaju.org/2016/02/21/quais-sao-as-atribuicoes-de-um-diacono/. Acesso em: 27 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico*: 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes>. Acesso em: 11 mar. 2020.

“LIGA Camponesa” ameaça paralisar a produção açucareira em Goiana. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 134, n. 67, 22 mar. 1959. p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/55309. Acesso em: 13 fev. 2020.

RETORNO de Goiana para a Zona da Mata Norte é aprovado na Alepe. *Diário de Pernambuco*, Recife, 4 mar. 2020. Disponível em: www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2020/03/retorno-de-goiana-para-a-zona-da-mata-norte-e-aprovado-na-alepe.html. Acesso: 20 mar. 2020.

UM pau-de-arara no exílio: Julião (parte I). *O Pasquim*, Rio de Janeiro, ano X, n. 497, 5-II jan. 1979. Disponível na Hemeroteca Digital da BN. Acesso em: 15 fev. 2020.

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

BURITY, Joanildo. *Fé na revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2011.

CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco. Aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CASTRO, Josué. *Sete palmos de terra e um caixão*. Lisboa: Editora Seara Nova, 1975.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia e memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas do; CABRAL, Newton Darwin de Andrade; SOUZA, José Roberto de. *Lideranças protestantes no Brasil: ensaios biográficos*. Recife: Editora UFPE, 2015.

PAGE, Joseph. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução*. Pernambuco (1959-1964). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

PRESENÇA da Igreja na evolução da nacionalidade. Anais da III Reunião de Estudos sobre a Responsabilidade Social da Igreja, promovida pela Confederação Evangélica do Brasil. São Paulo, 1962.

ROGERS, Thomas D. *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil*. I. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SHAULL, Richard. *Surpreendido pela graça*. Memórias de um teólogo. Estados Unidos, América Latina, Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010.

Luta por terra em Pernambuco entre memórias e redemocratização (1986)

*Samuel Carneiro de Maupeou*¹

Em fevereiro de 1986, ocorria uma grande ocupação na Zona da Mata do estado de Pernambuco, mais especificamente no Engenho Pitanga, na área rural do município de Abreu e Lima, a pouco mais de 30km ao norte da capital, Recife. Esse evento constituía um dos primeiros movimentos de luta por terra na região após o fim da Ditadura Militar e se inseria no contexto de sucessivos conflitos que eclodiam desde o final dos anos 1960, resultando de ações de violência e expulsão de moradores de engenho. Essas práticas eram bastante recorrentes naquela área já desde a década anterior e tendiam a se intensificar a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963 (SIGAUD, 1979). Os proprietários temiam maiores encargos trabalhistas (indenizações, verbas rescisórias e vínculos empregatícios), bem como procuravam dar uma destinação mais rentável às suas posses, por meio da expansão da exploração agrícola, do (sub)arrendamento, do loteamento e até da venda.

1 Professor da Universidade Estadual do Ceará (Uece), professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades (PPGHCE) da Uece e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Partindo dessas reflexões iniciais, discuto a questão sob a ótica dos diferentes espaços físicos e simbólicos que a configuravam. Construía-se uma Pitanga antes mesmo que ela existisse e para lá convergiam trabalhadoras e trabalhadores que se empenhavam na concepção e transformação daquela localidade, mas também na sua elaboração mental. A eles juntavam-se sindicatos rurais, sua federação, pastorais da Igreja, autoridades e políticos, e sobre eles produziam-se inúmeros relatos, em documentos oficiais e na imprensa. Seria possível então falar de uma cultura política (RÉMOND, 2003) gestada em torno dos pitangueiros, como ficaram conhecidos? Cultura essa gestada com base no compartilhamento de territórios em constante disputa e fortalecida pela agitação política em torno da Redemocratização e pela (re)elaboração de memórias polifônicas e plurais.

Zona canavieira ou Zona da Mata? Entre canavieiros, foreiros e posseiros

A produção intelectual dedicada às relações sociais no campo direciona seu olhar na perspectiva da *plantation* canavieira e prevalece sobre as demais possibilidades, compondo, inclusive, a narrativa das instituições sindicais e daqueles(as) que a ela se dedicam. De fato, reporta-se, prioritariamente, ao final da década de 1950 e início da de 1960 e atribui maior ênfase à atuação das Ligas Camponesas, de Francisco Julião, e aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), sobretudo no que diz respeito a sua mobilização no setor produtivo canavieiro. Esse destaque recai tanto sobre a eferescência política provocada pelo surgimento e pela ampliação das Ligas quanto sobre o crescente recurso à Justiça do Trabalho (JT) nas juntas de conciliação e julgamento presentes na zona canavieira de Pernambuco (PAGE, 1972; SIGAUD, 1979; WANDERLEY, 1978). Em geral, dá-se maior destaque a esses campos de atuação política e reivindicatória e prioriza-se a categoria dos(as) trabalhadores(as) rurais ligados(as) à produção da cana-de-açúcar:

Aí, aquele campo ali todo era o meu pasto, enfrentando os latifundiários. Era pelos direitos dos trabalhadores, pelo Estatuto, direitos trabalhistas, porque também, naquela época, na década de 60, até a década de 60, a maioria dos trabalhadores na Zona da Mata tinha terra, tinham os sítios onde eles plantavam, tinham tudo. Então eles não brigavam não era pela terra, era pelos direitos trabalhistas. Então, na medida em que veio, foi promulgada a lei trabalhista para o campo, que eles se viram obrigados a pagar salário de acordo com a lei, aí eles começaram a fazer despejo em massa. Aí, quando a gente começou a gritar reforma agrária, que é para manter o homem na terra... Mas só que esse impulso da reforma agrária, recebeu esse impulso aí de 85 para cá, depois do Congresso Nacional da Contag, 1985, é que eu vou abrir sindicato aqui em Pernambuco para firmar o problema de organizar para terra (NASCIMENTO, 2010).

Esse ponto de vista, emitido pelo presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) do município de Nazaré da Mata e em seguida presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), representava a narrativa ainda hoje predominante no que tange à emergência da luta por terra na zona canavieira. Essa (re)leitura dos acontecimentos retratava, de certo modo, a ótica dos sindicatos e da sua forte e importante atuação na luta em defesa dos direitos trabalhistas e da sindicalização, mas estava centrada na paisagem do trabalho canavieiro, a *laboring landscape* (ROGERS, 2009), esquecendo as franjas desse sistema (SCHWARTZ, 2001; GARCIA JÚNIOR, 1979; 1983).

Muito pouca ou nenhuma atenção é dirigida ao papel desempenhado pelos lavradores e moradores de grandes propriedades que se dedicavam à agricultura e que ocupavam a terra na condição de posseiros(as) há várias décadas, em alguns casos mediante o pagamento de foro ao proprietário. No entanto, buscando um contraponto a essa “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006), percebo, já

desde os anos 1960 e 1970, que os STRs da região denunciavam as investidas sofridas por esses pequenos agricultores e contavam para isso com o apoio da própria Fetape:

Desde o início, reforma agrária, política agrícola para o agricultor familiar, naquele tempo a gente chamava de pequeno produtor, pequeno agricultor, o pequeno sem-terra, o parceiro, o meeiro e o pequeno proprietário, hoje é a agricultura familiar, mas naquela época a gente não fala agricultura familiar não, era agricultor familiar, mas tinham essas discriminações. Posseiro, meeiro, o proprietário, o pequeno produtor. Então, a outra é agricultor assalariado, assalariado. Três bandeiras de luta, assalariado, pequeno produtor, agricultura familiar e trabalha com economia familiar e a questão da reforma agrária. As três bandeiras de luta da Fetape. É, só tem, o mundo da Fetape é o mundo que ela trabalha com tudo isso, são as três bandeiras de luta, mas tem as lutas que ela ficava defendendo (SILVA, 2010).

Portanto, dentro da mesma federação e de alguns de seus STRs já estavam presentes essas outras trincheiras. Inclusive, na imprensa local, conflitos envolvendo esses(as) agricultores(as) eram noticiados desde os anos 1960, quando se intensificaram os casos de violência e as tentativas de expulsão desses(as) moradores(as). Destaco, em particular, aqueles ocorridos na Mata Norte de Pernambuco, mais precisamente em Olinda, Igarassu, Paudalho, Paulista e, mais tarde, também Abreu e Lima, em áreas há muito não mais destinadas ao cultivo de cana-de-açúcar ou então historicamente reservadas à produção agrícola e ao abastecimento da localidade por meio de feiras e mercados (SCHWARTZ, 2001):

Se não houver providências imediatas – aduziu o sr. Andrade Lima – poderá faltar nas feiras de Igarauçu, Goiana, Paulista, Olinda, Recife etc., inhame, cará, batata, legumes e frutas, em face dos despejos em massa de humildes foreiros e posseiros

que cultivam os citados produtos nas propriedades Santa Cruz, Pirajuí, Jaguaribe, Belenga, etc. Quase dois mil agricultores, que ali trabalham há mais de 20 anos, cultivando o solo com as suas famílias, estão ameaçados de expulsão pelos proprietários das terras. Onde se encontram o IBRA e o INDA, organismos criados para a solução do problema agrário? O governo pretende diversificar a cultura, e para isso o GERAN acena para os grandes proprietários, prometendo a assistência necessária e o Banco do Nordeste, empréstimos para a aquisição de gado. Mas, antes de pôr-se em prática esta política de assistência aos grandes proprietários, torna-se necessário que o Poder Público ampare as pequenas glebas, os posseiros e os foreiros, que constituem a linha mestra da lavoura de subsistência. Chamamos a atenção dos organismos federais da CRC, do Banco do Estado, das Prefeituras e do próprio governador Nilo Coelho para o grave problema agrário. O padre Melo, o padre Crespo e o sr. Caio Lins de Cavalcante, presidente do Centro de Recuperação Agrícola, têm apresentado caminhos para que o problema se resolva. No nosso ver o governador do Estado deve criar um grupo de trabalho, aproveitando esses homens, para que o Nordeste não se transforme em outro Vietnã, conforme afirmou, outro dia, o padre Crespo (LAVOURA..., 1967, p. 20).

Entre tantas outras publicações feitas sobre a questão fundiária no *Diário de Pernambuco* ao longo dos anos de 1960 a 1980, destaco esse pronunciamento do deputado estadual de Pernambuco Luiz de Andrade Lima, então vinculado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e posteriormente cassado pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em sua fala, o deputado apontava áreas de intensos conflitos por terra e cobrava das autoridades medidas urgentes para barrar o processo de expropriação dos(as) pequenos(as) proprietários(as) e seu êxodo para a cidade. Entre as pessoas que, segundo ele, apontavam soluções para o problema, estavam o padre Melo, o padre Crespo e Caio Lins de Cavalcante. Os dois primeiros eram

bem mais conhecidos e correspondiam ao modelo de atuação do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe), baseado numa conciliação de classes, preservando o setor produtivo, ressaltando o cumprimento das leis, a assistência e a formação, e contando para isso com o apoio de recursos provenientes do governo estadunidense. Além disto, saudavam o Golpe de abril de 1964 e condenavam as Ligas Camponesas e o perigo que, segundo eles, elas representavam. O terceiro nome, Caio Lins de Cavalcante, bem menos conhecido, presidia o Centro de Recuperação Agrícola e também estava bastante atrelado a esses mesmos interesses, opondo-se igualmente às Ligas e colocando-se como o defensor dos(as) pequenos(as) proprietários(as).

Entretanto, o olhar atento a essas terras discriminadas no discurso na plenária não estava restrito a essas forças políticas anteriormente descritas. Essas propriedades também apareciam em muitas publicações feitas sobre e pela Fetape e pelos sindicatos rurais dessa região. A elas acrescentava-se, inclusive, o Engenho Pitanga, visto como uma área de interesse para fins de reforma agrária. Portanto, a ocupação que viria a ocorrer aí quase 20 anos depois, em 1986, não se deu por acaso, pois esse espaço já figurava nas discussões e reivindicações feitas pelas organizações e pela representação sindical às autoridades ligadas à questão agrária. Em certa medida, Pitanga não foi uma escolha aleatória, ela já se fazia presente na memória social dos agricultores da região da Mata Norte, pois desde o final dos anos 1960 já era pedida a sua desapropriação, assim como das outras áreas em seu entorno.

A partir disso, entendo que o conflito e os espaços que através dele se asseguravam e se conquistavam eram importantes ambientes de construção e reconstrução de memórias e narrativas sobre as ações empreendidas, bem como sobre as concepções e representações que se elaboravam sobre elas. Constituíam, portanto, um lugar dinâmico de formação de atores detentores de uma cultura política dissidente (MINTZ, 2003; SCOTT, 2013).

Quebrando a linearidade cronológica que pretende estabelecer uma sequência lógica e aparentemente coerente aos acontecimentos narrados e aos relatos feitos sobre eles, analiso momentos em torno dos quais é possível discutir a relevância política e social de Pitanga. Parto do acampamento da praça da República, no centro do Recife, em frente ao Palácio do Governo de Pernambuco, a partir de agosto de 1986, pois essa ação ocorreu ao mesmo tempo que a ocupação da área reivindicada no campo. Teve por objetivo dar maior visibilidade à reivindicação, estar mais bem situado em relação às autoridades e a suas estruturas de poder na parte da cidade e, por fim, inserir mais efetivamente seus sujeitos na trama então em curso. Esse cenário ainda respirava os ares das primeiras eleições diretas municipais (1985), estava envolto nas novas eleições para governador após a Ditadura Militar e na campanha Pró-Constituinte. Ainda se pautava muito pela defesa da reforma agrária, estimulada pelo perfil dos concorrentes e dos seus apoiadores, entre os quais o próprio Francisco Julião, apesar do seu papel controverso nesse momento.

Esses espaços em que se contempla a história de Pitanga e dos seus sujeitos estavam centrados em algumas figuras em torno das quais se desenrolavam os acontecimentos. Se escolho abordá-las de modo não uníssono, não é por outro motivo senão porque constituíam temporalidades que se cruzavam constantemente, numa dinâmica extremamente complexa que era aquela, composta de vivências praticadas na Zona da Mata de Pernambuco.

“A praça é do povo / Como o céu é do condor”... Redemocratização

Recorro logo acima a um pequeno excerto muito citado do poeta romântico Castro Alves (1847-1871), abolicionista e partidário da causa republicana, que em seus versos exaltou a força do povo ao apoderar-se da praça, espaço em que se travam constantemente

batalhas campais e simbólicas (BOURDIEU, 2001). Passagem conhecida de um poema declamado de improviso em setembro de 1866, durante um comício republicano reprimido com força pela polícia, resultando em prisão (AGUIAR, 1997; SILVA, 2012). Não deixa de surpreender que exatos 120 anos depois (à diferença de cerca de um mês e meio apenas), em agosto de 1986, essa mesma praça, agora denominada da República, seria efetivamente ocupada por uma multidão, em torno de 400 pessoas, entre homens, mulheres e crianças.

Mesmo cenário descrito pelo poeta republicano, a praça, novos personagens, os pitangueiros, agora em tempos de Redemocratização. As linhas que escrevo a seguir muito distam do fervoroso poeta, porém narram paisagens urbanas fartamente noticiadas pela imprensa local, nacional e até internacional, atravessadas pelo medo, mas também permeadas pela contestação e pela revolta em favor da luta por terra. Não aquela estabelecida pela abordagem clássica, enquadrada numa linearidade rígida e sequencial, mas aquela que nasce de uma multiplicidade de sentidos, lugares e olhares.

Novamente cercados por forte e permanente aparato policial, dessa vez os manifestantes não foram dispersados por ele e lá permaneceram por quase três meses, precisamente 111 dias. Quanto a isso, eu reencontrava a figura do padre Manoel Marques, pároco de Abreu e Lima, numa sala da paróquia, sempre muito cordial no trato, bem como lúcido e preciso nas suas análises da situação em curso e de todo o jogo político que a cercava. Recordava com ênfase nas suas palavras, como se revivesse a cena ali narrada e posicionasse cirurgicamente os personagens nela envolvidos:

Eu fui um dos que defendeu a ideia de fazer uma ação mais forte, que chamasse a atenção das autoridades e que desse maior visibilidade ao movimento. Muitos foram contra, inclusive nos Sindicatos e na Federação, mas o momento era aquele, porque era ano de eleição para governador e Miguel Arraes era candidato contra José Múcio, usineiro. Era

a Redemocratização e a primeira eleição para governador depois da Ditadura, então decidimos ocupar a praça e fazer pressão para ver se saía uma decisão a nosso favor. Eu ajudei a conseguir os ônibus e partimos para a praça. Quando chegamos lá, o Batalhão da Polícia Militar já estava lá, cercou a gente e ficou lá vários dias, bem na frente do Palácio, controlando quem entrava. A gente ficou com muito medo daqueles policiais todos armados, fazia pouco tempo que a Ditadura tinha acabado, então a gente ficou desconfiado, mas a gente sabia que eles não iam atirar na gente, porque a praça tava toda tomada e era ano de eleição. Naquele tempo, não tinha aquelas grades, não. Aquilo ali eles já colocaram depois, justamente por causa do acampamento, para evitar outra ocupação. Então, o Batalhão ficou lá, eram muitos homens armados, com escudo e cassetete, na frente do Palácio, com medo que o povo entrasse. A gente ficou lá e começamos a montar as barracas de lona e a organizar o acampamento. Era muita gente chegando de vários lugares do estado, com a Federação e os Sindicatos que acabaram apoiando. A gente queria falar com o governador, que na época era Roberto Magalhães, mas ele tinha se afastado e quem estava no lugar era Gustavo Krause, eu acho, no último ano antes da eleição. Ele não queria nos receber e demorou alguns dias, uns 5 dias, sem dar resposta, com o Batalhão todo lá, vigiando, teve até um, acho que um coronel, que tentou nos impedir de ficar na praça, mas eu disse que a praça é pública, que era um direito do povo. Acabou tendo que receber o povo, porque a pressão era grande, aí a gente montou uma Comissão e foram conversar com ele. Ele recebeu o pessoal dentro do Palácio, rodeado de assessores. Ele ouviu a gente e disse que ia a Brasília tentar resolver a questão lá. Aconteceu muita coisa, se eu fosse contar tudo aqui. Teve muitas ações e mobilizações que fizemos lá, atos, passeatas, mobilizações, missas, celebrações, até festa com música e tudo, para chamar a atenção da população e dos governantes. A gente fez muita coisa lá, sempre atento ao que ocorria no estado, no Incra e em Brasília. Parte de tudo isso

eu conto no início daquele manuscrito que eu lhe enviei, na Dissertação de Mestrado em Educação que eu estou fazendo, lembra? Você já leu aquela parte lá? Eu conto isso tudo lá, você pode ler e depois eu completo mais alguma coisa. Você pode vir quando quiser, as portas estão sempre abertas para uma boa conversa. Não é melhor assim? Pronto! (MIRANDA, 2020).

Discreta e sistematicamente, numa conversa de cerca de meia hora, apenas sobre a ocupação da praça, o padre Manoel me conduziu para uma nova Pitanga, inserida na trama política da época, atenta ao que se passava a sua volta e articulada ao cenário local, regional e até nacional. Ressaltou ainda a existência ali de um rádio em torno do qual os acampados se reuniam:

O pessoal se juntava debaixo de uma lona para ouvir a Hora do Brasil, acompanhar as notícias e ver se saía a desapropriação das terras. Era o momento em que todo mundo se reunia sentado debaixo de uma lona e outros em volta para ouvir as notícias e ficava todo mundo em silêncio, naquela expectativa. Havia também uma televisão que a gente colocou lá. Puxaram um fio, uma antena e colocaram uma televisão, para se informar e passar o tempo, porque a gente passava muito tempo esperando (MIRANDA, 2020).

Argumentos reforçados por outros grandes articuladores políticos da época, entre eles José Rodrigues da Silva, que viajava incontáveis vezes a Brasília para, segundo ele mesmo, tratar dessa e de inúmeras outras questões:

Eu fui tantas vezes a Brasília que se eu for me lembrar de tudo... tinha muitas reuniões na Contag, no Incra, com o Ministro, fomos diversas vezes lá. Agora, eu lembro do acampamento da praça, tinha muita gente e eu fui lá muitas vezes (SILVA, 2020).

Era o então presidente da Fetape, que me recebeu pela segunda vez para uma entrevista, em julho de 2020, no salão do primeiro andar do Sindicato de Bom Jardim, no centro da cidade agrestina,

para o qual acabara de ser novamente eleito presidente quase 40 anos após seu primeiro mandato nos anos 1970. A primeira entrevista que me tinha concedido ocorrera 10 anos antes, em fevereiro de 2010, na sala da Diretoria da Terceira Idade da Fetape, onde exercia então o cargo de diretor. Na segunda entrevista, em 2020, uma atenção maior foi dada a Pitanga, embora as lembranças fossem esparsas e misturadas a tantas outras:

Eu lembro que a gente providenciou uma televisão para eles lá, porque eles ficavam muito tempo sem ter o que fazer, esperando. Então, a gente arrumou uma televisão para eles lá, para eles se distraírem e acompanharem as notícias no jornal, à tarde e à noite. Sei que eles ouviam o rádio e acompanhavam a Hora do Brasil, mas a gente conseguiu uma televisão para eles. Muita coisa eu esqueci, porque a gente andava muito, mas eu lembro bem disso (SILVA, 2020).

Observe-se que, aliada à sociabilidade e ao lazer, estava a atenção permanente ao noticiário político e aos possíveis ganhos que poderia anunciar aos acampados e seus apoiadores.

Vale destacar que, até então, a praça não era cercada pelos gradis que hoje lá se encontram e que vieram a ser colocados na reforma realizada após a saída dos(as) ocupantes ao final do mês de novembro e que se estendeu até o início do ano seguinte, quando foi reinaugurada e reaberta ao público. Essa ocupação constituiu um verdadeiro enclave rural em solo urbano, firmado bem na confluência das principais instituições representativas dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e da força policial. De fato, fixou suas tendas e barracas bem no meio da praça: de um lado, o Palácio do Governo (contíguo ao Quartel da Polícia Militar de Pernambuco – PMPE), de outro, o Palácio da Justiça. Distantes pouco mais de 500m, atravessando a ponte para a outra margem do rio Capibaribe, a Assembleia Legislativa do Estado e, logo em seguida, a Câmara Municipal do Recife. Portanto, o acampamento da praça da República estava a um raio de menos de 1km de todos esses órgãos da administração e da segurança públicas.



Figura 1. Acampamento da praça da República, Recife (PE)
Fonte: acervo pessoal de Elizabeth Szilassy, set./out. 1986.



Figura 2. Acampamento da praça da República, Recife (PE)
Fonte: acervo pessoal de Elizabeth Szilassy, set./out. 1986.

Essas fotografias foram tiradas entre os meses de setembro e outubro de 1986, por Elizabeth Szilassy, agrônoma canadense que trabalhava para a ONG Associação Menonita de Assistência Social (Amas), no município de Bom Jardim, no Agreste do estado, a mesma onde nascera José Rodrigues. Como técnica, ela prestava assistência a pequenos(as) agricultores(as), estava de passagem pelo Recife e aproveitou para visitar o acampamento. As fotos me foram gentilmente cedidas no momento da entrevista que fiz com ela em 2020, ocasião em que me detalhou o contexto em que elas foram tiradas (SZILASSY, 2020). Nelas, tem-se apenas uma visão parcial do local, que era maior, visto que chegou a reunir 400 trabalhadores(as), em sua maioria crianças. À esquerda, ao fundo, observa-se o Palácio do Governo, onde há um policial militar de guarda na porta de entrada. À direita, o Palácio da Justiça, onde está sediado o TJ de Pernambuco. Do lado direito do Palácio do Governo estava localizado o Batalhão de Polícia de Guardas. Além dessa cartografia do poder, devo salientar alguns aspectos mais pontuais: uma maior extensão do acampamento (com muitas barracas revestidas de lonas pretas e amarelas situadas em torno da fonte de água) e a existência de muitas faixas de protesto (também de STRS de outras mesorregiões), a importante utilização de água (mangueira, panelas, banho, roupas e pratos), lenha (madeira) e a instalação de uma cozinha debaixo de uma grande lona preta.

Para além dessas questões mais estruturais, cabe destacar seu papel na mobilização e na construção de uma política em torno da questão da terra, do contexto da Redemocratização e da movimentação em torno das eleições para governador do estado.

Com base nisso, acredito que a luta por terra não eclodia subitamente no final dos anos 1970, vindo a se fortalecer um pouco mais tarde, em 1985, a partir do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e com a Redemocratização, como afirma a narrativa mais recorrente. Procuro situá-la, localmente e na longa duração, num

continuum, compreendendo que ela não resultava de um acontecimento isolado, mas de um conjunto de situações históricas que levavam à criação de um número expressivo de trabalhadores(as) expulsos(as) e impedidos(as) de produzir e assegurar qualidade de vida e soberania alimentar. A área ocupada e, posteriormente, delimitada não se concebia de forma isolada, mas num entrelaçamento com outras localidades próximas e, ao mesmo tempo, formado por sujeitos provenientes de múltiplas experiências e vivências.

Fontes orais

MIRANDA, Manoel Marques de (padre Manoel). Entrevista com o autor em 28 de abril de 2020.

NASCIMENTO, Euclides do. Entrevista com o autor em 3 de fevereiro de 2010.

SILVA, José Rodrigues da. Entrevista com o autor em 8 de fevereiro de 2010 e 4 de fevereiro de 2020.

SZILASSY, Elisabeth. Entrevista com o autor em 3 julho de 2020.

Referências

AGUIAR, Flávio. A praça, o povo e o poeta. *Língua e Literatura*, São Paulo, n. 23, p. 47-62, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GARCIA JÚNIOR, Afranio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA JÚNIOR, Afranio Raul *et al.* Campesinato e “plantation” no Nordeste. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 267-287, 1979.

LAVOURA de subsistência sem condições de sobreviver em Pernambuco. *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 jun. 1967. p. 20.

MINTZ, Sidney W. *O poder amargo do açúcar*: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Organização e tradução de Christine R. Dabat. Recife: Editora UFPE, 2003.

PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve*: Nordeste do Brasil, 1955-1964. Rio de Janeiro: Record, 1972.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ROGERS, Thomas D. Imaginários paisagísticos em conflito na Zona da Mata pernambucana. *Cadernos de História*, Recife, ano VI, n. 6, p. 1-9, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, James. *A dominação e a arte da resistência*: discursos ocultos. Lisboa: Terra Livre, 2013.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas cidades, 1979.

SILVA, Elisiane da *et al.* *Castro Alves: a política em poesia*. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2012. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro, v. 2).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária*: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Os operários da indústria automobilística na Justiça do Trabalho em Pernambuco

Karlene Sayanne Ferreira Araújo¹

A Willys Overland do Brasil inaugurou a primeira fábrica de automóveis do Nordeste no dia 14 de julho de 1966, em Jaboatão (PE). Em meio aos discursos de modernização, de desenvolvimento, de valorização do “material humano”, foi construída em uma região marcada e conhecida pelas lutas dos trabalhadores rurais, pelas agitações políticas e ação de grupos de comunistas.

Neste texto abordaremos algumas relações de trabalho adotadas pela Willys de Jaboatão e suas estratégias de ação junto à Justiça do Trabalho (JT) entre os anos de 1966 e 1970. Analisamos os processos trabalhistas ajuizados na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Jaboatão, mais especificamente as homologações de rescisão de contrato dos seus operários. Nesses documentos, a fábrica apresenta um *modus operandi* diferente das reclamações trabalhistas ajuizadas pelos operários e/ou funcionários do setor administrativo.

1 Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante da Equipe técnica do Laboratório História e Memória da UFPE e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região (Lahm).

Observamos que a prática de levar o operário até a JCI sem passar pelo sindicato da classe para efetivar as demissões é uma forma de controle, disciplina e exploração da mão de obra.

Entre táticas e estratégias traçadas pelos funcionários e operários da fábrica na busca pelo cumprimento dos seus direitos no local de trabalho, a fábrica se cercou de um aparato jurídico para usar as leis vigentes a seu favor. As práticas da Willys de Jabotão apontaram para a disciplina, a exploração e o controle dos seus empregados. O sistema de controle e exploração fazia parte do dia a dia de trabalho de centenas de operários. Destacamos, com a análise dos processos trabalhistas, que as estratégias utilizadas pela fábrica, além de explorar a força de trabalho e inseri-la em um sistema disciplinar, tornaram silenciosa a luta dos operários na Justiça. Fora da JT, nenhum registro de reivindicação. Nos jornais não localizamos notícias das demissões. Encontramos nos processos trabalhistas os registros de horas extras trabalhadas, de suspensões de operários que se recusaram a trabalhar mais que o devido para um dia, a busca pelo pagamento de indenização e insalubridade.

A Willys e a Ford-Willys produziram carros em Pernambuco por cerca de 10 anos. O investimento político e econômico, inclusive do Estado brasileiro, para que a fábrica fosse construída em Jabotão parece ter gerado grandes lucros à empresa, como indicavam os números de carros vendidos e as comemorações publicadas nos jornais. Tal produção seguiu um padrão das grandes fábricas localizadas pelo mundo. Essas fábricas não foram construídas para permanecerem por muitas décadas no mesmo local. Eram parte de um modelo industrial marcado não por sua “sustentabilidade em qualquer local, mas seu ressurgimento em novos lugares, com novas forças de trabalho, novos recursos naturais e condições de atraso a ser exploradas” (FREEMAN, 2019, p. 15).

Em estudo recente, Joshua Freeman afirma que, desde o século XVIII, na Inglaterra, se reconhece a revolução provocada pelas

fábricas gigantes, chamadas por ele de mastodontes. O maquinário, a força de trabalho, as mudanças físicas, sociais e culturais, a quantidade de bens de consumo e os modos de produção contribuíram para a constituição da fábrica como detentora de “sonhos e pesadelos associados à industrialização e mudança social” (FREEMAN, 2019, p. 13). Às fábricas se atribuiu um aparato capaz de movimentar projetos industriais que almejassem a melhoria social. A elas se ligaram as ideias de progresso e modernidade, bem como se produziu, no seu entorno, uma atmosfera romântica.

Sobre as fábricas automobilísticas, o historiador diz que empregaram milhares de operários e despertaram fascínio e veneração nas pessoas desde o início do século xx. A linha de montagem, uma criação de Henry Ford, foi uma inovação técnica e organizacional que provocou mudanças gigantescas na produção do bem de consumo, pois aumentou a velocidade e a eficiência do processo. O novo modelo de produção gerou uma nova economia política capaz de transformar a vida das pessoas, de pagar altos salários e de exercer um controle mais rígido na disciplina dos trabalhadores: “parte do que tornava o fordismo tão fascinante era a promessa de um aumento generalizado do padrão de vida” (FREEMAN, 2019, p. 132). Uma das campanhas lançadas pelo fordismo associava os altos salários pagos ao valor acessível do automóvel, possibilitando aos trabalhadores acesso ao bem de consumo e, com isso, fazer a economia girar. Também foram lançadas, por esse sistema, diversas formas de controle sobre o operário, tanto no ambiente de trabalho quanto na sua vida privada.

Muitas das práticas descritas por Freeman, na construção da maquinaria chamada de fordismo – produção em massa, método Ford ou sistema Ford – nos Estados Unidos no início do século xx, puderam ser observadas na Willys Jabotão na década de 1960. Por exemplo, como a fábrica conseguiu movimentar discursos de melhores condições de vida e de trabalho para homens e mulheres de Pernambuco, e com isso desenvolveu uma série de práticas no

sentido de construir o sentimento de gratidão dos seus operários, a ponto de ser considerada por alguns deles uma mãe.²

As formas de controle e exploração praticadas pela fábrica de automóveis de Jaboatão puderam ser identificadas com o estudo dos processos trabalhistas. Observou-se, por exemplo, que mecanismos diferentes de controle, exploração e disciplina foram aplicados sobre o trabalhador rural da região.³ Essa é uma questão importante e merece destaque, uma vez que boa parte da mão de obra absorvida na fábrica, segundo registros, vinha do trabalho rural da região.

O emprego da mão de obra local e sua profissionalização feita na própria fábrica também são entendidos, por muitos estudiosos, como estratégia de controle e produtividade das fábricas. O investimento de treinamento profissional para formação da mão de obra visava um maior comprometimento do operário com o emprego e um aumento na produção, ou seja, um maior controle sobre cada operário e maior lucro. Essa ideia ia ao encontro das diretrizes de outras empresas e empresários durante o período ditatorial no país, segundo Helene Nagasava (2018). Os diretores da Willys de Jaboatão, e depois na gestão Ford, classificavam essa estratégia como a valorização do “elemento humano no Nordeste” (A FORD..., 1975, p. 9).

2 No Brasil, a gratidão entre os trabalhadores para com seus empregadores tem uma formação histórica. Sidney Chalhoub reflete sobre a gratidão ou a “qualificada ingratidão” ser prevista na legislação vigente em meados do século XIX. Os estudos do historiador sobre essa questão são pautados nos processos de escravos em busca da alforria. A leitura do trabalho de Chalhoub faz refletir que, talvez, a gratidão pese nas decisões dos trabalhadores de impetrar processos até os dias atuais. Não raro, ouvimos que o trabalhador foi ingrato ao lutar na Justiça por seus direitos. Chalhoub (2017).

3 Importante ressaltar que estudos sobre as fábricas têxteis de Pernambuco descrevem outras formas de poder operadas pelos patrões para controle e exploração dos operários e aumento da produtividade e dos lucros da empresa. Para uma discussão detalhada sobre essas fábricas, ver: Santos (2017); Neves (2019).

A Willys foi construída em uma região marcada pela produção da cana-de-açúcar, com a presença de muitos engenhos e usinas. Uma região também marcada pela fome e pelo trabalho extenuante do trabalhador rural, o trabalho que marcou sua pele, tão rapidamente envelhecida. Cortar a cana era, muitas vezes, o único caminho para não morrer de fome e não deixar a família totalmente desamparada. Os empregadores, donos de engenhos e usinas, sabiam da condição social na qual os trabalhadores viviam. Não pagar os salários em dia e explorar a força de trabalho dessas pessoas eram artes de perpetuar os anos de lucros e enriquecimento das poucas famílias detentoras do poder na região. Historiadores como Christine Dabat, Antonio Montenegro e Pablo Porfírio narram as lutas dos trabalhadores rurais de Pernambuco pela sobrevivência. Não o faremos aqui. Mas precisamos entender que essa forma de trabalho era até então a única possível, e conhecida, para muitos homens, mulheres e crianças da região.

Isso nos ajuda a entender, ao menos em parte, como os operários da Willys, também explorados em sua força de trabalho, construíram uma memória positiva do trabalho fabril. A exploração, o controle e a disciplina da fábrica eram aplicados sob um teto, com os operários abrigados de sol e chuva. O trabalho manual se dava com máquinas, parafusos, tintas e tecidos. Em nada a nova condição os aproximava do trabalho com enxadas, foices e facões.

Homologações

As rescisões de contrato de trabalho ajuizadas pela Willys nos apresentam algumas leituras. Os documentos representam o fim do vínculo trabalhista que a Willys tinha estabelecido com seus operários. Era a fábrica que impetrava esses processos. A Willys, que mobilizou discursos de modernização e desenvolvimento para o estado e se apresentou como a redenção, de melhores condições de trabalho

e vida, aos seus operários, passou a significar, em pouco tempo, vulnerabilidade e instabilidade para eles.

Ao analisar esses documentos, identificamos a prevalência da negociação entre o patrão e os empregados. Talvez para o operário, no momento de rompimento de contrato, receber o oferecido pela fábrica era menos prejudicial do que enfrentar uma batalha jurídica que se prolongaria e sem garantia de ganhos. Entendemos que a relação fábrica–operário não era entre iguais. A negociação era uma relação de forças. Nesses processos trabalhistas, a JT tem apenas a função homologadora dos “acordos” previamente estabelecidos.

Esses processos nos guiaram para a trajetória fabril percorrida por alguns operários. Quanto tempo de trabalho na fábrica? Quais direitos foram pagos com a rescisão do contrato de trabalho? Os processos deram indícios, vestígios da forma como os operários foram sendo construídos como “trabalhadores da Willys”. Inseridos em um sistema capitalista, industrial, urbano e fabril de exploração, eles foram alvos de práticas e discursos que visaram enquadrá-los como “trabalhador modelo da Willys” – silenciosos, gratos, produtivos e vulneráveis.

As estratégias da Willys de Jaboatão apontam para um *modus operandi*. Os discursos propagados pelo governo militar, autointitulado “revolucionário”, de promoção da região Nordeste, a forma como o aparato jurídico da fábrica operou na JT e a construção da ideia de pertencimento sobre os operários indicam as formas de operação da Willys em Pernambuco. Os operários são personagens importantes. Analisar suas trajetórias no momento exato do fim do contrato oferece outras perspectivas dessa história.

De um total de 92 processos trabalhistas estudados, a Willys apareceu como requerente da homologação da rescisão de contrato em 79 deles. Foram quase 200 operários demitidos, entre os anos de 1967 e 1970. Nesse período, a fábrica já estava sob o controle acionário da Ford; entretanto, na documentação continuava o nome Willys, ou Ford-Willys.

O ato de encerrar o contrato de trabalho estava regulamentado pelo art. 477 da Lei nº 5.562, de 12 de dezembro de 1968.⁴ No § 1º, a lei diz que

o pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão de contato de trabalho firmado por empregado com mais de 90 (noventa) dias de serviço só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social ou da Justiça do Trabalho.⁵

No caso dos processos de demissões de operários da Willys, mesmo os trabalhadores com menos de 90 dias de serviço tiveram seus casos levados à JT e não passaram pelo sindicato. A fábrica se utilizava da legislação como meio de controle sobre os seus operários, procurava direcionar os passos dos seus trabalhadores, inclusive na saída. Retirava-se qualquer participação do sindicato no processo, mesmo de demissão.

As homologações, normalmente, eram processos pequenos e rápidos, com duração de apenas uma sessão. Esse tipo de processo trabalhista, não raramente, é posto de lado pelos historiadores, que desejam estudar aqueles constituídos por petições, testemunhas, inquéritos, ata de julgamento e acórdãos.⁶ Entretanto, as homologações nos mostraram o quanto prevalecia, naquele momento, nas relações de trabalho o negociado sobre o legislado. Nesse caso, a Justiça era acionada apenas para homologar um acordo feito previamente. Se, por um lado, a ida do trabalhador à JT já era uma forma,

4 O primeiro processo localizado sobre rescisão contratual é do ano de 1967, quando ainda estava em vigor a Lei no 4.066, de 28 de maio de 1962. A lei regulamentava as demissões para empregados com mais de um ano de serviço. Foi revogada pela Lei no 5.562, de 12 de dezembro de 1968. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4066.htm.

5 Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5562-12-dezembro-1968-358607-publicacaooriginal-1-pl.html.

6 Acórdãos são sentenças normativas.

muitas vezes injusta, de receber seus direitos trabalhistas, realizando conciliações que lhe ofereciam menos do valor devido, fosse por uma questão de tempo na tramitação dos processos, fosse para que não existissem recursos junto à segunda instância, por outro lado, temos as negociações realizadas sem o aparato da legislação ou a presença do sindicato.

Para Fernando Teixeira, o acesso dos trabalhadores à JT significava não anular as estratégias de ação que lhes eram possíveis. É nesse sentido que três caminhos poderiam ser percorridos. A negociação entre patrão e empregado, a intervenção normativa da Justiça e as greves (SILVA, 2019). No caso da fábrica de Jaboatão, ora a Willys já chegava à Junta com a negociação realizada, ora o operário recorria ao poder intervencionista dos juizes do Trabalho. Fernando Teixeira diz que as homologações são “acordos denominados de ‘extrajudiciais’, embora o tribunal os homologue, conferindo assim chancela legal ao acertado entre as partes” (SILVA, 2019, p. 130).

O total de processos de homologações da JCT de Jaboatão está assim distribuído:

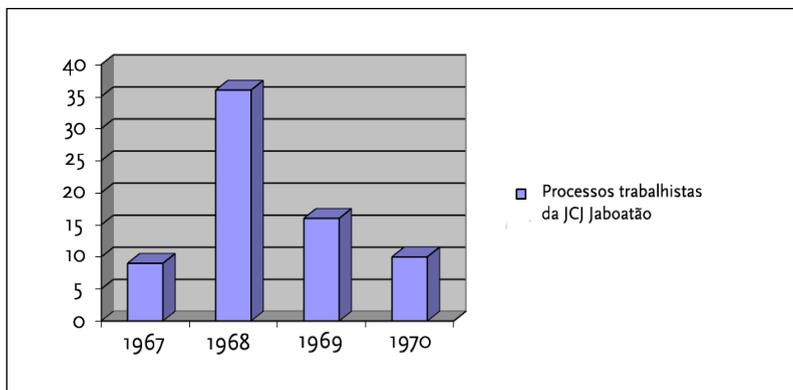


Figura 1. Rescisões de contrato de trabalho

Fonte: Lahm.

Quase 66% das homologações foram realizadas nos anos de 1968 e 1969. Esses foram os dois primeiros anos após a venda da Willys para a Ford. Anos de transição entre uma empresa e outra. O que teria levado a fábrica a demitir tantos operários? Segundo a ex-funcionária do setor administrativo da fábrica, Flérica Cortizo Pozzas, os operários eram “demitidos” para que a carteira profissional fosse assinada já como Ford do Brasil. A ex-funcionária disse que também passou por essa experiência. Foi demitida em junho de 1969 e readmitida em janeiro do ano seguinte. Recebeu indenização e continuou o trabalho na fábrica (POZZAS, 2016). Seu processo de rescisão de contrato não foi localizado. Os processos estudados não permitem formular uma resposta para a quantidade de demissões.

Quando assinava o recibo de quitação geral, o operário declarava que nada mais havia a reclamar da fábrica. Nos processos consultados, todos os trabalhadores assinaram seus nomes, o que indica algum grau de alfabetização, não necessariamente de entendimento do que estava sendo firmado.

Nos processos de rescisão contratual requeridos pela Willys, quase em sua totalidade, há registro do pagamento aos operários demitidos dos valores referentes às horas extras. São 10, 16 ou mais horas extras trabalhadas em benefício e rendimento econômico da fábrica e que, em parte, somente na demissão foram recebidas pelos operários. O direito trabalhista de receber horas extras foi adquirido no final da década de 1940 e tratado nos artigos 59 a 61 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O pagamento final a ser realizado pela fábrica era baseado no cálculo entre os direitos que o operário ainda deveria receber e os descontos. Calculava-se, no geral, descanso semanal remunerado, horas extras, férias, aviso prévio, indenização e 13º salário. Os descontos eram referentes ao pagamento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a adiantamentos de férias, salário, 13º salário e vales para uso do restaurante.

Sobre o fim do vínculo empregatício, pode-se pensar, a princípio, duas questões. A primeira é vulnerabilidade à qual os operários estavam submetidos: encerrava-se o trabalho na indústria moderna automobilística. A segunda questão consiste em pensarmos que, durante o período de trabalho desses operários, a Willys se beneficiou com a exploração da mão de obra e com pagamentos que só foram realizados, em parte, na negociação de rescisão.

Vamos narrar algumas histórias desses processos de homologações e seus sujeitos históricos. O primeiro processo de demissão que localizamos foi contra José da Conceição Rodrigues. No dia 3 de julho de 1967, o trabalhador assinou o termo dando quitação geral, irrestrita e irrevogável

para nada mais haver ou reclamar a título de aviso prévio extraordinário, 13º salário, descansos remunerados, diferenças de salário e por quaisquer outros títulos ou direitos decorrentes do contrato de trabalho, considerando-se integralmente pago e satisfeito.⁷

Com o processo se encerrava o vínculo, que por poucos dias não completou um ano.

No documento não consta o motivo da demissão. O operário recebeu o valor de NCr\$ 501,77 (cruzeiros novos), já com os descontos referentes ao INPS, a adiantamentos de férias, do 13º salário e ao restaurante. Ao negociar diretamente com a empresa e assinar termo de quitação na JCT, o operário declarava não haver outros direitos que julgasse pertinentes na JT.

Outros 78 processos seguiram esse padrão, a maioria sem identificação de cargo, sem informação do endereço do operário. Dos quase 200 operários demitidos nos anos de 1967 a 1970, apenas um, pelo que consta nos processos, foi para transição do regime de

7 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 477/67*. Acervo do Lahm.

estabilidade para opção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Não encontramos qualquer registro nos jornais sobre essa quantidade de demissões.

No ano de 1968, ocorreu a maioria de homologações de rescisões individuais. Em apenas cinco processos identificamos rescisões coletivas, totalizando 19 operários e um funcionário do almoxarifado. A reclamante era Willys Overland do Brasil s/A.⁸ Na tarde do dia 31 de outubro de 1968, os operários Mauro Alves, Manoel Adonias, José Pacheco e João Ferreira assinaram as rescisões de contrato com a Willys na JCT de Jabotão. Haviam sido demitidos dias antes. Trabalharam na fábrica entre dois e cinco anos. As informações estão no Processo 1065/68. Todos tinham contratos de horistas. A estratégia da Willys para demissão no ano de 1968 parece ter ido na contramão das homologações com dois ou mais operários. Foram as rescisões individuais que ganharam volume nos processos arquivados pela JT.

Em 1969, a fábrica continuou com as homologações de rescisões de contrato na JCT de Jabotão. Manoel Miguel e Edgar Costa estavam entre os demitidos. Os dois operários foram contratados antes da inauguração da fábrica, em meio aos vários discursos que colocavam a Willys no lugar de promotora de melhores condições de vida e de trabalho. Os processos de rescisão apresentaram poucas informações individuais dos operários.

O processo 1434/69 era o registro do fim do vínculo empregatício entre a fábrica e os dois operários. Um mensalista, o outro horista. Esse processo apresentava um bom exemplo do regime de contrato

8 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 1065/68*. Acervo do Lahm; JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 1121/68*. Acervo do Lahm; JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 0987/68*. Acervo do Lahm; JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 0913/68*. Acervo do Lahm; JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 0588/68*. Acervo do Lahm.

de trabalho estabelecido pela fábrica. Nele, Manoel Miguel da Silva foi registrado como horista, embora não se especifique a função de trabalho. Consta que foi contratado em maio de 1966. Ganhava por hora trabalhada o valor de 0,82 centavos de cruzeiros novos. Com a rescisão do contrato, recebeu da empresa o total de NCr\$ 178,23, correspondentes a 207 horas normais trabalhadas no mês de outubro de 1969, 40 horas de descanso semanal remunerado, três horas extras e 10/12 avos do 13º salário, retirados os descontos.⁹

O outro operário demitido em novembro de 1969 foi Edgar Costa Silva.¹⁰ O processo não informava a função desempenhada na fábrica, mas dizia que o regime de trabalho era de mensalista. Edgar foi contratado em janeiro do ano de 1966, seis meses antes da inauguração. No recibo de quitação geral constava que Edgar Costa recebeu o total de NCr\$ 1.541,67. Seu salário mensal era de NCr\$ 678,40.

No dia 8 de agosto do mesmo ano, a fábrica homologou a rescisão de 10 operários. Nenhum registro dessas demissões foi localizado, além do Processo nº 1034/69.¹¹ Os operários haviam sido admitidos entre maio de 1966 e março de 1969. Esse tipo de processo trabalhista nos permite dizer que muitos operários trabalharam apenas meses, ou pouco mais de um ano na fábrica. Desses 10 operários, quatro trabalhavam no setor de funilaria, um era horista na linha final, um era mensalista, um trabalhava na segurança e dois eram do setor de manutenção.

Não localizamos registros nos jornais sobre as demissões. Entretanto, encontramos no *Diário de Pernambuco* muitos anúncios de ofertas de emprego na Willys. Em sua maioria, exigiam

9 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 1434/69*. Acervo do Lahm.

10 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 1434/69*. Acervo do Lahm.

11 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 1034/69*. Acervo do Lahm.

experiência na área, grau de estudo mínimo e, no caso das vagas para segurança, era preciso apresentar estatura mínima para desempenhar a função. Para cargos de secretária era exigida capacitação para redação em português e inglês. Em contrapartida, a fábrica dizia oferecer: “salário compensador, ótimo ambiente de trabalho, semana de 5 dias, assistência médica, restaurante no local” (WILLYS OVERLAND, 1969a, p. 2; WILLYS OVERLAND, 1969b, p. 2 e 23; WILLYS OVERLAND, 1969c, p. 2). Os anúncios de emprego do ano de 1969 diferenciavam-se dos anúncios publicados no ano de inauguração da fábrica. Em 1966, anunciavam-se as vagas e não eram feitas exigências para ocupar o cargo disponível. Ao contrário, a formação profissional seria oferecida pela própria fábrica.

O ano de 1969 foi descrito no jornal como promessa de grande sucesso para a Ford-Willys. No mês de janeiro, em solenidade que aconteceu na fábrica de Jaboatão, o representante da Willys, Gerald Hough, foi condecorado com “a medalha do Mérito Cidade do Recife pelos relevantes serviços prestados à comunidade recifense, visando desenvolvimento das atividades industriais na área do Recife metropolitano” (CONDECORADO..., 1969, p. 2). No *Diário de Pernambuco* estabelecia-se uma continuidade dos discursos veiculados desde 1966 sobre a Willys. Na solenidade, um representante da Prefeitura do Recife agradeceu os esforços emanados pela fábrica no sentido de desenvolver social e economicamente a região. Destacou “o desejo de colaborar para que o Nordeste seja transformado numa região próspera e rica, proporcionando mão de obra para seus filhos desempregados e distribuindo riquezas para melhoria das nossas condições socioeconômicas” (GERENTE REGIONAL DA WILLYS RECEBE..., 1969, p. 7; GERENTE REGIONAL DA WILLYS CONDECORADO..., 1969, p. 4).

Aquele seria o melhor ano para a indústria automobilística no Brasil. Acompanharia uma curva de crescimento de vendas observada no mundo inteiro. Segundo publicação no jornal, a Willys

previa crescimento do seu parque industrial pelo país. Em 1969, a produção da Willys e Ford correspondia a 24,2% de todo o mercado automobilístico brasileiro. As vendas da empresa (Ford-Willys) tinham crescido exponencialmente no último ano. Só a Rural Willys havia alcançado um aumento de 19,3% de suas vendas no país (AS BOAS..., 1969, p. 4).

Em abril de 1969, a fábrica de Jaboatão reuniu gerentes e contadores, representantes das revendedoras do Nordeste, vindos de várias cidades. Eles participaram de estágios e cursos oferecidos pela empresa (ADMINISTRAÇÃO..., 1969, p. 3). No final do ano, em novembro, as revendedoras autorizadas dos carros Ford-Willys registraram o aumento no faturamento e na procura pelos veículos da empresa. Nos jornais já eram publicadas, com bastante animação, as propagandas e o início das vendas dos modelos do ano de 1970 (CIDAR..., 1969, p. 2).

A Willys continuava a promover ações e estratégias que davam visibilidade pública e política à fábrica. Registravam-se o aumento de vendas, reuniões de administrações de vendas, ofertas de emprego. O cotidiano de desenvolvimento e enriquecimento fabril caminhava em paralelo ao cotidiano das demissões dos operários. Essas não eram merecedoras de nota no jornal.

A felicitação pelos três anos de instalação da fábrica em Pernambuco foi publicada em novembro. A reportagem apontou que a fábrica empregava 400 funcionários e produzia 560 carros por mês, o necessário para abastecer o mercado da região. Essa produção, destacava a imprensa, era responsável por gerar “novos empregos e benefícios a mais de 2000 habitantes da região” (WILLYS FAZ..., 1969, p. 3). Talvez estivessem contabilizados nesse número de beneficiados as famílias dos operários e empregos diretos e indiretos. O discurso publicado apresentava semelhanças com os que circularam três anos antes, quando a festa era de inauguração da fábrica. “O aproveitamento do elemento humano local e a formação

de novos técnicos e profissionais mediante treinamento constante, tem [sic] contribuído para a fixação do nordestino, diminuindo o êxodo para o sul” (WILLYS FAZ..., 1969, p. 3). Um Nordeste do trabalho e do desenvolvimento, que permitiam a fixação da moradia desses sujeitos. O que foi apresentado como promessa em 1966 passou a ser apontado como uma realidade em 1969. Mas uma realidade próspera para quem? Para a os operários que tiveram o fim do vínculo trabalhista com a fábrica?

Nesse sentido, pensamos nos enquadramentos construídos com os operários da Willys. Num primeiro momento, era o da redenção pelo trabalho. Num segundo momento, eram o da vulnerabilidade e da instabilidade provocadas pelo desemprego. Não existe uma ruptura brusca entre os enquadramentos, uma vez que são constituídos nas relações. Havia uma maleabilidade. Em ressonância com as teorias de Judith Butler, o emprego na fábrica e o fim do contrato de trabalho podem ser observados como uma relação de enquadramento. A autora diz que o enquadramento “não mantém nada integralmente em um lugar, mas ele mesmo se torna uma espécie de rompimento perpétuo, sujeito a uma lógica temporal de acordo com a qual se desloca de um lugar para o outro” (BUTLER, 2016, p. 26).

Durante o governo militar no Brasil, foram lançadas as bases que desejavam fazer do país o líder industrial da América Latina. A indústria automobilística ganhou popularidade. Com

a criação de uma sólida base industrial se constituiu o núcleo da política de governo durante a ditadura. O controle salarial, a proteção ao mercado local e o fortalecimento da infraestrutura foram os principais instrumentos adotados para estimular os investimentos na indústria (LUNA; KLEIN, 2014, p. 69).

O sucesso econômico no setor automobilístico no Brasil se deu a partir de 1967, com o aumento de vendas e de produção. Existia

uma crescente demanda por veículos devido às características do sistema de transporte implantado no país. Os militares defenderam a integração do país a partir das rodovias, de 1967 a 1974 o setor cresceu e a taxa média chegou a 20% ao ano (SANTOS; BURITY, [s. d.]).

O crescimento no setor automobilístico foi explicado pela combinação dos investimentos do capital estrangeiro, do apoio e isenções fiscais do Estado, pela “sensação” de prosperidade que o “milagre econômico” lançara, pelo poder de compra e a crescente demanda dos consumidores.

O governo criara instrumentos de crédito ao consumidor para aquisição de carros, o que provocou a explosão da demanda. Foi nessa época que se notou uma mudança na produção: a de carros de passeio passou a crescer muito mais rapidamente que a de caminhões e ônibus (SANTOS; BURITY, [s. d.], p. 104).

Vale ressaltar que, segundo estudos, a primeira metade da década de 1960 foi de aperto para o setor automobilístico. A cada novo ano, contudo, o setor comemorava a diminuição entre o número de habitantes para cada carro fabricado no Brasil (SANTOS; BURITY, [s. d.]).

Tabela 1. Média do número de habitantes por carro na década de 1960, no Brasil

ANO	Número de habitantes para 1 carro
1960	60
1963	50
1964	47,4
1965	41,7
1966	38,7

Fonte: Mercado... (1960, p. 6); Sobre... (1963, p. 6); Volkswagen... (1965, p. 6); EUA... (1965, p. 6); Automóveis... (1966, p. 4).

Ao pensar na frota mundial, no ano de 1965, por exemplo, o Brasil, com 41,7 habitantes por cada veículo, ocupava o 10º lugar no *ranking*. A liderança era dos Estados Unidos, com 2,2 habitantes por veículo, seguido da França, com 4,5, e da Inglaterra, com 5,22 (EUA..., 1965, p. 6).

Nesse mesmo período, a Willys Overland do Brasil superou suas próprias marcas de crescimento e se projetava como o maior fabricante no mercado automobilístico. A fábrica nacional fechou o ano de 1965 vendendo “7.818 veículos em dezembro, superando todos os recordes anteriores da indústria brasileira e latino-americana” (WILLYS BATE..., 1966, p. 5). A produção total anual foi de 53.818 carros vendidos. Como estratégia industrial e de mercado, a Willys montou suas fábricas em diferentes estados do país. Seus representantes desenhavam para o ano de 1967 a produção de 70 mil novos carros. O discurso de que o país entrava em um momento economicamente estável mobilizava o setor automobilístico.

O ano de 1966 para a indústria automobilística já começaria a mostrar novos caminhos. O processo inflacionário vivido no Brasil dava sinais de uma estabilização. Visando esse cenário, a Willys Overland do Brasil (WOB) lançou o Programa de Investimentos para o Futuro. Como base, o novo programa teria duas vertentes: modernizar e expandir (WILLYS OVERLAND DO BRASIL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1966).

A indústria automobilística passou a investir em anúncios e propagandas em jornais, revistas e televisão. Cada novo lançamento de um carro era divulgado em todo o país. É possível destacarmos alguns carros de sucesso na década de 1960. Da montadora Willys, os modelos Aero Willys, Interlagos, Jipe, Gordini e o Itamaraty. Da Volkswagen, o fusca e a Kombi. Como carro esportivo, era o da fabricante Puma que ganhava destaque. O Opala, ou o “Chevrolet Opala”, lançado em 1968, produzido pela General Motors do Brasil, marcou o final da década. Em Recife, o Opala foi lançado durante o mês de

dezembro daquele ano. No dia do lançamento, na sede do Esporte Clube do Recife, na presença de cerca de 2 mil pessoas, foram apresentados um carro na versão *sedan* e outro na versão luxo. Com um painel moderno, bancos confortáveis e motor silencioso, era chamado de “carro-vida, o carro-beleza, o carro-sensação” (O RECIFE..., 1968, p. 3).

A Willys parou de fabricar carros em Jaboatão no final da década de 1970. Entretanto, a fábrica continuou ativa. Em 1976, o presidente da Ford, Joseph O’Neil, declarou sobre os novos investimentos que a empresa faria no Brasil e os planos para a fábrica de Jaboatão. Iniciariam novas atividades em Pernambuco:

Da produção de luvas de segurança e uniformes de trabalho, para uso dos funcionários de todas as unidades industriais. Com essa linha, a Ford ampliou as oportunidades de emprego no Nordeste, onde mantém [sic] a fábrica de utilitários, para atendimento das necessidades de toda a região (PRESIDENTE..., 1976, p. 7).

O destaque para o registro feito no *Diário de Pernambuco* é para o início de uma nova produção na fábrica de Jaboatão. Passaram a fabricar, além dos carros, equipamentos que seriam usados pelos “funcionários” – operários da empresa no Brasil. Falou-se também da ampliação da oferta de empregos. Alguns meses mais tarde, o jornal publicava matéria intitulada “Dez anos de excelentes resultados” (DEZ ANOS..., 1976, p. 10). Os resultados diziam dos 35 mil carros fabricados em Pernambuco, dos 400 empregos diretos e 2 mil indiretos ofertados pela fábrica.

Os jornais continuaram publicando ofertas de emprego oferecidas pela fábrica ao longo da década de 1970, assim como ficaram registradas as menções do “excelente” trabalho prestado ao Nordeste do Brasil.

Foi no ano de 1970 que localizamos os últimos processos trabalhistas de rescisão contratual impetrados pela Willys e Ford-Willys.

São 10 processos com demissão de 27 operários. Esses processos se diferenciaram dos impetrados nos anos anteriores. Constavam mais informações sobre os operários, oferecendo algumas características dos homens e mulheres demitidos, data de admissão, opção pelo FGTS, data de demissão, de nascimento, estado civil e número da carteira profissional. Não havia, contudo, registro das funções nas quais trabalhavam.¹²

No dia 4 de fevereiro de 1970, Carlos Rodrigues, casado, 27 anos, compareceu à Junta e assinou a homologação do fim do contrato de trabalho. A relação trabalhista entre Carlos e a Willys durou seis anos e um mês. No processo número 0157/70, afirmava-se que o operário morava no distrito de Prazeres – Jaboatão. A moradia estava geograficamente próxima da fábrica. Enquanto contratado da fábrica, recebia o salário no valor de nCr\$ 426,80. Com a rescisão, recebeu nCr\$ 992,75. O valor correspondia a pouco mais de dois meses de salário. Com o desemprego, quanto tempo esse operário conseguiria manter as condições de vida que havia construído? Não

12 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 0033/70*. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região; JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 0624/70*. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região; JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 0096/70*. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região; JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 0316/70*. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região; JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 0447/70*. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região; JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 0494/70*. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região; JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 0721/70*. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região; JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 0371/70*. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região; JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 0289/70*. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região; JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JABOATÃO. *Processo 0157/70*. Acervo do Laboratório História e Memória da UFPE e TRT 6ª região.

sabemos. Mas é possível pensar que o processo trabalhista poderia marcar na vida de Carlos o fim de promessa de boas condições de vida, salário e trabalho.

Coletamos informações de 21 operários em 10 processos trabalhistas do ano de 1970. Faremos alguns apontamentos gerais com esses dados.

O primeiro destaque é sobre a localização da moradia. Seis operários residiam em Jaboatão (Prazeres e Comportas), dois em Olinda (Varadouro e Ouro Preto), um em Abreu e Lima, um em Carpina e 11 eram moradores de Recife (Ibura, Jardim São Paulo, Jordão, Várzea, Afogados, São José e Boa Vista). A maioria desses 21 operários morava em Jaboatão e Recife e residia em áreas urbanas. Em contrapartida, outros processos trabalhistas registraram operários que moravam em engenhos do município de Jaboatão.

O segundo dado analisado informa do estado civil dos operários. Quatorze operários diziam ser casados, sete eram solteiros e um, viúvo. Constava se recebiam o salário-família, um direito trabalhista regulamentado pelo Decreto nº 53.153, de 10 de dezembro de 1963. O decreto garantia um auxílio para o sustento e educação dos filhos dos trabalhadores e era obrigação dos empregadores fazer o pagamento. No caso de pai e mãe empregados, receberiam separadamente o auxílio para cada filho e filha menores de 14 anos de idade. O pagamento deveria ocorrer juntamente com o salário mensal e corresponderia a 5% do salário mínimo local.¹³ As crianças, filhos e filhas dos operários da Willys, eram oferecidas condições de vida e de educação que não lhes exigia a responsabilidade de ajudar no sustento da família. Naquelas décadas de 1960 e 1970, em regiões próximas da fábrica, muitas crianças, com nove ou 10 anos de idade, realizavam algum tipo de trabalho rural nas plantações de cana.

13 Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53153-10-dezembro-1963-393293-publicacaooriginal-1-pe.html.

“Iniciando a jornada muito prematuramente”, as crianças assumiam comportamentos adultos, participando diretamente do trabalho e da renda familiar (PEREIRA, 2017, p. 72). Era totalmente negado o direito à infância.

O terceiro ponto a respeito dos processos trabalhistas do ano de 1970 é sobre a faixa etária. Os operários tinham entre 22 e 40 anos de idade, um grupo de pessoas jovens e em plena idade da força de trabalho. Se pensarmos, outra vez, um paralelo com a região produtora de cana-de-açúcar, no entorno da Willys encontraríamos trabalhadores rurais desenvolvendo suas atividades sob o sol, chuva, com extenuantes horas seguidas de corte da cana, péssimas condições de moradia e alimentação e precário acesso aos direitos trabalhistas. Eram fatores que levavam a um acelerado desgaste do corpo e a um envelhecimento físico de um trabalhador rural na faixa etária de 40 anos de idade (PEREIRA, 2017; MONTENEGRO, 2014). Aos operários da Willys eram apresentadas condições muito distintas de trabalho: jornada de oito horas, de segunda a sexta-feira, e alimentação em restaurante e assistência médica ainda eram oferecidas ao operário urbano. Como integrante da fábrica, o operário experimentava algumas práticas de um bem-estar social que o diferenciava da maioria dos outros trabalhadores da região.

As rescisões de trabalho dos anos de 1967 a 1970 que foram estudadas nos permitiram perceber que a fábrica usou diferentes estratégias a cada ano. Ora impetrando diversos processos individuais, ora processos coletivos com a demissão de mais de 10 operários. As leituras desses processos indicam um emaranhado de ações políticas e de controle adotados pela Willys em Pernambuco. Na mesma medida que cortavam o vínculo trabalhista com dezenas de operários, publicavam nos jornais um aumento no seu quadro de vagas, não só em decorrência das demissões, mas porque a fábrica continuava a expandir sua produção. O desenvolvimento econômico da região e a valorização do material humano faziam parte

dos discursos propagados pela Willys e do acordo político firmado antes da sua inauguração em Jaboatão. Com poucos meses ou anos de trabalho, os operários, contudo, vivenciavam instabilidade – do emprego, da moradia, do sustento da família e da educação e saúde oferecidas aos filhos e filhas.

As demissões homologadas pela JcJ de Jaboatão assinalavam para os operários o fim da ligação com a indústria nomeada moderna e promotora de melhores condições sociais. Os processos de rescisão permitiram identificar a grande rotatividade dos empregados da fábrica. A Willys propagava o discurso de que seu operário era o “novo homem” e o “novo trabalhador” do Nordeste. Os documentos permitem a leitura de que esse “novo homem” e esse “novo trabalhador” se constituíam dentro da fábrica, na realização do trabalho, enquanto existia vínculo empregatício. As mudanças sociais e econômicas para a vida do operário só eram possíveis enquanto “trabalhador da Willys”. Com a demissão, restava-lhe a vulnerabilidade e não o usufruto das promessas de melhorias sociais e econômicas para a região Nordeste feitas pelos dirigentes da fábrica durante a década de 1960. A modernidade oferecida pela Willys se realizava na linha de produção, mas não era garantia de cidadania. Com as rescisões encerrava-se o vínculo com as vivências de bem-estar social e as novas experiências de trabalho apresentadas pela fábrica.

Fonte oral

POZZAS, Flérida Cortizo. Entrevista realizada no dia 8 de julho de 2016. Cidade de Jaboatão dos Guararapes. Pesquisadora: Karlene Araújo.

Fontes primárias impressas

A FORD em Jaboatão. *Diario de Pernambuco*, 14 set. 1975. Terceiro caderno, p. 9.

ADMINISTRAÇÃO de negócios para vendas Ford/Willys. *Diario de Pernambuco*, 12 abr. 1969. Primeiro caderno, p. 3.

AS BOAS previsões para 1969. *Diario de Pernambuco*, 26 jan. 1969. Segundo caderno, p. 4.

AUTOMÓVEIS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1966. 4º Caderno, p. 4.

CIDAR na linha Ford-Willys “70”. *Diario de Pernambuco*, 16 nov. 1969. Segundo caderno, p. 2.

CONDECORADO gerente regional da Willys. *Diario de Pernambuco*, 5 jan. 1969. Primeiro caderno, p. 12.

DEZ ANOS de excelentes resultados. *Diario de Pernambuco*, 16 maio 1976. Terceiro caderno, p. 10.

EUA lideram frota mundial e Brasil ocupa o 10º lugar nas estatísticas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1º ago. 1965. 4º Caderno, p. 6.

GERENTE regional da Willys condecorado com Medalha do Mérito Cidade do Recife. *Diario de Pernambuco*, 12 jan. 1969. Segundo caderno, p. 4.

GERENTE regional da Willys recebe medalha da PMR. *Diario de Pernambuco*, 7 jan. 1969. Primeiro caderno, p. 7.

MERCADO automobilístico. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1960. Primeira sessão, p. 6.

O RECIFE aplaude o ‘Opala’. *Diario de Pernambuco*, 22 dez. 1968. Segundo caderno, p. 3.

PRESIDENTE da Ford diz os novos investimentos. *Diario de Pernambuco*, 4 jan. 1976. Terceiro caderno, p. 7.

SOBRE rodas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1963. 4º caderno, p. 6.

VOLKSWAGEN do Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1965. 1º caderno, p. 6.

WILLYS bate recorde de todos os tempos na indústria brasileira e latino-americana. *Diario de Pernambuco*, 8 jan. 1966. Primeiro caderno, p. 5.

WILLYS faz três anos no Nordeste. *Diario de Pernambuco*, 2 nov. 1969. Segundo caderno, p. 3.

WILLYS OVERLAND DO BRASIL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Relatório da Diretoria*. Referente ao exercício entre 1º de julho de 1965 e 30 de junho de 1966. jul. 1966.

WILLYS Overland. *Diario de Pernambuco*, 11 fev. 1969. Primeiro caderno, p. 2. 1969a.

WILLYS Overland. *Diario de Pernambuco*, 9 fev. 1969. Primeiro caderno, p. 2 e 23. 1969b.

WILLYS Overland. *Diario de Pernambuco*, 5 fev. 1969. Primeiro caderno, p. 2. 1969c.

Referências

BUTLER, Judith. *Quadro de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CHALHOUB, Sidney. Ações cíveis envolvendo escravos no século XIX. *In: ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO*, II, 2017, Campinas. Tribunal Regional do trabalho 15ª região. Centro de Memória, arquivo e Cultura.

FREEMAN, Joshua B. *Mastodontes: a história da fábrica e a construção do mundo moderno*. São Paulo: Todavia, 2019.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985) *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MONTENEGRO, Antonio Torres. O trabalhador rural nas barras da Justiça do Trabalho (1964-1974). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 7, n. 1, abr. 2014.

NAGASAVA, Heliene. *O sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no governo Castello Branco (1964 – 1967)*. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

NEVES, Anna Maria Litwak. “O direito que temos é o de morrer de fome”: os operários da Companhia de Tecidos Paulista e a busca por direitos na Justiça do Trabalho (1950-1952). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

PEREIRA, Clarisse dos Santos. *Precarização e resistência: a vida dos trabalhadores rurais nos processos trabalhistas (Goiana, 1979-1980)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SANTOS, Angela M. Medeiros M.; BURITY Priscilla. O complexo automotivo. *In*: FILHO, Jorge Kalhache; SÃO PAULO, Elizabeth Maria de (org.). Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Biblioteca Digital, [s. d.].

SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. *A fábrica de tecidos da Macaxeira e a Vila dos Operários: a luta de classes em torno do trabalho e*

da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SILVA, Fernando Teixeira da. O acordo e o acórdão: a justiça do trabalho no “longo ano de 1963”. In: SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores no Tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2019.

A Universidade Federal de Pernambuco chega ao Sertão

*Antônio Jorge Siqueira*¹

*Edvânia Torres de Aguiar Gomes*²

*João Henrique Lúcio de Sousa*³

Introdução

Não é por mero acaso o fato de a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por meio do Núcleo de Extensão do Moxotó, Ipanema e Pajeú (Nemip), empreender nesta hora sua política de interiorização, adentrando o semiárido do estado, mediante a atividade de extensão, de mãos dadas com as atividades do ensino e da pesquisa. Neste

- 1 Professor emérito do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Sciences Economiques et Sociales pela École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales.
- 2 Professora titular da UFPE; pós-doutorado na Universität Leipzig; doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); mestre em Geografia (UFPE).
- 3 Professor da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco; doutorando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); mestre em Sociologia pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); licenciado em História pela Autarquia do Ensino Superior de Arcoverde (Aesa) do Centro de Ensino Superior de Arcoverde (Cesa).

ano de 2021, a instituição completa 75 anos de uma rica caminhada histórica, contribuindo decisivamente para a ciência, a cultura e o desenvolvimento do estado de Pernambuco e do Nordeste.

Aos 11 de agosto de 1946, a então Universidade de Recife é federalizada, passando a se chamar Universidade Federal de Pernambuco. O seu *campus* sai das entranhas da cidade do Recife para se localizar nas planícies do bairro denominado de Engenho do Meio, nome que remete a um antigo engenho de açúcar que data da ocupação holandesa. Assim, essa senda de pertencimentos nos fala de uma universidade que a um tempo se denominou “do Recife” e cuja identidade e missão permanecerão por muitos dos seus anos atreladas, se não ao Recife, quando muito ao seu entorno urbano e geográfico.

A trajetória histórica da instituição, sem demérito de sua relevância local, regional e nacional, assim como da importância e do seu protagonismo educacional, social e cultural, deixa entrever, entretanto, que a UFPE, mormente em suas iniciais décadas de existência, ficou marcada por uma inserção mais litorânea e urbana – no caso, a Zona da Mata e a capital, Recife – do que nas demais regiões do Agreste e, principalmente, do Sertão do estado de Pernambuco. Com certeza, isso não é por mero acaso.

A história das universidades, em geral, em diferentes épocas e lugares, principalmente no Ocidente, nos ensina que ela, a universidade, espelha em sua criação e sua missão institucional o desenho da cultura e da política da sociedade na qual está inserida. No caso da UFPE também não seria diferente. Umbilicalmente ligada à aristocracia açucareira do estado, ela, em grande parte de sua existência, reverbera na institucionalidade do seu saber, de suas políticas de ensino-pesquisa e, principalmente, de sua extensão e administração os valores sociais, os compromissos políticos e éticos que se consubstanciam como estrutura basilar de poder das elites políticas dominantes em Pernambuco.

Mesmo com a federalização, em 1947, da sua congênere Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que tem sua *alma mater* na Escola Superior de Agricultura, fundada em 1912, nada evidenciava para a antiga Universidade do Recife eventuais mudanças de rumos na descentralização ou na política de expansão geográfica da educação superior no estado. O interior – sua sociedade, sua cultura e agricultura, que nunca foram contempladas com os estímulos e benefícios da educação superior – continuaria esquecido, a despeito de sua extensão territorial, de suas necessidades econômicas e de sua importância cultural. O epíteto de “rural” dessa universidade coirmã (UFRPE), em termos de ensino e pesquisa, não contemplou durante muitos anos o interior do estado, o Agreste, o Sertão, a sua agricultura, seu bioma, seu clima, sua riqueza e diversidade cultural.

Esse isolamento geográfico somente será quebrado nos primeiros anos do século XXI, com sua interiorização avançando pelo Agreste e pelo Sertão, após a política de implantação de estações experimentais e irrigadas, em vários dos municípios do interior do Agreste e do Sertão. No entanto, durante muitos anos, a concentração geográfica, política e econômica na capital e na zona costeira das duas universidades federais pernambucanas falava mais alto, no emblema de suas missões de ensino e pesquisa, o “estar de costas” para o interior do estado. A miopia política das elites conservadoras da época apenas conseguia ver através de suas lentes o extenso “rural” interiorano como pálido prolongamento do “urbano”, e o “Sertão” como mera reverberação das ondas da “beira-mar”.

Nossas universidades pernambucanas, portanto – como na maioria dos demais estados da Federação –, viviam de costas e surdas para os acenos, as demandas, as necessidades e as riquezas da cultura do interior. Poucas universidades públicas brasileiras divergiram desse padrão discriminatório da política educacional de nossas elites. Na Paraíba, na vigência dos anos 1970, a iniciativa do reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Lynaldo Albuquerque,

protagonizou a criação seminal dos *campi* interioranos de sua universidade, estendendo-a até os confins do Sertão paraibano. Não por acaso, hoje, um desses *campi* é a conceituada Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG), evidência de que só colhe quem planta.

Afinal, o plantar tem um sabor de sonho e de futuro que se realizam na prodigalidade de cada um dos frutos que se colhe da generosidade dessas iniciativas. A UFPE, na contramão desse fértil protagonismo, durante vários reitorados, medrou exemplarmente de costas para o interior do estado. Esperou que se iniciasse o século XXI para, só então, avançar politicamente na gestão de políticas e de esforços que redundariam na interiorização institucional.

UFPE, 75 anos e sua inserção no Sertão pernambucano

Conforme lemos hoje nos *folders* da instituição, apenas em 2006, no reitorado de Amaro Lins, a UFPE iniciou um processo de interiorização com a iniciativa e ousadia do reitorado na implantação simultânea de dois novos *campi*, um no município de Caruaru, distante 130km do Recife, e outro no de Vitória de Santo Antão, a 55km da capital, unidades chamadas, respectivamente, de Centro Acadêmico do Agreste (CAA) e Centro Acadêmico de Vitória (CAV). Essa iniciativa aconteceu na época do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, muito possivelmente, as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) se beneficiariam dos ares e dos incentivos da política educacional do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para as universidades patrocinadas pelo governo da República. Espera-se que, num futuro não muito distante, esses centros acadêmicos da UFPE venham a se consolidar em futuras universidades para, então, corrigir as distorções da míope política educacional de nossas elites locais com o ensino superior nos distantes rincões de nosso interior sertanejo. Uma dívida que será paga com muito atraso.

Como sinalizamos, impossível dissociar esse início da política de interiorização, tanto da UFPE como da UFRPE, dos novos ventos do Governo Lula e dos benefícios de democratização interna da gestão da universidade, que tem uma longa história de luta e de resistência por parte da comunidade universitária de funcionários, alunos e docentes. Como se deu nas outras Ifes, ao lado da resistência estudantil, de funcionários e professores, a despeito das adversidades políticas dos anos de chumbo da Ditadura Militar, especialmente por meio do movimento discente e docente, a comunidade acadêmica cerrou fileira nas lutas pela melhoria das condições de salário, de ensino, de pesquisa e, sobretudo, pela democratização da gestão universitária, o que incidia numa luta desigual entre estudantes, funcionários, professores e o conservadorismo autoritário da elite política local e nacional. Isso tudo impactava a luta pela escolha democrática dos dirigentes de unidades acadêmicas, especialmente do cargo maior de reitor e diretores de centros.

A UFPE, em particular, padeceu por longos anos de sua história de um conservadorismo nefasto em que os ocupantes de cargos obedeciam ao continuísmo das práticas de lealdades coronelísticas do asfalto. Esse tráfico de influências normalmente reverberava e se reproduzia no interior da própria instituição. Não por mero acaso, acontecia de a universidade muito se beneficiar delas e reiterá-las em suas práticas gestionárias: lealdades políticas, ideológicas, familiares, corporativas, associativas, profissionais, geracionais etc.

Nesse sentido, não seria injustiça afirmar que a democratização da gestão acadêmica da UFPE teve, no reitorado de Mozart Neves Ramos, ele mesmo eleito democraticamente pela comunidade universitária, um início alentador, começando por respeitar a nomeação de todos os eleitos para os diversos cargos de direção da instituição. Além disso, prevaleceu que a própria práxis do reitorado privilegiasse os interesses institucionais e coletivos, a transparência orçamentária e, principalmente, o diálogo com todos os segmentos da rica diversidade da universidade.

Considerando que o período até o início dos anos 1990 foi um tenso e difícil momento para a comunidade acadêmica nacional garantir o financiamento, o caráter público e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão das Ifes, no interregno do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, não obstante esses percalços, os sucessivos reitores da UFPE, até hoje, foram todos eles eleitos democraticamente. E foi exatamente a partir desse clima de novos ventos políticos que a UFPE e as universidades públicas do país começaram sua expansão, dilatando os horizontes do ensino superior para o interior e se qualificando para acolher uma parcela significativa da população que nunca teve acesso à universidade pública: alunos oriundos do ensino público fundamental, negros, pardos e indígenas...

As universidades pernambucanas (UFPE e UFRPE), antes de costas para o *hinterland*, agora, com relativo atraso no tempo, vislumbram pelo menos com vontade política o que antes lhes fora opaco e escuro: os distantes horizontes do Sertão interiorano do estado. Interrompem, assim, uma história e uma trajetória de isolamento, de exclusão, e se consolidam e se robustecem como universidades, no diálogo com a sociedade que lhes provê e lhes dá garantia de sobrevivência.

A UFPE – a caminho do Sertão nas sendas de Paulo Freire

Nosso foco, agora, passa a se centrar no Sertão de Pernambuco, no município de Sertânia, onde alguns professores da Escola de Referência em Ensino Médio Olavo Bilac (Eremob) começaram a discutir sobre a premente necessidade da inserção da universidade pública de qualidade na região do Sertão do Moxotó pernambucano. Essa região, sabe-se, tem o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado. Como Sertânia é um município fronteiro com o estado da Paraíba, sobressaía no entendimento do coletivo de professores a experiência fértil e exitosa da interiorização universitária do vizinho estado da Paraíba, mormente na implantação

do *Campus* da UFCG, em Sumé, na região do Cariri paraibano, uma cidade menor que Sertânia, da qual dista apenas 65km.

Começou-se, então, a procurar um argumento político e uma justificativa técnica relevantes que atraíssem os olhos de algumas de nossas universidades estaduais para um investimento dessa magnitude, ali, no coração do Semiárido pernambucano. Precisávamos de uma justificativa com forte argumento técnico-político e de retorno sociocultural no curto, médio e longo prazos para atrair os olhares de uma universidade com a envergadura e a importância da UFPE. Como já assinalamos, a região do Ipanema e do Moxotó se caracteriza pela pobreza econômica e social e por um vazio de oportunidades na área educacional para a formação continuada dos professores e o desenvolvimento de um ensino superior de qualidade.

Não foi, portanto, difícil ao grupo de professores perceber que se dispunha, naquele exato momento, de um motivo técnico importante e de um argumento social, econômico e cultural relevantes e decisivos para se justificar a presença da universidade na região citada. Trata-se do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf-Eixo Leste) que banha o estado e a região, essa, sim, marcada pela singularidade do Semiárido e que detém elevado potencial em termos de biodiversidade e de recursos humanos e culturais.

A importância técnica, social e econômica das águas doces do São Francisco e sua simbologia no imaginário das secas continuam clamando pelo aporte da ciência, da tecnologia e da educação de qualidade para um uso sustentável e responsável dessas mesmas águas doces e abundantes da transposição na região. Cabe anotar que, nessa questão da transposição das águas do São Francisco, o município de Sertânia tem sua particularidade. No conjunto da obra do Pisf, destacamos o túnel entre as cidades de Sertânia (PE) e Monteiro (PB), o aqueduto, as estações elevatórias e cinco barragens em Sertânia, que se tornou um *carrefour* de expansão das águas para a Paraíba e o Agreste pernambucano. Esses seriam os argumentos

técnicos, políticos e sociais que justificam a inserção da UFPE em Sertânia e no seu entorno.

Seguindo os ensinamentos de Paulo Freire (2021) na perspectiva do *inédito-viável*, em que a realidade é pensada como algo que *está sendo e poderá ser transformada*, e nos inspirando no seu exemplo pioneiro com o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, resolvemos trabalhar na proposta de criação de um Centro ou Departamento de Extensão Universitária que viesse dotar as microrregiões do Sertão de Moxotó, Ipanema e Pajeú, particularmente no município de Sertânia (PE), de suporte para capacitação da sua população, em especial os jovens, considerando as perspectivas advindas do Pisf que, às vezes, parece ser lembrado apenas como contraponto do Sol forte que queima e pela seca que tudo define nos sertões. Desenhava-se, aí, a moldura da inserção sertaneja da universidade no perímetro sertanejo: Nemip-UFPE.

Alimentando esse sonho, precisamente em setembro de 2017, o grupo de professores de Sertânia preparou um anteprojeto que, por sua vez, foi entregue a alguns professores da UFPE, em especial ao professor Antônio Jorge de Siqueira, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), para uma revisão técnica e viabilização de um possível apoio entre professores e funcionários da UFPE para a efetivação da proposta. Antônio Jorge apresentou o anteprojeto a alguns professores da UFPE, entre eles a professora Edvânia Torres Aguiar Gomes, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), que abraçou a ideia, ajudou a revisar o projeto e assumiu, com outros docentes da UFPE, entre eles a professora Maria do Carmo Sobral e o próprio grupo de Sertânia, o protagonismo e o desafio da concretização do que, a partir de então, passou formalmente a ser chamado de Núcleo de Extensão do Moxotó, Ipanema e Pajeú/UFPE (Nemip/UFPE).

O projeto redesenhado foi protocolado na Reitoria e no sistema interno da UFPE pelos professores interessados. Por conta da turbulência que o Brasil vem passando nesses anos (2018-2020),

pandemia, eleições, crise financeira, clima de polarização política, o projeto ficou paralisado até o fim de 2019. Não havia clima para pedir ou propor um projeto de extensão ou ampliação da presença universitária no Sertão pernambucano em meio à tempestade que o país atravessava e ainda hoje atravessa.

No início de 2020, com a eleição e posse do novo reitor da UFPE, professor Alfredo Macedo Gomes – sertanejo de Ouricuri –, que foi diretor do Centro de Educação (CE) da UFPE, Centro no qual Paulo Freire foi professor, o projeto foi desengavetado e colocado em discussão pelo empenho dos citados professores Antônio Jorge e Edvânia Torres. O reitor Alfredo Macedo Gomes e o vice-reitor Moacyr Cunha Araújo Filho acolheram a ideia com muito interesse e entusiasmo. Mas aí veio a pandemia e, em meio a ela, as dificuldades de se avançar com visitas a Sertânia e com as tratativas para assinatura de um convênio entre a UFPE e a prefeitura local. Os professores da UFPE e de Sertânia continuaram a conversar virtualmente e conseguiram adequar a proposta à realidade que se vive hoje.

Com as propostas concretas de alguns cursos seminais, ganhou corpo e musculatura essa ideia de implantação do Nemip, que teria sede em Sertânia, mas atenderia também a demanda das regiões do Moxotó, Ipanema e Pajeú. Cabe considerar que Sertânia e os municípios das regiões do entorno possuem uma população de cerca de 800 mil habitantes distribuídos em quase 23.035 km² e que, a partir do Pisf, vêm assumindo uma nova configuração territorial, podendo espelhar um novo marco no âmbito socioeconômico, tecnológico e educacional, desde que contem com o apoio de instituições balizadas pelo conhecimento, como é o caso da UFPE. As águas do rio São Francisco garantirão o abastecimento humano, as safras agrícolas, as atividades industriais e o turismo, com a elevação na qualidade de vida da população, melhoria dos sistemas de saneamento básico e crescimento de atividades produtivas que têm na água um de seus mais importantes componentes.

É importante deixar claro que, nessa proposta de parceria, a Reitoria da UFPE designou, desde o primeiro momento, o pró-reitor de Extensão e Cultura, professor Oussama Naouar – francês naturalizado, professor da UFPE há 15 anos –, que defendeu sua tese de doutorado estudando a pedagogia de Paulo Freire, para acompanhar e agilizar a implantação do Núcleo. A ideia de regionalizar a inserção da UFPE no sertão pernambucano, começando pela extensão, não foi mero acaso e logo veremos por quê. De junho de 2020 para cá, várias reuniões com o reitor e pró-reitor foram feitas e Sertânia recebeu, em 30 de dezembro de 2020, uma visita presencial do reitor da UFPE, professor Alfredo, do pró-reitor de Extensão e Cultura, professor Oussama, acompanhados pelos professores Edvânia Torres e Antônio Jorge da UFPE.

Nessa visita, o reitor e o pró-reitor estabeleceram intenções de uma parceria permanente com a Prefeitura de Sertânia, mediante futuro convênio a ser assinado entre as partes e com o coletivo de professores locais da rede estadual de ensino para a criação do Nemip. Também acertaram detalhes da implantação do núcleo, contando com o decisivo apoio do atual prefeito de Sertânia, Ângelo Ferreira, ocasião em que foram apresentados o terreno e as instalações que, futuramente, deverão abrigar o Nemip/UFPE. O reitor da UFPE declarou naquele momento: “Vamos estudar a possibilidade de diversificação das atividades de extensão realizadas em Sertânia e demais cidades que integram a região” (UFPE ATUA..., 2021). De igual modo, o pró-reitor de Extensão e Cultura, professor Oussama Naouar, ressaltou a importância da aproximação da universidade com os territórios mais carentes do estado de Pernambuco: “Na atual conjuntura, é importante que a universidade se faça presente para além de seus muros. A extensão tem um protagonismo nesse processo” (UFPE ATUA..., 2021). O prefeito de Sertânia resumiu nosso sonho de aposta para o futuro: “Esse sonho é um sonho que se materializa, um sonho de professores, pais, profissionais, de diversas áreas, que contribuíram para a idealização deste projeto” (UFPE ATUA..., 2021).

Como informamos anteriormente, a UFPE, nesses últimos anos dos seus reitorados, tem avançado em termos de dinamicidade na sua política de interiorização, incentivada seguramente pelo ineditismo do Projeto Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), como é de se esperar. Primeiro, por ousar romper o isolamento espacial e territorial – Zona da Mata e Agreste –, adentrando agora os sertões do estado. A universidade, agora, vai ao encontro da rica e multifacetada cultura sertaneja, atendendo demandas específicas de suas necessidades, dialogando com os anseios protelados de suas populações por meio de um processo extensionista-humanizador, em que a cultura fala mais forte e a busca de novos saberes e novas tecnologias fará a diferença na superação das desigualdades sociais e econômicas da região.

Em seguida, ao privilegiar a extensão, marca da atual gestão política do reitor Alfredo Gomes na interiorização da UFPE, a universidade não apenas supera os desafios que as Ifes nacionais enfrentam no atual clima de retração orçamentária patrocinada pelo governo federal, como privilegia uma cultura extensionista, em que prevalece o diálogo e a constante, desejável e necessária interação entre, de um lado, a universidade como polo de saber e *locus* privilegiado da ciência e da pesquisa e, de outro, a sociedade com suas demandas, necessidades e, igualmente, seu cabedal de saberes práticos, de vivências culturais e sociais, suas histórias e tradições estético-poéticas. Principalmente das classes e camadas sociais menos favorecidas da sociedade, que são maioria em nossa sociedade, inclusive no Sertão – e com as quais as nossas universidades têm tido pouco diálogo e especial atenção na sua estrutura curricular de ensino e de pesquisa. Entendemos que é aí, nesse vazio histórico-socioespacial, que a política de extensão universitária fará a diferença de qualidade, sem esquecer sua indissociabilidade com a pesquisa, o ensino e a gestão.

Enquanto o projeto caminhava atendendo aos trâmites burocráticos, as visitas e reuniões realizadas por nós (professor Antonio

Jorge Siqueira e Edvânia Torres) com a equipe constituída pelos professores e professoras dos municípios do Sertão do Moxotó analisavam prioridades e estratégias. Nesse cenário, o Laboratório História e Memória da UFPE e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região (Lahm), do Departamento de História da UFPE (*Campus Recife*), foi convidado para realizar uma apresentação para a equipe do Nemip/UFPE do projeto de extensão *Oficinas de História*. Essa é uma atividade de extensão apoiada pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) da UFPE e pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), em que, por meio de recursos audiovisuais e do Google Meet, são apresentados e debatidos temas relacionados com a história do trabalho no Brasil e em Pernambuco para estudantes das escolas de Ensino Básico e Fundamental e dos cursos de graduação.

No dia 6 de agosto de 2021, a equipe do Lahm realizou a apresentação de uma *Oficina de História* para professores das escolas municipais de diversos municípios, além de professores da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (Aesa) e da Faculdade do Sertão do Pajeú (Fasp). Os debates que se seguiram revelaram que a *Oficina de História* será mais uma atividade didático-pedagógica a ser incorporada ao plano estratégico de ações educacionais a serem implementadas pelo Nemip/UFPE.

O inevitável-viável por meio do Nemip/UFPE

Nossa intenção é interiorizar e descentralizar a universidade, sim, para ensinar e pesquisar, privilegiando, aqui, o foco extensionista, em que tem primazia a cultura dialógica em íntima conexão com os procedimentos pedagógicos. Essa atual interiorização da UFPE, por meio do Nemip, chegará com bastante atraso na trajetória histórica de existência da nossa universidade. Entretanto, ela sobressai suficientemente balizada pela complexidade da interação extensionista

com os espaços do saber letrado e o patrimônio dinâmico do saber popular. Entendemos que esses saberes, se permanentemente preservados e continuados, se dão as mãos e se entrelaçam toda vez que a universidade investe no dinamismo instituinte da sua extensão, da sua pesquisa e do seu ensino. Principalmente da extensão, dada a sua natureza dialógica, como quer Paulo Freire (2021). Afinal, é com a extensão que se viabiliza o salto qualitativo que fará a universidade ser, de fato e de direito, uma universidade cidadã, inclusive subvertendo, nesse caso, seu atavismo territorial, na contemplação do mar, de costas para a geografia pernambucana do Semiárido.

Esse salto qualitativo em busca do *inédito-viável* nos leva a refletir sobre a esperança como necessidade ontológica, afirmando que: “Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico” (FREIRE, 2021, p. 14). Esperançar é necessário, mas não é suficiente. Precisa ser uma esperança crítica, que se fortaleça na prática. Sem um mínimo de esperança não é possível nem mesmo iniciar a luta. A esperança assume um papel importante para a educação, em um momento de lutas por uma condição melhor; por isso, não podemos permitir que ela “resvale para a desesperança e o desespero” (FREIRE, 2021, p. 15). A desesperança imobiliza o oprimido, levando-o a crer que é impossível recriar o mundo.

Na senda de Paulo Freire (FREIRE, 2018), que, nos inícios dos anos 1960, aqui em Pernambuco, na UFPE, levou adiante os princípios basilares práticos e reflexivos de uma cultura comunicacional e dialógica com base na experiência e vivência populares da cultura, aprendemos que a palavra “*extensão*”, literalmente, significa um processo que consiste em estender uma operação definida em um conjunto a outro conjunto que contenha o primeiro. É o que consta nos dicionários. Ora, com base nesse entendimento conceitual, decorre claramente que a ação extensionista universitária não se explicita, não se completa e nem se exaure no processo meramente pedagógico, que tanto marca a experiência docente e acadêmica. E

muito menos adquire sua legitimidade e centralidade num suposto saber que apenas se transmite nos limites da sala de aula.

É nesses espaços de extensão, de compartilhamento que o *inédito-viável* se nutre da inconclusão humana e do entendimento de que não há reino do definitivo, do pronto e do acabado, da certeza e da quietude perfeita dos *sonhos possíveis*. O *inédito-viável* é um movimento epistemológico, ético, político e pedagógico. Não ocorre ao acaso, nem se constrói individualmente, mas coletivamente no exercício crítico do desvelamento dos problemas sociais que o condicionam:

Uma das categorias mais importantes porque provocativa de reflexões nos escritos da Pedagogia do Oprimido é o ‘inédito-viável’. Pouco comentada e arrisco dizer pouco estudada, essa categoria encerra nela toda uma crença no sonho possível e na utopia que virá, desde que os que fazem a sua história assim queiram, esperanças bem próprias de Freire. Para Freire, as mulheres e os homens como corpos conscientes sabem bem ou mal de seus condicionamentos e de sua liberdade. Assim encontram, em suas vidas pessoal e social, obstáculos, barreiras que precisam ser vencidas (FREIRE, 2018, p. 205-207).

Paulo Freire, sabemos, chamava a atenção para o que denominava uma espécie de “pedagogia crítica”, que se inspira na cultura popular. Ela começa, segundo ele, na liberdade entre

educador e educandos, em que o aprendizado se constrói de maneira bilateral: educador ensina e aprende ao mesmo tempo. Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1971, p. 25).

A extensão, pois, não é um ato que preenche e que locupleta um vazio, tipo “conteúdo” “continente”. Se assim fora, a interação extensionista se consubstanciaria tão somente como simplificada mecanicidade dualista: letrado × iletrado, alfabetizado × analfabeto, sábio × ignorante, cheio × vazio etc. Contrariamente a isso, defendemos que, na operação extensionista, os polos da interação se completam, se complementam, se ajustam mutuamente, num fluxo de intercâmbio contínuo e dinâmico. E aí teríamos um processo de interação dialógica, em que não há o pressuposto de que um seria “pleno” e o outro “vazio” para, só então, se tornar completo e eficaz.

No caso dos sujeitos e dos atores, no processo extensionista, e, por consequência, na interação pedagógica dinâmica, quem ensina, aprende, e quem aprende, ensina. Ainda segundo Paulo Freire,

[...] o termo extensão, na acepção que nos interessa aqui [...] indica a ação de estender e de estender em sua regência sintática de verbo transitivo relativo, de dupla complementação –: estender algo a. Nesta acepção, quem estende, estende alguma coisa (objeto direto da ação verbal) a ou até alguém – (objeto indireto da ação verbal) – aquele que recebe o conteúdo do objeto da ação verbal (FREIRE, 1971, p. 20).

Em anos mais recentes, antes do seu falecimento, o autor referendava de maneira enfática sua visão emancipadora da atividade de extensão. Nessa perspectiva, na introdução do livro *Pedagogia de esperança*, Leonardo Boff diz que “a pedagogia de Freire [...] introduziu a troca fecunda de saberes, do popular com o científico” (FREIRE, 2021, p. 10). Boff relata que a esperança, do título desse livro, vem do coração de uma pedagogia que tem o oprimido como sujeito. *Pedagogia da esperança* e *Pedagogia do oprimido* formam um livro só e estão em um processo de contínua construção; enquanto houver um único ser humano oprimido no mundo, esses livros terão

validade, tornando assim as ideias de Freire sempre atuais. Ensinar, aprender e respeitar são a base dessa proposta.

Aprender não é apreender conteúdos, fórmulas; ao contrário, é estender, expandir, repartir, comunicar, dialogar. O terreno fértil da cultura, que é a matéria-prima da extensão e da universidade cidadã, se presta exemplarmente para essas complexas trocas de experiências, de aprendizado. E, o que é mais importante, essas trocas tornam-se vivências, superando o “conteudismo” dos currículos do passado escolar que pressupõem passividade, rigidez e hierarquizações na relação docente e discente (LIBÂNEO, 2012).

Por que essa digressão acerca da extensão, na hora em que festejamos a inserção da UFPE nos sertões do estado, por meio do Nemip? Simples: a universidade chega ao Sertão com demandas específicas dos municípios sertanejos para responder aos desafios, buscar as soluções, intercambiar saberes e compartilhar estratégias de superação das desigualdades sociais, disseminando e acolhendo saberes, preservando memórias, repartindo esforços para fortalecer uma educação de qualidade e os pressupostos da cidadania plena. Mas, como focamos anteriormente, o Sertão, através dos seus prefeitos, dos seus professores, dos seus cidadãos, sabe o que quer da universidade. Ela, então, ouviu, através dos seus docentes, dos seus pró-reitores e do próprio reitor, a legitimidade das demandas, das urgências, das necessidades e das prioridades que justificam plenamente a parceria e a intervenção de um ensino de qualidade.

É importante frisar que o reitor da UFPE, na sua visita a Sertânia, em dezembro de 2020, não chegou à cidade oferecendo cursos, pesquisas, instalações, abertura de *campi* universitários etc. Chegou, sim, para ouvir do prefeito, dos munícipes, dos educadores, dos alunos e cidadãos comuns o que eles queriam e pediam para a superação das carências e satisfação de suas urgências, e que eles apostavam numa saudável parceria com a universidade. Mas, muito além do que eles queriam, ficou claro também o que eles ofereciam, na

contrapartida do que tinham em mente, quando estendiam suas mãos no acolhimento do dirigente maior da UFPE (GADOTTI, 2017).⁴

Considerações: finais ou iniciais?

A população sertaneja tem hoje um claro entendimento de que a ciência e a tecnologia podem ajudar às futuras gerações no manejo racional e socialmente responsável das águas doces da transposição, que agora estão a sua mercê. Tem clara consciência da necessidade de desconstrução de uma mundividência social e cultural que alimentou o ciclo dualista de cultura das secas históricas e seu imaginário belicoso com o clima dos sertões, em vez de uma pacífica e interacional convivência com a natureza. Indaga agora da ciência e da tecnologia o melhor caminho para estancar a cultura de uma também vigente cultura e convivência predatória do bioma do Semiárido, cujos efeitos nefastos já ameaçam de desertificação 18% do território semiárido.

Busca, na interação com a universidade, a qualificação continuada dos professores do seu Ensino Fundamental na região, preparando os alunos para a educação superior no mesmo espaço

4 Moacir Gadotti, patrono de honra do Instituto Paulo Freire (IPF), chama a atenção para duas concepções de extensão universitária. A primeira, segundo ele, apresenta-se valendo como a transmissão vertical do conhecimento, um serviço assistencial, desconhecendo a cultura e o saber popular. Basicamente, essa concepção sustenta que “aqueles que têm, estendem àqueles que não têm. Essa visão assistencialista traz, pois, uma direção unilateral, ou seja, é uma espécie de rua de mão única: só vai da universidade para a sociedade. A mão inversa não é considerada. É interpretada como não existente. Logo, não se leva em conta o que vem da sociedade para a universidade, seja em termos da sociedade sustentando o ensino superior, seja em termos do próprio saber que a universidade elabora. Entretanto, para que a universidade se insira efetivamente na sociedade de modo conseqüente, é necessário que se considere a mão inversa também”, ou seja, da sociedade para a universidade. Esse segundo modelo é a inspiração contributiva de Paulo Freire (CALDERÓN, 2003, p. 37).

geográfico onde nasceram e vivem nos dias de hoje, desobrigando-os de migrarem para Recife, Caruaru, Serra Talhada e Petrolina. Solicitaram, naquele dia, a urgência de uma formação humanística de qualidade, que a UFPE oferece a mancheias por meio de sua graduação e pós-graduação, alavancadas por grupos de pesquisa em diferentes áreas das Ciências Sociais e Humanas. Pleiteiam estudar e pesquisar no próprio espaço geográfico dos sertões a preservação da sua memória histórica e o rico acervo documental dos municípios, ocasionando uma melhor compreensão de suas tensas relações sociais de poder assimétrico oriundas da cultura de parentelas, de atrabiliárias políticas clientelistas e coronelísticas, de bandidagem que usurpa o poder do Estado.

Estudar e pesquisar os vestígios do extermínio genocida na conquista territorial violenta e sanguinária com as populações nativas; estudar e preservar sua rica e abundante cultura oral, sua decantada cultura poética e o aprofundamento antropológico da sua religiosidade barroca, de suas festas, do seu lazer e da característica convivialidade afetiva de sua gente; enfim, estudar a dinâmica entre a convivência territorial e climática do bioma, densamente populoso como é, hoje, o Sertão do Nordeste etc.

Reconhecimento do patrimônio do saber popular, inserção e dialogicidade (CRUZ; MELO *et al.*, 2010), eis os referenciais de uma política de extensão que enriquece e se plenifica na cultura de um povo, ensejando capacitar a universidade para seu perfil cidadão.

Naquele dia todos falaram e todos ouviram. De parte da UFPE, ficou claro que o que ela tinha de melhor para atender a essas demandas do Nemip era a utilização de sua política de extensão, que, no futuro, certamente deveria evoluir para uma estrutura consolidada de “*Campus*”, com a oferta de cursos de extensão, de graduação e pós-graduação, e a realização de projetos de pesquisa demandados pela sociedade sertaneja. A UFPE, apostando no aperfeiçoamento e na generosidade de sua política de extensão universitária, era de

fato a melhor resposta/proposta que deveria oferecer para todas aquelas demandas e, com ela, a instituição dava um salto de qualidade na sua trajetória histórica para adentrar os sertões do estado e fazer com que a ciência dialogasse com a cultura do resiliente povo sertanejo. Desse modo, ela se consolidaria cada dia mais como universidade cidadã. E, agora, nos festejos dos seus 75 anos, ela se ressignifica e se redefine em sua trajetória histórica numa via de mão dupla: da beira-mar para o sertão e do sertão para a beira-mar.

Referências

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Extensão universitária: institucionalização sem exclusão. *Revista Educação Superior*, Piracicaba, v. 53, p. 36-38, 2003.

CRUZ, Breno de Paula Andrade; MELO, William dos Santos; MALAFAIA, Fernando César Benevenuto; TENÓRIO, Fernando Guilherme. Extensão universitária e responsabilidade social: 20 anos de experiência de uma instituição de ensino superior. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, XXXV, 25 a 29 de setembro de 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://ebape.fgv.br/sites/ebape.fgv.br/files/EPQ1218.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). *Paulo Freire: pedagogia dos sonhos possíveis*. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GADOTTI, Moacir. *Extensão Universitária: para quê?* Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-universitaria-para-que. Acesso em: 1º set. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

UFPE atua na implantação de Núcleo de Extensão das Regiões do Moxotó, Ipanema e Pajeú em Sertânia. Ascom/UFPE. 7 jan. 2021. Disponível em: www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/ufpe-implanta-nucleo-de-extensao-das-regioes-do-moxoto-ipanema-e-pajeu-em-sertania/40615. Acesso em: 10 set. 2021.

Autoras e autores

Antônio Jorge Siqueira

Professor emérito do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Sciences Economiques et Sociales pela École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales.

Antonio Torres Montenegro

Professor titular do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordenador do Laboratório de História e Memória da UFPE e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região (Lahm).

Arthur Victor Barros

Doutorando pelo PPGH da UFPE sob orientação da professora doutora Christine Dabat e coorientação do professor Thomas D. Rogers (Emory University). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Edvânia Torres de Aguiar Gomes

Professora titular da UFPE, com pós-doutorado na Universität Leipzig. Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Erinaldo Vicente Cavalcanti

Professor adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA), líder do Grupo de Pesquisa Interpretação do Tempo: Ensino, Memória, Narrativa e Política (iTemppo) e um dos membros criadores da Red Panamazónica para la Formación y Enseñanza de la Historia (Repamfeh).

João Henrique Lúcio de Sousa

Professor da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco; doutorando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); mestre em Sociologia pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); licenciado em História pela Autarquia do Ensino Superior de Arcoverde (Aesa) do Centro de Ensino Superior de Arcoverde (Cesa).

José Sergio Leite Lopes

Antropólogo, professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), autor de *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*.

Karlene Sayanne Ferreira Araújo

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante da Equipe técnica do Laboratório História e Memória da UFPE e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região (Lahm).

Marcelo Góes Tavares

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente na Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Atua nas áreas de história, memória, política, trabalho, justiça do trabalho e imagem.

Marcília Gama da Silva

Doutora em História e especialista em Arquivologia. Professora associada do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Autora do livro *Informação, representação e memória: a construção do Estado de Exceção no Brasil na perspectiva do Dops-PE de 1964-1985* (2014) e organizadora da coletânea *Pernambuco na mira do Golpe de 1964-1985* (2021).

Márcio Ananias Ferreira Vilela

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Colégio de Aplicação (CAp) da UFPE e atualmente diretor da Coordenadoria do Ensino de Ciências do Nordeste (Cecine).

Marieta de Moraes Ferreira

Doutora em História, professora emérita do Instituto de História (IH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenadora nacional do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) (2012-2018) e pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Publicou inúmeros trabalhos, merecendo destaque *A história como ofício* (2013), da Ed. FGV.

Pablo Francisco de Andrade Porfírio

Professor do Colégio de Aplicação (CAp) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFPE.

Regina Beatriz Guimarães Neto

Professora associada III do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), N2.

Regina Coelly Fernandes Saraiva

Professora adjunta da Universidade de Brasília (UNB). Doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da UNB. Professora de História na Faculdade UnB Planaltina (FUP) da UNB, no Programa em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader).

Samuel Carneiro de Maupeou

Professor da Universidade Estadual do Ceará (Uece), professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades (PPGHCE) da Uece e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Tiago Bernardon de Oliveira

Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutor pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Texto produzido com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq), Termo de Outorga 3012/2021.

Título Historiografia: rastros e vestígios
documentais de trabalhadoras e trabalhadores

Organização Antonio Torres Montenegro
Karlene Sayanne Ferreira Araújo

Formato E-book (PDF)

Tipografia Scala Pro (texto) e Scala Sans Pro (títulos)

Desenvolvimento Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
editora@ufpe.br | editora.ufpe.br

